



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ANA RAQUEL NEVES MAIA

**CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA E DA
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA PARA ANÁLISE DE ESPAÇOS
RELIGIOSOS: o estudo de caso das Igrejas de São Raimundo
Nonato (PI), São João do Piauí (PI) e Ponta da Serra - Dom
Inocêncio (PI).**

SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

2021

ANA RAQUEL NEVES MAIA

**CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA E DA
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA PARA ANÁLISE DE ESPAÇOS
RELIGIOSOS: o estudo de caso das Igrejas de São Raimundo
Nonato (PI), São João do Piauí (PI) e Ponta da Serra - Dom
Inocêncio (PI).**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale
do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara,
São Raimundo Nonato-PI, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Alencar de Miranda Amaral

SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

2021

Maia, Ana Raquel Neves

M217c Contribuições da arqueologia simétrica e da arqueologia da arquitetura para análise de espaços religiosos: o estudo de caso das igrejas de São Raimundo Nonato (PI) e Ponta da Serra – Dom Inocêncio (PI) / Ana Raquel Neves Maia - São Raimundo Nonato - PI, 2021.

261 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral.

1. Arquitetura religiosa. 2. Arqueologia da arquitetura. 3. Arqueologia simétrica. 4. Igrejas – Piauí. I. Amaral, Alencar de Miranda. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Raquel Neves Maia

**CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA E DA
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA PARA ANÁLISE DE ESPAÇOS
RELIGIOSOS: o estudo de caso das Igrejas de São Raimundo Nonato
(PI), São João do Piauí (PI) e Ponta da Serra - Dom Inocêncio (PI).**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Arqueologia, pela Universidade Federal
do Vale do São Francisco.

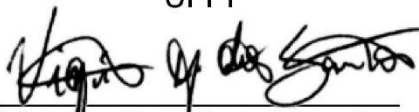
Aprovada em: 08 de setembro de 2021.



Dr. Alencar de Miranda Amaral.
UNIVASF - Orientador



Dr. Angelo Alves Corrêa
UFPI



Dr. Vinícius Melquiades dos Santos
UFPI



Dr. Waldimir Maia Leite Neto
UNIVASF

AGRADECIMENTOS

Escrever esse trabalho e desenvolver essa pesquisa foi uma etapa “longa”, “demorada”, mas sem dúvida gratificante. Desde o início soube da dificuldade e da complexidade do que me propunha a fazer, mas a certeza era de que o resultado seria recompensador. A minha dedicação somada a trabalhar com o que amo e com responsabilidade foi o que me motivou diariamente a concretizar essa etapa. Realizar o mestrado, concluir as disciplinas e elaborar minha dissertação foi sem dúvida uma fase de grande desenvolvimento pessoal e profissional onde mesmo nos momentos de maiores dificuldades, nos três turnos dedicados a ele, nos feriados e fins de semana realizando as leituras NUNCA! passou por minha cabeça desistir, pois esse era um dos meus maiores sonhos. Me dediquei a tudo, oferecendo o melhor de mim, desde a seleção, e a concretização dessa etapa é a certeza de que tudo valeu a pena.

Nessa empreitada não posso deixar de destacar pessoas e instituições que foram muito significativas pra que tudo se desenvolvesse da melhor forma possível.

Primeiramente tenho a agradecer a CAPES pelo financiamento da minha pesquisa e pela bolsa de estudos que propiciou com que desenvolvesse meus estudos e pesquisa com toda a dedicação necessária.

Agradeço a meu orientador, professor Dr. Alencar de Miranda Amaral, uma pessoa muito especial, além de um profissional extremamente competente, que me auxiliou com os melhores conselhos e dicas, expandiu minha visão para coisas que vez ou outra passavam despercebidas e que eram por demais relevantes. Só tenho a agradecer por toda a atenção, pelas discussões e também pelas sugestões, pois tudo que sugeri sempre foi para ficar melhor. Obrigado pela motivação, por acreditar em mim e reconhecer todo meu esforço. Obrigado por tudo, só tenho a agradecer que nossa parceira deu muito certo.

Muito do que somos é resultado do contexto e realidade em que vivemos, e muito do que sou atualmente devo ao meu maior incentivador, meu esposo Cauly Dias de Brito e Silva. Não tenho nem palavras pra descrever como ele foi essencial em todas as etapas. O Cauly é o tipo de pessoa que sempre esteve ao meu lado, me dando apoio de forma ativa e participativa, se inserindo em todas as etapas de minha vida acadêmica. Mesmo tendo os próprios estudos e atividades, ele sempre esteve disponível para me auxiliar ouvindo os textos que escrevia, foi comigo ao campo,


discutia junto o que era preciso. Cauly foi uma peça chave para me manter “na linha” e me auxiliou com meios para que me dedicasse aos meus estudos da melhor forma possível. Te amo obrigado por tudo.

Agradeço também as pessoas e instituições que estiveram disponíveis a me fornecer informações sobre os templos estudados, sem dúvida foram extremamente significativos pra concretização de minha pesquisa. Ao Padre Alaércio Carvalho que nos auxiliou a obter informações sobre o templo de São Raimundo Nonato. As irmãs e o pároco da igreja de São João do Piauí, Padre Leonisio Lira Leal, que foram muito atenciosos e interessados em contribuir com a pesquisa, meu muitíssimo obrigado!!! A Dona Eulalia que nos acompanhou na visita ao templo de São João. Dona Espedita e Dona Teresina Jovita que nos forneceram informações sobre a igreja, por telefone respeitando as medidas de distanciamento social. A empresa Archeo Pesquisas Arqueológicas que me cedeu os registros fotográficos da Igreja de Ponta da Serra, e ao colega Alan Alves que fez essa ponte entre nós.

Não posso deixar de agradecer a minha amiga Daline Lima que me acompanhou desde o início, mesmo de longe. Obrigado pelos diálogos, desabafos, dicas, enfim, obrigada por tudo minha amiga você é muito especial para mim.

Agradeço a minha amiga Gracilene Coelho pelo apoio, aos colegas do mestrado que convivi durante o curso e todo o colegiado do programa, aos professores que compartilharam seus conhecimentos e nos auxiliaram a evoluir nesse processo. Agradeço ao professor Gustavo Neves que me supervisionou na disciplina de estágio à docência e a todos os alunos da turma de Graduação em Arqueologia que foram atenciosos e prestativos na realização das atividades.

Agradeço a todos que participaram desse processo, em especial a minha família, minha mãe Valdina Neves Plácido que sempre me perguntava quando ia terminar rsrsrs. Agradeço acima de tudo a Deus que me deu coragem e força de vontade para realizar esse mestrado e concluí-lo sabendo que cumpri o que me propus.

Obrigado a todos mais uma vez, amo vocês .

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo três igrejas oitocentistas situadas no sudeste do estado do Piauí, idealizadas e erigidas por um padre conhecido como Frei Henrique José Cavalcante. A pesquisa se objetivou em estudá-las a partir do viés da Arqueologia da Arquitetura conjugado aos pressupostos da Arqueologia Simétrica. A referida proposta teve a intenção de expandir o campo de análise e englobar os seres (atores) que formam os híbridos que são os templos estudados. Portanto foram considerados tanto os aspectos arquitetônicos e construtivos materiais (fiscalidade do templo), a espacialidade, assim como também os seres humanos e não-humanos que estabeleceram relações (redes) no decorrer do histórico de vida dessas igrejas. É relevante destacar que adotando os preceitos da Arqueologia Simétrica os templos passaram a ser encarados como dotados de agência, vida e dinamicidade ao longo do tempo. Portanto, não sendo vistos como reflexos das ações humanas, mas como resultado da inter-relação entre os muitos seres inseridos em amplas redes de relações, onde todos são atores e atuantes. A metodologia utilizada se baseou na análise externa (fachada) dos templos, levantamento dos elementos para discussão do histórico de vida, sendo incluso nesta os registros fotográficos, modificações, intervenções e incorporações de seres na sua estrutura. Por fim foi feita uma análise espacial com o objetivo de discutir como se organizava o interior destes templos (sintaxe). Para isso foi elaborada planta-baixa, com identificação das respectivas funcionalidades dos espaços, classificação dos mesmos quanto a abertos e fechados, distributivos, não distributivos, simétricos e assimétricos, com construção dos respectivos esquemas ilustrativos, mapa gama, etc. A partir das análises foi possível estabelecer que os templos apesar de se constituírem seres únicos possuem similaridades arquitetônicas nas suas fachadas que podem ser correlacionadas a denominada Arquitetura colonial e chã, demonstrando assim uma intenção e interesse na seleção de características arquitetônicas para execução dos templos. Pudemos também corroborar que essas edificações possuem um amplo histórico de vida e inúmeros indicativos de sua dinamicidade e estabelecimento de relações com muitos seres no decorrer do tempo. Com relação as análises com foco na sintaxe espacial apesar de possuírem plantas baixas de tipologias distintas, compartilham de similaridades com relação aos tipos de espaços e suas respectivas funcionalidades. Ainda nesse quesito foi possível estabelecer que essas são edificações de tipologia aberta, distributiva e assimétricas corroborando com a ideia de similaridade e de possuírem um padrão comum e geral nas formas em que se apresentam as edificações religiosas.

Palavras-chave: Templos católicos. Arquitetura colonial. Sudeste do Piauí. Piauí. Simetria.

ABSTRACT

The present work has as its object of study three nineteenth-century churches located in the southeast of the state of Piauí, idealized and built by a priest known as Frei Henrique José Cavalcante. The research aimed to study them from the bias of Archeology of Architecture combined with the assumptions of Symmetric Archeology. This proposal was intended to expand the field of analysis and encompass the beings (actors) that form the hybrids that are the studied temples. Therefore, both the architectural and constructive material aspects (the physicality of the temple), the spatiality, as well as the human and non-human beings who established relationships (networks) during the life history of these churches were considered. It is worth noting that, adopting the precepts of Symmetrical Archeology, temples came to be seen as endowed with agency, life and dynamic over time. Therefore, they are not seen as a reflection of human actions, but as a result of the interrelationship between the many beings inserted in broad networks of relationships, where everyone is an actor and actor. The methodology used was based on external analysis (facade) of the temples, survey of elements for discussion of the history of life, including photographic records, modifications, interventions and incorporations of beings in its structure. Finally, a spatial analysis was carried out in order to discuss how the interior of these temples was organized (syntax). For this, a floor plan was created, identifying the respective functionalities of the spaces, classifying them as open and closed, distributive, non-distributive, symmetric and asymmetric, with construction of the respective illustrative schemes, gamma map, etc. From the analysis, it was possible to establish that the temples, despite being unique beings, have architectural similarities in their facades that can be correlated with the so-called colonial and plain architecture, thus demonstrating an intention and interest in the selection of architectural characteristics for the execution of the temples. We could also corroborate that both have a broad life history and numerous indications of their dynamics and establishment of relationships with many beings over time. Regarding the analyzes focusing on spatial syntax, despite having floor plans of different typologies, they share similarities regarding the types of spaces and their respective functionalities. Also in this regard, it was possible to establish that both are open, distributive and asymmetrical buildings, corroborating the idea of similarity and of having a common and general pattern in the ways in which religious buildings are presented.

Keywords: Catholic temples. Colonial architecture. Southeast of Piauí. Piauí. Symmetry.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	DISCUSÃO TEORÍCO-METODOLÓGICO	13
1.1	ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA	14
1.2	ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA	23
1.3	CORRELAÇÕES ENTRE ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA E ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA	28
1.4	MATERIAIS E MÉTODOS	30
1.4.1	Características arquitetônicas e construtivas	32
1.4.2	Sintaxe espacial, espacialidade e funcionalidade.	34
1.4.2.1	Sintaxe espacial	37
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	46
2.1	A IGREJA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO BRASILEIRO	46
2.1.2	A atuação da igreja no processo de conquista e urbanização do território piauiense	49
2.2	ESTRUTURA DA IGREJA E CATOLICISMO NO PIAUÍ	60
2.2.2	Criação da Diocese do Piauí	66
2.2.3	Religiosidade Piauiense	71
2.3	ARQUITETURA RELIGIOSA	75
3.	FREI HENRIQUE JOSÉ CAVALCANTE E A CONSTRUÇÃO DE IGREJAS NO SUDESTE DO PIAUÍ	86
4.	ANÁLISES E RESULTADOS	97
4.1	ANÁLISE INTERNA E HISTÓRICO DE VIDA DA IGREJA MATRIZ/CATEDRAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI.	97
4.1.1	Sepultamentos no interior do templo	114
4.1.2	Estruturação espacial	130
4.2	IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA (SÃO JOÃO DO PIAUÍ)	146
4.2.1	Análise externa (fachada)	146
4.2.2	Histórico de vida	157
4.2.3	Estruturação espacial	210

4.3	CAPELA DA IMACULADA CONCEIÇÃO (PONTA DA SERRA- DOM INOCÊNCIO)	215
4.3.1	Análise externa (fachada)	215
4.3.2	Histórico de vida	222
4.3.3	Estruturação espacial	240
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está direcionado ao estudo das edificações religiosas (templos), construídas por Frei Henrique José Cavalcante no sudeste do estado do Piauí. Com foco nas análises de caráter formal (arquitetônico) funcional e espacial buscando utilizar os pressupostos teórico-metodológicos da Arqueologia da Arquitetura e da Arqueologia Simétrica para a análise, ou seja, promovendo análises que considerem essas edificações como híbridos, formados por distintos elementos e seres que atuam conjuntamente no processo de constituição mútua.

Com relação aos objetivos específicos estes são delimitados com vistas a identificar, nas igrejas estudadas, suas características arquitetônicas e construtivas, no intuito de verificar se as mesmas possuem similaridades ou diferenças¹; identificar e analisar as características arquitetônicas externas e internas; correlacionar quanto a um estilo arquitetônico; analisar e classificar a organização interna e espacial das igrejas; fazer o levantamento dos distintos elementos e seres presentes nessas edificações, como enterramentos, ornatos, decorações entre outras “coisas” que compõem o seu contexto específico; estabelecer o histórico de vida dessas edificações e como os distintos seres participaram desse processo, buscando compreender como se deu a rede de relações que se estabeleceram/ estabelecem no decorrer do histórico de vida dessas edificações até a contemporaneidade.

A escolha de tais igrejas piauienses se deu pelo fato das mesmas serem parte do conjunto de templos construídos pelo frei Henrique José Cavalcante no estado do Piauí. Frei Henrique foi um padre que percorreu vários estados em fins do século XIX e foi responsável pela construção de várias igrejas e outras benfeitorias por onde passou. Os estados que possuem construções idealizadas por esse padre são os estados do Piauí, Ceará, Bahia e Pernambuco.

As igrejas construídas por Frei Henrique José Cavalcante situadas no território piauiense são:

- ✓ Capela de Ponta da Serra, Município de Dom Inocêncio, construída em 1870.
- ✓ Igreja Matriz de São João do Piauí, construída em 1875.
- ✓ Catedral e Matriz de São Raimundo Nonato, construída em 1876.

Assim, a partir desse contexto, os problemas que passaram a nortear nossa pesquisa foram:

¹ Já que são contemporâneas e foram todas idealizadas e erigidas pelo frei Henrique José Cavalcante.

- Como se apresentam e são percebidas as características arquitetônicas (externas, internas e espacialidade) e demais elementos, que compõem as igrejas estudadas?
- Quais as características arquitetônicas internas e externas das igrejas estudadas? Analisando comparativamente as igrejas estas são diferentes ou semelhantes, e no caso do último, isso poderia ser relacionado a recorrência de um determinado estilo arquitetônico?
- Como se estrutura a organização dos espaços internos destes templos, e como a sua forma de distribuição pode estar associada à mecanismos de transmissão e/ou condicionamento do comportamento dos frequentadores?
- No estabelecimento do histórico de vida dessas edificações quais as características arquitetônicas e espaciais que se mantêm desde sua construção e quais se modificaram? Como essas modificações em suas estruturas, nos permitem problematizar as rupturas e/ou continuidades entre passado, presente e futuro?
- No histórico de vida dessas edificações (construção até a contemporaneidade) como se deu o estabelecimento das redes de relações e como agiram os seres?

Portanto, o intuito da pesquisa é conjugar os preceitos teórico-metodológicos da Arqueologia Simétrica e da Arqueologia da Arquitetura no estudo de edificações religiosas (templos), sendo exatamente tal proposta que resulta na justificativa deste trabalho. Utilizar os pressupostos das “arqueologias” acima citadas nos permitirão uma (re) leitura dessas construções, considerando aspectos negligenciados quando somente se faz uso das fontes escritas. Além disso, trabalhos nessa vertente de pesquisa são inexistentes na região, uma pesquisa desse tipo que envolve objetos de grande relevância para história e desenvolvimento da região tem o potencial de contribuir com a ampliação da documentação, divulgação e valorização do patrimônio e história regional.

Do ponto de vista formal o trabalho se estrutura do seguinte modo: no capítulo 1 apresentaremos a discussão teórico-metodológica relacionando os pressupostos da Arqueologia Simétrica e Arqueologia da Arquitetura para estudo desses edifícios. As metodologias de análise, seus conceitos, aplicações, e como os mesmos nos auxiliarão nas posteriores interpretações.

O capítulo 2 se destina a contextualizar os nossos objetos de estudo, ou seja, as três igrejas oitocentistas erigidas por Frei Henrique José Cavalcante. Nessa empreitada buscamos correlacionar a atuação da igreja em território piauiense com o processo de colonização, o desenvolvimento das missões jesuíticas² de um ponto de vista geral e posteriormente uma análise regional, discutindo como se organizou a estrutura hierárquica católica no estado e suas especificidades. E, por fim, são apresentados aspectos arquitetônicos das construções religiosas do período colonial correlacionando ao contexto social-cultural das mesmas.

O capítulo 3 foca na atuação de Frei Henrique José Cavalcante no sudeste do estado do Piauí, mais precisamente nos três templos abarcados pela pesquisa. Nessa etapa é dada ênfase as questões históricas de como se deu a construção dos referidos templos.

O capítulo 4 é dedicado as informações das análises efetuadas em cada edificação em específico. Portanto, são apresentados os dados levantados e as informações resultantes das análises externas, histórico de vida dos templos, análises internas e de sintaxe espacial entre outras. Cada subtópico, correspondente a cada igreja em específico, apresentando as referidas análises de forma individualizada.

Nas considerações finais serão apresentadas as conclusões da presente pesquisa.

² Como território inicialmente de domínio dos jesuítas, com a presença de fazendas, duas das igrejas abarcadas pela pesquisa (São João do Piauí, Dom Inocêncio) possuem relatos de associação com capelas jesuíticas ou fazendas.

1 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO

De início buscamos apresentar os pressupostos teóricos que serviram de embasamento a presente pesquisa, bem como as igrejas se inserem nos estudos arqueológicos pelo viés da Arqueologia Simétrica e Arqueologia da Arquitetura.

No geral, a Arqueologia da Arquitetura como forma de abordagem caracteriza-se pela análise das edificações partindo do pressuposto de que é possível encara-las como artefatos, superartefatos ou inclusive como sítios arqueológicos. Deveras que, em comparação aos outros artefatos, as edificações possuem suas similaridades e diferenças. Assim, devemos ter em mente que não somente o objeto imóvel³ é o “artefato”, pois, muitas das informações a serem destacadas de um edifício estão impressas nas formas em que os seus espaços estão organizados (espacialidade). Considerando os preceitos da Arqueologia Simétrica partimos da ideia de que tais edificações se constituem enquanto seres híbridos, ou seja, mistos de natureza, cultura, sociedade, passado, presente e futuro. Dessa maneira, para estudá-las consideramos sua materialidade (paredes e elementos arquitetônicos), organização dos espaços (espacialidade) e demais seres que as constituem (enterramentos, móveis, ornatos, etc.).

A Arqueologia Simétrica dialoga em muitos pontos com a Arqueologia da Arquitetura e nos oferece outras formas de encararmos os elementos que compõem esses templos. De início a Arqueologia Simétrica propõe que sejam problematizadas as dicotomias originárias da modernidade, já que elas frequentemente se expandem as formas de análise e interpretação por parte dos pesquisadores. Portanto, é necessário problematizarmos as dicotomias estabelecidas entre humanos, não-humanos, objetos-sujeitos, passado-presente-futuro, etc. Assim, ao encararmos esses seres nos mesmos termos, eles passam a figurar como iguais, ou seja, partilhando de características comuns e, portanto, possuindo vida, agência, capacidade de ação entre outros. A distinção entre esses grupos, pregada pela modernidade, não é verificada no desenrolar da realidade, essas distinções não são bem delimitadas no estabelecimento de relações entre esses seres, ou seja, mesmo que essas distinções existam elas não são dadas a priori. Da mesma forma que não há uma distinção/ ruptura entre os seres, não há também com relação as temporalidades, e isso é um ponto defendido pela Arqueologia Simétrica, e de grande

³ A edificação em si.

valia a nosso trabalho, já que ao estudar as edificações como sendo resultado de um amplo histórico de vida podemos considerar todas as modificações, incorporações de elementos durante esse processo.

1.1 ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA

A Arqueologia Simétrica pode assumir diferentes denominações como por exemplo: Arqueologia das relações ou Arqueologia das coisas, tendo como objetivo primordial “interpretar o mundo (incluindo o ‘passado’) através das teias de relações entre coisas, seres não-humanos e seres humanos” (VALE, 2015, p. 41).

De forma geral, a Arqueologia Simétrica, pretende problematizar os dualismos oriundos do pensamento ocidental moderno, e propor a adoção de uma postura mais igualitária perante as pessoas e objetos. Os objetos, na perspectiva simétrica, recebem variadas denominações, como “coisas” ou seres não-humanos, sendo que a relação entre sujeitos e objetos⁴ (coisas) resultam nos denominados híbridos⁵. A Arqueologia Simétrica propõe a adoção dessas terminologias como forma de refletir a sua proposta primordial, de que esses seres não devem ser encarados como categorias distintas, mas sim como coletivos, que como Latour (2004, p. 117) pontua, corresponde a “tudo, e não dois separados”. Portanto, os seres são vistos como componentes desses coletivos e estabelecendo relações sem levar em consideração as distinções pregadas pela modernidade.

Os pressupostos da Arqueologia Simétrica se relacionam ao denominado “princípio de simetria”, proposto por David Bloor. O foco de seu “programa forte”, como ficou conhecido, era desenvolver um programa de investigação social, que se fundamentava na relação entre contexto social e produção científica, encarando-as como realidades interligadas. Nesse sentido, era possível então “considerar o trabalho dos cientistas (...) como uma construção social, influenciada tanto por aspectos

⁴ É sugerido, por Latour, que a melhor denominação para estes seres seja sujeito e objeto, ao invés de humanos e não-humanos, pois trata-se de uma classificação antropocêntrica. Sendo que, o objetivo dessa distinta denominação (sujeito e objetos) é de diferenciá-los conceitualmente e não ontologicamente (MERENCIO, 2013).

⁵ Mistos de natureza e cultura, que não possuem delimitações claras entre si, se constituindo como seres que não são nem totalmente naturais, nem totalmente sociais. Os híbridos também podem ser caracterizados como as relações que se estabelecem entre humanos e não humanos e os emaranhados conjuntos que eles formam (LATOURE, 1994). No mundo atual não existem delimitações claras sobre o que se refere a obras da natureza ou dos homens, nem indica “onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social” (SANTOS, 2006, p. 65).

internos da própria comunidade científica, como por aspectos externos da sociedade a que pertencem” (HERNANDEZ, 2003, p. 88).

Latour e Callon posteriormente estenderam a proposta de Bloor a outros contextos, tendo como objetivo a explicação da “(...) maneira como se entrelaçam a natureza, a sociedade e as representações simbólicas que são utilizadas na fabricação de mediações que permitem unir essas três dimensões” (HERNANDEZ, 2003, p. 88). De acordo com Freire (2006, p. 49), essa proposta ficou conhecida como “princípio da simetria generalizada” e se fundamentava na ideia de que “(...) natureza e sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum e geral de explicação”. Dessa maneira assumia-se a existência de uma interação constante entre elas, ultrapassando a separação moderna e reivindicando uma simetria total entre humanos e não-humanos (sujeitos e objetos).

Para que a simetria se estabeleça é necessário considerar simultaneamente, nos estudos, “(...) a natureza das coisas, as técnicas, as ciências, os seres ficcionais, as economias e inconscientes” (LATOURE, 1994, p. 127), ou seja, os híbridos resultantes dessa “mistura”. Portanto, por meio da eliminação desses dualismos poderemos constatar a não ruptura entre natureza-sociedade, natureza-cultura, sujeito-objeto⁶, passado-presente-futuro, material-imaterial, etc. Ou seja, a não existência de uma delimitação clara dos limites de onde começa um e termina o outro, pois as relações que se estabelecem entre estes seres ao invés de bem estabelecidas, são fluidas. No estabelecimento de relações, distinções não são verificadas e, portanto, os termos utilizados para explicação são mútuos, resultando na conscientização de que capacidade de ação e vida, são características partilhadas por todos os seres.

Para que ocorra o estabelecimento de relações é necessário que os seres possuam “características e capacidades comuns que os permitam figurar como iguais no debate da produção do coletivo” (NEUMANN, 2008a, p. 89-90). Nesse sentido, os

⁶ A Arqueologia, como ciência moderna, absorveu muitos dos preceitos da modernidade, incluindo os dualismos. O próprio dualismo “sujeito-objeto” pode ser considerado como a pedra fundamental sobre a qual foi fundada, sendo que, os distintos campos intelectuais dentro da Arqueologia resultantes desta. Portanto, nas distintas vertentes foi dado ora um foco predominante ao polo da sociedade (sujeito) ou ao polo da natureza (objeto), mantendo assim as assimetrias nos seus estudos (SHANKS, 2007; POUGET, 2010; MACÊDO, 2011). Portanto, a Arqueologia buscava separar os seres, como ciência moderna, mas na prática fazia o oposto, misturava coisas naturais e sociais em suas explicações, ou seja, para entender o “homem” e na falta deste, utiliza os seus artefatos (naturais, sociais, híbridos?) para estudo. Ao invés de realizar a purificação das formas naturais e sociais, que se encontram em câmaras distintas, como a modernidade previa, a Arqueologia as misturava (NEUMANN, 2008a, 2008b).

seres são caracterizados por Latour (2004, p. 151) como dotados de palavra, de associação e recalitrância. Neumann (2008a) apresenta que atribuir a todos os seres estas características, propicia que os seres da natureza possam representar e defender seus pontos de vista, sendo também passíveis de ação (agir com liberdade) para com os demais, ou seja, como um ator social. Isso implica que em mesma medida os seres ditos da “sociedade” podem ter acesso a uma existência real. Todos são “plenamente agentes, livres, representando seus pontos de vista sobre uma realidade que está ao seu alcance e é produto de suas ações (...)” (NEUMANN, 2008a, p. 90). A agência, segundo Merencio (2013), deve ser entendida como distribuída pelos distintos seres, que estabelecem relações e são todos atores híbridos, esses últimos sendo resultado exatamente das relações entre eles e da junção de suas características⁷.

As coisas (seres além dos humanos) inicialmente, e no decorrer da história, eram vistas somente como recipientes e receptoras das intenções humanas, ou seja, resultantes e produtos da agentividade (ação) humana. Entretanto, muitas vertentes posteriores questionam esse pressuposto e defendem o nivelamento dessas relações, as coisas não são somente receptoras das intenções e ações humanas, elas podem assumir posições sociais e ser atores inclusive (OLSEN, 2007). As coisas produzem efeitos sobre nosso ser e nossas vidas, ou seja, elas “estruturam nossas vidas, direcionam e estabelecem nossos movimentos e nossas relações” (MACÊDO, 2011, p. 67-68). Complementando essas questões Merencio (2013) pondera que:

Elementos materiais, não humanos ou objetos podem ter o mesmo poder de indução de ação (...). Assim não levar em conta a agência dos objetos, principalmente se se considerar a grande presença destes em nossas relações, não só na atualidade, como também no passado, é eliminar e obscurecer uma grande parcela do entendimento das motivações e ações nossas e dos demais. (...) a agência como ação encontra-se distribuída, deslocada, mediada por diferentes tipos de atores, não somente por agentes humanos (...) (MERENCIO, 2013, p. 187-194).

Podemos destacar a consciência de que os seres além dos humanos atuam, agem e influenciam os demais com os quais estabelecem relações, e devem ser considerados de igual importância nos estudos. Nesse sentido, Latour (2005, p. 72) argumenta que “além de determinar” e servir como “pano de fundo” para a ação humana”, as coisas podem autorizar, permitir, pagar, incentivar, sugerir, influenciar,

⁷ A junção de características dos dois polos resulta nos elementos híbridos, e nesse sentido e dessa maneira tanto os “objetos podem ser sujeitos, assim como os sujeitos podem ser objetos” (ARONI, 2010 apud MERENCIO, 2013, p. 192).

bloquear, tornar possível, proibir”. Latour (2005) salienta a necessidade de conscientizarmos-nos que a ação não deve ser tida como um domínio ou propriedade exclusivamente humano. A ação, cuja compreensão e análise requer que entendamos quem a executa, se expandira por todos os elementos participantes, inclusive os não-humanos. Segundo Vale (2015, p. 46), as coisas são formadas basicamente “pela mão humana”, mas também por elementos como “animais, plantas, argila e água” e outros que não deixam rastros materiais, como é o caso dos “pensamentos, sentimentos, cheiros ou o que é apenas enunciado”. As coisas ainda podem ser consideradas como o fluxo de energia, de informação e as instituições. Segundo a autora “as coisas não são inertes: transformam-se, caem, morrem, crescem, escasseiam, modificam-se...”. Portanto, “os materiais, as coisas materiais, não determinam as direções e rumos a seguir, mas podem limitar, confundir, criar barreiras ou promover e facilitar o mesmo curso” (VALE, 2015, p. 46).

Não somente os seres humanos afetam e modificam o estar no mundo mais a materialidade⁸ também o faz (MACÊDO, 2011). Nesse mesmo sentido Olsen (2003) pontua que tanto as coisas, como os objetos e inclusive as paisagens possuem qualidades reais que afetam e podem moldar a percepção que temos deles e como nos relacionamos com eles⁹. A ação pode se expandir e se alocar em diferentes atores, que podem ser desde humanos a objetos (LATOURE, 2005).

Os atores¹⁰, portanto, são todos os seres (sujeitos e objetos, humanos e não humanos, híbridos) que compõem as redes, ou seja, que possuem capacidade de ação e estabelecem relações entre si. Sendo assim, Macêdo (2011) salienta a existência dos denominados “atores silenciosos”, que se constituem em seres que mesmo não estando presentes, sua ação e influência continuam atuantes. Essas relações que se estabelecem entre os atores que formam o que é denominado de

⁸ Quando utilizamos o termo “materialidade” nos referimos aos objetos materiais (híbridos) com os quais estudamos. Temos consciência que o termo se relaciona aos estudos que “(...) partem da preocupação em se compreender como os objetos são apropriados, entendidos e envolvidos nas ações de agentes humanos” como pontuado por Merencio (2013, p. 195). Decerto que buscamos entender como esses “objetos” com os quais estudamos se prestaram ao papel e auxiliaram nas empreitadas humanas, de catequização, evangelização, etc., porém destacamos e buscamos também elucidar as formas que os mesmos agiram independente dos humanos, já que adotamos a perspectiva de que os mesmos possuem capacidade de agir por si só, com os humanos e com os demais seres além dos humanos, como é defendido pela Arqueologia Simétrica.

⁹ “Things objects, landscapes, possess “real” qualities that affect and shape both our perception of them and our cohabitation with them” (OLSEN, 2003, p. 88).

¹⁰ Um ator corresponde a “aqueles elementos que produzem efeitos na rede, que a modificam e são modificados por ela e são estes elementos que devem fazer parte de sua descrição. (...)” (FREIRE, 2006, p. 55).

rede, que se constitui como um emaranhado de seres que se influenciam reciprocamente (LATOUR, 1994). Dentre as muitas formas em que é conceituada, pontos comuns podem ser destacados em relação a definição do termo “rede”¹¹, como por exemplo, a noção de heterogeneidade, demonstrada pela variedade de seres, objetos, materiais que as constituem; os seres constituintes da rede são passíveis de ação e reação, oriundas dos demais que a compõem, ou seja, um emaranhado de seres, igualmente atuantes e passíveis de ação. A partir desses pressupostos surge a teoria ator-rede¹² (TAR), uma via de estudo, que se constitui como sendo, segundo Freire (2006), uma nova ontologia, que se baseia numa nova forma de pensar e encarar tanto o mundo como a realidades, desconsiderando as grandes divisões, propostas pela modernidade, e adotando um ponto de vista que leva em conta sua hibridização. Segundo Latour (1994, p. 10-11) conectando “ao mesmo tempo a natureza das coisas” ao contexto social¹³, sem, no entanto, reduzir-se a uma coisa ou outra, a TAR foca-se na compreensão das redes de relações que se dá entre humanos e demais seres além dos humanos e da ação presente nela, assim como se dá a construção simultânea¹⁴ entre os seres, e na forma em que sociedade e natureza se misturam (FREIRE, 2006; MACÊDO, 2011). Assim, segundo Ingold (2012, p. 40), em nossas análises não devemos concentrar a “agência em mãos humanas”, mas sim buscar entender como ela se distribui “por todos os elementos que se encontram conectados ou mutuamente implicados num campo de ação”. Nesse quesito Merencio (2013) pondera que:

(...) agência possui um caráter relacional, estando distribuída em toda a rede. A definição de ator (...) é democrática e traduz esse caráter

¹¹(...) “rede é uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos”, ou seja, a materialidade física do objeto não corresponde ao que seria as redes, mais sim as relações que institui e estabelece com os demais” (MORAES, 2000, p. 13). “Fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores interferem e sofrem interferências constantes” (FREIRE, 2006, p. 55). John Law (1992) caracteriza as redes pela sua constituição, argumentando que a mesma engloba pessoas, máquinas entre outros elementos, essa constituição mútua que as torna mais forte, que se fosse considerada suas partes isoladas.

¹² Segundo Hernandez (2003, p. 93) o conceito de redes passou a ser bastante utilizado a partir dos anos 80, por um grupo de sociólogos, que o utilizavam com distintos significados. Um dos que mais se propagou trata-se da noção de “ator-rede” que corresponde a noção de que o objeto técnico-científico é resultado de uma mescla tanto de entidades humanas como naturais, que atuam socialmente com características de um ator, situado entre dinâmicas sociais e leis naturais. De acordo com Macêdo (2011, p. 69) a Teoria ator-rede pode ser compreendida como “um modelo conceitual e prático para seguir os movimentos traçados na construção simultânea de homens e objetos, em que sociedade e natureza se misturam”.

¹³ O social deve ser considerado como um campo de relacionamentos e não uma entidade limitada. “o social é um híbrido, mistura elementos humanos e não-humanos” (THOMAS, 1999).

¹⁴ As relações entre seres humanos e objetos são multilineares, e resultantes do processo de “construção” (MEYER, 2006, apud MACÊDO, 2011, p. 59).

híbrido, ao não fazer distinção entre sujeito e objeto, tudo e todos são elementos/atores: desde coisas a pessoas, passando por sites, empresas e países. Por conseguinte, agência desses atores não está definida a partir de uma intencionalidade, subjetividade de um sujeito, e sim, pela capacidade desse elemento em induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação (MERENCIO, 2013, p. 193).

As coisas, partes constituintes das redes, são consideradas “nós ideais” por serem compostas de materiais passíveis de conter, reunir e perdurar elementos que remetem a qualidades no tempo e espaço¹⁵. Nesse sentido, a matéria representa o “nó” ideal em uma rede para “receber” e “distribuir” as conexões que a formam. Portanto, os materiais podem ter uma grande duração e possuem propriedades de armazenar muitas informações de sua “longa existência”¹⁶, dos distintos tempos e situações aos quais foram submetidas.

Assim como a noção de agência (capacidade de ação) é tida como partilhada entre os seres, reconhecendo que os mesmos não são espectadores passivos, mas ativos (GELL, 1998 apud WEBMOOR, 2007, p. 299), a noção de vida também o é. A “história de vida das coisas” pode ser caracterizada como a trajetória/ duração desde o passado até o presente, ou seja, desde sua fabricação até a contemporaneidade. Nesse sentido, a “vida” engloba inclusive as atividades contemporâneas de estudo e análise desenvolvidas pelos pesquisadores¹⁷ (HOLTORF, 2002).

Retomando, por meio da adoção de um quadro comum de explicação e caracterização dos seres, que se procede a eliminação dos dualismos: natureza-cultura, sujeito-objeto, passado-presente-futuro, material-imaterial dentre outros. Sendo esta posição baseada na ideia de que não há ruptura, delimitação clara entre eles, é corroborado que todos são híbridos. A partir dessa conscientização, podemos eliminar o dualismo relacionado a temporalidade, que se constitui de primordial importância inclusive para discutir e abarcar os muitos momentos que constituem a

¹⁵ “A relação entre tempo e espaço é especialmente estreita (MILLER, 1987 apud OESTIGAARD, 2004, p. 46, traduzido pela autora). “Posições espaciais e temporais significarão potencialmente o tempo decorrido desde que foi criado” (OESTIGAARD, 2004, p. 46, traduzido pela autora). “Se durabilidade é sobre o ordenamento no tempo, mobilidade é sobre o ordenamento no espaço” (LAW, 1992, p. 7).

¹⁶ Ou seja, se considerarmos uma construção, a ordenação no espaço se relaciona a sua materialidade física, suas paredes, elementos moveis e imóveis que a constituem. Já a ordenação no tempo corresponde a sua durabilidade, ou seja, ela possuirá um amplo histórico de existência, podendo inclusive, por meio de seus materiais constituintes armazenar indícios desse histórico, como modificações, incorporações de elementos, etc.

¹⁷ (...) “descoberta, reconstituição, análise, interpretação, arquivamento e exibição” que são processos que passam a integrar a história de vida das coisas (HOLTORF, 2002, p. 54). “(...) materiais que restam do passado, são mais que testemunhos de uma entidade extinta: são parte daquela entidade que ainda está conosco no presente” (THOMAS, 1999).

trajetória de vida dos seres estudados. Sabemos que eles possuem vida e são exatamente essas etapas (desde seu surgimento, fabricação até a contemporaneidade, em um processo constante e contínuo, que é importante salientar continua atuante) que constituem seu histórico de vida. Os espaços, objetos e edificações são passíveis de armazenar e podem nos auxiliar a compreender partes de suas etapas de vida, carregam traços da sua existência, são atemporais, pois se constituem como sendo a junção de camadas do passado, presente e futuro chocando se mutuamente. Esses processos se cristalizam nesses elementos, sendo importante para compreensão das muitas interações com demais seres (SILVA, 2019).

Problematizando a questão das temporalidades (passado e presente), Oestigaard (2004) argumenta que toda materialidade é ao mesmo tempo velha e nova¹⁸. Nos estudos arqueológicos os artefatos e materialidades podem ter distintas profundidades de tempo.

A dimensão temporal é sempre incorporada em qualquer tipo de materialidade. A materialidade sempre existe, mas de várias formas e em vários momentos. A materialidade é modificada pelas pessoas, transformada em artefatos, reutilizada e refeita, e recebe novos significados em uma cadeia interminável de renegociações. O mundo em que vivemos é material – o mundo é um artefato – nós conceituamos, modificamos, construímos novas construções- viver é participar de uma série interminável de modificações materiais de mundos que já foram feitos. Toda a materialidade é antiga e nova ao mesmo tempo, mas diferentes fases das modificações do material ou construções feitas pelo homem podem ter origens e datas específicas. Ao incluir a esfera total das relações da materialidade na análise, os arqueólogos que estudam seres humanos em contextos passados e presentes precisam analisar as premissas de comportamento e ação¹⁹ (OESTIGAARD, 2004, p. 40, traduzido pela autora).

Todas as materialidades possuem projeções e trajetórias nas variadas temporalidades, ou seja, passado, presente e futuro. Sendo que o “passado existe no presente”. Nessa perspectiva os tempos passado, presente e futuro podem ser

¹⁸ Os processos que geram modificações na materialidade correspondem a processos culturais e sociais, estes são resultantes dos trabalhos organizados e conhecimento, através do quais se criam sociedades e hierarquias (OESTIGAARD, 2004).

¹⁹ “The time dimension is always incorporated in any kind of materiality. Materiality always exists, but in various forms at various times. Materiality is modified by people, made into artefacts, reuse and remade, and given new meanings in an endless chain of renegotiations. The world we live in is material – the world is an artefact – we conceptualise it, modify it, construct new constructions – to live is to participate in an endless series of material modifications of worlds that are already made. All materiality is old and new at the same time, but different phases of the material modifications or man-made constructions may have specific origins and dates. By including the total sphere of relations of materiality in the analysis, logically, archaeologists studying human beings in past and present contexts have to analyse the premises for behaviour and action (OESTIGAARD, 2004, p. 40).

considerados facetas/ aspectos da materialidade e não entidades fixas separadas e vistas como isoladas umas das outras (OESTIGARRD, 2004, p. 44-46).

Os processos cognitivos podem se distribuir por meio de pessoas e coisas, e também podem ser distribuídos no tempo. Sendo que, este último se incorpora nas coisas, que possuem temporalidades próprias, e que não necessariamente devem coincidir como o tempo humano. As coisas são “feitas no passado e concebidas para o futuro²⁰”, abolindo a divisão, antes pregada, entre passado, presente e futuro. Esse ponto também auxilia na compreensão de que estas mesmas coisas possuem capacidades de exercer influência sobre os humanos, muito tempo após os seus “criadores” terem falecido²¹ (GONZALEZ-RUIBAL, 2012). Roepstorf (2008) contribui nessa questão salientando que os objetos possuem capacidades de agir e trabalhar por si próprios.

Tal forma de encarar o tempo faz nos conscientizarmos que as formas que chegam a nós na contemporaneidade são resultado e podem abarcar múltiplas temporalidades, são frutos de “vários tempos” coexistindo conjuntamente e ainda em movimento. As formas que chegam a nós, não podem ser vistas como acabadas, pois ações que ocorrem no presente podem resultar em novas mudanças. A esse respeito Roepstorf (2008, p. 2049-2054) salienta, que a aparente concretude²² do objeto representa o produto final de uma longa cadeia de transformações (formada por agentes humanos e não-humanos) que transforma a matéria em objetos sólidos, reais e concretos, ou seja, a materialidade do objeto, o que chega até nós e é estudado representa a ação de múltiplas redes que se entrelaçam e formam os “objetos reais” e materiais. É exatamente a materialidade ou as capacidades físicas dos artefatos que os diferencia das “construções puramente mentais” (OESTIGAARD, 2004, p. 141).

²⁰ “A cultura material não é, portanto, um simples produto da sociedade, ela é integral à sociedade. Segue-se que os materiais que restam do passado, são mais que testemunhos de uma entidade extinta: são parte daquela entidade que ainda está aqui conosco no presente” (THOMAS, 1999, p. 17-18).

²¹ A natureza física do objeto, sua durabilidade costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais (MACÊDO, 2011, p. 143). Eles continuam a orientar nossas ações e participar de nossos processos cognitivos, mesmo quando os significados originais desses artefatos foram profundamente transformados (...) algo do significado profundo e mais abstrato das coisas, ainda pode funcionar no presente de maneira inconsciente” (GONZALEZ-RUIBAL, 2012, 137, traduzido pela autora). “Todas as propriedades da coisa e características, incluindo sua identidade material e idade, são considerados o resultado de processos que ocorrem no presente. (...) As identidades materiais atribuídas as coisas não são propriedade essenciais, mas se referem ao resultado de relações específicas de pessoas e coisas: sua própria aliança é potencialmente múltipla e tem uma história” (HOLTORF, 2002, p. 49, traduzido pela autora).

²² Denominação atribuída por Macêdo (2011).

Portanto, é a partir desses preceitos que buscamos entender os seres, atores e nós materiais que são os templos estudados. Tendo ciência disso, que apresentamos a citação de Geertz (2008), como uma citação norteadora, que resume bem tais preceitos. Para ilustrar o exemplo da Catedral de Chartres, o autor pondera que:

Chartres é feita de pedra e vidro, mas não apenas de pedra e vidro é uma catedral, e não somente uma catedral, mas uma catedral particular, construída num tempo particular por certos membros de uma sociedade particular. Para compreender o que isto significa, para perceber o que isto é exatamente, você precisa conhecer mais do que as propriedades genéricas da pedra e do vidro e bem mais do que é comum a todas as catedrais. Você precisa compreender também- e, em minha opinião, da forma mais crítica- os conceitos específicos das relações entre Deus, o homem e a Arquitetura que ela incorpora, uma vez que foram eles que governaram a sua criação (GEERTZ, 2008, apud MACÊDO, 2011, p. 107).

Isso implica que mais que entender suas partes isoladas (materiais que a compõe) o mais indicado é entender conjuntamente as redes de relações nas quais se insere e seres que a compõe²³. Nesse contexto a catedral seria o “nó”, como anteriormente citado, que materializa inúmeras conexões que podem ser utilizadas pelo pesquisador em seus estudos, de um ponto de vista multifocal, conscientizando-se os vários elementos que a formam.

Os seres (objetos) aos quais estudamos são frutos desses emaranhados de “coisas”, que resultam na materialidade aparente que se apresentam a nós. Não devemos imaginar que os seres com os quais lidamos para estudo são deslocados, destacados do mundo a qual fazem parte ou como formados por substâncias puras intactas, acabadas e fruto de um passado superado²⁴. O pesquisador ao se deparar e estudar com esses seres, os insere novamente a uma rede de conexões e relações, que segundo a Arqueologia Simétrica devem ser consideradas na pesquisa. Sendo que, da mesma forma é de suma importância, como Latour (1994) pontua, identificar como na prática os seres se associam, pois estes se encontram associados em uma só rede de múltipla agência²⁵.

²³ As diferenças entre eles existem, mas todos esses seres são aparentados compartilhando a substância e a habitação do mundo (MACÊDO, 2011, p. 129).

²⁴ Devemos entender o passado como um processo criativo e criado (fabricado), onde o passado não acabou em determinado ponto. O passado é uma trajetória de conexões que o aparta de sua origem temporal no passado cronométrico de um lugar datado. Uma rede de relações que continuamente reconstituem o passado em si (SHANKS, 2007).

²⁵ Não compreenderemos as modificações que ocorrem no mundo se considerarmos somente dois seres, sendo que um se sobrepõe ao outro. Só poderemos entendê-las se “redistribuírmos a essência

A partir dessas colocações, que servem de base para o estudo dos templos estudados, apresentaremos a seguir alguns pontos de igual importância da Arqueologia da Arquitetura. Como salientado desde o início um dos objetivos será exatamente complementar e aproximar essas vertentes para compreender de forma mais completa e simétrica os seres com os quais estudamos, considerando sua multiplicidade, heterogeneidade e os seres que contribuíram e contribuem na sua formação. Cabe adiantar de antemão que as ditas vertentes possuem pontos comuns de diálogo, e a junção das mesmas decorre do fato de que temos ciência dos seres e elementos que as compõem, como já demonstrado pela Arqueologia Simétrica, não podemos nos ater somente a Arquitetura de forma restrita desconsiderando todos esses outros elementos a muito elencados durante o texto. Entendemos essas edificações como híbridos formados por seres (humanos, não-humanos), que estabelecem redes entre si sem distinções, ambos dotados de vida, agência e com um longo histórico de vida. Sendo que, tais edificações são formadas tanto pela materialidade física imóvel (paredes, teto, ornamentos), como por sua espacialidade (organização dos espaços) como também pelos demais objetos móveis que auxiliam na empreitada e cumprimento de sua função como templo religioso católico. Para isso apresentaremos os pressupostos teóricos norteadores, além das metodologias com vias a alcançar essa compreensão, oriundas da Arqueologia da Arquitetura e demais áreas considerando sempre a especificidade e singularidade dos contextos aos quais estudamos e os objetivos da pesquisa, que corresponde a entender essas edificações de um ponto de vista arquitetônico (parte externa, interna e espacialidade) sem para isso desconsiderar os demais elementos (“coisas”) que compõem as mesmas.

1.2 ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

A Arqueologia da Arquitetura como ramo da Arqueologia Histórica tem como foco principal o estudo das edificações pelo viés arqueológico. A Arqueologia como ciência multidisciplinar admite um estudo abrangente, utilizando para isso inúmeras fontes e evidências, ou seja, restos materiais, documentos, artefatos, plantas, fotografias, vasos cerâmicos e inclusive edificações. De forma resumida tudo que é produzido ou modificado pelo homem é passível de estudo pelo arqueólogo. Todos esses “artefatos” podem ser encarados como “materialização da cultura” (NAJJAR e

por todos os seres que compõem essa história”, ou seja, todos os elementos e seres constituintes como partes importantes da construção histórica (LATOURE, 1994, p. 80).

DUARTE, 2002, p. 11). Nesse mesmo, sentido Santos (2009) pontua, que toda construção ou estrutura, que se encontre abaixo ou acima do solo interessa ao arqueólogo. Sendo que a importância do estudo da Arquitetura é demonstrada por inúmeros autores (SANTOS, 2009; NAJJAR, 2011; NAJJAR E DUARTE, 2002; NARA JUNIOR, 2015 entre outros), pois as mesmas podem ser utilizadas entre muitas outras formas para conhecimento das épocas, das relações que se estabeleceram entre seus ocupantes e como se relacionaram com a sociedade.

De acordo com Vila, Rotea e Borrazas (2002) a Arquitetura pode ser conceituada como a manipulação antrópica dos espaços, por meio de técnicas construtivas, que podem se modificar no decorrer do tempo, e atendendo a muitos fatores, como por exemplo: fatores sociais, culturais, econômicos, etc. Os autores admitem que a Arquitetura se relaciona tanto com o entorno físico, no qual se encontra, como com a sociedade, sendo sua forma física resultado de percepções compartilhadas pelos indivíduos dessa mesma sociedade, ou seja, pelos códigos de uso, a concepção de espaço e os esquemas de pensamento daquela sociedade. É necessário pois, encarar as edificações como inseridas em um contexto e como fenômeno resultante deste.

Nesse mister a denominada Arqueologia da Arquitetura busca analisar as edificações e construções humanas de um ponto de vista arqueológico. Como disciplina arqueológica e histórica, centra-se na busca do conhecimento, por meio do estudo dos “documentos materiais”, no caso, as edificações²⁶ (QUIROS CASTILLO, 2002, p. 28). A Arqueologia da Arquitetura é passível de se apoiar tanto na Antropologia, focando os estudos nas questões sociais, como na História que considera “a leitura dos elementos arquitetônicos da edificação como meio para chegar ao conhecimento do processo histórico nela expresso; independentemente das tipologias tradicionais” (SANTOS, 2009, p. 43).

Na empreitada de estudo, da Arqueologia da Arquitetura, são comuns o uso e desenvolvimento de modelos analíticos e ferramentas metodológicas para compreensão dos espaços construídos (VILA, ROTEA E BORRAZAS, 2002). Arce (2009) pontua que as abordagens dessa vertente são amplas e podem ser aplicáveis a qualquer edifício, de qualquer período histórico; sendo assim, qualquer edificação é passível de leitura pelos parâmetros da Arqueologia. Portanto, nessa vertente, os

²⁶ “(...) el conocimiento de la sociedade a través de los documentos materiales, em este caso arquitectônicos” (QUIROS CASTILLO, 2002, p. 28).

edifícios são vistos como sítios arqueológicos, e por esse motivo, podem ser estudados e analisados a partir de pressupostos teóricos e metodológicos próprios da Arqueologia²⁷.

Utilizamos as idéias de Arce (2009), de encararmos as edificações como sítios arqueológicos, complementando-o com a proposta de Najjar (2011), Najjar e Duarte (2002) e Vila, Rotea e Borrazas (2002). Najjar (2011) e Najjar e Duarte (2002, p. 10-11) propõem que “(...) a edificação seja estudada como se fosse, ela própria, um super-objeto – um *superartefato* – e não meramente onde estão localizados os objetos”. Nesse sentido as edificações são superartefatos construídos pelos homens e inseridas num determinado tempo e espaço, e, portanto, “carregado de valores e simbolismo”.

As edificações devem ser vistas como artefatos (ou como anteriormente citado, superartefatos) construídas pela ação humana, da mesma forma que objetos cerâmicos ou artefatos líticos o são. Na medida em que são fruto de um determinado tempo e espaço funcionam como meio de produção e produto das relações sociais. Essas relações sociais podem ser evidenciadas e compreendidas pelos estudos arqueológicos, e segundo a autora, são significativos para o enriquecimento dos “resultados da pesquisa e da história do bem, sob uma ótica necessariamente interdisciplinar” (NAJJAR, 2011, p. 71).

Devido à variedade de abordagens e estudos que os edifícios permitem, o registro arquitetônico, segundo Vila, Rotea e Borrazás (2002), é tido como uma chave para entender as formações socioculturais e também diferentes fatores individuais, sociais, políticos e econômicos, substanciais e simbólicos que prevaleceram nas comunidades do passado (e do presente²⁸). A multiplicidade de funções, usos e inclusive a ação social é refletida nas edificações²⁹.

²⁷ Considerar que un edificio es un yacimiento arqueológico pluriestratificado y que puede ser observado y registrado según un principio propiamente arqueológico (la estratigrafía) ha permitido que la arqueología tradicional (excavatoria) saque la cabeza desde las profundidades de la tierra y dirija su mirada a las estructuras aéreas, hasta ahora objeto de estudio caso exclusivo de la HA (ARCE, 2009, p. 22).

²⁸ Adendo nosso.

²⁹ (...) “los ambientes edificados tienen varios fines: proteger a la gente, sus actividades y posesiones frente a los elementos, frente a sus enemigos humanos o animales, y frente a los poderes sobrenaturales; establecer una morada; crear una zona humanizada y segura, en un mundo ajeno y potencialmente peligroso; acentuar la identidad e indicar la posición social, y así sucesivamente. De ahí que, para comprender los orígenes de la arquitectura, conviene adoptar una perspectiva más general y considerar que los factores socioculturales, en su sentido más amplio, son más importantes que el clima, la tecnología, los materiales y la economía. En cualquier caso, la interacción de todos esos factores es la que mejor explica la forma de los edificios. No basta una sola explicación, ya que

Vila, Rotea e Borrazas (2002) dialogam com o proposto de Arce (2009), de que as edificações são como sítios arqueológicos, e de Najjar & Duarte (2002) e Najjar (2011) de encararmos as edificações como artefatos ou superartefatos. Para Vila, Rotea e Borrazas (2002) as edificações, assim como os demais elementos da cultura material, analisadas pelo viés arqueológico, são consideradas um produto cultural destinado a comunicar informações, se trata de um espaço físico em que se desenvolve e se reproduz a ação social³⁰.

Nas edificações, a ordenação dos espaços é de suma importância, e tem como objetivo principal³¹ definir como as pessoas irão se deslocar e se localizar em um prédio (CORREA, 2005). A ordenação dos espaços é tida como a ordenação das relações das pessoas, como proposto por Hillier e Hanson (1984). Espaço pode ser conceituado de múltiplas formas, Milton Santos (2006, p. 12) o descreve como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ação”, já Zevi (1998, p. 192) afirma que o espaço engloba “todas as realidades de um edifício”.

Com relação aos espaços Tuan (1983) afirma que:

Uma vez terminado o edifício ou o complexo arquitetônico, torna-se, então, um meio ambiente capaz de afetar as pessoas que nele vivem. O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana. É verdade que, mesmo sem forma arquitetônica, as pessoas são capazes de sentir a diferença entre interior e exterior, fechado e aberto, escuridão e luz, privado e público. Mas este tipo de conhecimento é rudimentar. (...) o meio ambiente construído define as funções sociais e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. Por último, a

los edificios - hasta las viviendas más modestas- son algo más que objetos o estructuras materiales. Son instituciones, fenómenos culturales básicos. La gente concibe los ambientes antes incluso de conseguirlos. El pensamiento ordena el espacio, el tiempo, la actividad, la condición social, los cometidos y la conducta. Pero es importante dar impresión física a las ideas. El codificar las ideas las convierte en útiles mnemotécnicos; las ideas ayudan a la conducta, recordando a la gente cómo debe actuar y lo que se espera de ella. Es importante recalcar que todos los ambientes construidos - edificios, asentamientos, paisajes- constituyen una manera de organizar el mundo haciendo visibles los sistemas de ordenación. El paso esencial, pues, es la ordenación u organización del entorno” (RAPOPORT, 1972 apud VILA, ROTEA e BORRAZÁS, 2002, p.14).

³⁰ A Arquitetura como produto cultural, possui informações de caráter histórico e surge daí seu estudo pelos arqueólogos. Os edifícios testemunham as práticas sociais e foram construídos segundo essas práticas (CORRÊA, 2005).

³¹ “It is this ordering of space that is the purpose of building, not the physical object itself. The physical object is the means to the end. In this sense, buildings are not what they seem. They appear to be physical artefacts, like any other, and to follow the same type of logic. But this is illusory. Insofar as they are purposeful, buildings are not just objects, but transformations of space through objects” (HILLIER e HANSON, 1984, p. 1). A forma de deslocamento das pessoas dentro da edificação corresponde a forma como os espaços estão organizados, se permitem uma maior liberdade ou um maior controle, ou seja, a organização espacial dimensiona a função cultural. A ação passível de ser desenvolvida no interior do templo, depende diretamente do grau de liberdade expresso sobre a forma em que se distribui os espaços (NARA JÚNIOR, 2015).

Arquitetura “ensina”. (...) Na falta de livros e instrução formal, a Arquitetura é uma chave para compreender a realidade (TUAN, 1983, p. 114).

Os ambientes arquitetônicos/construídos podem assim ser equiparados a linguagem, ou seja, tem a capacidade de “definir e aperfeiçoar a sensibilidade. Pode aguçá-lo e ampliar a consciência. Sem a Arquitetura, os sentimentos sobre o espaço permanecem difusos e fugazes” (TUAN, 1983, p. 119).

A forma do espaço pode impor inclusive esquemas de organização social, sendo tanto um reflexo como um gerador ativo de conduta social, e, portanto, não deve ser interpretado unicamente em termos funcionais, mas também em aspectos sociais. O espaço construído também é um objeto simbólico já que transmite mensagens que são assimiladas de maneira inconsciente na vida cotidiana. A forma arquitetônica é definitivamente um significante que transmite significados culturais (VILA, ROTEA E BORAZZÁS, 2002). Outros elementos que nos trazem informações relevantes dizem respeito, segundo Gonzalez-Ruibal (2012), as diferentes qualidades dos materiais empregados na edificação, diferenciação de texturas, decorações, moveis, a localização de cômodos com funções específicas e relacionadas a pessoas de posições de destaque, etc. Todos esses elementos auxiliam as pessoas na internalização, por meio da prática da “ordem social do mundo³²”.

É importante por fim salientar que o espaço arquitetônico é um elemento dinâmico, susceptível a modificações ao longo do tempo. Como citado por Corrêa (2005, p. 15-16) se trata de algo mais que “um ambiente para guardar objetos e pessoas”. Louise Revel (2007) pontua que os significados da Arquitetura também são mutáveis no decorrer do tempo, assim como de qualquer elemento da cultura material, esses significados não são fixos nem estáveis³³, e segundo o autor são inscritos no espaço e captados por meio da realização de atividades rotineiras que ocorrem nele (REVELL, 2007 apud NARA JÚNIOR, 2015, p. 118).

Portanto, a partir desse panorama buscaremos apresentar como a Arqueologia da Arquitetura e Arqueologia Simétrica podem ser correlacionadas, e nos auxiliar na análise e estudo das edificações, templos religiosos abarcados pela pesquisa,

³² “(...) order of the world (...)” (GONZALEZ-RUIBAL, 2012, p. 152).

³³ “Assim, da mesma forma que não podemos olhar para o passado antigo e imaginar que aquelas pessoas entendiam seus próprios corpos da mesma maneira que nos o fazemos no presente, assim nos, igualmente não podemos imaginar que a significância da cultura material é fixa e imutável (THOMAS, 1999, p. 19).

fornecendo parâmetros que serão considerados nas análises e posteriores interpretações.

1.3 CORRELAÇÕES ENTRE ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA E ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

Analisando os pressupostos teóricos e conceitos até o presente momento apresentados, podemos verificar uma aproximação e diálogo entre as distintas vertentes, ou seja, alguns pontos podem ser correlacionados. Podemos resumir-los da seguinte forma:

- Os edifícios devem ser considerados como resultado de múltiplas interações e relações que culminam em sua forma material concreta, a saber: questões funcionais, tecnológicas, simbólicas, etc. Nesse sentido podemos então afirmar que existe um paralelo entre as propostas das referidas arqueologias, sendo, portanto, o edifício um ponto de encontro, resumindo um “nó” de uma rede³⁴ maior de interações.
- Os edifícios são “produzidos” pela ação (agência) humana, mas da mesma forma promovem ações, ou seja, possuem capacidade de ação sobre os seres humanos. A questão da agência pode ser vista como uma via de mão dupla, algo recíproco, onde os edifícios sofrem influência humana, mas as pessoas que o utilizam sofrem da mesma forma a agência das edificações.
- Os edifícios não são algo estático³⁵ no tempo, um objeto acabado fruto de um passado morto, nas duas propostas vemos esse paralelo. Na Arqueologia Simétrica a denominada “história de vida” leva em consideração as múltiplas intervenções/modificações que as edificações passam ao longo do tempo, não encarando-as como objetos fixos e estáticos. E na Arqueologia da Arquitetura pela consideração das modificações, e busca pelo seu histórico de uso e transformação observa-se o caráter dinâmico e multitemporal das construções.

Tais preceitos nos conscientiza a encarmos os templos religiosos (ou as edificações como um todo) como objetos “construídos³⁶” pelo homem, ou melhor

³⁴ Com relação a questão das redes, a um diálogo nas propostas da Arqueologia Simétrica e da Arqueologia da Arquitetura, quando considera que lugares e espaços são nós, vértices, elos e limites de uma rede.

³⁵ Os edifícios não são estáticos, nem seus significados, nem as relações de seus usuários e frequentadores entre outros que atuam no mesmo.

³⁶ “Construídos junto com o homem”, é importante considerar que são híbridos, tanto homem como construção, o homem “constrói” a edificação, mas ao mesmo tempo é modificado por ela, podemos

dizendo, juntamente com o homem, pois as relações entre os seres é um processo simbiótico de constituição/ construção mutua (MACÊDO, 2011). Sendo que, a forma de organização da edificação e demais elementos que a constituem são meios de armazenamento de informações que denotam a forma em que se deu a organização das relações das pessoas na edificação, o contexto no qual foram edificadas e o que se encontram na contemporaneidade. Resumindo o seu amplo histórico de vida.

No estudo das edificações religiosas abarcadas pela pesquisa consideramos também, as propostas apresentadas pela Arqueologia da Arquitetura e Arqueologia Simétrica, a multiplicidade das mesmas, a agência humana imbuída em sua construção e a agência dos “materiais” (coisas) ou como Latour (2012, 2006, 2005, 2004, 2000, 1997, 1994) denomina de não humanos.

É importante salientar que um dos pontos de grande relevância no estudo das edificações é nos conscientizarmos que elas não são estáticas, principalmente e por que, em nosso caso específico, continuam em uso até a contemporaneidade. Adotar essa perspectiva nos traz uma maior gama de possibilidades do que se encarrássemos essas construções como objetos fixos, acabados e estáticos. A longa história de vida, mobilidade e durabilidade das edificações aqui abordadas, fomentaram que essas igrejas passassem por uma série de modificações ao longo do tempo, do mesmo modo que se modificaram também as relações dos seus frequentadores e os próprios significados da edificação, e esse é um ponto que procuraremos elencar.

É necessário considerar, com igual importância, que as modificações de cunho espacial na edificação, que porventura podem ter mudado a sua organização, e influenciado nos comportamentos e atitudes dos seus usuários e frequentadores. Pois, como já demonstrado, existe um paralelo em relação a como a edificação é construída e como são dispostos seus espaços, e as relações que se dão entre os que a ocupam. Decerto que as igrejas estudadas não se mantêm arquitetonicamente e espacialmente iguais a data de sua construção e estudando essas modificações poderemos entender o contexto e relação que os construtores e frequentadores desenvolveram nesses locais, sua história de vida considerando todos os elementos

citar como exemplo Macêdo (2011, p. 107) que salienta que no processo o homem não somente fabricou “ferramenta, casa, igreja, monumento, um mundo de coisas” o homem fabricou a si mesmo (o próprio homem).

nela inclusos, ou seja, reconhecendo a relevância e concomitância dos humanos e demais seres além de humanos.

1.4 MATERIAIS E MÉTODOS

Para análise das edificações, tanto externamente como internamente, utilizamos as análises elencadas pela Arqueologia da Arquitetura, que podem ser divididas basicamente em duas linhagens principais, a análise formal e a análise espacial.

Anteriormente a etapa de análise seguimos o proposto por Nara Júnior (2015) que considera de relevante importância o denominado “resgate de informações”, que consiste basicamente no levantamento de informações documentais e iconográficas do edifício estudado³⁷. É importante salientar que por meio dos registros iconográficos e imagéticos pode se discutir as questões relativas ao histórico de vida das edificações³⁸, entendendo os mesmos como meios de estabelecer conexões entre passado e presente, que é demonstrado pelos seus espaços e demais seres a eles relacionados. Nesse sentido, Silva (2019, p. 197) pondera que os elementos como, estruturas, objetos, detalhes e transformações fornecem vislumbres temporais, sendo que as fotografias auxiliam no entendimento das realidades que se transformaram no decorrer do tempo. Portanto, posteriormente a essa etapa que se daria o levantamento e classificação dos elementos arquitetônicos remanescentes, que se inclui exatamente na análise denominada formal.

A análise formal centra-se, portanto, na definição da forma e organização de determinado edifício, buscando compreendê-la a partir de suas formas materiais concretas, que compõem a paisagem (elementos naturais e artificiais). Nesse quesito abarca a identificação e análise das técnicas e elementos arquitetônicos para estabelecimento das etapas de vida da construção, além disso, da especial importância a configuração estratigráfica e espacial do registro arquitetônico. A análise formal pauta-se na análise e descrição da forma do espaço construído, nas relações com os outros espaços (entorno arqueológico-histórico), na relação de cada

³⁷ Seria no caso o levantamento bibliográfico e iconográfico onde se busca documentos e registros fotográficos e imagéticos.

³⁸ Etapa desenvolvida no estudo da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI (MAIA, 2018), de início com o foco de entender as distintas modificações, interferência e incorporações de elementos que a fachada sofreu ao longo do tempo, identificando, pois, 5 feições distintas. Esse mesmo levantamento no presente momento e a ser realizado, se possível nas demais igrejas abarcadas pela pesquisa, dá suporte a discussão das etapas do histórico de vida das mesmas, contribuindo para sua compreensão.

componente arquitetônico e espacial, na distribuição de materiais, na decoração entre outros (VILA, ROTEIA E BORRAZAS, 2002).

Para realizar esse tipo de análise, com o levantamento dos elementos arquitetônicos e construtivos, adotamos a metodologia de “leitura de parâmetros”, método não interventivo que se baseia na observação da edificação para rastreamento de tais elementos (NARA JÚNIOR, 2015). Também chamada análise parietal não interventiva³⁹, caracteriza-se por uma observação pensada e estrategicamente elaborada para obter resultados (ARCE, 2009). É por meio dessa análise que foi realizado o levantamento dos elementos tipológicos arquitetônicos e construtivos dos templos religiosos abarcados pelas pesquisas, as informações foram registradas em fichas de análise e os elementos identificados registrados imageticamente. Por meio da leitura desses parâmetros buscamos identificar e registrar as “microhistórias” da edificação. A esse respeito, Arce (2009) pontua que se trata da análise de uma parcela da história do edifício concreto, dessa maneira:

O edifício é estudado e entendido de forma dinâmica como cenário plurissecular de acontecimentos históricos que lhe afetaram, resultando numa biografia construtiva detalhada única e intransferível. Cada capítulo desta microhistória se inscreverá e terá sentido na macrohistória: o contexto material, social, cultural presente em cada atuação que deixou uma marca reconhecível⁴⁰ (ARCE, 2009, p. 24).

Essas “histórias” da edificação são resultantes dos fatos que lhe ocorrem como mudanças, intervenções, incorporações de elementos, etc. Podendo ser um processo “de uma longa sequência que pode se prolongar por muitos séculos”⁴¹ (ARCE, 2009, p. 24).

Já a análise espacial aborda especialmente, a descrição e compreensão dos distintos níveis que influenciaram na configuração do espaço arquitetônico, que podem ser exemplificados pela forma em que se dá as relações espaciais e seus sistemas de organização. Nesse ponto se estudam os modos das relações espaciais,

³⁹ A observação científica não se reduz a uma capacidade fisiológica (o sentido da visão), sim que está determinada pelo observador, pelos instrumentos que emprega e pelo marco epistemológico de que parte. (...) A Arqueologia (...) desenvolveu uma metodologia de observação e registro dos edifícios históricos que permite obter informações dificilmente apreensíveis” por meio do enfoque empregado por outras disciplinas como a história da arte³⁹(ARCE, 2009, p. 24).

⁴⁰ “El edificio es estudiado y entendido de forma dinámica como escenario plurissecular de acontecimientos históricos que le han afectado a él y sólo a él, dando como resultado una biografia constructiva detallada única e intransferible. Cada capítulo de esta microhistoria se inscribirá y tendrá sentido em la macrohistória: el contexto material, social, cultural presente em cada actuación que há dejado una huella reconocible” (ARCE, 2009, p. 24).

⁴¹ Paralelo com as propostas da Arqueologia Simétrica, relacionadas a história de vida, edifícios não estáticos e não ruptura entre passado e presente.

modos de organização, sistemas de organização ou princípios adicionais de ordenação, etc. (VILA, ROTEIA E BORRAZAS, 2002).

Em seguida apresentaremos os métodos que foram utilizados para análise dos templos religiosos abarcados pela pesquisa.

1.4.1 Características arquitetônicas e construtivas

Para empreender o levantamento e classificação dos elementos arquitetônicos e construtivos dos templos religiosos abarcados pela pesquisa utilizamos os parâmetros de análise que foram desenvolvidos e empregados em nossas pesquisas anteriores sobre a catedral de São Raimundo Nonato (MAIA, 2018; MAIA e AMARAL, 2020a; MAIA e AMARAL, 2020b). Esses trabalhos tiveram como foco e objetivo principal a análise e classificação dos elementos construtivos e arquitetônicos da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI, mais especificamente de sua parte externa (fachada). De modo geral, pautados nos parâmetros e características apresentadas pela bibliografia especializada (MAYER, 2003; CAVALCANTI FILHO, 2013; SENOS, 2012; ALBERNAZ e LIMA, 1998a; ALBERNAZ e LIMA, 1998b; TELES, 2014; SMITH, 2012; COSTA, 1952; BURY, 2006; TOLEDO, 2012; COSTA, 2010; LOEWEN, 2011; ARRAES, 2014) foram identificados 22 elementos arquitetônicos e construtivos que compõem a fachada da Catedral de São Raimundo Nonato (Imagem 1 e tabela 1).

Imagem 1 - Análise externa (fachada) da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Elaborado pela autora (MAIA, 2018).

Tabela 1 - Elementos arquitetônicos e construtivos identificados na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI.

Nº	Elemento	Nº	Elemento
1	Frontão	12	Base (Pilastra)
2	Empena (Frontão)	13	Fuste (Pilastra)
3	Tímpano (Frontão)	14	Capitel (Pilastra)
4	Grimpa	15	Embasamento
5	Medalhão	16	Arco abatido
6	Campanário	17	Arco Pleno
7	Flecha	18	Imposta
8	Coruchéus	19	Cercadura
9	Tramos	20	Guarnição
10	Cunhal	21	Cornija
11	Pilastra	22	Cimalha

Fonte: Elaborado pela autora (MAIA, 2018).

Além da classificação dos elementos arquitetônicos e construtivos, foi possível correlacioná-los a denominada Arquitetura colonial e estilo chão/ chã. Mais informações sobre quais seriam os elementos arquitetônicos que caracterizam o referido estilo arquitetônico serão apresentados mais profundamente na parte de contextualização histórica – arquitetura religiosa colonial. Após o levantamento da bibliografia especializada condizente com o tema foi feito o levantamento, identificação e classificação dos elementos arquitetônicos com a posterior correlação ao estilo. Portanto, os dados oriundos das análises empreendidas no templo de São Raimundo Nonato-PI serviram de base para a realização de um estudo comparativo dos elementos que compõem as fachadas da Igreja Matriz de São João do Piauí-PI e da Capela de Ponta da Serra- Dom Inocêncio-PI.

Por meio desse levantamento buscamos também elencar mudanças, intervenções, incorporações de elementos, diferenciação de materiais⁴² entre outros, possibilitando, assim, o estabelecimento da história de vida dessas edificações. É importante salientar que essas modificações podem ser tanto de cunho estrutural (arquitetônico, construtivo) como espacial⁴³. Todos esses parâmetros foram considerados para compreender as etapas que formam o histórico de vida das edificações.

1.4.2 Sintaxe espacial, espacialidade e funcionalidade

A sintaxe espacial se baseia “numa série de técnicas de representação, quantificação e interpretação da configuração espacial de cidades e edifícios” (NARA JÚNIOR, 2015, p. 116-117).

Na presente pesquisa a sintaxe espacial é utilizada com o objetivo de elucidar e compreender a forma em que se organiza a espacialidade dos templos estudados e conseqüentemente as relações das pessoas em seu interior, a distribuição de seus espaços, suas funções, os níveis de liberdade ou controle que foram considerados na

⁴² A diferenciação de lugares, épocas e status é representada pela diversidade e qualidade dos materiais empregados. Distintos materiais podem se correlacionar a delimitação de distintos espaços, sendo que essa mesma diferenciação pode indicar diferentes funções que o espaço possui, ou seja, espaços com funcionalidades distintas possuem materiais distintos (NARA JÚNIOR, 2015).

⁴³ A organização espacial dimensiona a função cultural. A ação passível de ser desenvolvida no interior do templo, depende diretamente do grau de liberdade expresso sobre a forma em que se distribui os espaços (NARA JÚNIOR, 2015).

sua elaboração, que indicara os objetivos de seus construtores, além de uma gama de questões que serão aprofundadas no decorrer do texto.

Para compreender tais questões utilizaremos os seguintes métodos para análise: elaboração de planta baixa; identificação e correlação a espacialidade da funcionalidade dos espaços; gráficos analíticos de visibilidade (analisa e classifica as edificações quanto a seus espaços abertos e fechados) e o modelo gama ou análise de acesso (que busca explicitar o modo como o edifício controla as relações de seus habitantes e visitantes).

A análise gama tem como objetivo analisar o interior dos edifícios, tendo como proposição inicial a seguinte:

Os edifícios transmitem informações sociais por meio de suas estruturas interiores, através das variações nos parâmetros sintáticos básicos, e também das variações nos parâmetros de sintaxe que aparecem quando o complexo é analisado a partir do ponto de vista dos seus vários espaços constituintes (...). a riqueza na diferenciação é o meio pelo qual as estruturas interiores carregam mais informações sociais do que as relações exteriores. (...) Gama pode ser definido em termos de associações entre rótulos de espaços e diferenciações, e como esses espaços se relacionam com o complexo como um todo, em termos de dimensões sintáticas. (...) Os genótipos serão resultado da relação de habitantes com habitantes e habitantes com visitantes. (...) todos os edifícios, de quaisquer tipos, mapeiam as relações entre os habitantes e entre habitantes e visitantes, através de alguma parametrização das dimensões sintáticas da simetria-assimetria e distribuição-não distribuição, então todos os edifícios compartilham o mesmo genótipo abstrato. Como há mudanças nas formas de solidariedade a serem mapeadas nos edifícios, as relações entre habitantes e visitantes e através das mudanças nas dimensões sintáticas (sintaxe) que se construirá um edifício de um certo tipo e com uma certa individualidade⁴⁴ (HILLIER E HANSON, 1984, p. 154-155, grifo nosso).

⁴⁴ "the essential proposition of gamma-analysis is that buildings transmit social information through their interior structures both through general variations in the basic syntactic parameters, and also- perhaps primarily – through the variations in the syntactic parameters which appear when the complex is looked at from the points of view of its various constituent spaces. (...) The richness in this differentiation is the means by which interior structures carry more social information than exterior relations. (...) Gamma can be defined in terms of associations between labels of spaces and differentiations in how those spaces relate to the complex as a whole, in terms of the syntactic dimensions. (...) Genotypes will be the result of relations of inhabitants with inhabitants and inhabitants with visitors, but the more controlled interfaces of gamma will articulate differences and similarities in forms of social solidarity with greater precision and greater differentiation (...). In the sense that all buildings, of whatever kind, map relations between the inhabitants and between inhabitants and visitors, through some parametrization of the syntactic dimensions of symmetry-asymmetry and distributedness-nondistributedness, then all buildings share the same abstract genotype. As the forms of solidarity to be mapped into the buildings change, and as the relations between inhabitants and visitors change accordingly, consequent changes in the syntactic dimensions will construct a building of a certain type, and with a certain individuality" (HILLIER E HANSON, 1984, p. 154-155).

A partir dessas considerações os edifícios podem ser analisados e comparados com relação a disposição das categorias⁴⁵, como elas se relacionam, e o funcionamento da interface relacional. Pressupondo-se que a forma organizacional dos espaços gera e modula os sistemas de encontros que ocorrem (HILLIER e HANSON, 1984). Em complementação a isso, Vila, Rotea e Borrazas (2002) pontuam que a análise gama se baseia no movimento que ocorre através dos espaços, quantificando profundidades, permeabilidades (facilidade de acesso), identificando o grau de dependência do espaço com relação aos outros. Por meio dessas análises pode se elencar as relações que os indivíduos, que fizeram uso da estrutura, estabeleceram entre si.

Um edifício, pode, portanto, ser definido abstratamente como uma certa ordenação de categorias, a qual é adicionado um certo sistema de controles, os dois construindo conjuntamente uma interface do conhecimento social embutido nas categorias de habitantes e visitantes cujas relações são controladas pelo edifício. Todos os edifícios tem em resumo uma estrutura comum⁴⁶; e cada padrão característico (tipo de construção) normalmente leva em consideração essas estruturas, variando nos parâmetros sintáticos e nas interações entre eles, molda o modelo fundamental em direção a uma ou outra, dependendo da natureza das categorias e relações a serem construídas pela ordenação do espaço⁴⁷ (HILLIER E HANSON, 1984, p. 146-147).

Portanto, mesmo considerando a variedade/ diversidade de edificações, a organização espacial humana possui uma certa lógica interna que é transporta aos

⁴⁵ Categorias sociais: os habitantes são caracterizados como pessoas com acessos especiais e controle, se este não é um ocupante permanente da célula, pelo menos um indivíduo cuja existência social é mapeada na categoria de espaço dentro dessa célula. Os estranhos são um subconjunto de “visitantes” que são pessoas que podem entrar temporariamente no edifício, mas não o controlar. Alguns são mais do que estranhos pois tem razão legítima para atravessar a fronteira de um edifício, mas mesmo assim não tem controle sobre o edifício e sua identidade social, a sua individualidade não é mapeada na estrutura do espaço dentro dessa construção (HILLIER e HANSON, 1984).

⁴⁶ Todos os edifícios apesar de suas variedades de forma e funções tem em comum o fato: a relação elementar entre habitante e visitante, na sensação de que o habitante acessa as partes mais profundas que muitas vezes são as partes não distribuídas do edifício, e faz interface com o visitante através das partes mais rasas e frequentemente distribuídas que formam o sistema de circulação principal (HILLIER E HANSON, 1984, p. 183-184). “All the buildings touched on so far have, in spite of their great variety in form and function, one common feature: they all have the elementary relation between the inhabitant and visitor, in the sense that the inhabitant is in the deeper, often nondistributed parts of the building, and interfaces with the visitor through the shallower, often distributed parts of the building that form its principal circulation system”.

⁴⁷ “A building may therefore be defined abstractly as a certain ordering of categories, to which is added a certain system of controls, the two conjointly constructing an interface between the inhabitants of the social knowledge embedded in the categories and the visitors whose relations with them are controlled by the building. All buildings, of whatever kind, have this abstract structure in common; and each characteristic pattern that we would call a building type typically takes these fundamental relations and, by varying the syntactic parameters and the inter face between them, bends the fundamental model in one direction or another, depending on the nature of the categories and relations to be constructed by the ordering of space”. (HILLIER E HANSON, 1984, p. 146-147).

espaços (HILLIER e HANSON, 1984). E são essas lógicas que podem ser quantificadas e demonstradas por meio da elaboração e classificação dos espaços por meio da análise gama e a elaboração de gráficos, como será apresentado mais adiante.

1.4.2.1 Sintaxe espacial

A arquitetura da forma e estrutura o mundo material (sistema de espaço) que vivemos e como nos movemos por ele. A arquitetura “tem uma relação direta- e não meramente simbólica- com a vida social, uma vez que fornece as pré-condições materiais de movimento, encontro e evasão, que são as relações materiais- e as vezes o gerador- dessas relações⁴⁸” (HILLIER E HANSON, 1984, p. 9).

Segundo Hillier e Hanson (1984) os edifícios possuem uma peculiaridade se comparado a outros artefatos. Os mesmos são comparáveis no sentido em que são resultado de um conjunto de elementos transformados em um “objeto físico com uma certa forma”, da mesma maneira, são incomparáveis, já que as edificações “criam e ordenam os volumes vazios de espaço⁴⁹”.

A ordenação do espaço é o objetivo da construção, não o próprio objeto físico. O objeto físico é o meio para o fim. Nesse sentido, os edifícios não são o que parecem. Eles parecem ser artefatos físicos, como qualquer outro e seguir o mesmo tipo de lógica. Mas isso é ilusório. Na medida em que são propositais, os edifícios não são apenas objetos, mas transformações do espaço através de objetos⁵⁰ (HILLIER E HANSON, 1984, p. 1).

A citação acima nos remonta a discussão dos edifícios como artefatos, ou superartefatos como proposto por Najjar (2011), o que devemos levar em consideração é a noção de que as paredes e demais estruturas físicas podem ser consideradas como artefatos, mas além disso os seus espaços mais precisamente sua organização também, pois é exatamente isso que delimita e constitui o objetivo da construção.

⁴⁸ “(...) direct relation- rather than a merely symbolic one – to social life, since it provides the material preconditions for the patterns of movement, encounter and avoidance which are the material realization – as well as sometimes the generator – of social relations”.

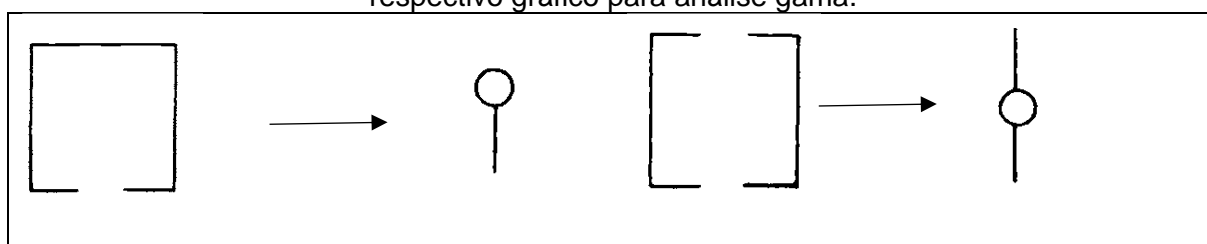
⁴⁹ “Buildings may be comparable to other artefacts in that they assemble elements into a physical object with a certain form; but they incomparable in that they also create and order the empty volumes of space resulting from that object into a pattern” (HILLIER E HANSON, 1984, p. 1).

⁵⁰ “It is this ordering of space that is the purpose of building, not the physical object itself. The physical object is the means to the end. In this sense, buildings are not what they seem. They appear to be physical artefacts, like any other, and to follow the same type of logic. But this is illusory. Insofar as they are purposeful, buildings are not just objects, but transformations of space through objects” (HILLIER E HANSON, 1984, p. 1).

Nesse sentido é impossível falar de edificações somente de um ponto visível e tangível, mas deve-se levar em consideração principalmente os seus sistemas de relações, ou seja, como é a forma como os espaços são formados, criados e solicitados (HILLIER e HANSON, 1984).

Para iniciar a análise e classificação dos espaços é necessário considerar alguns pontos: de início os espaços podem ser também denominado de células, que podem ser consideradas abertas (quando possuem mais de um acesso ao transportador⁵¹) e fechadas (quando possuem apenas um acesso ao transportador); na elaboração de um gráfico espacial cada espaço é representado por um círculo e suas relações (ou entradas) por linhas⁵² (Imagem 2), o transportador corresponde ao ambiente externo (exterior) e é representado por um círculo com uma cruz no meio. Por meio dessa representação do sistema espacial, o mesmo pode então ser analisado como um sistema de relações sintáticas, ou seja, passível de analisar as relações que estabelecem entre si (HILLIER e HANSON, 1984).

Imagem 2 - Representação de célula (espaço) fechado e célula (espaço) aberto e seu respectivo gráfico para análise gama.



Fonte: Adaptado pela autora com base em Hillier e Hanson (1984).

Para entender a forma de classificação e análise da organização espacial é proposto um esquema para quantificação das relações que se estabelecem entre os distintos espaços. Essa classificação leva em consideração 4 tipos principais de relações que podem se estabelecer entre os espaços⁵³: relação distributiva⁵⁴, não

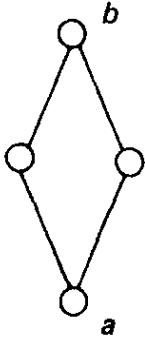
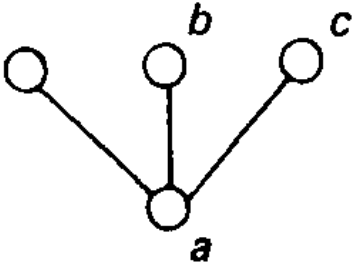
⁵¹ Espaço externo a célula (exterior da edificação).

⁵² A tradução em gráficos, nos mapas gamas é mais direta, todo o interior da célula ou subdivisões da mesma podem ser conceituados como um ponto e representado como um círculo, com suas relações de permeabilidade representadas por linhas vinculando-o a outros. Assim, uma célula com uma entrada pode ser conceituada como um *ponto* impermeável e uma célula com mais de uma entrada pode ser conceituada como um *ponto* bipermeável (HILLIER E HANSON, 1984, p. 147).

⁵³ Ou células, cada espaço é uma célula.

⁵⁴ Se houver mais de uma rota independente de a para b, incluindo uma passagem por um terceiro espaço, ou seja, se um espaço tiver mais de um local de controle com relação a outro (HILLIER E HANSON, 1984).

distributiva⁵⁵, simétrica⁵⁶ e assimétrica⁵⁷ (Quadro 1). É importante salientar que as duas últimas denominações não têm relação com a Arqueologia Simétrica, são termos cunhados da matemática que leva em consideração a relação entre dois elementos, que no caso da arquitetura são os espaços.

Quadro 1 - Relações espaciais e sua classificação.	
	<p>Gráfico distributivo: mais de uma rota para se chegar a determinado espaço, exemplo de A para B (rotas sempre formam anéis).</p> <p>Assimétrico: a relação entre as células não é direta e a mesma (passagem por um outro espaço para alcançá-lo).</p>
	<p>Gráfico não-distributivo: células (espaços) unidas diretamente, existe apenas uma rota entre os espaços, A para B, A para C.</p> <p>Simétrico: relação direta entre espaços e a mesma de um para outro, a mesma relação de A para B é a mesma de B para A.</p>

Fonte: Adaptado pela autora com base em Hillier e Hanson (1984).

Para exemplificar de forma prática como se dá a representação dos espaços de uma determinada edificação elaboramos/ ou recorremos ao quadro abaixo (Quadro 2):

⁵⁵ Possui apenas uma rota entre os espaços, ou seja, um único ponto de controle (HILLIER E HANSON, 1984).

⁵⁶ Ou seja, entre dois espaços "A" e "B" a relação é a mesma, e nem um nem o outro controla a permeabilidade entre si (HILLIER E HANSON, 1984).

⁵⁷ Levando em consideração os conceitos costumeiros dessa palavra na matemática a relação de dois espaços a e b será simétrica se a relação de a para b é a mesma que a relação de b para a. Quando a relação entre eles não é direta nem a mesma, quando por exemplo envolve a passagem por um terceiro espaço, diz-se ser uma relação assimétrica (HILLIER E HANSON, 1984). A relação entre eles é diferenciada, e um controla a permeabilidade do outro por meio de um terceiro espaço.

Quadro 2 - Relações espaciais esquematizadas em planta e mapa gama e sua classificação.	
	Distributivo e simétrico com relação a "c".
	Não-distributivo e simétrico com relação a "c".
	Não-distributivo e assimétrico com relação a "c".
	Distributivo e assimétrico. "A" e "b" simétricos com relação a "c", com "d" assimétrico com ambos em relação a "c".
	"d" é não-distributivo e assimétrico com relação a "a" e "b", que ainda permanecem simétricos com relação a "d" ou "c".

Fonte: Adaptado pela autora com base em Hillier e Hanson (1984).

De acordo com Hillier e Hanson (1984) devemos dar atenção especial ao interior dos edifícios, mais precisamente a permeabilidade do sistema⁵⁸ (células

⁵⁸ A permeabilidade utilizada na análise gama baseia-se na proximidade (contiguidade) das células e do controle de permeabilidade que esta possui. As células (espaços) são os objetos elementares da análise, de um ponto de vista da permeabilidade, segundo Hillier e Hanson (1984), dizemos ser uma célula fechada quando possui somente um acesso ao transportador (espaço externo) e célula aberta quando possui mais de um acesso.

abertas e fechadas), que é expresso sobre a forma em que as células estão arranjadas e a disposição de entradas que controlam o acesso e movimento. Sendo que a distinção anteriormente apresentada, de relações distributivas e não-distributivas, se transforma na distinção das relações espaciais com mais de um ou apenas um foco de controle em relação a outro espaço. De maneira similar a distinção entre simetria e assimetria, tornou-se a distinção entre espaços que se tem acesso direto e outros que para acessá-los necessita-se passar por um ou mais espaços intermediários, ou seja, espaços com relações apenas indiretas.

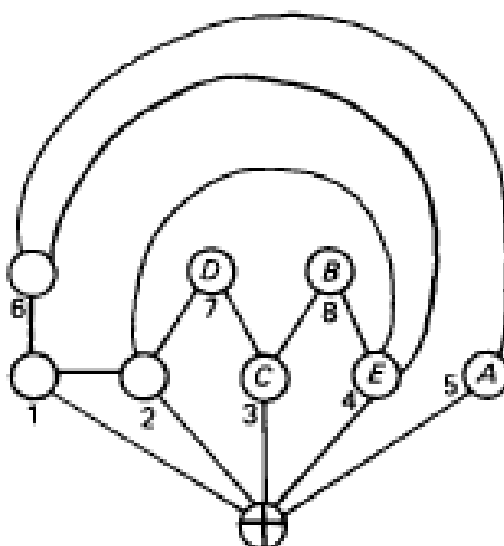
Deve-se levar em consideração a integração e profundidade dos gráficos, ou seja, quando se verifica a necessidade de passar por um espaço distinto para alcançar outro. A análise de um ponto de vista da integração, está focada na relação de organização dos espaços nos edifícios assimétricos, para identificar se os mesmos possuem uma estrutura rasa ou profunda. Pois, segundo Hillier e Hanson (1984) profundidade pressupõe que na relação entre espaços, existem sempre “espaços intermediários” que permitem a passagem de um ponto a outro do edifício. As medidas dessa “assimetria” se baseiam na escolha de um ponto particular, e desse ponto se analisa a profundidade do sistema, o quão profundo ou raso são os espaços com relação ao ponto original. Podemos também considerar cada espaço como representando “um passo” (um nível diferenciado de profundidade), dessa maneira mais passos determinam que uma edificação é mais profunda, e menos passos são equivalentes a menos profundidade, e, portanto, a edificação é mais rasa. A menor profundidade é expressa quando todos os espaços são diretamente conectados ao espaço original, e maior profundidade quando os espaços são dispostos numa sequência unilinear, longe do espaço original. Portanto, cada espaço adicional no sistema representa mais um nível de profundidade⁵⁹.

Através das dimensões básicas do modelo proposto acima, os chamados diagramas gama podem ser usados para analisar e representar estruturas. Na primeira etapa procede-se a representação do dispositivo setacional (mapa justificado, Imagem 3) que é elaborado da seguinte maneira: cada espaço nas instalações recebe um valor de profundidade baseado no número mínimo de etapas que devem ser

⁵⁹ Os autores apresentam cálculos de assimetria relativa, que não se adequam a nossa pesquisa e não serão aprofundados, para nós basta entender os níveis de simetria/ assimetria, distributivo, não-distributivo e o grau de permeabilidade e integração das edificações a partir dos pressupostos teóricos e métodos de representação já apresentados.

tomadas para chegar nesse espaço, tendo como referência o transportador (espaço externo da célula), cada passo é representativo de um movimento de um espaço para outro. Portanto, num mapa gama justificado, com espaços representados por círculos e permeabilidades por linhas, todos os espaços com o mesmo valor de profundidade ficaram alinhados horizontalmente acima do transportador. Esse modelo possui uma “grande vantagem de renderizar as propriedades sintáticas básicas da simetria e assimetria, distribuição e não distribuição⁶⁰” sendo, portanto, “destinados a permitir uma forma de análise que combine a decifração visual do padrão com procedimentos para quantificação” (HILLIER e HANSON, 1984, p. 149).

Imagem 3 - Exemplo de mapa gama justificado, distributivo, raso e simétrico.



Fonte: Hillier e Hanson (1984, p. 151).

É importante destacar que os rótulos e etiquetas apresentados acima (representados por letras), representam situações específicas das configurações espaciais. O espaço “A” é sempre tão raso quanto qualquer outro no complexo, enquanto “B” é sempre tão profundo quanto qualquer outro. “D” é sempre um anel, quando este não existe, ele não é representado. O espaço “E” está sempre no caminho mais curto de “A” a “B”, e a posição “C” é aleatória (HILLIER E HANSON, 1984).

Esses conceitos para representação e relações básicas permitem uma análise quantitativa de diferentes padrões espaciais, podendo medir até que ponto qualquer

⁶⁰ “The justified gamma map has the great advantage that it renders the basic syntactic properties of symmetry and assymetry, distributedness and nondistributedness (...)” (HILLIER E HANSON, 1984, p. 149).

configuração espacial é distributiva, não-distributiva, simétrica ou assimétrica e verificar se esse padrão se expande por todo edifício ou é verificado somente em partes isoladas. As análises distributivas/ não-distributivas, simétricas/ assimétricas possibilitam uma estrutura interpretativa que pode indicar, por exemplo, o grau de controle dos espaços, estes podem ser alvo de um controle unitário ou difuso, que implica numa tentativa de que o espaço seja mais integrado ou segregado em relação ao sistema como um todo. Uma tendência de integração de “categorias sociais”⁶¹ é demonstrada quando as descrições se mostram em sua maioria simétricas, inversamente quanto mais descrições assimétricas, maior a tendência a segregação de categorias sociais. Por sua vez, o predomínio de descrições distributivas aponta uma tendência a difusão do controle social; já a prevalência de descrições não-distributivas indica uma tendência a um controle unitário e superordenado⁶² (HILLIER E HANSON, 1984).

De posse desses conceitos, pressupostos e métodos podemos analisar as edificações abarcadas pela pesquisa, representa-las graficamente buscando demonstrar como o espaço das mesmas se encontra delimitado e como se estabelece as relações com os demais. Decerto que a forma de organização sintática das categorias sociais e o controle expresso nas edificações influencia no social, mesmo que indiretamente, pois pode direcionar ou impedir o movimento dos usuários, os habitantes e visitantes no interior da edificação. Cada uma dessas categorias possui uma lógica de movimento “previamente estabelecido”, esse parâmetro é um dos que dá forma aos espaços. Portanto, após estudarmos como os espaços de nossas igrejas se organizam podemos discutir as seguintes questões: É verificado um interesse numa maior integração ou segregação dos espaços? Alguns espaços são mais integrados e outros menos, qual o interesse nisso? A forma como os espaços foram organizados tinha o intuito de diminuir o controle social ou tinha um ponto de controle comum, unitário? Sendo que não somente as relações das pessoas podem ser

⁶¹ Representado pela distinção entre habitante e visitante.

⁶² O sistema distributivo é o conjunto de espaços através do qual o visitante, sujeito a mais ou menos controle, pode passar; enquanto o sistema não-distributivo (ou seja, o conjunto de arvores conectadas entre si apenas através do sistema distribuído) é domínio dos habitantes, com sanções mais fortes contra penetrações dos visitantes. A célula fechada é domínio do habitante sozinho, enquanto a célula aberta é o local de interface entre habitante-visitante (HILLIER E HANSON, 1984). Num edifício elementar, a função da assimetria e simetria disponível nas células primárias é controlar uma categoria social definindo suas relações permitidas. (...) Da mesma maneira num edifício elementar, a função do sistema distribuído é articular as relações pelas quais os visitantes tem acesso diferenciado aos habitantes, confirmando assim as diferenças entre habitantes.

problematizadas nesse contexto, ou seja, abordaremos também como as “coisas” se encontram emaranhadas nesses espaços, nesse sentido podemos dar enfoque a quais e como os materiais e pessoas se emaranham inter e intra espaços? Há diferença nessas relações em cada espaço? Como isso se relaciona e se manifesta junto com outros seres e em rede? Entre muitos outros questionamentos que podem ser aludidos a partir das colocações feitas até agora.

A partir dessas últimas questões, em parte resultado das considerações da Arqueologia Simétrica, englobamos nas análises os demais elementos que compõem o contexto do templo, ou seja, os outros seres. Partindo do pressuposto de que todos eles são de igual importância para resultar no híbrido “templo”, composto de vários seres, materiais, temporalidades, com o qual estudamos. Portanto, fizemos o levantamento desses seres (humanos e não-humanos⁶³) que se encontram amalgamados nessas igrejas por termos consciência que mais que somente as “paredes” físicas, o que faz esses templos singulares são sua materialidade (paredes, teto, ornatos, materiais, técnicas de construção, etc.) conjuntamente a sua espacialidade (a sua organização espacial) e demais elementos (coisas, enterramentos, imagens, objetos) associados em uma única rede onde todos são atores.

Assim, para entender o contexto específico a qual estudamos, é deveras importante conhecer a trajetória, em território brasileiro, da Igreja Católica, já que os templos estudados foram edificadas por adeptos dessa religião. No decorrer dessa empreitada é necessária a devida atenção a forma como as próprias igrejas (materialidade) se inseriram nesse contexto e foram de primordial importância para a concretização das atividades de evangelização, catequização e colonização. Portanto, foi uma jornada mútua onde as “coisas” atuaram fomentando objetivos da Igreja e Coroa, agindo sobre as pessoas e contexto em geral, elucidando-se sua agentividade inquestionavelmente sobre os seres “humanos e além de humanos” das mais variadas formas. Podemos citar como exemplo inicial e breve que as igrejas (construções), como já vimos, pela sua organização espacial influenciam seus frequentadores e usuários, mas também agem, como será apresentado, como

⁶³ No interior dos templos existem inúmeros seres incorporados a materialidade da igreja: enterramentos de fiéis e religiosos, móveis, ornamentos, imagens, entre outras coisas. Fazer o levantamento dos mesmos é compreender e colocar em prática a simetria e a noção de rede, entendendo que o que forma esse templo é na verdade a junção desses muitos elementos em rede se auto influenciando.

demarcadores sociais, uma referência para o crescimento das vilas, do desenrolar da vida dos cidadãos (ponto de encontro e das principais celebrações), influenciando a delimitação da malha urbana entre muitas outras formas de atuação que no decorrer do texto buscaremos tornar mais claras.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para compreender o contexto da pesquisa elaboramos esse capítulo, basicamente este se delinea em torno das discussões relacionadas a atuação da igreja no contexto de colonização do território brasileiro, e mais precisamente no estado do Piauí. Também são abordados os temas relacionados a religiosidade, a estrutura eclesiástica e sua hierarquia, a construção de igrejas e suas características arquitetônicas.

A atividade dos religiosos em território brasileiro, no início da colonização, se delineou em torno de pregações itinerantes, missões e a formação de aldeamentos, sendo que no território do atual estado do Piauí essas empreitadas ocorreram de forma bem mais tardia. Tanto a empreitada de evangelização, catequese, colonização e inclusive a construção de igrejas em território piauiense, foi bem mais recente se comparado a outros locais de atuação desses religiosos.

A presente pesquisa tem como foco o estudo de igrejas (materialidade), mas nos primórdios da atuação da Igreja Católica (instituição) o foco não era a construção de templos, mas sim evangelizar, catequisar, colonizar e estabelecer aldeamentos no território piauiense. Portanto, para entender os templos estudados, é relevante abordar o contexto que motivou a sua construção, e compreender o processo de atuação da Igreja Católica em território brasileiro e especificamente piauiense. Discorrer sobre esse panorama auxilia na compreensão de uma possível falta de templos (construção tardia) ou uma aversão a sua construção em território piauiense, que como será apresentada adiante, são produto e resultado dos próprios interesses da Coroa e Igreja Católica enquanto instituição.

2.1 A IGREJA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO BRASILEIRO

De início é importante destacar que nos primórdios da colonização do Brasil a presença da Igreja Católica já era significativa, expressa sob a figura de missionários que auxiliavam a Coroa no processo de colonização. No referido período as atividades dessas duas instituições se mesclavam, compartilhando também interesses e objetivos comuns⁶⁴. Dentre os distintos missionários que participaram do processo,

⁶⁴ Falar de colonização, presença e atuação da igreja é falar da presença dos missionários atuantes nesse processo. Para empreender o levantamento desse tema utilizamos os textos de Pompa (2001, 2002) que apresenta um panorama geral das missões jesuíticas no Brasil e no sertão nordestino, Almeida (2000) que tem como ponto focal a demonstração e descrição das estruturas dos aldeamentos e a introdução do período em que se deu as reformas pombalinas, aprofundando esse último ponto

podemos destacar a presença, dos jesuítas, pois estiveram presentes desde o início da colonização, documentando as distintas situações, desenvolvendo trabalhos constantes por meio de metodologias próprias, como é o caso dos aldeamentos (POMPA, 2001; POMPA, 2002; MIRANDA, 2014; ALMEIDA, 2000; ARRAES, 2016).

A atuação dos jesuítas se iniciou com a colonização do território brasileiro, ou seja, a partir dos séculos XVI a XVIII, mais precisamente dos anos de 1549 a 1759, quando foram expulsos. O trabalho dos mesmos pode ser dividido em duas fases de atuação a primeira denominada fase heróica (século XVI) se estendeu até a segunda metade do século XVII, quando se inicia a segunda fase com as missões do sertão⁶⁵.

Por meio da aliança estabelecida entre a Coroa Portuguesa e a Igreja, esta última ficou responsável não somente pelas atividades de catequese e evangelização (conversão espiritual dos indígenas), mas também na efetivação concreta do projeto de formação da sociedade colonial⁶⁶. Dessa maneira, os religiosos se inseriram das mais variadas formas no sistema colonial por meio da posse de terra, nas atividades agrícolas, construção de colégios e dessa maneira ampliaram seus poderes, cumprindo o objetivo primordial da colonização e política portuguesa, a materialização da conquista (MIRANDA, 2014).

com os textos de Miranda (2014) e Arraes (2016). Inicialmente muitas ações relacionadas ao estado (Coroa) se mesclavam a da igreja, sendo que as atividades empreendidas por esta, com foco na evangelização e catequese, já possuía fins “civilizatórios”. Tal forma de catequese foi resultado de um contexto maior⁶⁴ que encarava a evangelização como um projeto civilizador, nesse momento tal empreendimento consistia num “projeto global de reconquista religiosa e civil da humanidade” (POMPA, 2002, p. 83).

⁶⁵ “(...) caracterizada pela vida na missão e convivência com os “tapuia” (POMPA, 2001, p. 66-67). “(...) linhas essenciais do projeto missionário no Brasil e suas transformações, entre a metade do século XVI, quando a chegada dos primeiros jesuítas deu início a catequese propriamente dita, e a metade do século XVII, quando começou a missão do sertão” (POMPA, 2001, p. 2).

⁶⁶ “(...) o pacto que fora estabelecido com a Igreja, obrigavam os padres da Companhia de Jesus, no caso do Brasil, dentre outros encargos, a promover a conversão do gentio, ministrando o ensino da doutrina cristã e assumindo a liderança espiritual dos moradores das Colônias, tendo a Coroa Portuguesa, por este motivo, reconhecido a necessidade de a referida Ordem Religiosa possuir os meios materiais necessários para fazer face às despesas, com a própria subsistência e também com o custeio dos colégios, (...) desde o início de suas atividades, os religiosos receberam autorização de Portugal para fazer o resgate de escravos indígenas para auxiliar no trabalho, além de contarem também com o privilégio da isenção de pagamento de impostos e de taxas alfandegárias relativamente aos produtos que circulavam pela Alfândega, vindos das mais diversas localidades (...) Os Jesuítas receberam muitas possessões territoriais, doações diversas e muita assistência econômica por parte da Coroa Portuguesa. Ao final do Século XVII, a importância dessas ajudas foi superada pelo grande volume de beneficência particular e pela quantidade de capital que podiam angariar em função do número fabuloso de propriedades que possuíam (MIRANDA, 2014, p. 14).

Para alcançar tais objetivos, os jesuítas adaptaram seus modos de atuação e, portanto, surgem os aldeamentos⁶⁷. Prática considerada uma especificidade das missões no Brasil, consistia na organização de diferentes grupos étnicos indígenas em locais específicos para permanecerem sob contínua administração espiritual e temporal dos religiosos. Os indígenas eram deslocados de suas terras originárias por meio dos “descimentos”, pois os aldeamentos eram localizados nas proximidades dos centros portugueses, ou seja, no litoral (POMPA, 2002; MIRANDA, 2014).

As atividades com foco no território do sertão tiveram como objetivo colonizar novos territórios, nesse sentido Arraes (2014, p. 87) pontua: “a história da Companhia de Jesus nos sertões das capitanias (...) confunde-se com os planos geopolíticos da Coroa portuguesa, de expandir as fronteiras”. Ao desenvolver a catequese e evangelização, os padres contribuíam para expansão do poder da Coroa e Igreja, alcançando locais até então inexplorados. O sertão⁶⁸, em detrimento de suas especificidades territoriais requereu que as metodologias de catequese se modificassem. Dessa maneira foi sugerido que os índios não mais fossem deslocados para o litoral, mas propondo construir as aldeias cristãs fixadas diretamente no seio do sertão⁶⁹ (ALMEIDA, 2000; POMPA, 2001). A partir desse momento que o sertão, incluindo-se neste, o território que atualmente compreende o estado do Piauí, foi efetivamente ocupado e começaram a se formar agrupamentos que posteriormente deram origem aos primeiros núcleos que se transformaram em freguesias, vilas, cidades, etc.

⁶⁷ “O aldeamento, portanto, não foi fruto de uma instância da autoridade central de Roma, mas uma solução local, um esforço de adaptação a situação econômica, política e religiosa específica da colônia (POMPA, 2001, p. 60).

⁶⁸ “(...) mais que uma delimitação geográfica, o sertão é um espaço físico e também um lugar cultural, que vem sendo construído aos poucos pelos agentes e, principalmente, pelos relatos coloniais. (...) poder-se-ia pensar que os agentes sociais (índios, missionários, colonos, militares) constroem o espaço móvel do sertão, levando cada vez mais longe, junto com as boiadas, as missões, os descimentos e as guerras, a fronteira entre o “eu” civilizado e o “outro” bárbaro. (...) o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo que ele se dilui enquanto espaço. Assim como os “tapuia” que o habitam, o sertão é móvel e feroz, constituindo um desafio a colônia (...). A denominação sertão estaria ligada “a ideia de interior, ou oposição ao litoral (POMPA, 2001, p. 199-200).

⁶⁹ A formação de aldeias fixadas diretamente no sertão gerou conflitos dentro da própria Companhia de Jesus e com setores externos (colonos). As discussões em torno da prática dos aldeamentos fixados diretamente no sertão questionavam exatamente essas adaptações e mudanças, pois a proposta inicial, de que os índios deveriam abandonar seus territórios e se juntarem em aldeias “cristãs”, situadas no litoral pelo processo de “descimentos”. Os debates com foco nessa questão se estenderam por bastante tempo, envolvendo padres jesuítas que desenvolviam trabalhos no sertão e a alta hierarquia jesuítica, mesmo sendo estes últimos contrários, as solicitações surtiram efeito, pois, as aldeias continuaram no sertão, exceto das destruídas pelos colonos⁶⁹ (POMPA, 2001, p. 72).

Outro setor que contribui na ocupação das terras sertanejas foi a pecuária, fenômeno que se expandiu⁷⁰ no nordeste brasileiro a partir do século XVII (POMPA, 2001). Depois da primeira metade do século, com a expulsão dos holandeses as atividades colonizatórias do sertão são retomadas⁷¹, movidas pelo setor pecuarista e religiosos (missionários) (ARRAES, 2016). “A partir de 1654, a penetração nos sertões tornou-se mais ativa e sistemática, num duplo movimento, de missionários e curraleiros (...)” (POMPA, 2001, p. 215). É exatamente nesse contexto, de colonização-evangelização-expansão pecuarista que ocorre o povoamento do território em que se delimita nossa pesquisa, o sudeste do estado do Piauí.

2.1.2 A atuação da igreja no processo de conquista e urbanização do território piauiense

Segundo Oliveira (2007) a colonização do sudeste do Piauí pode ser considerada tardia, as terras eram ocupadas inicialmente por indígenas, que se viram coibidos violentamente a se dispersarem do local para este ser ocupado pelas fazendas destinadas a criação de gado. O projeto aqui implementado pode ser dividido em duas etapas, a primeira ocorreu durante o final do século XVII e início do XVIII em decorrência da chegada dos sertanistas provenientes do São Francisco, e posteriormente com a ampliação das áreas para fazendas de gado no século XVIII. Podemos associar as fases propostas inicialmente ao que ocorria em âmbito religioso, que foi de primordial importância para que as empreitadas de colonização e povoamento fossem efetivamente concretizadas. No primeiro momento podemos destacar que coincide exatamente com parte do período de atuação jesuítica, de encontro com os indígenas e formação de aldeamentos/povoações. Na segunda fase, como citado, se deu essa expansão pecuarista resultando numa ocupação mais efetiva, com formação de núcleos populacionais e fazendas, na segunda metade do século XVIII os jesuítas foram expulsos e implantada a política de Pombal. O contexto

⁷⁰ O processo de expansão pecuarista foi impulsionado pelo próprio sistema econômico colonial, que visava uma separação das áreas destinadas ao cultivo da cana de açúcar e outro para a criação de gado (POMPA, 2001). Segundo Silva (2013) entre os séculos XVII e XVIII as expedições encabeçadas por bandeirantes e sertanistas somadas a doação de grandes lotes de terras, por meio do processo de sesmarias, propiciaram a ocupação das áreas que atualmente correspondem ao território piauiense, ou seja, com ocupação efetivada pela existência e predominância dos setores latifundiários.

⁷¹ Somente depois da primeira metade do século 17, período que coincide com a expulsão dos holandeses do Brasil e o decréscimo econômico do açúcar no mercado internacional, o Estado português recomeçou seus projetos de colonização dos sertões, equacionados pelo apoio direto ao duplo movimento, realizado pela pecuária e seus agentes e por missionários (ARRAES, 2016, p.88).

desse século (XVIII), com a fixação das fazendas no território e formação das primeiras nucleações populacionais possibilitou que fossem criados os primeiros centros urbanos como freguesias, vilas e posteriormente cidades, nos séculos subsequentes.

Dentre as entradas⁷² que tiveram como objeto o estado do Piauí, Pompa (2001) destaca a que ocorreu em 1674, executada por Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião Afonso Serra, auxiliados por Francisco Dias D'ávila e Bernardo Pereira Gago (também irmãos). Nesse primeiro momento, as expedições tinham um grande foco na expansão pecuarista, porém, a presença dos religiosos já é comprovada junto ao demais. De acordo com Brandão (2004, p. 253) as atividades dos jesuítas tiveram limites no Piauí, mesmo dedicados a evangelização e catequese não chegaram a estabelecer missões no estado, atuando basicamente como evangelizadores dos colonos de forma descontínua, quando adentravam no território em busca dos nativos.

Apesar do não estabelecimento de missões no Piauí, os padres jesuítas possuíam várias fazendas, obtidas por doação de Domingos Afonso Sertão⁷³. Além da administração das fazendas⁷⁴ e criação de gado, os padres se dedicavam a construção de pequenas capelas onde rezavam as missas e administravam os sacramentos⁷⁵ (BRANDÃO, 2004). O número de religiosos (missionários) no sertão

⁷² Anteriormente a essa entrada, outras mais ocorreram, como é o caso das entradas pelo Norte, efetuadas por Jerônimo de Albuquerque, Martim Soares Pequeno, Missões "Volantes" dos jesuítas e expedição de Elias Herckman.

⁷³ Para Odilon Nunes (1991 apud Oliveira, 2007, p. 31) "a administração das fazendas de Domingos Afonso Mafrense pelos jesuítas constituiu-se fundamental para a coesão do território, transformando-o em um todo homogêneo". Com relação as doações eram comuns pois "No curso da atuação das ordens, as doações de terras eram frequentes em troca de determinados serviços como, celebração de missas, matrimônio e orações por suas almas e especialmente enterro de entes queridos dentro das igrejas" (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 7).

⁷⁴ Com relação ao "(...)o caráter das atividades jesuíticas no sertão da capitania do Piauí. Nessa região, a Companhia de Jesus esteve preocupada em administrar suas 35 fazendas de gado, doadas, em 1711, por herança ao Colégio da Bahia, pelo rico fazendeiro Domingos Afonso Mafrense (ARRAES, 2014, p. 91). "(...) os documentos mencionam duas casas de missão, novas, em aldeias de índios, chamadas curral dos bois e carurus (...). as atividades das aldeias de caruru (mudada) e curral dos bois estavam ligadas as fazendas do Piauí que se abriam na época com as doações de Domingos Afonso Sertão à Companhia de Jesus" (POMPA, 2001, p. 334).

⁷⁵ No Piauí, os discípulos de Loyola se estabeleceram efetivamente só em 1711. Chegaram como administradores das fazendas e sítios deixados em testamento por Afonso Mafrense de Sousa (...). Foram esses religiosos administradores também evangelizadores. Construíram pequenas capelas em suas unidades de produção nelas rezavam missas e administravam os sacramentos. (BRANDÃO, 2004, p. 253-254). É a partir de 1711, quando foram incorporadas as fazendas herdadas de Mafrense ao patrimônio do colégio da Bahia, que iriam exercer uma ação mais contundente no sertão do piaui. Nessas fazendas os jesuítas fixaram três residências, que tinham por finalidade assegurar o compromisso administrativo da capela (o morgado herdado de Domingos Afonso Sertão); e, ao mesmo tempo, prover a que não faltassem os sacramentos e a catequese ao pessoal, relativamente grande, esparsa pelas fazendas, que se visitavam com regularidade (SILVA FILHO, 2007, p. 297).

era pequeno por uma série de questões⁷⁶, e isso resultou na falta de documentação a respeito do território e contexto da época, apesar disso é consenso que as atividades dos religiosos ocorreram conjuntamente as relacionadas a colonização, demonstrando sua interdependência (POMPA, 2001). A relação de cordialidade entre Coroa e Igreja (Companhia de Jesus) se manteve até os jesuítas começarem a serem vistos como poder paralelo, portanto, suas atividades e condutas foram questionadas, resultando na sua expulsão posteriormente, no ano de 1759, pelo Marquês de Pombal. É importante destacar que com a expulsão dos mesmos se deu o processo de criação de vilas, como é demonstrado por Arraes (2014):

O ano de 1759 é um marco na história da Companhia de Jesus do Brasil, por se tratar do ano da expulsão dos padres das colônias ultramarinas de Portugal, resultando na conversão de determinados aldeamentos missionários em vilas autônomas, (...) Nas novas vilas de índios (assim as denominavam as autoridades régias, para distingui-las das povoações dos portugueses), o ideal político e social seria civilizar os nativos, pela agricultura, comércio e contato com os europeus. Os métodos pedagógicos de catequese haviam sido substituídos por premissas de ordem laica, baseadas nas reformulações políticas racionais do marquês de Pombal. Os nomes das missões deveriam mudar, (...) “impondo-lhes os nomes das vilas mais notáveis deste Reino ou conservando o das referidas freguesias no caso que não sejam bárbaros (ARRAES, 2014, p. 91).

Com a expulsão dos jesuítas e implantação da política pombalina, estimulou a fundação de vilas, e essa proposta possibilitou a formação urbana do território piauiense, que como já citado, aproveitou-se dos núcleos populacionais resultantes das atividades dos religiosos e dos pecuaristas.

O progressivo povoamento, a posse das terras pelos fazendeiros de gado e o paralelo movimento dos missionários deram condições ao surgimento de uma malha urbana oficial, composta de aldeamentos missionários e povoações de variados níveis e perfis. Portugal desejava, com essa estratégia, expandir suas fronteiras geográficas para além do meridiano de Tordesilhas, por isso, o seu apoio, num primeiro momento da história dos sertões do Norte, aos criadores de gado e às ordens religiosas. Além disso, o tipo de concessão fundiária – grandes latifúndios ou imensas sesmarias – deu aos focos de adensamento humano um caráter dispersivo, eram pontos que “salpicavam” o território, distantes léguas e léguas uns dos outros (ARRAES, 2014, p. 98).

A urbanização dos territórios que compunham a capitania do Piauí se iniciou em fins do século XVII e tratou de uma constante negociação que se estabeleceu entre a Coroa Portuguesa, os representantes régios, a rede clientelar representada

⁷⁶ Os padres eram pagos pela folha eclesiástica e as missões do interior eram mal pagas e isso gerou uma ausência de missionários e, portanto, documentações sobre a região do sertão (HOORNAERT, 1992 apud POMPA, 2001).

pela Casa da Torre e as populações que residiam nesse local⁷⁷. O Piauí inicia a sua construção identitária territorial com a fundação da primeira freguesia, no ano de 1697, denominada Freguesia de Nossa Senhora da Vitória⁷⁸(ARRAES, 2016).

Relatos dão conta que o território do atual estado do Piauí abrigava somente pequenos números de povoações⁷⁹, com uma distribuição desordenada de sesmarias constantemente atacada por indígenas e, com pouca fiscalização quanto as cobranças de dízimos e taxas régias. Portanto, considerando essas questões era requerido de forma urgente que ocorresse um povoamento dessas terras, não somente para mantê-las seguras, mas também para auferir lucro sobre as conveniências e os dízimos angariados nessas localidades. O intuito da implementação de povoados oficiais visava, portanto, que esse território fosse efetivamente povoado pelos colonizadores: “Os novos assentamentos reformariam os sertões, transformando-os de vastidões incertas em territórios devidamente ocupados e definidos” (ARRAES, 2016, p. 258).

A estruturação de uma rede de freguesias (ou paróquias) nos sertões do bispado de Pernambuco foi uma das medidas adotadas pela Coroa no intuito de “remediar” os problemas sociais vigentes naqueles últimos anos do século XVII. As paróquias foram circunscrições territoriais decisivas no enquadramento político do espaço, tanto no Reino de Portugal (...) como na colônia da América (...) (ARRAES, 2016, p. 261).

No período o sistema adotado era o padroado régio que consistia na subordinação da Igreja a Coroa, ou seja, a Coroa exercia domínio e tomava decisões nos assuntos religiosos⁸⁰ (ARRAES, 2016).

⁷⁷ “O povoamento e a instituição da rede urbana dos sertões (...) surgiram com o apoio régio ao duplo movimento realizado por criadores de gado e missionários” (ARRAES, 2014, p. 84).

⁷⁸ A Paróquia de Cabrobó foi significativamente importante para constituição do Piauí derivando desta a primeira igreja matriz dos sertões, denominada Nossa Senhora da Vitória, que posteriormente deu origem a Vila de Mocha e cidade de Oeiras do Piauí. “A primeira freguesia criada no que seria a capitania do Piauí é anterior à homologação das Constituições, porém segue princípios normativos apontados em Trento. O curato referido foi aprovado por ordem régia, ficando a cargo dos residentes (fregueses) a construção e devida paramentação da mesma e pagar o salário do padre (cura) (ARRAES, 2016).

⁷⁹ Resultado das políticas do Governo Português, que a partir de 1671, aprovou a implantação de aldeamentos missioneiros em pontos estratégicos do Rio São Francisco (ARRAES, 2016, p. 261). Segundo Oliveira e Assis (2009) “A região do atual estado do Piauí foi, durante muito tempo, considerada pelo colonizador como terra de ninguém, mesmo sendo imensamente povoada de povos indígenas”. “A pouca urbanização, no entanto, que caracterizava o povoamento do Piauí não resultava da falta de população, pois esta havia em número considerável, mas do fato dos habitantes permanecerem nas fazendas, poucos optando pela vida nas cidades” (ALVES, 2003, p. 63). Nunes (1983, apud ALVES, 2003) argumenta que se os moradores da região naquela época se juntassem em povos, teria em quantidade equivalente para formar várias vilas e cidades.

⁸⁰ A Coroa ficava responsável pelo estabelecimento das diretrizes de ação da igreja, “transformando a evangelização num assunto do estado, ou dito de outra forma, o uso da fé como instrumento de expansão “. A comando da igreja e de suas autoridades, inclusive o papa ia perdendo espaço, a igreja resumia sua atuação nas confirmações de nomeações de cargos, funções e circunscrições

(...) ao rei cabia a arrecadação dos dízimos, a seleção de arcebispos, bispos, cônegos e vigários colados. Incluía-se, ainda, a criação de novos arcebispados, bispados, prelazias e freguesias com suas respectivas circunscrições e zelar pela construção e conservação dos edifícios do culto divino como igrejas, capelas reais, conventos e palácios dos bispos (ARRAES, 2016, 262).

Essa relação se expandiu a outros setores, como o político, econômico, de relações civis e sociais, tornando-se, portanto, um parâmetro a ser considerado para formação dos espaços urbanos, desde a evolução das aldeias, arraiais e freguesias. Cabe destacar, para exemplificar a referida situação, a necessidade de demarcação do local onde seria construída posteriormente a capela, antes da formação do núcleo populacional. As capelas eram consideradas como uma oficialização dessas aglomerações populacionais, a partir dessa organização a presença dos sacerdotes na capela demonstrava efetivamente a relação entre Igreja e Estado (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017).

Sobre essa perspectiva vale mencionar que no tocante a organização socioespacial da sociedade da época, no planejamento dos espaços, antes da fixação das aglomerações, era de importância primeiramente à demarcação do local onde seria construída a capela como referência na paisagem das cidades coloniais marcando o poder simbólico e administrativo do local (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 7).

De acordo com Barbosa, Ferreira e Sampaio (2017) essa conjuntura auxiliava na expansão da localidade para uma posterior elevação a freguesia⁸¹. Podemos constatar que nesse primeiro momento as igrejas (edificações) se constituíam como um parâmetro de suma importância para formação dessas primeiras nucleações, mesmo antes de sua oficialização. Portanto, essas edificações possuíam capacidade não somente de demarcar mais também representar e transmitir a mensagem que tal lugar se constituía como núcleo oficial. Uma nucleação com igreja recebia a denominação de capelas e posteriormente se elevavam a categoria de paróquias (freguesia), considerando alguns fatores como veremos adiante.

Para que ocorresse a elevação de determinado núcleo populacional existiam normativas e critérios gerais, como os relativos à densidade populacional, questões

eclesiásticas que eram requisitadas pela Coroa. Os integrantes da igreja, que anteriormente deviam obediência estrita ao papa, passaram a dever obediência⁸⁰ a Coroa, que ficava também responsável por autorizar a saída dos religiosos do reino (ARRAES, 2016, p. 261).

⁸¹ Todavia, para a construção do templo era necessário a doação de um patrimônio, geralmente doado pelos maiores detentores de terras, além de outras concessões menores feitas pelos fiéis para a construção e manutenção da Igreja. Com o passar do tempo, a população do lugar aumentava, exigindo uma nova reconfiguração dos espaços e adaptações em face do desenvolvimento da economia, melhor fluxo de pessoas e mercadorias, implicando na mudança de status para Igreja matriz (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 7).

de cunho econômico. O adensamento populacional era crucial, as sedes deveriam ser instaladas em áreas com maior concentração de pessoas, considerando, ainda, as conveniências dos locais escolhidos para implantação da paróquia. Essa elevação também dependia de aprovação do Rei, após longa seleção das igrejas e párocos (ARRAES, 2016).

O Bispado (ou Arcebispado) definia a localização da catedral e das igrejas matrizes, assim como delimitava as áreas territoriais correspondentes (paróquias). Essas divisões em paróquias serviram de base para a definição das freguesias, que influenciaram as consequentes divisões administrativas da cidade. As igrejas matrizes correspondiam aos núcleos das paróquias, tendo uma importante função social, tanto no que se refere ao local de encontros e sociabilidade, como no papel de registro civil (VASCONCELOS, 2010, apud BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 5).

No território piauiense, a primeira freguesia, é um bom exemplo da aplicação de tais normativas. A freguesia de Nossa Senhora da Vitória como foi nomeada, deu origem a atual cidade de Oeiras, e teve seu local de implantação escolhido⁸² considerando aspectos estratégicos. A sua igreja⁸³ foi edificada no centro da nucleação, em local acessível para possibilitar que os populares residentes tivessem que percorrer distâncias menores para alcançá-la, instalada em local plano e com proximidade a cursos fluviais⁸⁴. Na fisionomia do local se destacava a igreja e casa do padre, sendo que sua elevação a curato (freguesia) possibilitou não somente uma expansão do catolicismo, mas uma resposta contrária ao domínio desses territórios pelos grupos dos senhores de terra, que até esse momento delimitavam toda a organização social e suas relações, baseadas em regras de dependência e lealdade. A presença da igreja era resultado de medidas tomadas pela Coroa para se responsabilizar e supervisionar o contexto a qual esses moradores estavam submetidos, assumindo assim o controle político-econômico da região (ARRAES, 2016).

A Igreja da freguesia de Nossa Senhora da Vitória é tida como a primeira edificação em território piauiense e nesse momento constatamos a importância da

⁸² Brejo de Mocha (ARRAES, 2016).

⁸³ "(...) a igreja de Nossa Senhora da Vitória foi construída segundo lógicas utilitárias e éticas, transparecendo nos discursos de sua paisagem original" (ARRAES, 2016, p. 263).

⁸⁴ "A urbanização de ribeiras caracterizou os processos de transformação dos indefinidos sertões em paisagens, com os rios desempenhando um papel preponderante na localização, no desenvolvimento e na imagem das povoações, conferindo-lhes uma configuração específica e um valor simbólico determinante" (ARRAES, 2016, p. 263). "Se atentarmos na geografia das vilas, verificamos que, por regra, foram fundadas junto aos grandes rios (...) o que se compreende, se tivermos em conta que eles eram, na realidade, as verdadeiras "auto-estradas" de comunicação" (SILVA, 2002, p. 38).

mesma, desde o local previamente delimitado respeitando uma serie de critérios, servindo também como demarcador e representante da presença da Coroa e uma oficialização do núcleo. A sua posição central na malha urbana, como já demonstrado, possibilitando mais fácil acesso pelos seus moradores, pois como vimos as igrejas também funcionavam como pontos centrais (local de encontro) para a interação e sociabilidade dos moradores. Portanto, tais aspectos demonstram não somente que a edificação seguia critérios para direcionar a forma em que as pessoas com ela lidavam, como também possuía a capacidade de agir por si só, sendo representante de um discurso oficial.

Para que posteriormente a freguesia fosse elevada a vila era necessário que a mesma se mantivesse autônoma política e administrativamente. Durante todo o período da colônia, para a formação e estruturação das primeiras nucleações oficiais foram ponderados aspectos da Igreja Católica e sua relação com demais agentes da sociedade, para estabelecimento da malha urbana. A esse respeito Barbosa, Sampaio e Ferreira (2017) ponderam:

a estruturação do espaço urbano e sua morfologia perpassaram ao longo da colônia no vínculo da Igreja Católica e demais agentes, a saber, os nativos, a população e a nobreza e especificamente segundo os interesses destes, como fator preponderante das novas formações, freguesias, vilas e por fim no surgimento das primeiras cidades (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, P. 7).

Com relação a elevação dos núcleos, seguiam uma ordem e nível⁸⁵, e de forma geral a categoria “freguesia” sempre antecipa a elevação a município, podendo ser considerado como o primeiro sinal de validação demográfica⁸⁶ (BARBOSA, SAMPAIO E FERREIRA, 2017). Podemos enumerar que a linha de evolução do núcleo se inicia em curato (possuindo capela), freguesia (ou paróquia), vila e posteriormente cidade.

A criação da primeira vila no Piauí surgiu por demanda dos habitantes e pelo procurador da Coroa que sugeria que a “desordem” do Piauí só seria resolvida quando criada uma vila. A vila de Mocha como foi nomeada, oriunda da freguesia de N. S. da

⁸⁵ Na criação da estrutura eclesiástica e religiosa existiam distintos níveis, iniciando se pelo curato, este constituía se como um determinado núcleo já relativamente organizado possuidor de uma igreja ou capela com a presença de um religioso para suprir as demandas dos habitantes. Já a freguesia se constituiria como um nível superior, após uma organização mais efetiva e relacionada a diocese, ou seja, uma diocese possui sobre seus domínios uma série de paróquias (freguesias) (ENCICLOPEDIA CATÓLICA POPULAR).

⁸⁶ “Anuncia a pequenina Capela que existe um rebanho cristão necessitado de pastor permanente e que as garantias substanciais da economia nascente se tornaram fecundas e garantidoras da estabilidade social e sistemática do povo reunido ou disperso nas lindes da pastorícia” (CASCUDO, 1956, apud BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 9).

Vitoria, foi elevada em 30 de julho de 1712. A instalação dessa vila contribuiu para toda uma reorganização do Piauí⁸⁷, constituindo-se como “cabeça” de comarca, assumindo posição de centro político e administrativo do território. A vila não possuía todos os parâmetros (administrativos e espaciais) para sua elevação, tais melhorias só foram efetivamente concluídas décadas mais tarde⁸⁸. Dentre essas melhorias, pode-se destacar a construção de prédios administrativos e do governo entre outros que se integraram na malha urbana, fomentando explícitas mudanças na paisagem no entorno da igreja (ARRAES, 2016). É claro e evidente nesse contexto mais uma vez, a importância da instituição religiosa, antes de todos esses prédios governamentais e administrativos, a igreja já estava presente, como delimitador da vida dos moradores e da malha urbana, ou seja, era o primeiro elemento que influía diretamente na vida e na organização desses núcleos.

No contexto piauiense outras vilas foram sendo criadas nos anos subsequentes, tornando o território cada vez mais hierarquizado e urbanizado. Neste sentido, cabe destacar a carta régia datada de 1761 que previa não somente a fundação de mais vilas como a adoção de um modelo padrão que deveria ser adotado, o documento também determinava a elevação da Vila da Mocha à cidade, com a denominação de Oeiras (ARRAES, 2016).

A Carta Régia de 19 de junho de 1761, que cria os primeiros espaços urbanos piauienses, define as especificações sobre a sua estrutura interna, determinando locais e tipos de construção. O setor administrativo pode-se dizer, balizava todo o conjunto arquitetônico, no qual se dava destaque aos prédios da administração em especial, ao da Igreja Matriz, com seu amplo adro (NUNES & ABREU, 1995 apud OLIVEIRA, 2011).

O novo modelo se delineava num projeto de reestruturação urbana, baseado em novos preceitos éticos, estético, espaciais e cronológicos. Tudo isso partia do

⁸⁷ “repartindo-o em três instituições subordinadas aos principais centros de poder colonial: a instância judiciária esteve encabeçada pela Relação da Bahia, para onde os agravos e apelos eram remetidos; a administração do território era agenda do governador do Estado do Maranhão e, por fim, a dimensão religiosa permaneceu na diocese de Pernambuco até os primeiros anos da terceira década do século XVIII” (ARRAES, 2016, p. 267)

⁸⁸ A criação e elevação dos núcleos populacionais seguiram normas e regimentos preestabelecidos. Nesse sentido, Arraes (2016) pontua que, as mesmas absorveram um discurso moral, que visava basicamente o combate a qualquer coisa que se desviasse da ordem, ou seja, as vilas e cidades deviam seguir um padrão na sua constituição. Exemplos dessas melhorias de reestruturação na vila de Mocha incluíram a construção de novas sedes para a casa da câmara e cadeia, fundação de um colégio, um hospício, pelourinho, etc.⁸⁸. Essas arquiteturas na Vila de Mocha só foram concluídas provavelmente na primeira metade do século XVIII.

pressuposto de que a forma como esses núcleos se organizavam influenciava o desenvolvimento econômico e social de seus residentes. Os habitantes sofriam do isolamento imposto pelas grandes distâncias entre si, e pela falta de comunicação⁸⁹ entre outras coisas. Nesse contexto, as vilas “configurariam reformas estruturais no Piauí e incitariam um novo modo de vida, fundamentando uma existência consagrada no urbano como o lócus da civilidade (...)” (ARRAES, 2016, p. 283-284). No período em que Mocha se torna cidade (Oeiras) todas as paróquias do território são elevadas a vilas, por decisão da Coroa. Os interesses da Coroa eram múltiplos, podendo se destacar o seguinte: a criação das vilas era tomada como algo benéfico⁹⁰ para os locais, sendo que a própria Coroa acreditava que futuramente as mesmas se encontrariam em posição de destaque social e urbanístico; o estabelecimento visava diminuir os problemas de comunicação entre os núcleos populacionais; propiciar uma presença mais regular dos párocos, assim como uma regularidade na coleta dos dízimos (ARRAES, 2016).

No estabelecimento dessa malha urbana oficial também foram ponderados aspectos de conveniência e utilitários. Eram requisitos a construção de prédios do governo (câmara e cadeia), pelourinho e matriz, estes prédios eram de significativa importância na malha urbana e vistos como primordiais para um “adensamento populacional”⁹¹. As igrejas, assim como a presença dos religiosos, como já muito apresentado, constituíram-se como força primordial na colonização do território brasileiro, sendo que a própria atuação da igreja e a presença de suas materialidades (templos) foram levadas em consideração nas elevações dos núcleos urbanos. Nos muitos séculos de colonização a relação de “convivência e conivência”, como cita

⁸⁹ Segundo Alves (2003, p. 62) a vida dos piauienses naquele período possuía caráter rústico, extensivo e disperso o que contribuía para o isolamento da população, a vida se resumia somente ao trabalho dentro de fazendas, sem comunicação com o mundo exterior. “Frequentemente o contato com o mundo fora das fazendas somente ocorria quando passavam por ali os transportadores das boiadas; eram eles que levavam e traziam notícias de outras áreas”.

⁹⁰ “A ideia de fixação a terra se apoiava nos preceitos religiosos conferindo ao espaço urbano uma estrutura social e política que certamente trouxe benefícios não somente para a constituição e conformação dos primeiros núcleos urbanos, mas particularmente para a formação do patrimônio fundiário da Igreja Católica no Brasil” (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 7).

⁹¹ (...) mais uma vez, critérios utilitaristas e éticos. Utilitário no sentido de situar as vilas em localidades convenientes (...) a edificação das novas casas, e logradouros públicos. A conveniência, (...) relacionava-se à utilidade do território, que deveria ser garantido de água, plano, higiênico e sem impeditivos ao progresso físico da vila. (...) declarava o estabelecimento de seis ou sete famílias, o erguimento do pelourinho e a construção da igreja matriz, casa de câmara e cadeia, materialidades que, aos seus olhos, catalisavam os processos de adensamento populacional das vilas. Com efeito, essa medida não era fortuita, mas orientada segundo os resultados colhidos em vilas [de outras regiões] (ARRAES, 2016, p. 286, adendo nosso).

Barbosa, Sampaio e Ferreira (2017), influenciaram de maneira significativa a formação dos núcleos populacionais urbanos e cidades.

Nesse mesmo sentido, é possível destacar que as igrejas podem ser encaradas como pontos centrais, não somente na malha urbana, mas, na própria centralidade das relações sociais. Nesse período os eventos cotidianos e significativos se localizavam e aconteciam quando não no seu interior em seu entorno, é o caso das missas, dos festejos e até das atividades de lazer realizadas nas praças, que normalmente eram construídas na parte frontal das igrejas. Dessa maneira, a igreja exercia domínio nas questões eclesiais, simbólicas, políticas e sociais. No estabelecimento da malha urbana a igreja foi determinante na organização territorial, não menos importante foi o diálogo que a mesma estabeleceu com os muitos agentes⁹² que participaram deste processo (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017). Nesse panorama apresentado pode-se destacar a atuação das igrejas/templos com os distintos seres com os quais lidava (humanos e seres além dos humanos) e podem ser consideradas “híbridos” por serem resultado dessa relação. Portanto, fica claro a agentividade presente nessas edificações, auxiliando os humanos na empreitada de evangelização, colonização e povoamento além de servir de ponto de encontro para os moradores da localidade e funcionando como demarcador oficial da presença da Coroa. Cabe também apontar como sua ação se reflete sobre outras coisas (seres não-humanos) e as influencia, como é o caso da organização da malha urbana.

Durante todo esse tópico apresentamos o processo que se deu na formação oficial de núcleos populacionais e centros urbanos no estado do Piauí. Por esse viés montamos esse panorama geral, para compreender o processo complexo que se deu em terras piauienses. Compreender esse processo foi de suma importância para entender como foi o histórico de formação administrativa e urbanística das povoações anteriores as que se localizam as igrejas abarcadas pela pesquisa, servindo como base e parâmetro para conhecimento do contexto específico que estudamos. Foi possível também delinear a atuação das igrejas e dos religiosos nesse processo, e como a figura da igreja/templos (materialidade) foi um parâmetro importantíssimo na

⁹² (...) a Igreja, subdividida em Clero Secular, Regular e as Ordens Leigas; o Estado, que era representado pela Coroa, e num plano mais local, as Câmaras; os agentes econômicos, com destaque para os proprietários rurais, os comerciantes, os artesões e em último plano, a população e os movimentos sociais (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 5).

formação dos núcleos oficiais e seu engajamento nas muitas atividades cotidianas dessas povoações.

Fazendo uma recapitulação básica a atuação das igrejas, expressa inicialmente pela figura dos padres missionários junto as aldeias é comprovada no estado piauiense. Esses missionários chegaram junto com as próprias expedições de entrada no território, posteriormente com a expansão pecuarista os mesmos não somente se empenharam nessa empreitada como obtiveram doações de fazendas no território aos quais ficaram responsáveis pela sua gestão. Com a sua expulsão, as obras e bens de seu domínio foram confiscadas pela Coroa e as igrejas por eles administradas passaram a responsabilidade de outros religiosos, mantendo se assim a continuidade da atuação religiosa nesses locais. Quanto a presença física das igrejas e sua importância na formação dos centros urbanos, essa foi explicitamente demonstrada. As igrejas eram tidas com a mesma importância que os prédios oficiais do governo, tal fato é verificado pois as mesmas eram consideradas pré-requisitos para formação dos núcleos populacionais oficiais, surgindo inclusive antes das delegações administrativas (freguesia, vila e cidade). As igrejas assim como os prédios da administração estatal constituíam se elementos de grande valia e essenciais no estabelecimento dos núcleos urbanos. Podemos também salientar, como citado por muitos autores (CORRÊA, 2005; SILVA et al. 2015)⁹³, que sua importância é tamanha que as mesmas se localizam no centro da malha urbana, servindo para delimitar a mesma e expandindo a partir dessa todas as demais construções que se constituem em seu entorno, esse é o caso inclusive de muitas das cidades nordestinas e das abarcadas pela presente pesquisa.

É de suma importância pois considerar que todas essas narrativas que propiciaram a construção dessas igrejas e funções que foram a elas delegadas no decorrer do tempo são partes integrantes da sua história de vida, que se inicia num determinado momento e, como é o caso das igrejas estudadas, se expandem até a contemporaneidade, portanto, podemos considerar as mesmas como resultado de múltiplas temporalidades (passado, presente e futuro). Em seguida no próximo tópico o intuito é focarmos nos aspectos religiosos piauienses, como a estrutura da igreja foi

⁹³ Segundo Córrea (2005, p.9) as edificações religiosas como capelas tiveram uma posição de destaque na malha urbana das cidades. E estudar uma edificação cristã é relevante para que se possa entender o desenvolvimento urbano de uma cidade. Segundo Silva et al. (2015) boa parte das capitais nordestinas tiveram uma igreja como componente determinante na sua formação, ou seja, as igrejas auxiliaram na consolidação, surgimento e povoamento de uma determinada localidade.

instalada em território piauiense, como a sua hierarquia foi criada e modificada no decorrer dos anos entre outras questões.

2.2 ESTRUTURA DA IGREJA E CATOLICISMO NO PIAUÍ

Busca se demonstrar nesse tópico a organização hierárquica, administrativa e eclesiástica que se deu em terras brasileiras para propiciar melhor compreensão do contexto que deu suporte a criação do Bispado do Piauí. Sendo também ponderadas as discussões relacionadas a aspectos da religiosidade que se desenvolveram no Brasil e em território piauiense.

Como demonstrado, no tópico anterior, a relação que se estabeleceu entre igreja e estado (Coroa) no Brasil colonial foi uma relação de complementariedade. A própria organização da igreja nesse período refletiu essa relação de proximidade entre as partes (HOORNAERT, 1984).

Como citado, o sistema vigente na Colônia era o padroado, sendo que os reis forneciam suporte financeiro para atuação evangelizadora da Igreja, e, em contrapartida, assumiam o controle sobre o estabelecimento das hierarquias eclesiásticas e na fundação das paróquias, sendo que também as nomeações cabiam ao mesmo (CASTRO, 1998).

De modo geral, a hierarquia e organização da Igreja Católica em território brasileiro se dividia em alto e baixo clero, o primeiro correspondia aos bispos e outros dogmáticos, estes eram pagos pela “folha eclesiástica” pertencente ao padroado régio. Já o baixo clero correspondia aos párocos e capelães que atuavam no convívio mais próximo com os habitantes do território (HOORNAERT, 1984, p. 14).

No desenvolvimento das atividades nas comunidades o baixo clero se empenhava em atender a necessidade da “sacramentalização”, que correspondia a administração dos ditos sacramentos obrigatórios, tais como “o batismo, o casamento, a confissão anual no tempo pascal, a missa dos defuntos”. No período colonial os sacramentos eram destinados a toda a população como algo obrigatório⁹⁴. Esses religiosos se dividiam entre os que atuavam e encarregavam-se das capelanias, das

⁹⁴ “O Brasil chegou a ser um país pronunciadamente católico, e o passaporte para nele entrar era de ordem religiosa. Só mesmo católicos eram permitidos no país (HOORNAERT, 1984, p. 67). A obrigatoriedade da religião católica funcionava também como um meio de manipulação e repressão direta dos acúmulos de bens independentes, era exercida pela igreja tanto a perseguição direta e inquisição como as manipulações das finanças da classe comercial e proprietária por alguns setores eclesiásticos (HOORNAERT, 1984).

confrarias das vilas e outra parte que eram responsáveis pelas paróquias de vilas localizadas no interior da colônia (HOORNAERT, 1984, p. 13).

As vilas e paróquias, em sua maioria tiveram sua expansão ligada a política pombalina (1755), se organizaram basicamente onde anteriormente se encontravam os aldeamentos indígenas, arraiais de bandeirantes, engenhos e fazendas. Essas circunscrições eram alvo de visitas corriqueiras de padres (párocos) que se deslocavam pelas várias capelas que faziam parte de seu território paroquial, os deslocamentos eram feitos a cavalo ou em “rede nos ombros dos escravos”. O intuito como apresentado, era de administrar os sacramentos a esses povos. Os párocos ficavam responsáveis também pela denominada “desobriga”⁹⁵ (HOORNAERT, 1984, p. 14).

Já o clero regular ficava a cargo das atividades missionárias e ao ensino, dependendo de recursos “próprios” para se manter. Devido a esse fator, receberam grandes quantidades de bens dos fiéis (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017). Os religiosos pertencentes a essa categoria se encarregavam também da pregação, realizada pelos missionários. A evangelização da colônia por meio das missões, foram efetuadas por essas ordens do clero regular, e mesmo estas sendo financiadas também pelo padroado, buscavam constantemente meios de sair de sua dependência. Isso pode ser exemplificado pela “constituição de patrimônios próprios em terra, casas, engenhos, fazendas e escravos, a partir de doações, heranças e promessas dos fiéis” (HOORNAERT, 1984, p. 15). Inclusive esses patrimônios se localizavam geralmente em espaços privilegiados na organização das vilas, funcionando como núcleo para expansão do povoamento⁹⁶ (HOORNAERT, 1984).

Por uma série de fatores a relação entre Roma e a igreja brasileira no período colonial foi praticamente inexistente⁹⁷. Nesse cenário Lisboa assumia a posição

⁹⁵ De acordo com Silva (2013) era um tipo de evento realizado anteriormente a construção das igrejas, se caracterizava pelo deslocamento dos padres pelas distintas regiões realizando celebrações, casamentos, batizados entre outros. Da mesma forma, Damasceno (2012) apresenta, que a desobriga se constituiria como um evento anual da Igreja Católica, nesse contexto os padres se deslocavam a grandes distâncias para chegarem a lugares determinados onde eram realizados mutirões de casamentos, batizados, primeira comunhão, etc.

⁹⁶ “(...) a cruz no meio de uma praça aberta marcou a existência de um aldeamento e continua até hoje marcando o centro de numerosas cidades, municípios, lugarejos” (HOORNAERT, 1984, p. 17).

⁹⁷ No próprio processo de seleção do clero eram consideradas etapas rigorosas para adentrar em território brasileiro, eram necessárias autorização explícita do rei para sair de Portugal, juramento de fidelidade ao rei, a travessia só podia ser feita por meio de transporte portugueses localizados em Lisboa. Todos os religiosos, que tinham interesse de adentrar o país deveriam seguir essas etapas. No Brasil não era permitido o estabelecimento direto de comunicação com Roma, não realizavam as visitas tradicionais a ela, tanto pela questão da distância como custos (HOORNAERT, 1984).

central na tomada de decisão e implementação sobre o processo de evangelização na Colônia (HOORNAERT, 1984).

Dentre os cinco movimentos/ciclos de evangelização que, segundo Hoornaert (1984), ocorreram no Brasil nos primeiros três séculos da colonização, destacamos o sertanejo⁹⁸.

No ciclo sertanejo se destacam as atividades com foco no aldeamento dos indígenas dos sertões, nesse contexto atuaram as ordens religiosas dos capuchinhos, oratorianos, jesuítas e franciscanos. Os religiosos das duas primeiras ordens eram caracterizados como “missionários apostólicos” e dependiam de uma instituição distinta, e inclusive se constituam como oposição e visavam combater os “missionários reais” que eram dependentes do sistema de padroado. Os capuchinhos atuaram inicialmente na instalação de “hospícios” que garantiam a realização dos trabalhos com os indígenas. Os religiosos dessa ordem atuaram também nas missões, utilizando o método das missões ambulantes, alcançando grande aceitação e popularidade. Os oratorianos dedicaram-se a gerir aldeias jesuíticas e franciscanas que haviam sido confiscadas, durante o período pombalino. Foi um movimento breve, com a diminuição da população indígena, causadas pelas epidemias e guerras, passaram a dar assistência aos moradores dos núcleos coloniais e seus escravos. Os franciscanos se responsabilizaram por novas missões delegadas pelo rei. E os jesuítas, antes da expulsão por Pombal como apresentado, se dedicaram a evangelização dos indígenas e formação dos aldeamentos diretamente no interior dos sertões (HOORNAERT, 1984).

Além das ordens religiosas oficiais já apresentadas, em contexto brasileiro também atuaram as denominadas ordens leigas ou ordens terceiras⁹⁹, mesmo sendo ligadas as igrejas, eram independentes dela. Os religiosos dessas ordens desenvolveram atividades múltiplas desde o auxílio das paróquias, evangelização, atuando também no setor financeiro, concedendo empréstimos a projetos particulares¹⁰⁰. Já as irmandades (ramo das ordens leigas) sustentavam as igrejas e

⁹⁸ Os demais ciclos são: litorâneo, maranhense, mineiro e paulista. Para mais informações sobre os referidos ciclos ver Hoornaert (1984).

⁹⁹ Os leigos conseguiram importantes organizações dentro da Igreja no Brasil, pelas confrarias, irmandades ou ordens terceiras, herdadas do passado português, que floresceram nas vilas brasileiras(...) (HOORNAERT, 1984).

¹⁰⁰ A composição da mesma englobava “leigos, homens, mulheres e associações civis”, todos estes desenvolvendo o auxílio mútuo e a caridade para com os outros. (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017, p. 6).

capelas dividindo se por especialização (profissionalização) do grupo a que se destinava: clérigos, militares, artesões entre outros. Podiam se dividir também considerando a classe social, étnica e sexo. Forneciam empréstimos principalmente aos escravos, para compra da alforria (BARBOSA, SAMPAIO e FERREIRA, 2017). Essas ordens também se dedicavam a organização de festividades e construção de igrejas, responsabilizando-se por elas, pela sua decoração e manutenção, além do pagamento dos salários dos padres e sacristães (ALVES, 1979). Podem ser destacadas também as confrarias¹⁰¹, os conventos, as organizações populares como beatas, eremitas, as existentes nos quilombos ou zona rural como os reizados, congados, maracatus, etc. (HOORNAERT, 1984).

Portanto, como podemos observar em muitos quesitos a igreja encontrava se intimamente relacionada aos objetivos do estado português (Coroa)¹⁰² e nos variados contextos da expansão colonizatória, se prestando a distintas funções, desde a inserção nos setores econômicos, administrativos, militaristas, etc. Esse ponto já foi bastante discutido, mas é importante ser mais uma vez ressaltado para compreensão de que as atividades evangelizatórias caminharam lado a lado com a colonização. Essa forma de organização e relação influenciou tanto a criação de um catolicismo específico, adaptado as distintas situações, como propiciou que a própria organização eclesiástica religiosa e administrativa só viesse a se estabelecer bem tardiamente, pois o interesse primordial nesses primeiros séculos se delimitou estritamente na efetivação da colonização¹⁰³.

De acordo com Alves (1979) “a América Espanhola chegou muito depressa ao estágio de Igreja, enquanto o Brasil manteve por muito tempo as características de missão ou de algo que era a preparação para qualquer outra coisa, algo indefinido, mas frágil e fraco (...)” (ALVES, 1979, p. 24). Nesse mesmo sentido Sousa Neto (2010,

¹⁰¹ se especializavam em outros setores, que não o de controle de finanças colônias, algumas se dedicavam a administração de hospitais, orfanatos, recolhimentos, escolas de medicina entre outros. Funcionava também como bancos, permitindo inclusive a tomada de empréstimos (HOORNAERT, 1984).

¹⁰² “Em tese o objetivo da igreja e os do estado eram os mesmos. Um era o outro. Um emanava do outro e justificava-se por ele. O bispo não passava de um funcionário especializado do estado, cuja política executava. O rei era um servidor privilegiado de Deus, portanto da sua igreja, de quem recebera a missão e o direito de governar o povo. Nestas condições, era natural que o rei estabelecesse uma ordem de prioridades para a construção da estrutura da igreja e para as despesas que essa construção pudesse acarretar. Natural também foi que a igreja aceitasse esta ordem de prioridades, já que os seus interesses e os do estado eram comuns” (ALVES, 1979, p. 24).

¹⁰³ “A cristianização do Brasil entende-se dentro do conjunto dos movimentos expansionistas globais da época, não como fruto de um movimento missionário independente” (HOORNAERT, 1984, 86).

p. 86) pondera que o surgimento tardio de dioceses confirma a intenção da metrópole em reduzir a autonomia dos setores religiosos brasileiros¹⁰⁴. Esse foi o contexto de criação das primeiras dioceses do Brasil e posteriormente do Piauí. A estrutura estabelecida no Brasil, sete dioceses até a independência (1822), era inadequada e insuficiente se levarmos em conta a grande dimensão territorial do país (SOUSA NETO, 2010).

As unidades territoriais além de poucas em quantidade para atender as demandas, como dioceses, prelazias e paróquias sofriam constantemente pela falta de religiosos (sacerdotes), permanecendo muito tempo vagas. Não por acaso, as necessidades cotidianas impuseram adaptações nas práticas religiosas, como exemplo, pode se destacar as visitas pastorais que devido as distancias¹⁰⁵ e dificuldades não eram realizadas pelos bispos, apesar das mesmas serem recomendadas pelo Concilio de Trento (HOORNAERT, 1984).

Este cenário se manteve por grande parte do período colonial e imperial, especialmente no que se refere aos locais mais distantes dos centros com relevância política e/ou econômica; e mesmo com a proclamação da República, e o aumento no número de dioceses, a presença dos altos escalões da igreja se limitou a algumas regiões. Após a proclamação da república (1890-1930), com a separação da Igreja e Coroa Portuguesa, ocorreu a criação de 68 novas dioceses, distribuídas no amplo território e concentradas em sua maioria no nordeste e sudeste do Brasil.

É nesse contexto, que é criada a diocese do Piauí, no ano de 1903. Visando uma aproximação entre igreja e sociedade, como pondera Sousa Neto (2010):

[...] nos primeiros anos da República, notamos que foram criadas províncias eclesiásticas e dioceses, uma reorganização dos poderes episcopais com o objetivo de sanar a grande distância entre a hierarquia e os fiéis. Ao menos a distância física. (SILVA, 2006 apud SOUSA NETO, 2010, p. 88).

Ou seja, ao montar essas unidades administrativas buscava-se estabelecer uma aproximação, já que até aquele momento o desenvolvimento do catolicismo no território era marcado por uma vivência indireta com essas instituições eclesiásticas. O Brasil possuía como religião oficial e obrigatória, o catolicismo, e o mesmo era

¹⁰⁴ "(...) a reduzida inclinação da metrópole para permitir autonomia nesse setor, assim como sua imbricação com a esfera política" (SOUSA NETO, 2010, p. 86)

¹⁰⁵ "A extensão dessas dioceses era muito ampla, dando poucas condições a seus prelados para exercerem suas obrigações pastorais" (CASTRO, 1998, p. 30).

praticado e vivido, mas de maneira indireta sem a presença física dessas instituições, da figura dos padres, etc.

Por todo o século XIX, o episcopado brasileiro, pouco numeroso, não acompanhou o aumento da população e sua influência reduzia-se, sendo a maior parte das funções episcopais exercida pela instituição leiga do padroado e pelas famílias que assumiam grande importância como expressão religiosa, uma vez que a religião brasileira era mais privada e doméstica do que institucional (SOUSA NETO, 2010, p. 88, grifo nosso).

É nesse sentido que Silva (2001, apud SOUSA NETO, 2010, p. 88) argumenta ser a religiosidade caracterizada por “muita reza e pouco padre”, nesse sentido se constitui as devoções que se sobrepõe aos preceitos, sendo que as orações, práticas e o comportamento religioso são aprendidos diretamente no seio familiar (SOUSA NETO, 2010).

No Brasil, tanto em seu período colonial quanto imperial, as práticas religiosas adaptavam-se às influências do tempo e dos costumes locais, sem angústias e inquietações na dimensão teológica, o que caracterizava uma religiosidade marcada por um caráter doméstico e de limitada doutrina (SODRÉ, 1998 apud SOUSA NETO, 2010, p. 83).

Em contexto brasileiro é verificado que os “traços rígidos e repressivos do catolicismo romano” foram se perdendo no decorrer do tempo ou se “suavizando” conforme ia tendo contato com a realidade vigente no período colonial e imperial. Os sacerdotes e a própria igreja como parte integrante da sociedade modificavam suas práticas (SOUSA NETO, 2010,). O mesmo acontecia nos primeiros séculos da colonização, quando os padres eram que eram predominantemente estrangeiros e tinham se formado na severa disciplina dos mosteiros europeus, ao chegarem ao Brasil e desenvolver suas atividades passavam por um processo gradativo de “adaptação” à realidade do Novo Mundo, resultando no desenvolvimento de uma religião católica mais intimista e suave, longe dos poderios da fiscalização romana. Os padres se integravam na sociedade e na “vida comum, adaptando-se aos costumes dessa sociedade, com ela interagindo em suas diferentes dimensões” (SOUSA NETO, 2010, p. 84).

É importante salientar que todas essas questões da organização eclesiástica no território brasileiro contribuíram para o desenvolvimento de um catolicismo adaptado a realidade desse contexto. As grandes distâncias, a escassez de religiosos, um distanciamento dos preceitos de Roma e do catolicismo tradicional entre outras questões influenciaram e muito na forma em que o mesmo foi estruturado e

vivenciado. Esses elementos levaram a constituição de um catolicismo popular, que dominou o Brasil (ROSENDAHL e CORRÊA, 2006).

Tais questões relativas à criação da diocese e o catolicismo se fazem presente tanto em contexto brasileiro como também no estado do Piauí. Isso propiciou inclusive que a criação dessa unidade eclesiástica piauiense surgisse da demanda e fosse concretizada em decorrência das solicitações e ações das famílias locais, movidas pelos seus interesses (SOUSA NETO, 2010). É sobre esse ponto, de criação do Bispado do Piauí, que trata o próximo tópico.

2.2.2 Criação da Diocese do Piauí

O processo de criação da diocese do Piauí foi lento e demorado¹⁰⁶, estendendo-se durante todo o século XIX, e envolvendo o interesse de diferentes classes, de religiosos, políticos, e da sociedade. Foram muitas as tentativas com o objetivo de se desvencilhar da dependência eclesiástica da Diocese do Maranhão, que até aquele momento englobava o território piauiense, sendo responsável pela sua jurisdição e tomada de decisões. Compreender esse processo é necessário para elucidar como se montou a estrutura administrativa eclesiástica no território do estado Piauí, de onde posteriormente foi criada diocese de São Raimundo Nonato, onde se encontram as igrejas abarcadas pela pesquisa. Para isso buscaremos apresentar o contexto dessas tentativas, os motivos para rejeição de sua emancipação, além dos grupos envolvidos para que essa criação ocorresse.

No início da colonização o território do estado do Piauí esteve sob domínio e controle espiritual de Pernambuco¹⁰⁷, sendo assim a igreja da primeira vila instalada no Piauí (Mocha) ocupava posição de filial da Matriz de Cabrobó. Em 1728, no entanto, é criada a diocese do Maranhão, ficando o Piauí sobre sua jurisdição e a ela incorporada (SOUSA NETO, 2010).

¹⁰⁶ Segundo Brandão (2004, p. 251) “a estrutura eclesiástica só foi implantada em terras piauienses quando houve interesse da Coroa em estabelecer o controle do corpo social que nelas se formava”.

¹⁰⁷ No século XVI não havia definição quanto a jurisdição eclesiástica do território que hoje compreende o estado do Piauí (...). Mesmo na segunda metade do século XVII, quando o povoamento colonial já se efetivava nos vales piauienses, as autoridades coloniais ainda desconheciam o interior do Nordeste. Foi por esse motivo que a delimitação das áreas de jurisdição das dioceses do Maranhão e do Pernambuco, bem como a arquidiocese da Bahia permaneceu por muito tempo restrita a zona litorânea (...). Por muito tempo a assistência religiosa aos habitantes das fazendas e sítios era prestada de forma esporádica. Até o final do século XVII era feita pelos jesuítas que transitavam nos “sertões de dentro”. A missão da Ibiapaba, a partir da década de 1660, foi importante ponto de partida de incursões missionárias para a ação catequética em terras do piauí. (BRANDÃO, 2004, p. 251)

No decorrer dos anos um grande número de tentativas foram feitas solicitando a criação da Diocese do Piauí, as mesmas foram suspensas por questões externas ou rejeitadas pela Diocese do Maranhão por uma série de motivos que serão apresentados posteriormente. As solicitações envolveram diferentes personagens relacionados aos setores da vida social e política local. A primeira solicitação ocorreu no ano de 1822 e foi encaminhada por um deputado piauiense¹⁰⁸ a Corte de Lisboa. O intuito dessa solicitação seria o desmembramento da Diocese do Maranhão, com o estabelecimento da Diocese do Piauí, que possuiria sede localizada em Oeiras, somado a isso criar-se-ia também novas paróquias e ao menos dois coadjutores para auxiliarem os trabalhos junto aos párocos. O contexto externo, de independência do Brasil, fez com que a proposta fosse abortada (SOUSA NETO, 2010).

No ano de 1825 um documento foi encaminhado pela câmara da vila de Jerumenha aos deputados da assembleia legislativa, e dentre as ações para o melhoramento da província se destacava a necessidade de desanexar-se do bispado do Maranhão. Outros locais seguiram esse encaminhamento, enviando solicitações, como foi o caso da cidade de Oeiras, e as vilas de Campo Maior e Marvão. O contexto demonstra que o desejo de criação de uma nova diocese independente já era almejado por muitos grupos piauienses (SOUSA NETO, 2010).

Sousa Neto (2010, p. 89) considera, no entanto, que um passo mais objetivo se deu pela figura de um religioso, que tomou para si a responsabilidade pelas reivindicações e solicitações a partir daí. Foi o Padre Marcos de Araújo Costa que em 12 de junho de 1829 solicitou as Cortes imperiais que o Diocesano Ordinário do Maranhão outorgasse maiores poderes ao Vigário Geral do Piauí, garantindo-lhe maior autonomia de decisão em questões religiosas no Piauí. As decisões se relacionavam a questões de “concessão de dispensas de impedimentos matrimoniais”¹⁰⁹, que deveriam ser realizados na província e não no Maranhão. Para que essas questões matrimoniais fossem resolvidas denotava deslocamentos longos, logísticas e custos que a maioria das pessoas não conseguia arcar. Todas essas questões criavam um cenário de insatisfação nos distintos grupos¹¹⁰, pois ia contra os

¹⁰⁸ Miguel Borges Leal Castelo Branco (SOUSA NETO, 2010).

¹⁰⁹ “(...)Padre Marcos desejava conseguir uma maior jurisdição para o delegado Diocesano em Oeiras, solicitando que a este fossem concedidos poderes de dispensa relativos aos impedimentos matrimoniais, (...)para que se concluíssem nas províncias os processos de impedimento (SOUSA NETO, 2010, p. 90).

¹¹⁰ Essa condição, segundo o padre, ainda afetava o bem espiritual dos moradores e prejudicava o aumento da população (SOUSA NETO, 2010).

interesses das famílias locais, restringia a ação do clero e limitava seu poder de atuação. Apesar de todas essas questões e motivos que sustentavam a solicitação de aumento dos poderes do Vigário Geral do Piauí, a mesma foi rejeitada pelo Bispo do Maranhão (SOUSA NETO, 2010).

Em decorrência do rechaçamento da solicitação anteriormente feita por Padre Marcos, ele passou a se empenhar no estabelecimento de relações de alianças nos mais variados setores, de forma a concretizar a criação do Bispado do Piauí. Em 1830, o religioso conseguiu junto ao Conselho do governo uma resolução que autorizava a criação da Diocese do Piauí, porém a medida não foi efetivada, por falta de aprovação do Bispado do Maranhão. Nova tentativa foi realizada em 1832 e novamente rejeitada com o pretexto de inviabilidade (SOUSA NETO, 2010).

Os interessados na criação do Bispado do Piauí argumentavam que a Diocese do Maranhão ao rejeitar as solicitações era movida por interesses econômicos e com vias a manter o controle sobre o Piauí, salientando que estes interesses estavam se sobrepondo aos interesses religiosos, na ponderação da solicitação. Era exposto que o interesse econômico, por parte da Diocese do Maranhão, pesava em suas decisões, exatamente pelo fato de que a independência da diocese piauiense ocasionaria enormes perdas econômicas para aquela diocese. Os religiosos componentes do clero também viam as rejeições como um questionamento de suas competências. Mais uma vez a empreitada não obteve êxito. Em 1834 nova solicitação foi encaminhada a assembleia geral, demonstrando o exemplo de outras localidades onde o mesmo tinha acontecido, como Goiás e Mato Grosso, e mesmo assim o ministro da justiça indeferiu o pedido (SOUSA NETO, 2010).

Em 1835 um novo pedido, utilizando os argumentos já citados, a dificuldade de concessão das dispensas matrimônias, os deslocamentos e seus inconvenientes, os interesses econômicos por trás das anteriores rejeições, as despesas, etc. além das questões relativas ao estado precário no qual se encontrava a administração eclesiástica do Piauí. Mais uma vez a proposta foi rejeitada. Em 1838, o presidente da província apresentou aos deputados provinciais “as dificuldades e problemas

“Em meio à luta por uma maior autonomia eclesiástica no Piauí, observa-se uma sociedade na qual o sacramento do casamento marcava ao mesmo tempo a aliança entre famílias, instrumento utilizado na conquista e manutenção de posições de mando. Um maior controle sobre os processos de dispensas representaria, assim, ferramenta econômica e política das mais importantes, uma vez que, por um lado, reduziria drasticamente os custos para a obtenção das dispensas e, por outro, facilitaria novas alianças entre famílias afins” (SOUSA NETO, 2010, p. 92).

trazidos pela falta de um bispado independente”, mesmo cientes dos fatos, a Assembleia Provincial não obteve sucesso (SOUSA NETO, 2010, p. 208).

Após o falecimento do Padre Marcos, em 1842, acreditaram ser o contexto favorável para nova solicitação. E quando o novo bispo assumiu a diocese do Maranhão, se posicionou contrário a expectativa dos piauienses. Essa derrota acarretou numa desilusão com relação a criação da diocese. E por um tempo não ocorreram mais solicitações, somente em 1888 que foi feita nova proposta, dessa vez intermediada pela Arquidiocese da Bahia, que encaminhou a solicitação ao plenário da Assembleia Nacional, para votação do tema, além da criação da diocese do Piauí, também solicitaram a criação de mais duas dioceses e de uma arquidiocese. O processo só recebeu um veto e este estava relacionado a criação da diocese do Piauí (SOUSA NETO, 2010).

Em 1897, o Padre Joaquim de Oliveira Lopes se põe a frente de nova tentativa e recebendo do Bispo do Maranhão a resposta de que criar uma diocese no Piauí seria uma “ideia inexecutável”. Apesar da resposta contrária o referido padre se empenhou a viajar pelas cidades piauienses, buscando aliados e recursos para consolidar a proposta da diocese. Nesse processo foi de suma importância a participação da arquidiocese da Bahia, cujo arcebispo se comprometeu de apresentar a causa diretamente ao Papa. Todavia, novamente o bispo do Maranhão negou esse pedido (SOUSA NETO, 2010).

O processo final que concretizou a criação da Diocese do Piauí em si possui uma lacuna, pois o Bispo do Maranhão apresentou ao Padre Lopes um ofício da Nunciatura romana, datado de 21 de junho de 1901, que sugeria a criação no Piauí de um seminário e ordenava que o bispo residisse dois anos em São Luiz e dois anos em Teresina. O outro fato diz respeito a bula de criação da diocese de 20 de fevereiro de 1901, ou seja, data anterior ao ofício¹¹¹. Em 02 de janeiro de 1903 enfim chega à decisão da criação, por meio de telegrama do arcebispo da Bahia, comunicando oficialmente o fato. Foi então criada e autorizada a instalação da Diocese do Piauí. Sendo que seu primeiro bispo foi Dom Joaquim de Almeida, que chegou ao Piauí em 1906 (SOUSA NETO, 2010)

¹¹¹ A explicação dada para tal fato leva em consideração o comportamento do Bispo que apresentou o ofício, ele renunciou com a criação da diocese. É sugerido então que o mesmo pode ter conseguido esse ofício possibilitando que a bula que tratava da criação da diocese não fosse publicada (SOUSA NETO, 2010).

O segundo bispo foi Dom Octaviano Pereira de Albuquerque que permaneceu na função do ano de 1914 a 1923, esses dois primeiros bispos atuaram no desenvolvimento inicial da estrutura da Igreja Católica no estado (PEREIRA, 2013). É exatamente durante o governo de Dom Octaviano que é criada a prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, a qual São Raimundo Nonato fazia parte. Dom Octaviano analisando o contexto do Bispado do Piauí constatou a necessidade de criação de mais unidades eclesiais para propiciar uma maior abrangência religiosa, assistência e atendimento aos povos locais. Para suprir tal necessidade o bispo solicita a Santa Sé a criação de uma prelazia no sul do estado do Piauí. Em 18 de julho de 1920 é então publicada a Bula papal com resposta favorável a instalação de nova prelazia, a Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia¹¹² (DIOCESE DE BOM JESUS DO GURGUÉIA, 2016).

Os bispos nomeados para governo da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, por questões de logística, residiram em São Raimundo Nonato, como foi o caso de Dom Inocêncio López Santamaria¹¹³. Com a morte do Dom Inocêncio (1958), Dom Vásquez, que era bispo auxiliar assume o comando, e ponderando questões de cunho geográfico (extenso território) e a amplitude dos trabalhos religiosos a serem realizados solicita que o autorizem a permanecer definitivamente em Bom Jesus, Dom Vásquez também pondera que em detrimento das grandes distâncias é necessário o desmembramento da prelazia de São Raimundo Nonato¹¹⁴ (DIOCESE DE BOM JESUS DO GURGUÉIA, 2016). Em 17 de dezembro de 1960 é criada a Prelazia de São Raimundo Nonato (CNBB REGIONAL NORDESTE 4, 2013). O ato solene se dá em 19 de dezembro de 1961, sendo o primeiro bispo deste prelado Dom Amadeo Gonzalez Ferreiros, que toma posse em 1962 renunciando em 1968. Após a renúncia assume Dom Cândido Lorenzo Gonzalez, tomando posse em 1970. Em 1981 a prelazia é elevada a categoria de Diocese e Dom Cândido passa a ser o primeiro Bispo Diocesano (DAMASCENO, 2012).

¹¹² A prelazia de Bom Jesus do Gurgueia pertencia a Diocese do Piauí que em 1944 passou a se chamar Diocese de Teresina, tendo também o desmembramento das Dioceses de Oeiras e Parnaíba. Em 1953 a Diocese de Teresina é elevada a arquidiocese (ARQUIDIÓCESE DE TERESINA, 2015).

¹¹³ 3º Bispo da Prelazia de Bom Jesus do Gurgueia.

¹¹⁴ Dentre as razões do pedido, de divisão e criação da diocese de São Raimundo Nonato, estão os referentes a “grande extensão do território e falta de meios de comunicação” que dificultavam e impossibilitavam o prelado de desenvolver de forma efetiva suas atividades (DAMASCENO, 2012, p. 192).

Cabe destacar dentre o nome desses Bispos, Dom Inocêncio Lopez Santamaria e Dom Cândido Lorenzo Gonzalez, pois ambos se encontram sepultados no interior da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato, como será apresentado com mais detalhes posteriormente.

A partir desse panorama apresentado buscamos contextualizar os nossos objetos de estudo que se localizam nessa extensão territorial e sob jurisdição eclesiástica da Diocese de São Raimundo. É importante salientar também que a Igreja de São Raimundo Nonato ocupa posição de Catedral da Diocese, ou seja, num nível de hierarquia a mesma ocupa posição de destaque, sendo também de onde o Bispo governa a diocese. Muitas das informações até aqui elencadas servem também para auxiliar na compreensão do catolicismo desenvolvido e praticado nessa conjuntura, que é o foco da síntese apresentada a seguir, que busca não somente apresentar esses aspectos, mas como o próprio catolicismo se estruturou no estado.

2.2.3 Religiosidade piauiense

O intuito desse levantamento é compreender a forma como o catolicismo se apresentou ao longo do tempo no território piauiense. Já que o foco de nosso estudo são igrejas edificadas por adeptos da religião católica apostólica romana é de suma importância buscar a gênese dos costumes que deram suporte a posterior construção dos templos, que chegaram a nós na atualidade e que trazem em sua materialidade indícios e intencionalidades dos seus construtores e dos vários momentos históricos pelos quais passaram.

Recapitulando as discussões, sobre como foi caracterizado o catolicismo desenvolvido no Brasil, podemos destacar os seguintes dizeres, que definiram essa prática: um catolicismo popular, uma religião mais privada, doméstica do que institucional e de pouca doutrina, religião intimista e suave entre outros. Decerto que essa forma de catolicismo que se desenvolveu em outras regiões foi também vivenciada no Piauí e essas questões que apresentaremos a seguir.

Nos séculos iniciais da colonização do Brasil havia um certo distanciamento entre a igreja e os habitantes locais por variados fatores. Os padres assumindo funções e desenvolvendo atividades em outros setores contribuíram para que essa visão predominasse. Gerando uma ideia que pressupunha que os padres viviam e

atuavam em prol dos seus interesses¹¹⁵ e não como representantes e elos entre a sociedade e Deus. Esse quesito se agravou ainda mais pela dispersão da população por um amplo território (SOUSA NETO, 2010).

O isolamento entre as paróquias, agudizado por sua extensão territorial e pelos precários meios de comunicação, agravavam essa situação de dominação legal, ao tempo que tendia a fortificar o poder do padre sobre os fiéis, posto ser este entendido pela população da paróquia com legítima autoridade religiosa e, muitas vezes, única com a qual mantinha contato (SOUSA NETO, p. 93).

Podemos observar que existia um distanciamento físico entre a igreja e a sociedade. O catolicismo era praticado, mas os elementos que auxiliavam no seu desenvolvimento eram escassos, como o caso das igrejas e da própria figura dos padres que não eram constantes nas localidades piauienses. Nesse sentido, Brandão (2004) pondera, que “até 1697 não havia uma única igreja ou capela canonicamente erigida em todo território do Piauí”. As construções destas “não resultavam apenas das decisões administrativas do governo, nem também do comportamento dos proprietários e moradores da região”, segundo a autora muitos sesmeiros, “não permitiram construções de igrejas em seus domínios” (BRANDÃO, 2004, p. 252). Esse comportamento provavelmente era resultado do poder paralelo que essa instituição e os religiosos representavam.

Até o século XVIII grande parte dos proprietários de terras na capitania do Piauí era formada por senhores absenteístas. Esta atitude frente a construção de igrejas, talvez fosse a forma de evitar qualquer autoridade externa em seus domínios, inclusive dos clérigos(...) (BRANDÃO, 2004, 252).

No período colonial existiria uma resistência a adoção dos preceitos católicos “tradicionais”, os indivíduos eram católicos, mas não da forma que a ortodoxia eclesiástica romana tradicional impunha. Essa forma própria de ser católico influenciou na construção de uma religiosidade diferenciada, onde os interesses das elites locais ou o interesse pessoal de certos indivíduos acabou sendo um fator importante para a construção de igrejas e capelas.

No contexto supracitado, as capelas poderiam ser construídas por pessoas comuns e também existiam igrejas oriundas do pagamento de promessas. Brandão (2004) cita que o próprio comportamento dos clérigos, preocupados com interesses

¹¹⁵ “Acrescente-se a isso que no Piauí, bem como em grande parte do Brasil, era comum clérigos se envolverem em negócios agrícolas e comerciais, comprando fazendas e escravos, vivendo em concubinato e participando ativamente da política. (...)gerando receios e censuras quanto ao seu trabalho pastoral. Práticas como essas afetavam bastante a autoridade sacerdotal, entretanto, fortalecia o clero em sua dimensão de liderança profana de forte poder econômico e político (SOUSA NETO, 2010, p. 93-94).

peçoais e envolvidos com forças políticas locais, podem ter motivado a construção de capelas e oratórios por particulares.

Essa prática de levantar por conta própria igrejas, capelas e oratórios evidencia o significado dos mesmos na religiosidade dos piauienses. Demonstra o reconhecimento de que eram estes os locais apropriados a prática da religião, com ou sem a presença de padres. Também se observa que entre os moradores do Piauí as igrejas, particulares ou não, eram entendidas como Campo Santo¹¹⁶ (BRANDÃO, 2004, p. 256).

Como religião obrigatória, é consenso que a religião dos piauienses era predominantemente católica¹¹⁷, porém, detentora de suas especificidades (SOUSA, 2010). O catolicismo piauiense apresenta suas especificidades em decorrência “principalmente da união de interesses políticos-administrativos e religiosos verificada no processo de colonização da região” (BRANDÃO, 2004, p. 21-22). Com relação a sua organização é destacado que se constituía de “forma autônoma, sem a presença das autoridades constituídas, eclesiásticas e civis, os colonizadores do Piauí foram estabelecendo relações sociais, seu código de moralidade e sua relação com o sagrado” (BRANDÃO, 2006, p.251 apud SOUSA NETO, 2010, p. 93). Ou seja, na falta de meios e autoridades oficiais, um catolicismo específico foi se desenvolvendo, assim como ocorreu no Brasil como um todo.

Mas ao longo do século XVIII assistiu-se também a um abrandamento da animosidade entre a população e os representantes da Igreja, já sendo possível serem encontrados capelas e templos construídos por particulares que, mesmo sendo erigidos em áreas privadas, possuíam uso comunitário, deixando entrever a importância e o significado atribuídos aos mesmos como locais apropriados às práticas religiosas (BRANDÃO, 2006 apud SOUSA NETO, 2010, p. 93).

No Piauí no século XIX, em decorrência de todo esse histórico, desenvolve-se uma religiosidade “normativa e ritualista” possuidora de especificidades e particularidades relacionadas ao contexto local, além disso, as relações estabelecidas com a Igreja pautavam-se em princípios e normas obedecidos pelo receio da morte e do inferno¹¹⁸. Portanto, o foco não eram os significados dos atos religiosos, mas sim que os mesmos fossem praticados e válidos. Os sacramentos eram vistos como as

¹¹⁶ Cemitério.

¹¹⁷ Segundo Brandão (2004) não há dúvidas quanto à religião dos piauienses no período colonial, eram eminentemente católicos. Porém pouco se estuda sobre a religiosidade dos mesmos, ou seja, seu comportamento religioso.

¹¹⁸ “(...) o fiel, com medo da morte e do inferno, recebia do padre os sacramentos que lhe asseguravam a posse do céu, como que automaticamente (...). Em contrapartida, o fiel garantia ao padre sua subsistência, através de um sistema de taxas cobradas por ocasião da administração dos sacramentos. O temor a Deus e o medo da morte e do inferno contribuíram para que muitos fiéis relevassem os erros cometidos por suas lideranças religiosas, sobretudo, porque eram esses os portadores dos salvos condutos de seus pecados, por meio dos sacramentos que ministravam (SOUSA NETO, 2010, p. 94).

“chaves do céu”, e os religiosos tais como padres e bispos atuavam para ditar as regras a serem seguidas (SOUSA NETO, 2010, p. 93).

Já no século XX houve uma empreitada por parte das autoridades eclesiásticas com vista a tornar as práticas religiosas mais romanizadas, isto é:

(...) uma prática pastoral coadunada com a organização eclesial nacional, (...) primando pelo fortalecimento da Igreja enquanto instituição, centralizando o protagonismo da religião católica no âmbito da hierarquia clerical, combatendo a religiosidade popular e procurando implantar uma prática católica romanizada entre os fiéis através criação de associações pias (PEREIRA, 2013, p. 1).

Ou seja, o objetivo desses religiosos seria exatamente o de se aproximar dos preceitos baseados no Catolicismo tradicional, e eliminar a prática de um catolicismo popular, que se desenvolveu e manteve desde a colonização até o momento em que passou a ser questionado e combatido. Como proposto por Pereira (2013), até o final do século XIX o catolicismo praticado, e os hábitos dos brasileiros, se centravam no campo devocional, denominado também de familiar. No contexto piauiense o bispo demonstrava extrema preocupação com os comportamentos dos fiéis, que mesmo considerando-se adeptos do catolicismo, não seguiam as normas institucionais eclesiásticas. O catolicismo popular pode ser exemplificado como uma prática religiosa:

(...)que, apesar de ser denominada de católica, não tinha nenhum vínculo com a hierarquia eclesiástica. Dentro destas práticas estavam novenas, romarias, procissões, além de “esmolos” pedidas em favor de algum santo. Estas práticas religiosas, no modelo de Igreja romanizada eram condenadas e apresentadas no discurso do bispo diocesano como profanadoras da “verdadeira fé” (PEREIRA, 2013, p. 7).

Portanto, o intuito seria modificar o comportamento dos católicos com a adoção de um catolicismo mais sacramental (PEREIRA, 2013). Podemos observar que o Piauí seguia uma prática que era verificada em todo território nacional, a forma de catolicismo aqui surgida foi fruto das especificidades locais, da organização do sistema religioso entre muitos outros fatores. E mesmo que no período posterior do século XX tenha se buscado abandonar essas práticas é inegável que na contemporaneidade o que se apresenta é na verdade fruto de todas essas questões, interações, históricos, etc. É exatamente esse catolicismo adaptado, com uma posterior busca pelo tradicionalismo católico que influíram na formação das edificações abarcadas pela pesquisa. E mesmo que em partes ou de maneira “codificada e implícita” muitas dessas questões se refletiram no mundo material

componente dessas construções, e são essas questões que procuraremos perquirir na presente pesquisa.

Para entender as edificações por nós estudadas na contemporaneidade foi de suma importância discutir os costumes e suas especificidades, como ocorreu no Brasil e Piauí. Podemos elencar, pelo histórico apresentado que o surgimento dessas edificações religiosas foi “tardio” em território piauiense, em parte movido pelo distanciamento que existia entre igreja e sociedade no período. Era o catolicismo, a religião obrigatória, vivida e praticada, mas dispensando ou com escassos elementos tradicionais, como padres e igrejas. Somado a isso, a oposição dos proprietários de terra a uma presença mais efetiva dos clérigos pode ter contribuído para isso no período colonial.

Outro fator apresentado, que nos cabe destacar, diz respeito ao empenho dos próprios moradores (particulares) para erigir tais edificações. Esse fator contribuiu para surgimento de mais igrejas no território e possibilita contextualizar a importância destas para os mesmos. Os templos eram vistos como significativos mesmo sem a presença de religiosos (padres), eram tidos como os locais ideais para a prática católica, ressaltando também que ao serem utilizados como campo-santo (cemitérios) constata-se a ideia de se constituírem como meios essenciais para a salvação.

No período posterior, como vimos, buscou-se uma aproximação dos preceitos tradicionais do catolicismo, deixando de lado o catolicismo popular em detrimento de uma prática mais romanizada. Como citado, é fato que essas inúmeras questões influíram na materialidade dos templos estudados, e para entendê-las convém discutir as formas e como as edificações religiosas dessa período se apresentaram, ou seja, as características arquitetônicas, construtivas entre outros. É nesse sentido que foi elaborado o tópico a seguir, que trata exclusivamente da Arquitetura religiosa.

2.3 ARQUITETURA RELIGIOSA

O objetivo deste tópico é apresentar as características gerais das edificações religiosas implementadas no Brasil desde o início de sua colonização e deste modo, buscar parâmetros para estabelecer as características da chamada “Arquitetura Colonial”, e assim analisar e identificar se elementos deste estilo arquitetônico estão presentes nos templos abarcados por nossa pesquisa.

Com relação à atribuição de um estilo arquitetônico as igrejas estudadas, temos ciência de que essa proposta possui suas limitações (PEREIRA, 2005; BRAZON,

2012), pois no caso brasileiro o que é verificado é a manutenção de formas de construir e características arquitetônicas além dos períodos estabelecidos, ou também a coexistência de várias características arquitetônicas elencadas como pertencentes a um determinado estilo ou outro. Apesar disso é inegável a possibilidade de identificar essas similaridades a partir da classificação dos elementos que compõe a edificação. No Brasil os estilos como já citado não são bem delimitados. Temos ciência da abrangência das variedades das arquiteturas coloniais, portanto, quando usamos o termo “colonial” não nos referimos ao recorte cronológico que vai desde o descobrimento do Brasil no ano de 1500 até a sua independência em 1822. Porém utilizamos para nos referirmos a uma forma de construir e características arquitetônicas típicas desse período, mas que também foram empregadas em períodos posteriores (MAIA e AMARAL, 2020a).

Podemos iniciar essa contextualização discutindo alguns conceitos e apresentando alguns fatores associados a idealização e execução de construções, para tanto, a definição de “arquitetura” se mostra profícua. Costa (1952) define arquitetura como uma “construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa” (COSTA, 1952:5-6). Assim, para este autor o projeto arquitetônico “depende ainda, necessariamente, da época da sua ocorrência, do meio físico e social a que pertence, da técnica decorrente dos materiais empregados e, finalmente, dos objetivos visados e dos recursos financeiros disponíveis para a realização da obra, ou seja, do *programa* proposto” (COSTA, 1952, p. 5):

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente, a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento (COSTA, 2010, p. 130).

Dentre os fatores intrínsecos a construção das edificações religiosas brasileiras, um deles se relaciona exatamente as influências culturais dos religiosos à frente desses empreendimentos. Nesse sentido Teles (2014) salienta que basicamente a arquitetura praticada em território brasileiro se constituiu pela

transposição de modelos praticados inicialmente em Portugal. Decerto que, apesar disso, as arquiteturas se modificavam em consonância com os contextos locais nos quais eram implementadas. Portanto, elas estavam sujeitas a adaptações e simplificações praticadas em consideração aos condicionamentos econômicos, tecnológicos e de programas.

Robert Smith (2012) também ressalta a importância dos modelos metropolitanos na ereção das igrejas nordestinas. Segundo Smith (2012, p. 78), é possível perceber tanto uma tendência “a imitar o estilo barroco das igrejas rurais das províncias portuguesas”, quanto empréstimos de “pormenores de construção e decoração” da “arquitetura oficial” da corte de Lisboa e dos outros centros lusitanos¹¹⁹.

Do mesmo modo, apesar de reconhecer as “diversas tradições que distinguem a arquitetura na Espanha e em Portugal”, Bury (2006, p. 127) argumenta que as igrejas construídas nas colônias americanas ao sul do Equador, geralmente seguiam “os estilos da península Ibérica”, mesmo quando diante das particularidades locais como a disponibilidade dos materiais construtivos. Segundo Bury (2006, p. 127) “apesar destas e de outras diferenças, nota-se uma certa uniformidade subjacente a todo o conjunto de obras de arquitetura religiosa nas colônias espanholas e portuguesas, graças a um traço básico comum, a utilização universal e conservadora de plantas baixas retangulares” (BURY, 2006, p. 127).

Ainda sobre esse quesito Bury (2006) pondera:

Os dados disponíveis indicam que a grande maioria das igrejas construídas nas possessões portuguesas de além-mar, entre o final do século XVI e o início do XVIII, pelo menos, obedecia a um traçado padrão, quase estereotipado. Seja na América, na África ou na Ásia, encontramos a mesma estrutura elementar, semelhante à de um galpão, com uma única porta de entrada, duas janelas alongadas dispostas de ambos os lados acima e um óculo na empena. Essa composição dos vãos em diagonal pode ser relacionada, tanto em Portugal como na Itália, a precedentes medievais, as janelas laterais correspondendo originalmente a naves laterais (BURY, 2006, p. 131).

A predominância das plantas quadrangulares também é destacada por Smith em seu clássico ensaio de 1955 sobre a “Arquitetura Colonial”, no qual o autor propõe uma periodização para as construções religiosas do país, que como apontado por

¹¹⁹ “Durante todo o século XVIII permaneceu no Nordeste a tendência de imitar a Arquitetura oficial portuguesa. O melhor exemplo dessa tradição está, sem dúvida, na Igreja da Conceição da Praia, em Salvador, cuja reforma se iniciou em 1735-1736 e cuja pedraria se importou diretamente da metrópole. A disposição da sua fachada, cerrada entre duas torres salientes, em um edifício em forma de palácio quadrado, compreendendo as sacristias, escadarias monumentais e os apartamentos de serviço subsidiários, lembra o edifício do vasto convento de Mafra, verdadeira obra-prima da Arquitetura joanina” (SMITH, 2012, p. 79).

Lima Toledo (2012, p. 26), se torna referência para os posteriores estudos sobre a arquitetura religiosa do Brasil Colônia.

Segundo Smith (2012, p. 263), é possível observar no decorrer da colonização três períodos com características arquitetônicas próprias. O primeiro, é chamado de “missionário” e vai de 1549 a 1655; sendo inicialmente caracterizado por edificações modestas de madeira e taipa, conhecidas como “igrejas de palha”, essas foram gradativamente substituídas por construções de “pedra e cal”, com coberturas de telhas fabricadas in loco. As igrejas deste período compunham-se, via de regra, de uma só nave, retangular, com um retângulo menor em projeção formando a capela-mor, e um cômodo lateral que seria a sacristia. O segundo período, compreende o intervalo entre 1655 e 1760, sendo designado pelo autor como “monumental”, refletindo a opulência e riqueza gerada, inicialmente, pela economia açucareira. Do ponto de vista arquitetônico, a principal característica das igrejas deste período é a presença de uma grande nave central retangular, conjugada com capelas laterais intercomunicantes, completando o conjunto com uma nave menor, também retangular, servindo de capela-mor. Por fim, no terceiro período, entre 1760 e 1820, designado como “mundano”, as igrejas não apresentariam a mesma grandiosidade presente no período anterior, sendo os templos majoritariamente compostos por uma nave retangular maior, com nichos laterais com altares embutidos, em vez de capelas, e uma retangular nave menor, que seria a capela-mor (MAIA e AMARAL, 2020a).

Já Lúcio Costa, ao analisar, em 1941, a “Arquitetura dos jesuítas no Brasil”, aponta a existência de 4 tipos diferentes de plantas. Inicialmente teríamos as “singelas” e “rudimentares” capelas do começo da atuação inaciana, nas quais “a capela-mor e a nave constituem um mesmo corpo de construção dividido convencionalmente em duas partes por um arco cruzeiro” (COSTA, 2010, p. 142). O segundo tipo, seria composto por “igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé-direito menores, partido claro e franco de composição” (COSTA, 2010, p. 142). O terceiro tipo reúne igrejas que além dos três altares usuais do modelo, tem como “particularidade, porém, de se criarem, também para os colaterais, pequenas capelas apropriadas, de maior ou menor profundidade, como no caso da igreja de Olinda, onde tais capelas formam conjunto com a capela-mor (COSTA, 2010, p. 142). Por fim, o último tipo englobaria as “igrejas maiores seiscentistas”, que “em vez dos três altares – caso mais geral nas igrejas do tipo anterior – contam-se aqui numerosos altares dispostos em capelas

laterais, sendo que as duas mais próximas da capela-mor faziam-se quase sempre mais largas e mais altas, quando não também mais profundas, com aquele mesmo objetivo de marcar, em planta, o cruzeiro” (COSTA, 2010, p. 143).

O padrão “jesuítico” de frontispício, corresponde a adoção e distribuição de elementos, tais como:

(...) as volutas da empena desenvolvem-se livremente, o frontão que remata o corpo central ficou reduzido a proporções exíguas e as torres, vistas de frente, mal cabem na fachada, parecendo mais sineiras que propriamente torres, a ponto de o conjunto reproduzir, feita abstração dos pormenores e da escala monumental, a silhueta das pequenas capelas de duas sineiras, comuns tanto na metrópole como na colônia (COSTA, 2010, p. 143).

Sendo que se encontram frontispícios tanto de uma porta só, como conjuntos formados por cinco vãos, com portais que poderiam ser de mármore de Lioz, “granito do país” ou de outras matérias primas locais (MAIA e AMARAL, 2020a).

Por sua vez, Bury chama atenção para a recorrência da orientação diagonal das fachadas das igrejas construídas nas colônias lusitanas ao redor do mundo (MAIA e AMARAL, 2020a):

(...) a fachada de composição diagonal era um traço provinciano, e como tal teve seu uso generalizado nas colônias portuguesas. Por outro lado, nas capitais coloniais, como Velha Goa e Salvador, as fachadas das igrejas apresentavam uma disposição regular de vãos em carreiras superpostas, seguindo a moda mais sofisticada da metrópole. Da mesma forma, o uso de torres laterais nas fachadas, que se tornara uma prática quase invariável nas cidades principais das colônias durante o século XVIII, vai ficando cada vez mais raro nas povoações mais remotas da periferia. (BURY, 2006, p. 132).

Smith (2012, p. 283) também chama a atenção para o fato da fachada principal ser a única parte externa da igreja colonial que se ornamentava. Os lados e o fundo dos edifícios não apresentavam adorno de espécie alguma, sendo simplesmente rebocados. As portas laterais eram deixadas sem decoração, com raras exceções, como as da antiga catedral de Salvador; e o único relevo existente era dado pelos ocasionais ângulos das pilastras (MAIA e AMARAL, 2020a).

Ao analisar as fachadas das igrejas coloniais da Bahia, Smith (2012, p. 269) assegura que é possível perceber certa uniformidade. Todavia, o autor destaca que é possível identificar idiosincrasias que ocorreram ao longo do tempo, e que integram as características dos três períodos estabelecidos pelo autor, como citamos anteriormente. Assim, Smith aponta que apesar das igrejas missionárias, 1549 a 1655, não contarem mais com suas fachadas originais, é possível reconhecer seu padrão

através da documentação histórica (MAIA e AMARAL, 2020a). Portanto, o autor destaca que neste período:

O desenho da fachada e de extrema simplicidade, emoldurada por pilastras dóricas arrematada por um frontão acentuadamente pontudo. A portada única e uma modesta moldura de pedra, encimada por uma verga plana que se projeta levemente sobre um friso estreito. Acima, duas janelas quadradas e entre elas um nicho arqueado, havendo no frontão uma abertura circular com o mesmo tipo de moldura de austera simplicidade. A esquerda, uma pequena torre com um campanário baixo (SMITH, 2012, p. 269).

Já entre 1655 e 1760, período monumental, as fachadas tornam-se mais amplas, sendo predominante os traços essenciais da “frontaria jesuíta, que segundo Smith (2012, p. 270) caracteriza-se pela “divisão em duas ordens de colossais pilastras dóricas; aparição de torres gêmeas na fachada; introdução de um frontão central emoldurado por volutas recurvadas a maneira barroca; uso de três portas de entrada em grupo unido, com molduras elaboradamente esculpturadas de motivos arquitetônicos”. Além disso, o autor destaca que outro elemento marcante deste período é “a terminação piramidal que, na maior parte das igrejas baianas do estilo monumental, substituiu a forma semiesférica anterior” (SMITH, 2012, p. 271-273).

Sobre o período mundano, Smith aponta que:

As frontarias das igrejas construídas entre 1765 e 1820, se bem que ainda conservem o antigo arcabouço de pilastras simples que se manteve imutável durante todo o período colonial, passam a apresentar uma nova maneira de usar as linhas ondulantes e chamejantes, menos extravagantes que nas igrejas mineiras e pernambucanas do mesmo tempo, porém sensivelmente mais dinâmica do que em todas as ornamentações precedentes, na Bahia. Esse novo tipo de composição começou a aparecer nos zimbórios das torres que adotaram uma grande variedade de formas plásticas, frequentemente acentuadas por alongadas e flamejantes urnas de pedra nos ângulos. (...). Similarmente, a forma dos frontões alterou-se no sentido de um alongamento pronunciado (...). As antigas volutas comprimiram-se nos lados em moldes mais estreitos, e a superfície central e frequentemente ocupada por uma janela de rebuscada forma rococó, emoldurada por um cinzelado complexo e delicado, sendo o exemplo mais elegante encontrado na Igreja de N. Sra. do Pilar. As molduras das portas e das janelas alongam-se da mesma maneira, rematadas por vergas de motivos paralelos caprichosamente ondulados. Quando estas, ocasionalmente, eram colocadas em posições contíguas, como nas igrejas de N. Sra. da Saúde e Glória e de Conceição do Boqueirão, o efeito obtido é o de um intenso e continuado movimento de adejo. O ornamento consiste em urnas de flores, de fitas e alegres guirlandas, como nas portadas da Ordem Terceira de S. Domingos e de Conceição do Boqueirão, de espírito inteiramente mundano, que oferece o nome apropriado ao estilo do período (SMITH, 2012, p. 280-281).

Nesta breve incursão pela bibliografia especializada, podemos observar que a análise da arquitetura religiosa do período colonial, levou historiadores da arte e arquitetos a identificarem e registrarem diversos elementos destas construções (MAIA e AMARAL, 2020a). A partir destes estudos, segundo Pinheiro (2013), também é possível identificar os três centros principais de irradiação da arquitetura religiosa brasileira; quais sejam: Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Isto posto, seja pela proximidade geográfica, ou pela ativa participação baiana na colonização do sudeste do Piauí, podemos observar uma significativa proximidade entre os padrões arquitetônicos de diversas igrejas baianas com a Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato (MAIA e AMARAL, 2020a). Recapitulando que a referida igreja foi analisada em momento anterior e servirá de referência para análise das demais.

Para esse panorama de comparação, além das obras anteriormente citadas, merece destaque o trabalho de Mayer (2003), que desenvolveu uma análise de aspectos gerais da arquitetura religiosa colonial da Bahia que podem ser extrapolados para nossa região. Segundo Mayer (2003), as igrejas da Bahia até o século XVII se caracterizam pela semelhança com o estilo que foi denominado por George Kubler de *Plain architecture*, termo traduzido para “Arquitetura Chã”. No Brasil, este tipo de modelo arquitetônico, caracterizado pela simplicidade e falta de ornamentação, estaria associada a atuação de construtores jesuítas e militares¹²⁰ (MAIA e AMARAL, 2020a).

Com relação a estilo chão, Loewen (2011) pontua:

O termo “estilo-chão” tem sido usado pelos historiadores de arte portugueses para descrever sua arquitetura religiosa a partir de 1570; a expressão foi cunhada pelo americano George Kubler, em sua obra de 1972, para uma série de grandes edifícios, em sua maioria igrejas e conventos, construídos em Portugal entre o segundo quartel do século 16 – quando do abandono da decoração manuelina – e o início do século 18, com o regresso à ornamentação exuberante. O autor procura demonstrar que a arquitetura “chã” portuguesa, ainda que motivadas tanto por fatores econômicos quanto por uma mudança no “gosto” das cortes reais que se sucederam, difere significativamente do “estilo desornamentado” espanhol e antecede o mesmo. Em seu entendimento, tal estilo de Espanha foi, em grande medida, influenciado pelas fórmulas acadêmicas de Vignola, ainda que os edifícios realizados não possam ser ditos italianizantes. Em Portugal, ao contrário, a arquitetura-chã se aproximava mais de uma arquitetura

¹²⁰ Os jesuítas estiveram a par dessas questões, adaptando a Arquitetura de suas capelas, igrejas, residências e colégios aos condicionantes impostos pelo meio, à técnica disponível, à mão de obra utilizada e aos modelos arquitetônicos produzidos nos principais centros de referência colonial (Salvador da Bahia, Olinda, Recife e São Luís) e da Europa. Como frisado por Wittkower, “os jesuítas, longe de ignorar os sentimentos e tradições populares, normalmente se adequam aos costumes locais na arte e na Arquitetura” (ARRAES, 2014, p. 92).

vernácula que dos grandes autores do passado (LOEWEN, 2011, p. 66).

De acordo com Mayer (2003) é possível perceber, que as construções do período do século XVII até meados do século XVIII possuem algumas características em comum, tais como aspectos rudimentares e austeros, soluções arcaicas, aspecto monumental e um certo refinamento. Também pode ser observado que, de modo geral, possuíam plantas de tipologia longitudinal, compostas de nave única, aspecto primitivo, escada externa de acesso ao coro, alpendre adjacente a fachada principal, torre com coroamento piramidal, frontão triangular ou com terminação beira-seveira, sobriedade e austeridade. Na fachada, o padrão típico era a construção de duas torres num mesmo plano (corpo central num plano único) de composição com marcações por tramos verticais e faixas horizontais com o uso de pilastras e cornijas, portada central maior em altura e destaque, com duas colaterais menores e três janelas superiores ao coro¹²¹. No geral, as igrejas construídas mantiveram esse caráter austero e plano, composta pela articulação simples sem utilização de elementos curvos, que resultou em composições de paralelepípedos justapostos e fachadas com certa sobriedade.

A maioria das igrejas desse período sofreram modificações ou incorporaram elementos, tanto internamente como externamente, podendo inclusive coexistir elementos de distintos estilos arquitetônicos posteriores. Outros elementos oriundos de mudanças arquitetônicas em Portugal influíram nas construções do Brasil do século XVIII, tais como: frontões com significativos recortes, torres coroadas com coruchéus bulbosos, óculos e vãos em contornos complicados (MAYER, 2003).

Essas características em si, tem muita relação com o denominado estilo chão. Mayer (2003) já salientava que as igrejas construídas na Bahia até o século XVII possuíam semelhanças com esse estilo “desornamentado”. Esse estilo foi implementado em Portugal no mesmo período, sendo denominado por George Kubler de “*Plain Architecture*”. Tendo sido um tipo de arquitetura que chegou ao Brasil por meio dos jesuítas e militares.

De acordo com Teles (2014, p.65), a Arquitetura Chã, em comparação com a maneirista, pode ser vista como um estilo simplificado, despojado e robusto, sendo marcado pela presença de igrejas com nave única, capelas nas ilhargas e na fachada

¹²¹ Típica fachada das igrejas baianas do século XVIII que também serviu de base para o surgimento de outras variações.

entre cunhais de cantaria, porta contornada por portada singela e clássica, óculo robusto no alto da fachada e acima da cimalha e possuindo frontão reto. Um exemplo de igreja que possui essas características seria a Igreja de Nossa Senhora da Graça, situada em Olinda (TELES, 2014).

Albernaz e Lima (1998b) também chama a atenção para as correlações entre o maneirismo e a Arquitetura Jesuítica¹²² destacando que esse:

estilo arquitetônico situado cronologicamente e caracteristicamente entre o Renascimento e o Barroco. Constituem-se em uma primeira reação as normas estabelecidas pelo renascimento, sem, no entanto, atingir a total contraposição a este, só alcançada no Barroco. Predomina na Europa no século XVI, sendo muito influenciado por movimentos religiosos. Caracteriza-se pelo uso de motivos em oposição ao significado e contexto original. Se expressa igualmente num rígido classicismo. No Brasil, as edificações erguidas no período exprimiam mais o arcaísmo próprio ao meio áspero e rude que uma maneira e atitude contrária as normas consagradas. Esta expressão arquitetônica manifestou-se somente na arquitetura religiosa e é mais conhecida como Arquitetura Jesuítica (ALBERNAZ e LIMA, 1998b. p. 367).

Como podemos observar, pela citação acima, em Portugal se tratava de um estilo mais delimitado, visando também uma oposição para com os outros estilos arquitetônicos. No Brasil, no entanto, esse estilo refletiu mais um contexto regional e local, do que uma oposição as normas estabelecidas, e ficou mais conhecida pelas obras edificadas pelos jesuítas, que fizeram muito uso dos seus elementos característicos.

Cavalcanti Filho (2013) também apresenta uma síntese sobre esse estilo arquitetônico, para o autor, as construções consideradas chã ou chão, levam em consideração o ideário “capucho” que consiste no seguimento de ideias relacionadas a pobreza e simplicidade, que são considerados requisitos básicos para as edificações. O ponto chave dessas edificações era a simplicidade e pode ser considerada a arquitetura religiosa pioneira no Brasil.

Uma igreja que expressa bem a ideia da arquitetura chã ou chão, e as edificações da época, é a Igreja de São Cosme e Damião (Igarassu-Pernambuco). Suas características incluem uma arquitetura eclesiástica de leitura simples,

¹²² “Arquitetura religiosa presente no século XVI e início do século XVII no Brasil. Caracteriza-se pelo volume compacto das edificações, simplicidade de ornamentação e risco rigidamente retilíneo. Origina do estilo jesuítico empregado pela congregação jesuítica em suas construções na Europa e posteriormente na América Latina. O estilo jesuítico empregado identifica-se com o estilo MANEIRISTA pela atitude contrária as normas e ordonâncias do RENASCIMENTO. (...) (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 62).

desprovida de elementos decorativos, edifícios possuindo frontão triangular arrematando a fachada possuidora de portada em pedra e com duas aberturas simetricamente dispostas na porção superior (KUBLER, 2005, p. 25-27 apud CAVALCANTI FILHO, 2013, p. 2). No geral, as características básicas incluem edificações com frontão clássico, óculo, cunhais e portada centralizada e em cantaria, arcos plenos e cornijas, coroamento piramidal ou bulboso, telhado de duas águas, construções implantadas em terrenos elevados, fachada simples, aberturas para o coro, etc. A natureza da arquitetura chã engloba esses elementos comuns como o frontão, pilastras e entablamentos, sendo que o frontão é um dos seus principais indicadores formais, assim como a cantaria dos cunhais, a portada única e do óculo, elementos estes, em sua totalidade, localizados nas fachadas (CAVALCANTI FILHO, 2013).

Apesar de, obviamente, cada edificação apresentar suas especificidades, basicamente todas as igrejas do tipo Chão possuem a sobriedade da composição como um ponto em comum, além do despojamento decorativo, verificado tanto em suas fachadas como em seus interiores (TELES, 2014). Deste modo, Senos (2012, p. 9) argumenta que esse tipo de construção possuía valores de simplicidade, austeridade, depuramento, numa palavra, chãos. Assim, a adaptabilidade e economia características deste tipo de edificação possibilitou sua implantação nos mais variados locais (MAIA e AMARAL, 2020a).

Em suma a arquitetura colonial, chã ou chão possui muitas características gerais/ comuns além de adaptações e simplificações dos modelos vigentes na época e em Portugal, essas mudanças ocorreram devido uma série de questões que levaram em consideração o contexto no qual se localizavam, os custos da obra entre outros. Todos esses elementos possibilitaram que essa forma de construção simples (em que predominava a função em detrimento da beleza) ganhasse amplitude na sua dispersão geográfica e temporal. Por fim, a partir dessas considerações gerais ficamos dotados de meios para identificação das características arquitetônicas e construtivas das demais igrejas abarcadas pela pesquisa.

Para ampliar as informações sobre a história de vida das igrejas estudadas e contextualizar alguns seres que integram suas redes de relações, apresentaremos algumas informações sobre seu construtor Frei Henrique José Cavalcante e também sobre o processo de construção desses templos antes de nos atermos as análises espaciais e arquitetônicas.

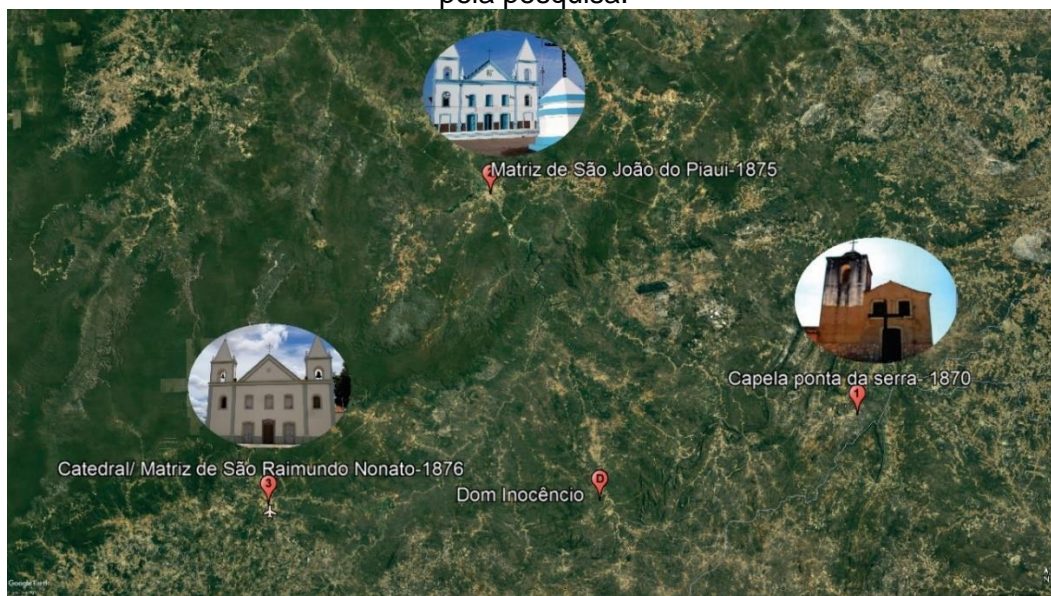
3. FREI HENRIQUE JOSÉ CAVALCANTE E A CONSTRUÇÃO DE TEMPLOS NO SUDESTE DO PIAUÍ

As igrejas abarcadas pela pesquisa correspondem às Igrejas de Ponta da Serra, em Dom Inocência¹²³, que foi edificada em 1870, a de São João do Piauí em 1875, e a de São Raimundo Nonato em 1876, todas localizadas em território piauiense

¹²³ Na imagem esta demarcado a localização da sede municipal da cidade de Dom Inocência, e da localidade (zona rural) com nome Ponta da Serra onde se localiza a igreja estudada. Diferentemente dos outros templos que se encontram na porção central das cidades a igreja de Ponta da Serra se encontra bem distante da sede municipal, na zona rural do município.

(Imagem 4). Poucas fontes tratam sobre essas edificações e sua construção, e a documentação existente (plantas, escrituras, etc.) é escassa. Todavia, algumas obras historiográficas, mesmo com lacunas, nos trazem informações relevantes que serão apresentadas adiante.

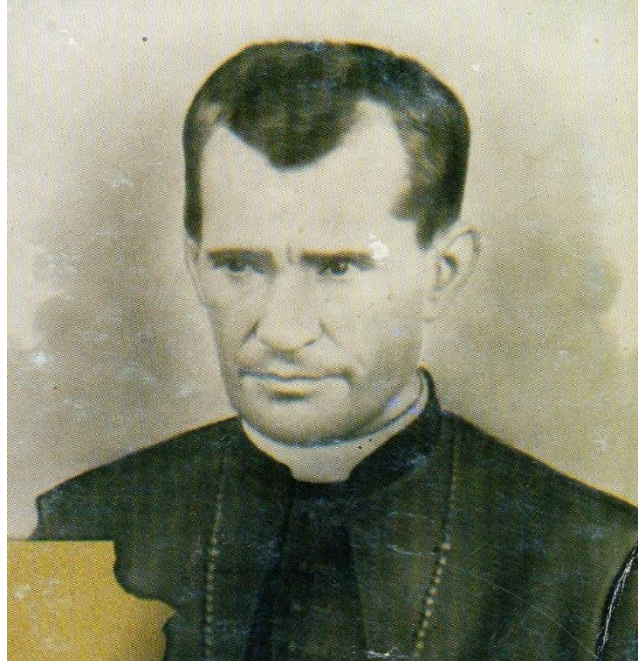
Imagem 4 - Igrejas construídas pelo Frei Henrique José Cavalcante no Piauí e abarcadas pela pesquisa.



Fonte: Google Earth, modificado pela autora.

As fontes indicam que a construção dos três templos está associada a figura do Pe. Henrique José Cavalcante, o popular Frei Henrique (Imagem 5), que, na segunda metade do século XIX, ergueu igrejas, construiu cemitérios e açudes no interior do Nordeste (CAVALCANTE, 2008). Segundo Damasceno (2013) Frei Henrique que “na verdade não era Frei e sim Padre”, era natural de Saboeiro-CE. Por um tempo permaneceu em Missão Velha (Ceará), largando-a em 1870 quando assumiu a missão de percorrer o sertão e construir obras. “A sua decisão de percorrer o Sertão, Frei Henrique atribuía, segundo Pe. Diamantino, ‘a um chamamento de Deus em benefício dos povos’” (DAMASCENO, 2013, p. 68-70).

Imagem 5 - Frei Henrique José Cavalcante.



Fonte: Cavalcante (2008).

De acordo com Cavalcante (2008, p. 25), Frei Henrique tinha o pensamento de “tornar os lugares por onde passava, em espaços referenciais, com identidade própria, quebrando a hegemonia da mata e do isolamento”. Os locais visitados por ele abrangem povoados e vilarejos do Ceará, Pernambuco, Bahia e Piauí (Imagem 6). Seu trabalho teve grande importância para o desenvolvimento e urbanização de lugarejos isolados, que passaram a se expandir no entorno das igrejas por ele construídas, e a se favorecer das bem feitorias por ele instaladas (açudes, cemitérios, etc.). Damasceno (2013) destaca a importância dos empreendimentos efetuados por este religioso, salientando que “através da história podemos vislumbrar o significado social de suas ações e obras” (DAMASCENO, 2013, 70-71).

Imagem 6 - Localidades por onde Frei Henrique José Cavalcante passou e construiu obras.



Fonte: baseado em Cavalcante (2008), adaptado pelos autores.

Nessas construções Frei Henrique Cavalcante mobilizava as populações. Esses mutirões funcionavam como práticas pedagógicas para educar e civilizar as populações ao trabalho. Também ensinava que a união faz a força (DAMASCENO, 2013, p. 71).

Assim, teria sido com o trabalho de moradores locais, e com o auxílio financeiro de proprietários de terras e das famílias abastadas da região, que Frei Henrique teria conseguido erguer os templos em Ponta da Serra - Dom Inocêncio, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

Com relação às informações orais e historiográficas referentes à construção da Igreja de Ponta da Serra, município de Dom Inocêncio, existem algumas divergências¹²⁴. Segundo Damasceno (2013), baseado em relatos orais, existia uma capela de pedra construída por um Frei português, de nome Henrique, da ordem dos jesuítas que veio de Salvador-Bahia em direção aos “sertões de dentro” (atualmente Piauí).

Frei Henrique (o português) ergueu a capelinha de pedra. Esse evento teria ocorrido antes da chegada dos irmãos Mafrense e Valério Coelho Rodrigues. A construção da capelinha segundo relato dos populares teria ocorrido em 1685 (DAMASCENO, 2013, p. 74).

¹²⁴ Mais informações ver Damasceno (2013).

Todavia, a autoria da construção da “capelinha de pedra” não estaria correlacionada a atuação do padre Henrique José Cavalcante, e sim, a outro “Frei Henrique”, que esteve na área anteriormente. De acordo com os relatos, Frei Henrique José Cavalcante chegou à região somente em 1870, quando conheceu a antiga capelinha, que por ser considerada “rústica”, o motivou a elaborar o projeto arquitetônico e conduzir a construção de uma nova igreja “maior e com melhor acabamento” (DAMASCENO, 2013, P. 74-75). Assim, Frei Henrique José Cavalcante construiu o novo templo em 1870, “por cima da capela de pedra” no local denominado Ponta da Serra¹²⁵. Essa posição “privilegiada” na paisagem, faz com que a igreja seja encarada como um referencial da região, um mirante que pode ser visualizado de longe, sendo utilizada como referência locacional e marco de delimitação territorial (DAMASCENO, 2012).

Nesse contexto, de auxílio da população local à construção dos templos, é destacada a figura de Matias Rodrigues, um abastado fazendeiro da região, que se comprometeu a custear as despesas da construção da igreja, oferecendo também mão de obra – quase 100 homens - que ficaram à disposição do padre. Frei Henrique marca a finalização da construção e inauguração da igreja para dezembro do mesmo ano do início das obras, 1870, quando se realizariam também casamentos e batizados. Próximo ao prazo de finalização da construção Frei Henrique solicita mais mão de obra, e Matias Rodrigues pede que seu sobrinho “Carlão do Outeiro¹²⁶” envie seus empregados para obra. Entretanto, Frei Henrique não aceita essa ajuda, por considerar que os trabalhadores de “Carlão” viviam em regime de escravidão. Então, o auxílio é dado em forma de dinheiro, que é utilizado para buscar trabalhadores em outras localidades de Pernambuco e da Bahia (DAMASCENO, 2013).

Em decorrência das ajudas recebidas “Frei Henrique conclui a obra em tempo recorde. Cumpre à risca os prazos. Construiu ainda um cemitério e uma barragem em pedra e cal” (DAMASCENO, 2013, p. 75).

Quanto a sua trajetória de vida as fontes e relatos dão conta de que a capela de Ponta da Serra (Imagem 7) ao longo do tempo recebeu inúmeras intervenções:

Sofreu inúmeras reformas durante esses séculos de sua existência; todas elas deformaram ou descaracterizaram sua arquitetura e

¹²⁵ A capela foi construída no pé de uma serra, a Serra Dois Irmãos. A Serra Dois Irmãos divide o Piauí da Bahia. É também o divisor de águas das bacias dos rios Parnaíba e São Francisco. A origem do nome deu-se pelo fato dos irmãos “Afonso” (Domingos Afonso mafrense e Julião Afonso serra) serem os primeiros a atravessá-las rumo aos sertões de dentro do Piauí (hoje Piauí) (DAMASCENO, 2012).

¹²⁶ “Carlos do Outeiro” está sepultado no altar-mor da igreja (DAMASCENO, 2013, p. 75).

estrutura original. Era arquitetura lusitana. Resta apenas o material interno de sua edificação. O alicerce ainda é o original, feito de lajedos de pedras enormes. É verdade! As janelas ficam a 1 metro para dentro e a 1 metro para fora. Seu teto não é o mais original, sofreu impactantes modificações. Foi feita uma calçada ao seu redor; colocado um cruzeiro a frente, e um sino. Enfim, as partes externas sofreram modificações, mas a parte interna da construção ainda é a da época de sua construção, no início do processo de desbravamento do Piauí” (DAMASCENO, 2012, p. 66-67).

Imagem 7 - Igreja de Ponta da Serra, Dom Inocêncio.



Fonte: Google Maps.

Tal fato, das modificações e intervenções, não muda em nada sua relevância para o estudo, muito pelo contrário reconhecemos a existência de um amplo histórico de vida materializado em suas estruturas físicas e que indicam os momentos pelos quais ela passou e as relações que estabeleceu com os distintos seres. Portanto, esses elementos serão considerados nas análises posteriores.

No caso do templo da cidade de São João do Piauí as fontes bibliográficas indicam que a cidade teve sua origem atrelada a uma das fazendas de gados, que posteriormente foram doadas aos jesuítas (1711), essa fazenda era denominada Malhada do Jatobá (IBGE, s.d).

Além disso, Damasceno (2013) aponta que a Igreja Matriz de São João do Piauí também teria sido erigida no mesmo local onde anteriormente existiria um templo construído pelos jesuítas¹²⁷.

E assim, no lugar denominado Malhada do Jatobá, os povoadores levaram a efeito o plano de construção de uma capela, para, como templo sagrado, atender as necessidades espirituais dos habitantes da região, todos filiados por laços de família aos princípios da religião católica romana, cuja doutrina lhes fora cuidadosamente ministrada por jesuítas. Construída a capela, sob orago de São João Batista, Malhada do Jatobá, uma das fazendas confiscadas aos jesuítas, passou a formar o curato¹²⁸ de São João Batista (...) (FERREIRA, 1959, p. 605).

Cavalcante (2008) também corrobora com essa informação de que existiria uma “igrejinha” antes da construção do novo templo, sendo que, explicita a possibilidade de Frei Henrique ter se dedicado somente ampliá-la como fez em muitos outros locais.

Adotando a mesma forma de atuação Frei Henrique se empenha na construção da Igreja Matriz de São João do Piauí (Imagem 8 e 9), em 1875. Segundo Damasceno (2013), a Igreja foi construída por meio de um mutirão de moradores e devotos locais coordenados por Frei Henrique. Sendo os gastos com a obra custeados pelo fazendeiro Sr. Manuel Clementino de Carvalho. A igreja conservou o nome do curato recebendo o nome de Igreja Matriz São João Batista.

¹²⁷ Frei Henrique em 1875 se encontrava em Remanso (Bahia) de onde segue diretamente para a fazenda Malhada do Jatobá (Piauí), atualmente São João do Piauí-PI. “Pe. Sólton em seus relatos cita que São João do Piauí era uma fazenda dos padres jesuítas, doada pelos Irmãos Mafrense, e que foi confiscada por decisão e ordem do Marquês de Pombal. Esse fato também é citado pelo Pe. Francisco Cavalcante, de posse para pesquisa dos registros eclesiásticos. No lugarejo já existia uma pequena igreja, provavelmente construída pelos padres jesuítas. Frei Henrique a ampliou, tornando-a igreja matriz” (DAMASCENO, 2013, p. 79).

¹²⁸ Curato deriva de cura, ou de padre, o termo remete ao período colonial para designar aldeias e povoados com as condições necessárias para se tornar uma freguesia. O Cura era um Capelão e, muitas vezes não morava no Curato, visitando-o esporadicamente, para celebrar missas e realizar casamentos e batizados. O Curato não tinha pároco, nem livros próprios para seus assentamentos. Não era independente eclesiasticamente (ALMEIDA et al, 2011).

Imagem 8 - Foto histórica da Igreja Matriz de São João do Piauí (19??).



Fonte: Pereira (2014).

Imagem 9 - Cruzeiro da Igreja Matriz de São João do Piauí (19??).



Fonte: Pereira (2016).

Já a Igreja Matriz de São Raimundo Nonato (Imagem 10 e 11) foi fundada em 1876, tendo sido erguida próxima à área onde existia uma pequena capela de taipa

construída em 1836¹²⁹. Esta capelinha teria sido destruída, para a construção do novo templo, e no seu local foi instalado um cruzeiro¹³⁰ (ALMEIDA NETA e KESTERING, 2013).

Imagem 10 - Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI (19??).



Fonte: Negreiros Júnior (2018).

¹²⁹ “[...] O distrito Freguesia era visitado por sacerdotes forranêos advindo de Jaicós. Foram eles que construíram em 1836, a primeira capela” (ALMEIDA NETA e KESTERING, 2013, p. 275).

¹³⁰ “[...] onde fica a catedral em frente dela havia uma capelinha dedicada a São Raimundo Nonato e, provavelmente a capelinha foi construída pelos frades mercedários, e depois de construída a catedral essa capelinha que era de taipa e ficava em frente a catedral foi destruída (NEGREIROS, 2014 apud GOMES, 2015, p. 22). “Um belíssimo cruzeiro, obra inédita no gênero, na Arquitetura sacra do Piauí, foi plantado no local da primitiva capela que deu origem a atual igreja catedral” (ALMEIDA NETA e KESTERING, 2013, p. 275-276).

Imagem 11 - Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Negreiros Júnior (2018), data da foto:19???

Em 1876, segundo Damasceno (2013), Frei Henrique segue para a então vila de São Raimundo Nonato (Piauí), motivado pelo convite de fazendeiros de lá. Dentre eles Dionísio Gomes¹³¹. Assim, Frei Henrique “constrói com a participação de todo o povo da região, a igreja matriz em 1876. Construiu ainda o cemitério Nossa Senhora de Lourdes, localizado mais abaixo da então vila” (DAMASCENO, 2013, p. 81). As referidas igrejas, assim como muitas em outras localidades, ocupam posição central nas nucleações urbanas as quais pertencem. No caso de São Raimundo Nonato, é destacado pelas fontes bibliográficas sua relevância na expansão da malha urbana, tal fato pode ser verificado nas muitas casas “antigas” localizadas em seu entorno. A esse respeito Damasceno (2012) cita que na praça comendador Piauilino, localizada em frente a Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato se localizam “os

¹³¹ O Casamento de Dionísio Gomes foi realizado pelo Frei Henrique na monção de inauguração da Igreja de Ponta da Serra (Piauí). O fazendeiro segundo relatos foi sepultado no cemitério Nossa Senhora de Lourdes, em São Raimundo Nonato-PI, construído também pelo Frei Henrique (DAMASCENO, 2013). É de salientar que no Cemitério Nossa Senhora de Lourdes, localizado no bairro Junco atualmente, foi evidenciado um jazigo perpétuo pertencente a “Dionísio Gomes Ferreira” com datação de 20/04/1833 – 04/07/1915 que muito provavelmente se trata do mesmo personagem citado nas fontes historiográficas e orais.

casarões preservados das famílias que ajudaram a erguer a vila e fazer dela uma cidade” (DAMASCENO, 2012, p. 158).

É importante destacar que Frei Henrique, ao realizar a construção dos templos ao mesmo tempo se empenhava também na construção de cemitérios. É o caso que ocorreu na cidade de São Raimundo Nonato-PI, de acordo com as fontes o Cemitério Nossa Senhora de Lourdes (Imagem 12), também conhecido como Cemitério do Junco, foi construído pelo referido padre (CAVALCANTE, 2008; DAMASCENO, 2013).

Imagem 12 - Cemitério Nossa Senhora de Lourdes (Junco), construído por Frei Henrique.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Cavalcante (2008) também destaca que na época de vivência de Frei Henrique era um hábito comum o enterramento em igrejas, tanto nas paredes como no adro, e posteriormente com os surtos epidêmicos essa prática entra em decadência até ser proibida. Essas questões auxiliam na contextualização da preocupação dos religiosos ao executarem essas construções, ou seja, destinavam esforços para “dotar as comunidades de cemitérios” demonstrando sua intenção de modificar a mentalidade vigente e as práticas mortuárias, adotando meios mais comprometidos “(...) com a saúde e a vida” (CAVALCANTE, 2008, p. 28). Apesar de nosso foco de estudo ser os templos edificadas, essa informação é de suma importância para contextualizar a prática de enterramentos no interior dos templos, que como podemos constatar já se tratava de um parâmetro considerado. Como será apresentado mais a frente nos interiores dos templos estudados é verificado o sepultamento tanto de fiéis como de religiosos, mesmo sendo igrejas edificadas após as proibições (1850), sendo que esta prática se manteve até a contemporaneidade. Fato é, que para compreender esse contexto é necessário conhecer a gênese dos costumes que deram suporte a essa

prática. E como já apresentado consideramos todos os seres e elementos que compõem essas igrejas como significativos para estudo, análise e compreensão desses seres híbridos que são os templos religiosos estudados.

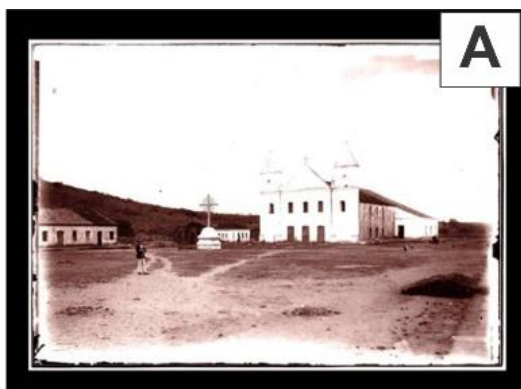
4. ANÁLISES E RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos os resultados das análises arquitetônicas e espaciais referentes aos templos pesquisados. Iniciaremos nossa explicação a partir do contexto da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato visto que, como mencionado anteriormente, a mesma já vem sendo alvo de nossas pesquisas e empreitadas anteriores (MAIA, 2018; MAIA e AMARAL, 2020a; MAIA e AMARAL, 2020b), fornecendo assim parâmetros de comparação para com os demais contextos.

4.1 ANÁLISE INTERNA E HISTÓRICO DE VIDA DA IGREJA MATRIZ/CATEDRAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI.

Tendo como base o levantamento imagético e documental que estamos desenvolvendo a alguns anos (MAIA, 2018) buscamos elementos para discutir a história de vida dessa edificação, e como as muitas temporalidades se encontram mescladas nessa construção (abolindo assim a radical divisão entre passado, presente e futuro). Tanto as fotografias como as modificações em suas estruturas físicas atestam esse amplo histórico de vida das construções, porém, nesse primeiro momento convém apresentar como as imagens encontradas representam as muitas “feições” que essa edificação apresentou ao longo do tempo, demonstrando que estamos lidando com um “ser” em constante construção e multitemporal.

As imagens apresentadas abaixo (Imagem 13), por não possuírem informações quanto as suas datas, foram classificadas em ordem cronológica relativa, levando em consideração os elementos arquitetônicos e construtivos que se apresentam. Essa documentação atesta que no decorrer da existência da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI, a mesma não foi um objeto único e estático. Por meio dessas fotos foi possível identificar os elementos comprobatórios dos distintos momentos pelo qual a mesma passou, ou seja, as mudanças que estiveram em curso no referido edifício, incorporações de elementos entre outros.



A



B



C



D



E



F

Fonte: A: Expedição Fiocruz (1912), B: UNIVASF (2013), C: Negreiros Júnior (2018), D: Oliveira e Oliveira (2013), E: Oliveira e Oliveira (2013), F: Negreiros Júnior (2018).

Ao analisar as fotos podemos observar que a igreja e seu entorno passaram por inúmeras modificações ao longo do tempo. Desde a primeira foto (6A) até atualmente a edificação e o entorno que a compõe apresentaram várias facetas, o que denominamos “feições”. Dentre os elementos que foram incorporados, se modificaram ou foram removidos se destaca: a cruz principal que na maioria das fotos é única (6A, 6B, 6C, 6D), sob o frontão¹³² e passa a ser acompanhada em um momento posterior (6E) por outras duas cruzes de madeira instaladas nas torres sineiras. A cruz principal (frontão) posteriormente é substituída por uma grimpá metálica (6E e 6F) que se

¹³² “Elemento de coroamento da fachada geralmente triangular ou arco de círculo, situado na parte superior do edifício ou de parte da edificação ou sobre portais, portadas ou portões. Originalmente tinha como função arrematar externamente os telhados de duas águas, decorrendo daí sua forma triangular. Através do tempo tornou-se um elemento essencialmente decorativo” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 276).

mantém até os dias atuais. O cruzeiro - que num primeiro momento (6A) é construído, no segundo momento (6B) aparece com marcas de deterioração, e num momento posterior (6D) se mostra restaurado, possivelmente esse fato ocorreu quando o muro a frente foi concluído - este cruzeiro delimitava o local onde se encontrava a primeira “capelinha” como citado anteriormente, posteriormente o mesmo é destruído¹³³ e por esse motivo não aparece nas demais fotos (6E e 6F). Existiam também estruturas piramidais lateralmente ao frontão (coruchéus¹³⁴, nas imagens 6A, 6B, 6C e 6D) que posteriormente foram substituídas por alto-falantes (6E e 6F). Em determinados períodos (6C, 6D e 6E) a igreja apresentou-se com dois tipos distintos de muros que posteriormente foram removidos e deram espaço a implantação de um novo projeto paisagístico (6F) que passou a incorporar uma estrutura de alvenaria circular e em seu centro um monumento¹³⁵ quadrado (MAIA, 2018).

Outros parâmetros que auxiliam na discussão da história de vida da edificação são exatamente essas modificações em suas estruturas, como é proposto pela análise formal. A análise formal, como apresentado anteriormente, se dedica ao estudo da forma e organização da edificação, a análise das técnicas e elementos arquitetônicos para estabelecimento das etapas de vida da edificação. Portanto, nessa etapa foi realizado visita de campo, com o objetivo de rastrear na edificação esses elementos por meio da observação (leitura de parâmetros, análise parietal visual não interventiva). Essa empreitada possibilitou identificar as modificações, intervenções e incorporações de elementos ao templo e que denotam sua história de vida, como serão apresentados a seguir. A partir disso também foi possível montar a representação gráfica de seus espaços e funcionalidades respectivas e posteriormente o mapa gama setacional.

Antes de apresentar as modificações no interior do templo cabe demonstrar a forma em que seus espaços estão organizados por meio de uma planta baixa

¹³³ Em 1964, o cruzeiro é destruído com o pretexto de urbanizar a praça (ALMEIDA NETA e KESTERING, 2013).

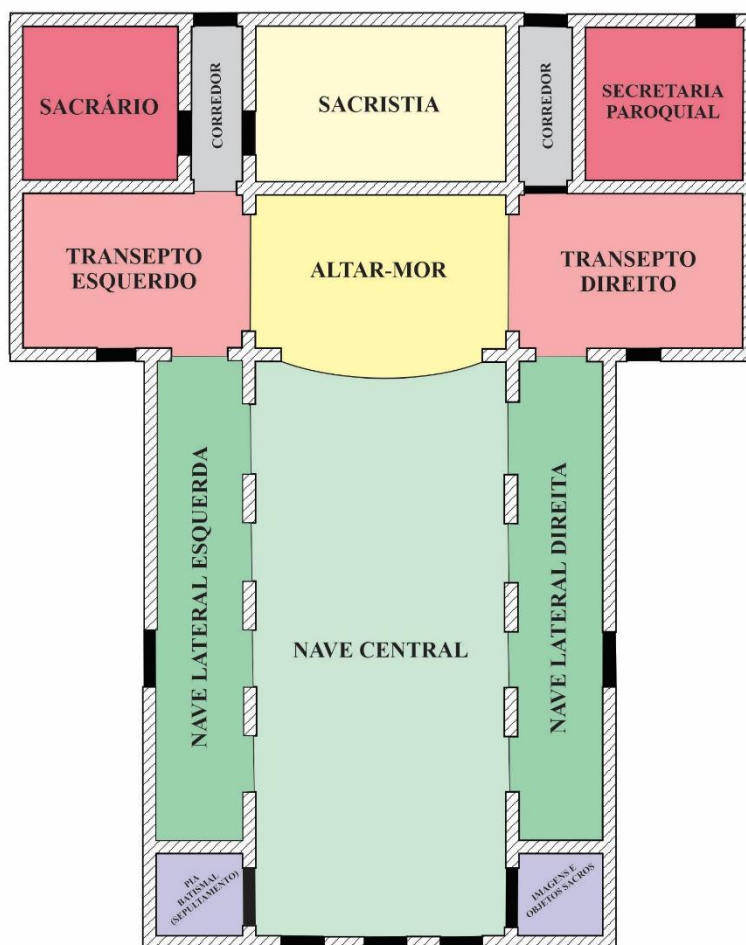
¹³⁴ “Arremate ornamentado no coroamento do edifício, usualmente em forma cônica, piramidal ou octogonal. Foi utilizado principalmente em edificações antigas providas de torres ou frontões, sobretudo igrejas. Nesses prédios é em geral feito de pedra. É também chamado pináculo” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 188).

¹³⁵ Esse monumento se conserva até os dias atuais. Foi inaugurado em 1975, pelo prefeito da época Newton de Castro Macêdo. Trata-se de um monumento histórico que traz algumas informações escritas sobre o histórico da região, citação de nomes de figuras emblemáticas para a mesma e alguns fatos sociais marcantes de cunho social (1º casamento) e políticos (nomes de conselheiros e vereadores municipais, intendentes e prefeitos municipais e representantes políticos na Assembleia Estadual de Deputados).

delimitando suas respectivas funções. Isso é necessário para contextualizar os locais onde ocorrem as intervenções analisadas. De início essa análise objetivou identificar como se organizavam os espaços internos da igreja e suas respectivas funções. Para isso foram realizadas visitas de campo com documentação e anotação dos elementos necessários para posterior elaboração de planta baixa.

A planta baixa visa esquematizar e sintetizar as informações relevantes para compreensão desse espaço construído (Imagem 14). Na imagem os distintos espaços com funcionalidades distintas foram representados por cores diferentes para diferenciá-los, as aberturas e portas (ou barreira de menor dimensão restringindo o movimento, mas não o movimento total) foram representados pelos símbolos “—” “—” respectivamente.

Imagem 14 - Estruturação espacial e funcional da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Elaborado pela autora.

Se considerarmos a estrutura que forma o “corpo central” da igreja, ou seja, naves, altar, transeptos e sacristia¹³⁶, a mesma se assemelha a tipologia cruz latina¹³⁷. A tipologia se baseia nesse símbolo da Igreja Católica, que é caracterizado por uma cruz com “braço” vertical cerca de um 1/3 mais longo que o horizontal, sendo cortado por este em pouco mais de 2/3 de sua altura (ALBERNAZ e LIMA, 1998a). A tipologia de planta, “cruz latina” foi muito usada na construção de templos católicos nos séculos XVIII e XIX.

Os demais espaços internos e suas funcionalidades se distribuem da seguinte forma: uma nave central; duas naves laterais, sendo que no fim destas se localizam espaços menores destinados a pia batismal¹³⁸ a esquerda e imagens de santos a direita; o altar-mor¹³⁹; dois transeptos; a sacristia e nas suas laterais os anexos que correspondem a capela do sacrário¹⁴⁰ e a secretaria paroquial. É importante ressaltar que o espaço destinado a pia batismal foi posteriormente ocupado e destinado ao sepultamento de um religioso importante na hierarquia eclesiástica, Dom Cândido, mais informações sobre os sepultamentos que ocorreram no interior do templo serão apresentadas adiante.

As naves centrais, laterais e transeptos possuem bancos destinados aos fiéis e frequentadores, sendo a nave central a detentora em sua maioria desses assentos, no altar-mor, de onde são realizadas as celebrações pode se constatar também a maior presença de imagens e símbolos religiosos.

Nos demais espaços do templo se destacam imagens de santos e objetos sacros, ou seja, nas naves centrais, laterais e altar; e os sepultamentos de padres e fieis, localizados na nave central e laterais, no piso ou parede.

¹³⁶ “Nas igrejas, dependência para guarda de parâmetros e objetos de culto e onde os padres vestem os hábitos litúrgicos. Em geral constitui-se em um compartimento próximo à capela-mor ligado diretamente a esta ou por meio de corredor lateral. Pode situar-se em edificação adjacente ao prédio da igreja ou no próprio edifício principal. Frequentemente possui entrada independente” (ALBERNAZ e LIMA, 1998b, p. 554).

¹³⁷ A capela do sacrário, sacristia e secretaria paroquial foram anexadas em reforma posterior (CARVALHO et al. 2016).

¹³⁸ O espaço onde se situa a pia batismal é chamado batistério, sendo geralmente “(...) um pequeno recinto localizado na entrada da igreja. Pode constituir-se em edificação isolada implantada no adro” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 88).

¹³⁹ “Altar principal da igreja situado na capela-mor” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 30).

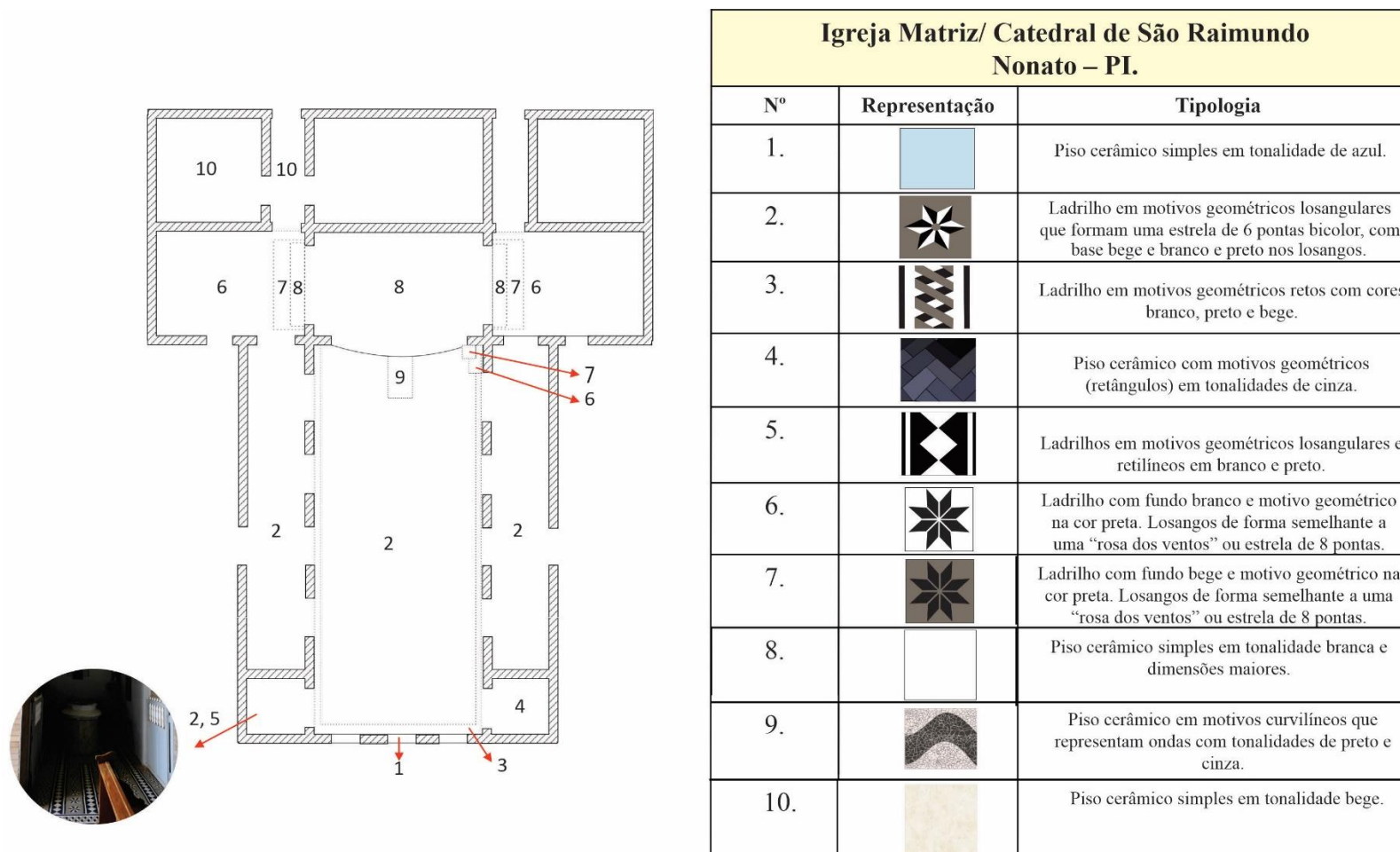
¹⁴⁰ O sacrário, nas igrejas, corresponde a um “(...) pequeno compartimento ou armário provido de porta onde são guardados objetos sagrados como hóstias ou relíquias. Quase sempre se situa no centro do altar-mor. Em antigas igrejas do século XVIII, usualmente era feito de talha ornamentada. É também chamado tabernáculo” (ALBERNAZ e LIMA, 1998b, p. 554).

Esses elementos e essas modificações apresentadas até aqui dão suporte a discussão da história de vida dessa edificação. Ela é expressa e materializada exatamente nessas incorporações de materiais (seres) como pelas modificações em sua estrutura.

No interior do templo esses inúmeros indicativos e elementos demonstram a história de vida da edificação. Cabe frisar, que encaramos a edificação como ser híbrido em constante construção, dessa maneira os registros realizados correspondem à realidade da edificação no momento em que o trabalho foi realizado.

Dentre os elementos que comprovam essas transformações que a edificação passou (história de vida) estão os diferentes azulejos (pisos) em partes distintas da edificação. O levantamento no interior da edificação permitiu a identificação de 10 tipos distintos de pisos classificados em pisos cerâmicos e ladrilhos hidráulicos. A partir desse levantamento foi feita a esquematização dos referidos pisos com as principais informações levantadas (Imagem 15). É de salientar que os ladrilhos hidráulicos, de um ponto de vista cronológico, são relativos a períodos mais antigos e os pisos cerâmicos são mais recentes.

Imagem 15 - Esquema representativo dos pisos cerâmicos e ladrilhos hidráulicos, sua localização espacial no templo e análise de suas tipologias.



Fonte: Elaborado pela autora.

De início o primeiro tipo de piso identificado (1) é localizado na entrada do templo, no início da nave central. Esse conjunto de elementos se distribuem em uma faixa horizontal, é do tipo piso cerâmico simples caracterizado pela tonalidade azul (Imagem 16).

Imagem 16 - Piso cerâmico identificado na entrada da nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Em sequência a imagem 17 corresponde ao espaço localizado no lado direito da nave central, onde podemos observar a presença de pisos cerâmicos (4) e também os ladrilhos hidráulicos¹⁴¹ na extremidade e centro da nave central (3 e 2 respectivamente). O ladrilho 2 é decorado com motivos geométricos¹⁴², com a presença de formas losangulares que formam uma estrela de 6 pontas bicolores; as cores utilizadas são bege que serve de base, o preto e branco empregado nos losangos. Os ladrilhos 2 são verificados na nave central e naves laterais. Sendo que na nave central esses ladrilhos se encontram no centro, margeados por uma faixa (ladrilho 3) com motivos geométricos retos também nas cores branco, preto e bege. Já o piso cerâmico 4, apresenta motivos geométricos, e traz em sua composição vários retângulos combinados para preencher a moldura de cada placa cerâmica, em diferentes tonalidades de cinza. Cronologicamente, os ladrilhos representam uma etapa de vida mais antiga do edifício, e que é anterior à instalação do piso cerâmico.

¹⁴¹ O ladrilho hidráulico era considerado um revestimento de requinte no fim do século XIX e nos primeiros anos do século XX (CORTES, 2015, p.79). O ladrilho hidráulico pode ter dois tipos de decoração: lisa ou desenhada, o desenhado pode ser geométrico ou floral. O desenho geométrico apresenta pouca variação de cor, normalmente duas ou três. Os pisos de ladrilho hidráulico podem ser apresentados imitando tapetes, onde os ladrilhos do centro são chamados de “centro” e os que se localizam na borda de “faixas” (GESTER, 2013).

¹⁴² “O motivo geométrico se trata de simples padrões constituídos por formas repetidas, porém em alguns casos possuem grande complexidade nos arranjos geométricos, causando até ilusões de ótica” (MARTINS E SOUSA, 2017, p. 7).

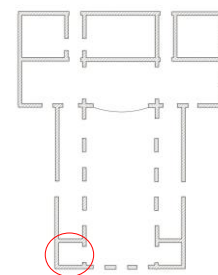
Imagem 17 - Pisos diferenciados localizados em espaço ao lado direito da nave central, e ladrilhos hidráulicos da nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

O espaço onde se encontrava a pia batismal possuía linhas de ladrilhos do tipo 2 e 5 (Imagem 18). Esse espaço posteriormente foi ocupado com um sepultamento, como será apresentado no decorrer do texto. O ladrilho 5 é caracterizado por motivos geométricos losangulares e retilíneos, nas cores preto e branco.

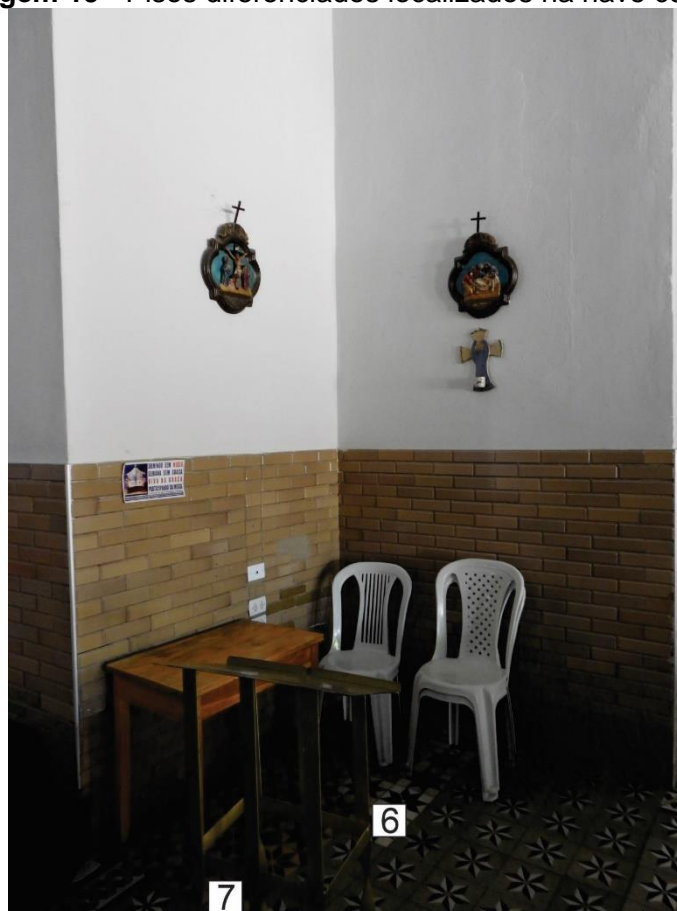
Imagem 18 - Espaço da lateral esquerda da nave central, anteriormente ocupado com a pia batismal.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

A imagem 19 representa outra parte da nave central onde também é possível observar elementos construtivos, ou momentos de vida, distintos. Observamos no canto da parede a presença de dois tipos de ladrilhos com motivos diferentes daquele que predominam na nave central, e que foi descrito anteriormente (ladrilho 2, estrela bicolor de 6 pontas). O primeiro (ladrilho 6), é um ladrilho com fundo branco e motivo geométrico na cor preta, tal motivo é constituído pela combinação de losangos cuja forma se assemelha a uma “rosa dos ventos” ou estrela de 8 pontas. O segundo tipo de ladrilho (ladrilho 7), apresenta o mesmo tamanho e motivo decorativo daquele que acabamos de descrever, todavia, ao invés do fundo branco esse segundo ladrilho possui uma base de tonalidade bege. Provavelmente, a presença destes dois tipos de ladrilho esteja associada a alguma intervenção que exigiu a retirada e substituição do piso original (ladrilho 2 com estrela bicolor de 6 pontas).

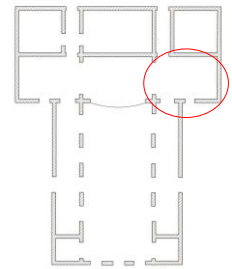
Imagem 19 - Pisos diferenciados localizados na nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

No transepto direito (Imagem 20) é possível observar a existência de três pisos diferenciados, com numeração 6,7,8. A maior parte da área é coberta pelo ladrilho 6 de fundo branco e motivo da “rosa dos ventos” ou estrela de 8 pontas; já o ladrilho 7 de fundo bege e motivo da “rosa dos ventos” ou estrela de 8 pontas ocupa uma pequena faixa que delimita a porção ocupada pelo piso 8. Por fim, temos um piso cerâmico simples em tonalidade branca (8), e com dimensões maiores que as dos ladrilhos hidráulicos (esse tipo de ladrilho é também verificado no altar-mor). Apesar da aparência harmônica que o emprego destes três tipos diferentes de material construtivo deu a área do transepto direito, podemos perceber que a integração do piso cerâmico branco representa um momento mais recente na vida do edifício, que em algum momento do passado, passou por uma intervenção que exigiu a retirada do piso original daquela parte do recinto (o ladrilho de fundo bege e motivo da “rosa dos ventos” ou estrela de 8 pontas). Essa mesma configuração é verificada no transepto esquerdo.

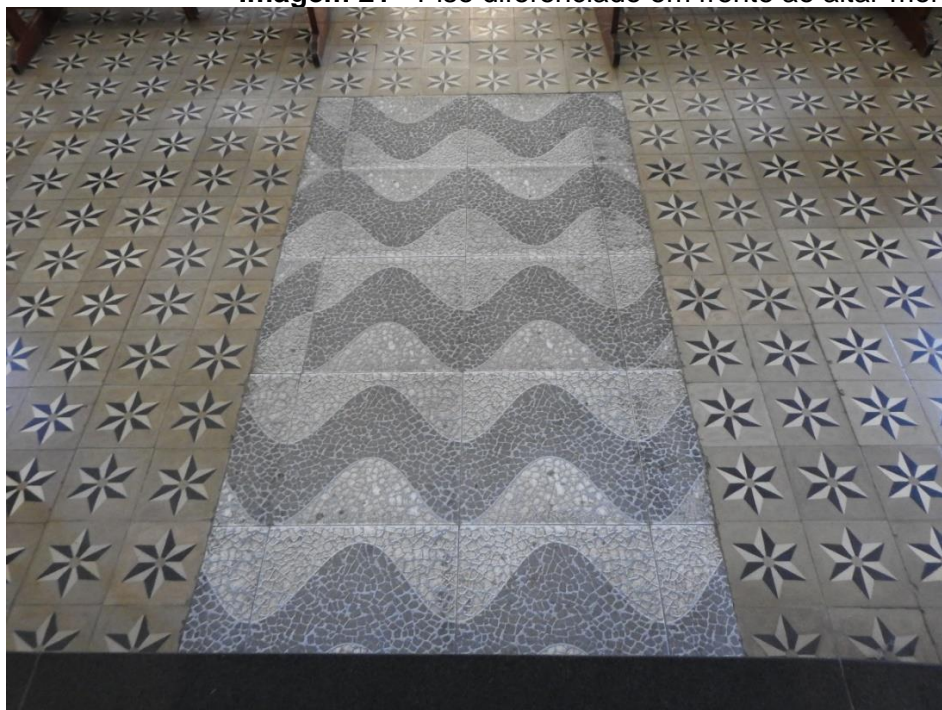
Imagem 20 - Transepto direito da Igreja Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Algo parecido aconteceu em uma parte da nave central que fica em frente ao altar-mor, entretanto, as informações sobre esse evento são mais abundantes e sua cronologia conhecida. Nesta área (Imagem 21), que é majoritariamente recoberta pelo ladrilho 2 com estrela bicolor de 6 pontas que se estende por toda a nave central, podemos observar um nicho retangular formado por um piso cerâmico com motivos curvilíneos, que representam ondas com tonalidades de preto e cinza (piso cerâmico 9). Nesse local se encontravam inumados os restos mortais de Dom Inocêncio Lopes Santamaria. Que posteriormente foram exumados pois o referido religioso estava em processo de canonização e beatificação. Demais informações sobre esse e os demais sepultamentos realizados no interior do templo serão apresentados no próximo tópico.

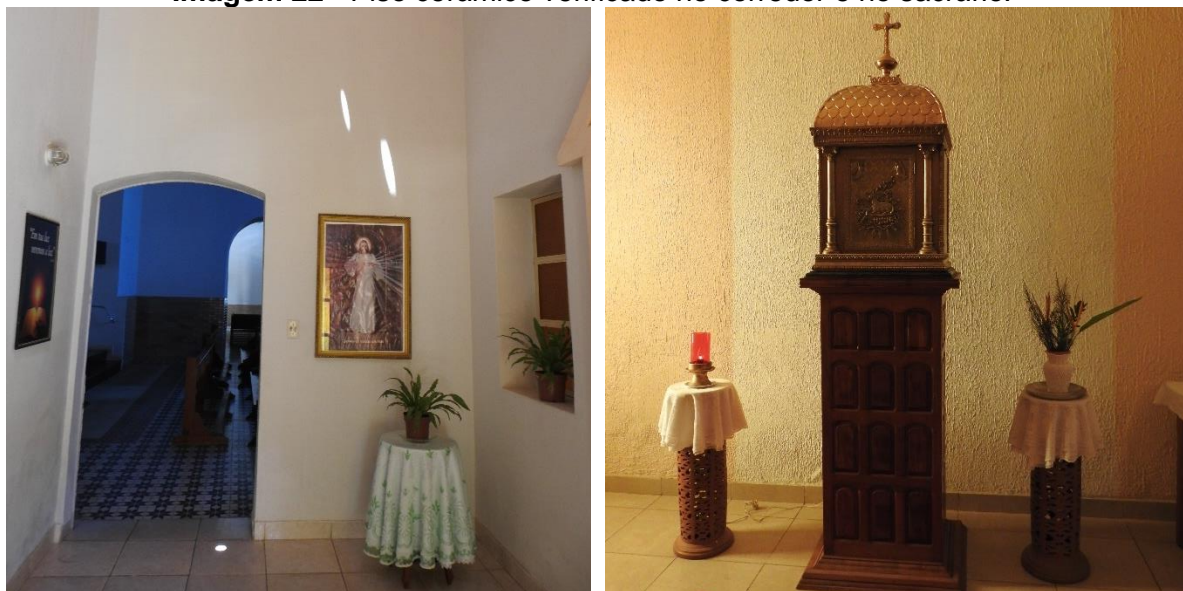
Imagem 21 - Piso diferenciado em frente ao altar-mor.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

No corredor e sacrário ocorre a presença de um distinto piso cerâmico (10) simples em tonalidade bege e de maiores dimensões (Imagem 22).

Imagem 22 - Piso cerâmico verificado no corredor e no sacrário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Para além dos pisos, outras estruturas e locais também apresentam indícios da história de vida da edificação, sendo o altar-mor¹⁴³ um nicho importante para essas observações (Imagem 23).

Lateralmente ao altar-mor existem indicativos de aberturas (portas) que existiam e que davam acesso à sacristia. Estas posteriormente foram fechadas, restando apenas a moldura de onde se encontravam (Imagem 23).

Imagem 23 - Altar-mor com indicativos onde anteriormente existiam portas.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Além disso, na imagem 24 que representa a nave central da Igreja de São Raimundo Nonato, podemos observar objetos e eletrodomésticos modernos (ventiladores) que foram incorporados à materialidade do prédio posteriormente a sua construção. É interessante observar que abaixo dos ventiladores há a presença de dois ornatos que aparentemente “habituais” nos trazem informações bem relevantes e que serão discutidas na sequência (Imagem 25).

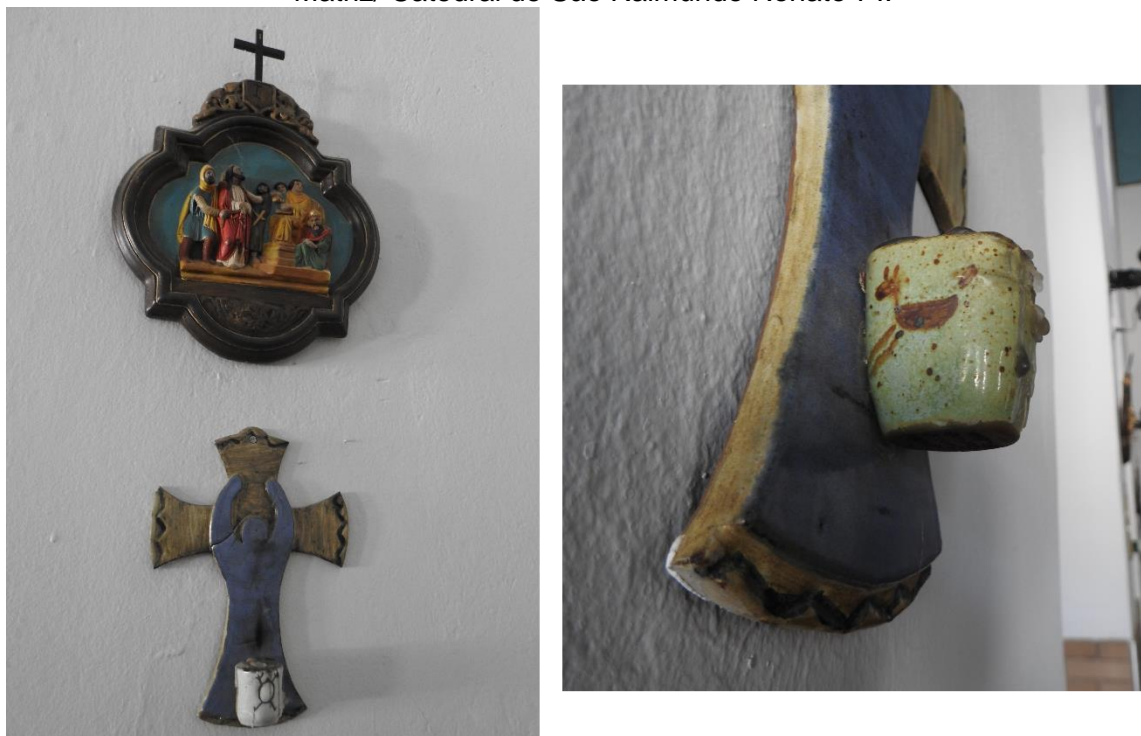
¹⁴³ Quando citamos o altar-mor como espaço, estamos no referindo a todo o conjunto composto pela capela-mor e altar-mor. A capela mor é a “(...) capela principal onde fica o altar-mor. Em geral situa-se na frente da entrada principal” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 122).

Imagem 24 - Nave central da Igreja Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Imagem 25 - Ornatos localizados abaixo dos ventiladores na nave central da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

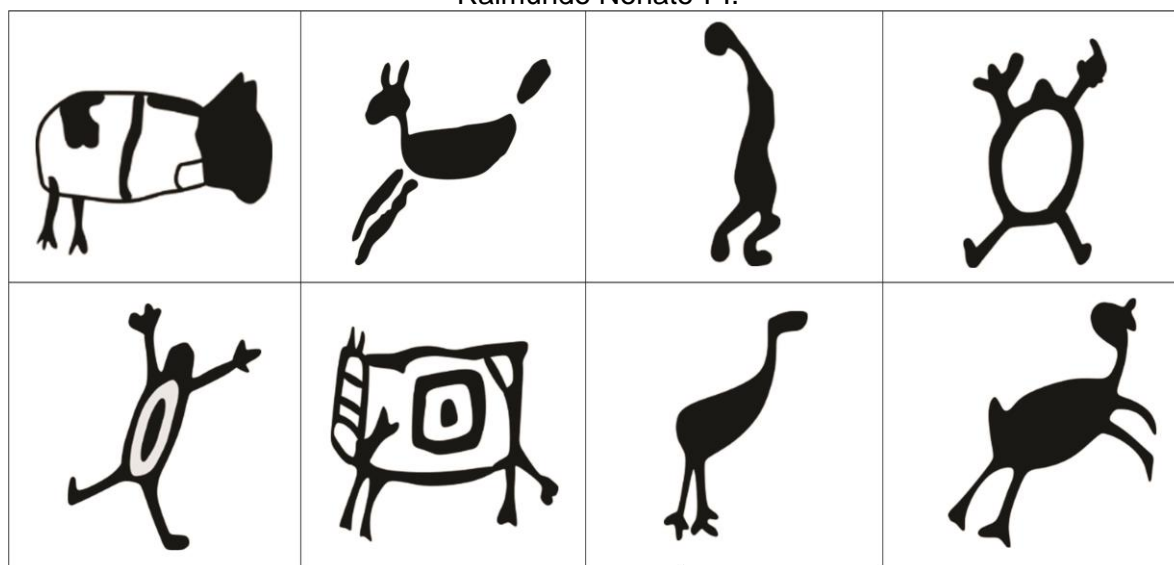
O ornato superior (imagem 25) possui motivos figurativos representando as estações da paixão de Cristo, porém, o porta-velas abaixo possui uma simbologia e fabricação muito distintas, e que apesar de não remeterem à cosmologia cristã, nos remetem ao contexto sociocultural¹⁴⁴ ao qual a edificação está associada. Esta é uma peça produzida pela fábrica de “Cerâmica Serra da Capivara”¹⁴⁵, que usa como inspiração as formas e símbolos encontrados nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara¹⁴⁶. Assim, essa vinculação com o patrimônio arqueológico da região é visível no ornato inserido na igreja. Podemos observar que a silhueta de um antropomorfo com os braços levantados, típico da tradição Agreste, é empregado para formar uma cruz; e no suporte para velas são reproduzidos diferentes motivos (zoomorfos e antropomorfos) típicos do acervo rupestre dos sítios da região (Imagem 26).

¹⁴⁴ Da mesma forma como não há delimitações claras entre os seres não existem delimitações fixas e imutáveis quanto a funcionalidade, contexto associado ou uso do mesmo, e é exatamente essa questão que permite que um objeto que a priori esteja associado ao contexto social e cultural da região seja incorporado em um templo religioso.

¹⁴⁵ A fábrica “Cerâmica Serra da Capivara” foi fundada em 1992 na Localidade Barreirinho, município de Coronel José Dias-PI, pela arqueóloga Niède Guidon. O projeto da fábrica busca aliar a preocupação ambiental com o desejo de inclusão social e econômica (os artesões que trabalham na fábrica são pessoas oriundas do entorno do Parque Nacional). Esse trabalho foi fruto de uma parceria entre a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e a instituição italiana *Terra Nuova* que visava a produção de cerâmica artesanal. Em 1992, especialistas italianos e brasileiros catalogaram 40 tipos de argila da região até chegar a mistura ideal para uso. Após as pesquisas, deu-se a formação de jovens e adultos habitantes de Barreirinho para exercer as funções da produção cerâmica. A cerâmica que é produzida na “Cerâmica Serra da Capivara” possui certificações do meio ambiente, de manejo consciente, não faz uso de práticas interventivas (escavação) para obter material (argila). Desde o início de sua produção a argila é retirada de barreiros (tipo de açude que acumula água durante o período de chuva), a medida que vão secando, o barro é retirado, ajudando inclusive na prevenção de assoreamento do poço. A tinta usada na fabricação das peças é a base de corantes naturais e os fornos utilizam gás ao invés de lenha, para preservar a vegetação nativa. As peças produzidas são exportadas principalmente para a Itália, e também Portugal e Espanha. Em 2008 a fábrica “Cerâmica Serra da Capivara” ganhou o prêmio de melhor projeto de sustentabilidade do País (SOCIALISMO CRIATIVO, 2018; ARTESOL, s.d.).

¹⁴⁶ “O parque Nacional Serra da Capivara ocupa 130 mil ha e está situado no SE do Estado do Piauí na região Nordeste do Brasil. Em 1991, o parque foi inscrito pela UNESCO na lista de Patrimônio Mundial pela importância dos seus sítios arqueológicos. Até o ano de 2018 foram registrados mais de mil sítios com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, indicando uma das maiores concentrações de sítios pré-históricos do mundo por quilômetro quadrado” (FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO, s.d.).

Imagem 26 - Registros identificados nos portas-velas da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: esquematização (vetorização) realizado pela autora.

Nesse exemplo podemos perceber como estas relações entre o passado e o presente são fluídas e não dicotômicas. Símbolos pré-coloniais, que remetem as primeiras ocupações humanas na região, são, na atualidade, incorporados em um templo cristão construído no século XIX, numa clara demonstração da importância que os trabalhos arqueológicos desenvolvidos a partir da década de 1970 passam a ter na realidade sociocultural e econômica da região.

4.1.1 Sepultamentos no interior do templo

Como apresentado anteriormente, apesar da proibição de enterramentos no interior dos templos católicos ter sido instituída em 1850, a prática continuou vigorando em igrejas do interior do país, como é o caso da Igreja de São Raimundo Nonato (construída em 1876). Em contexto sanraimundense as inumações foram destinadas a fieis e também padres e religiosos importantes para a história da igreja local. É evidente que essa prática foi regida e realizada seguindo critérios que evidenciam os privilégios econômicos e sociopolíticos de uma parcela da população local, pois nos 145 anos de existência da igreja somente 9 sepultamentos foram realizados em seu interior.

Para compreender a disposição espaço-temporal da incorporação destes seres à rede do templo, foi feito o levantamento das informações, documentação e registros imagéticos das sepulturas como será demonstrado abaixo. A apresentação dos sepultamentos seguiu ordem cronológica, ou seja, do mais antigo ao mais recente.

1º sepultamento: O primeiro sepultamento (Imagem 27) realizado no interior do templo da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI aconteceu no ano de 1909, é pertencente ao Padre Pedro Alvares de Araújo (31/12/1841 - 14/04/1909). A sepultura se localiza no início da nave lateral direita (mais próximo ao altar-mor), a inumação foi realizada no piso e sobre ela atualmente se encontram bancos destinados aos fiéis. Na lápide se destacam informações referentes a data de nascimento, falecimento e também uma insígnia decorativa.

Imagem 27 - Lápide sepultamento 01, localizado na nave lateral direita da Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Acervo pessoal da autora, janeiro de 2020.

O Padre Pedro Alvares de Araújo é citado nas fontes bibliográficas como um dos primeiros párocos residentes na cidade, sendo o terceiro a ocupar essa posição no ano de 1899 (DIAS, 2001).

2º sepultamento: Este sepultamento é pertencente a José Bello da Silva (13/08/1889 - 10/03/1918) é um dos três integrantes da família “Bello da Silva” que foram sepultados na igreja e que serão apresentados adiante.

A sepultura do fiel foi realizada na parede¹⁴⁷, se tratando de um jazigo perpétuo. Se localizando bem próximo a lateral do altar-mor na parede esquerda, junção da nave

¹⁴⁷ Os três sepultamentos de fiéis no templo foram realizados na parede e trata se de um ossário, ou seja, essas pessoas tiveram em um primeiro momento um enterramento primário em outro local (o que não se sabe, no momento, é se esse primeiro sepultamento teria sido realizado em um outro local,

lateral direita com o transepto direito. Na sua lápide além das informações sobre data de nascimento, falecimento, uma pequena dedicatória familiar há também uma insígnia decorativa (Imagem 28).

Imagem 28 - Lápide do 2º enterramento realizado no interior da Igreja Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato-PI.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

3º sepultamento: sepultamento da fiel Carlota Bello da Silva que ocorreu no ano de 1934 (01/12/1861 - 07/06/1934). Esta sepultura assim como a anterior foi realizada na parede e ao lado dela, é um jazido perpetuo na parede lateral ao altar-mor, na junção da nave lateral direita e transepto direito)

Na lápide (imagem 29) além dos dizeres habituais de indicação pessoal, traz as datas de nascimento, falecimento, dedicatória familiar e uma insígnia ilustrativa diferenciada da lápide anteriormente apresentada.

Imagem 29 - Lápide do 3º enterramento realizado no interior da Igreja Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato-PI.

como por exemplo, em um cemitério ou no próprio interior do templo) e posteriormente seus ossos foram depositados no compartimento da parede do templo da igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

4º sepultamento: o quarto sepultamento é destinado a figura de mais um integrante da família “Bello da Silva”, que são os únicos fieis sepultados no templo. A sepultura é pertencente ao denominado Jerônimo Bello da Silva (01/10/1858 – 18/09/1946). Sua localização coincide com as duas anteriormente apresentadas, ou seja, na parede ao lado da de José Bello da Silva, esta última se encontra entre as de Jeronimo e Carlota, na junção da nave lateral com o transepto direito, próximo ao altar-mor.

Na sua lápide (Imagem 30) além das indicações pessoais como nome, data de nascimento e falecimento, dedicatória da família também possui uma insígnia decorativa diferenciada das demais anteriormente apresentadas.

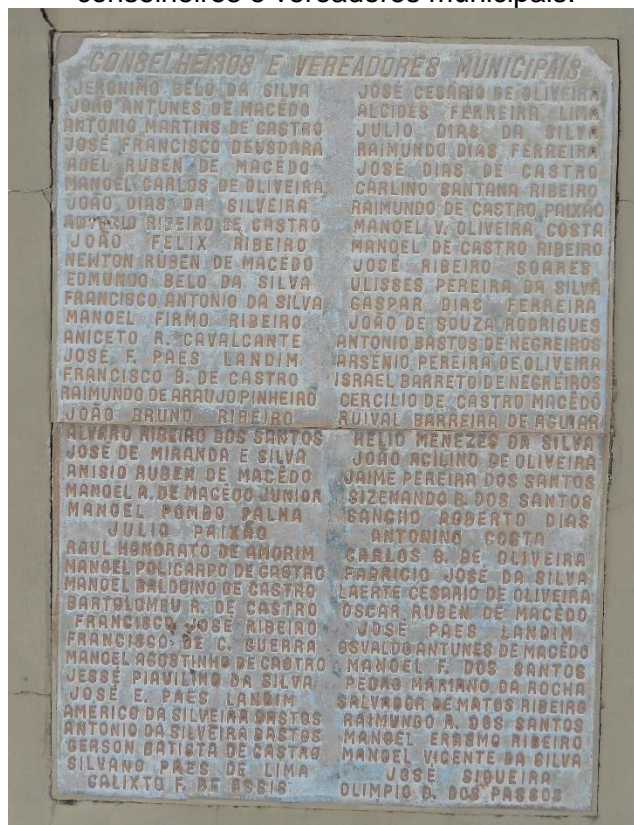


Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

As fontes bibliográficas fazem referência a Jerônimo Bello da Silva, seu nome aparece em destaque na relação de “pessoas notáveis” de São Raimundo Nonato, ou seja, há referência a “Major Jerônimo Belo da Silva” como comerciante e chefe político (DIAS, 2001). Cabe destacar também que uma determinada rua localizada no centro da cidade recebeu o seu nome.

Em frente à igreja Matriz se encontra um monumento dedicado a “grandes figuras e fatos históricos” da cidade, no espaço relacionado a conselheiros e vereadores municipais, o nome de “Jerônimo Belo da Silva” é o primeiro da lista (Imagem 31).

Imagem 31 - Monumento localizado em frente à Igreja Matriz, com os nomes dos conselheiros e vereadores municipais.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

5º sepultamento: Este sepultamento, apresentado brevemente anteriormente, está associado a figura de Dom Inocêncio Lopez Santamaria. O bispo espanhol nasceu em 28 de dezembro de 1874, na aldeia de Sotovellanos, na província de Burgos, comarca da Odra-Pisuerga. Foi bispo da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia (1930-1958), na época São Raimundo Nonato estava sobre jurisdição da referida prelazia. Dom Inocêncio se tornou bispo da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia¹⁴⁸ em 31 de agosto de 1930, essa data coincide com a festa de São Raimundo Nonato, que foi um mártir mercedário, o bispo era devoto desse santo (DOM INOCÊNCIO LÓPEZ SANTAMARIA, s. d. b).

Dom Inocêncio chegou ao Brasil em 05 de janeiro de 1931, e a cidade de São Raimundo no dia 22 do mesmo mês e ano, permanecendo como bispo no estado do Piauí por 26 anos. Em 1955 solicitou e se tornou bispo auxiliar, por motivos de saúde faleceu em 09 de março de 1958, no hospital espanhol de Salvador. Foi sepultado em

¹⁴⁸ A diocese de São Raimundo Nonato só foi criada em 1981 (CNBB REGIONAL NORDESTE 4, 2013).

São Raimundo Nonato-PI em 14/03/1958 (DOM INOCÊNCIO LÓPEZ SANTAMARIA, s. d.).

Nesse primeiro momento (imagem 32) Dom Inocêncio foi sepultado em frente ao altar-mor (espaço anteriormente apresentado com azulejos diferenciados). Devido ao processo de beatificação e canonização do mesmo, sua sepultura foi reaberta e seus restos mortais exumados em 07/02/2017¹⁴⁹. De acordo com as fontes que tratam desse procedimento, o objetivo da “beatificação é o reconhecimento feito pela igreja de que a pessoa a que é atribuída foi fiel aos ensinamentos de Jesus Cristo, que se encontra junto de Deus, e que está em estado de graça, e pode interceder por aqueles que recorrem em oração” (DOM INOCÊNCIO LÓPEZ SANTAMARIA, s. d.).

A sucessão dos fatos ocorridos seguiu a seguinte ordem: a primeira lápide que cobria a sepultura foi retirada e em seu local foram colocados azulejos diferenciados, os restos mortais foram depositados em urna¹⁵⁰ onde aguardam pelo término do processo de canonização (Imagem 32 a 35). O local como citado corresponde ao piso de frente ao altar-mor, na nave central do templo. Deste modo, podemos inferir que essa parte do templo passou por no mínimo duas alterações que marcam eventos importantes tanto na história de vida edifício, como na sociedade sanraimundense de modo geral. Em 1958, temos a retirada e substituição do piso original para a deposição do corpo de Dom Inocêncio, marcando um momento de luto e tristeza para comunidade católica da cidade, e simultaneamente reforçando o papel da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato como centro diocesano no qual o bispo deve ser sepultado. Já em 2017, com a exumação dos restos mortais do bispo, um novo piso cerâmico é integrado à estrutura do edifício, sinalizando o local onde jazia aquele que pode se tornar o primeiro santo católico que morou no Piauí, sendo este um motivo de orgulho e devoção para os fiéis locais, e novamente contribuindo para ampliação da relevância deste templo na hierarquia da Igreja¹⁵¹ e nas relações sociais locais, demonstrado assim o caráter agentivo dessa edificação.

¹⁴⁹ Mais informações sobre ver Dom Inocêncio López Santamaria (s.d.c).

¹⁵⁰ A urna com os restos mortais de Dom Inocêncio Lopez Santamaria esta alocada na lateral esquerda da nave central, próximo ao altar-mor.

¹⁵¹ A Igreja de São Raimundo Nonato-PI ocupa posição de Matriz e Catedral. De acordo com a bibliografia especializada Matriz é a “igreja que tem jurisdição ou superioridade hierárquica em relação a outras igrejas e capelas de uma determinada circunscrição” (ALBERNAZ e LIMA, 1998b, p. 377), sendo nessa igreja onde acontecem as principais celebrações de uma paróquia (composta por várias comunidades reunidas) (MITRA DIOCESANA DE CARAGATATUBA,2012). Já catedral é uma única igreja de uma diocese onde se situa a cátedra (cadeira) do bispo, de onde ele governa a diocese (composta por várias paróquias) (MITRA DIOCESANA DE CARAGATATUBA,2012).

Imagem 32 - 1ª lápide Dom Inocêncio.

Fonte: Dom Inocêncio López Santamaría (s.d.a).

Imagem 33 - Processo de exumação dos restos mortais de Dom Inocêncio para beatificação e canonização.

(Fotos Joaquim Neto)

Fonte: Dom Inocêncio López Santamaría (s.d.a).

Imagem 34 - Piso atual no local onde Dom Inocêncio estava sepultado.

Fonte: acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Imagem 35 - Urna onde estão os restos mortais de Dom Inocêncio estava sepultado.

Fonte: acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

6º sepultamento: corresponde ao sepultamento do monsenhor de nome Nestor Dias Lima. O título de monsenhor¹⁵² é atribuído a pessoas de prestígio na hierarquia

¹⁵² “Hoje, os títulos de cônego e monsenhor são honorários e não indicam a posse de nenhum cargo ou posição na Igreja. Antes das reformas conciliares, eles formavam o cabido diocesano, para a função de conselheiros do bispo, o governo da diocese durante a vacância e o esplendor das funções litúrgicas na catedral. Hoje, o bispo conta com diversos conselhos, que são formados por representantes de todo

católica. Essa sepultura se localiza na nave lateral esquerda no fim da mesma (mais distante do altar-mor).

A sua lápide (Imagem 36), em mármore, diferentemente das primeiras apresentadas é relativamente simples, pois, é apresentado somente os anos de nascimento e falecimento (1916-1992). Além dessa informação traz a indicação do nome, e uma frase em representação e referência a sua função e atribuição durante a vida, “1º sacerdote da terra¹⁵³”, que funcionaria como meio de glorificação do morto, demonstrando ser motivo de orgulho para os demais. Monsenhor Nestor Dias Lima foi o primeiro padre natural de São Raimundo Nonato (DAMASCENO, 2012).

Imagem 36 - lápide de Monsenhor “Nestor Dias Lima”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

As fontes bibliográficas trazem informações sobre os fatos e feitos de Monsenhor Nestor Dias Lima. É destacado que o mesmo foi diretor do primeiro colégio particular da cidade, que era administrado pelos padres. Esse colégio funcionava em edifício construído por Dom Inocêncio e Padre Francisco Freiria com recursos advindos da Europa. O colégio funcionava na praça da igreja, ao lado da casa

o clero e do laicato. Não contam os títulos, mas a disposição para o serviço comum e comunitário da evangelização. Hoje, cônego e monsenhor são títulos de homenagem e reconhecimento por serviços prestados à Igreja. Além disso, o título de monsenhor é também usado para o padre que foi eleito bispo. Enquanto ele não é ordenado bispo, é chamado de monsenhor” (AQUINO, 2012).

¹⁵³ Essa expressão é utilizada para se referir a pessoas de uma determinada cidade ou região.

paroquial. Posteriormente foi edificado o ginásio Dom Inocêncio¹⁵⁴, em 1940, teve como diretor Monsenhor Nestor Dias Lima e vice Padre Manoel Lira Parente. É destacado que foi um sacerdote de grandes virtudes e exerceu o cargo de diretoria por vários anos recebendo do papa o título de monsenhor (DIAS, 2001).

7º sepultamento: Este sepultamento é pertencente ao Cônego Raimundo Tavares de Araújo (19/04/1922 – 31/08/1999). A sepultura está localizada na nave lateral direita, no fim da nave próximo a uma escada que dá acesso ao piso superior; a sepultura foi realizada no piso do templo e sobre a mesma atualmente se encontram alocados bancos destinados aos fiéis e frequentadores. As informações que dispusemos sobre esse personagem são as explicitadas em sua lápide, no qual são apresentadas nome, data de nascimento e falecimento e dedicatória familiar (Imagem 37).

Imagem 37 - lápide do Conego “Raimundo Tavares de Araujo”.



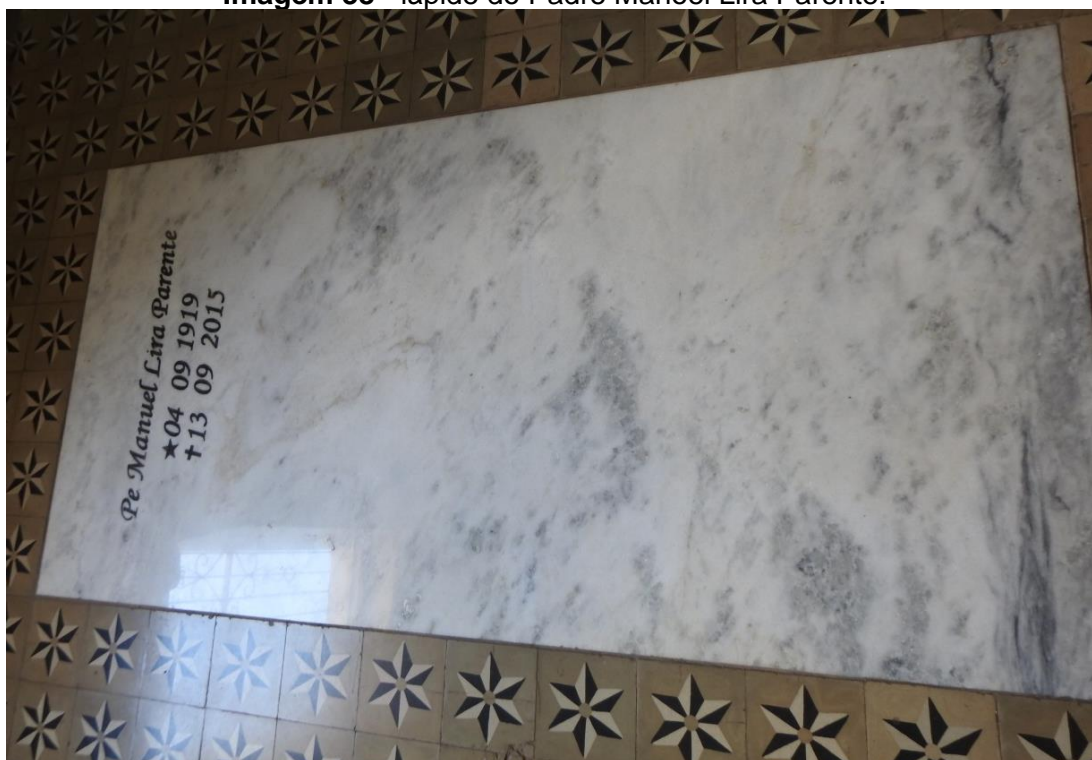
Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

¹⁵⁴ O ginásio Dom Inocêncio foi edificado em período posterior ao do primeiro colégio citado anteriormente. O primeiro colégio era localizado próximo a Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI, já o denominado Ginásio Dom Inocêncio foi edificado em um bairro um pouco mais distante do centro da cidade, no bairro de nome Aldeia. O prédio do ginásio atualmente tem função de casa paroquial da Igreja Nossa Senhora das Mercês, alocando-se também no mesmo uma rádio comunitária, de nome Rádio Alternativa (WIKIMAPIA, s.d.; RTV CAATINGA UNIVASF (Youtube), 2016).

8º sepultamento: Pertencente ao Padre Manoel Lira Parente, o sepultamento foi realizado na nave lateral esquerda, no piso, ao lado da sepultura de Monsenhor Nestor Dias Lima. Na sua lápide são destacadas informações referentes ao seu nome, data de nascimento e falecimento (04/09/1919 – 13/09/2015) (Imagem 38).

Com relação a atuação de Padre Lira as informações são bem mais abundantes, merecendo destaque as ações que ele desenvolveu em vida em São Raimundo Nonato e cidades vizinhas. Esse padre foi prefeito de São Raimundo Nonato (1955-1958) atuando também como vice-diretor no ginásio Dom Inocêncio. Padre Lira atuou ativamente no processo de emancipação política da localidade de Dom Inocêncio e quando a mesma foi elevada à categoria de cidade, Padre Lira chegou a ocupar o cargo de prefeito (1989-1992; 1997-2000; 2005-2008). As fontes bibliográficas e midiáticas dão conta da sua atuação e das muitas obras e benfeitorias que realizou para melhoria da qualidade de vida da população (DIAS, 2001; DAMASCENO, 2014; TV CIDADE VERDE (Youtube), 2015).

Imagem 38 - lápide do Padre Manoel Lira Parente.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

9º sepultamento: Trata se do mais recente sepultamento realizado no interior da Matriz; Catedral de São Raimundo Nonato-PI. Essa sepultura foi destinada a Dom Candido Lorenzo Gonzalez, o primeiro bispo da Diocese de São Raimundo Nonato

após sua criação. A sepultura foi realizada num espaço onde anteriormente estava alocada a pia batismal, que foi removida¹⁵⁵ para realização desse novo sepultamento. O local escolhido para esta sepultura corresponde a um espaço de menor dimensão localizado lateralmente (esquerda) da nave central, mais próximo as portas de acesso frontais e mais distante do altar-mor. Em decorrência provavelmente de ser mais recente não foi colocada lápide, as informações sobre o mesmo se encontram destacadas em placa metálica acima do local onde foi realizada o sepultamento (Imagem 39). Cabe destacar que dentre todas as sepulturas a única que possui enfeites de flores é a de Dom Cândido em decorrência de ser o mais recente.

Imagem 39 - Imagem do sepultamento de Dom Cândido.



Fonte: Acervo pessoal da autora, Janeiro de 2020.

Todas as informações referentes a este levantamento foram sintetizadas sobre a forma de tabela para melhor esquematização (Tabela 2). Foi também feito esquema ilustrativo abaixo apresentado (Imagem 40):

¹⁵⁵ A pia batismal foi realocada no transepto direito, se encontrando desmontada no momento para receber reparos.

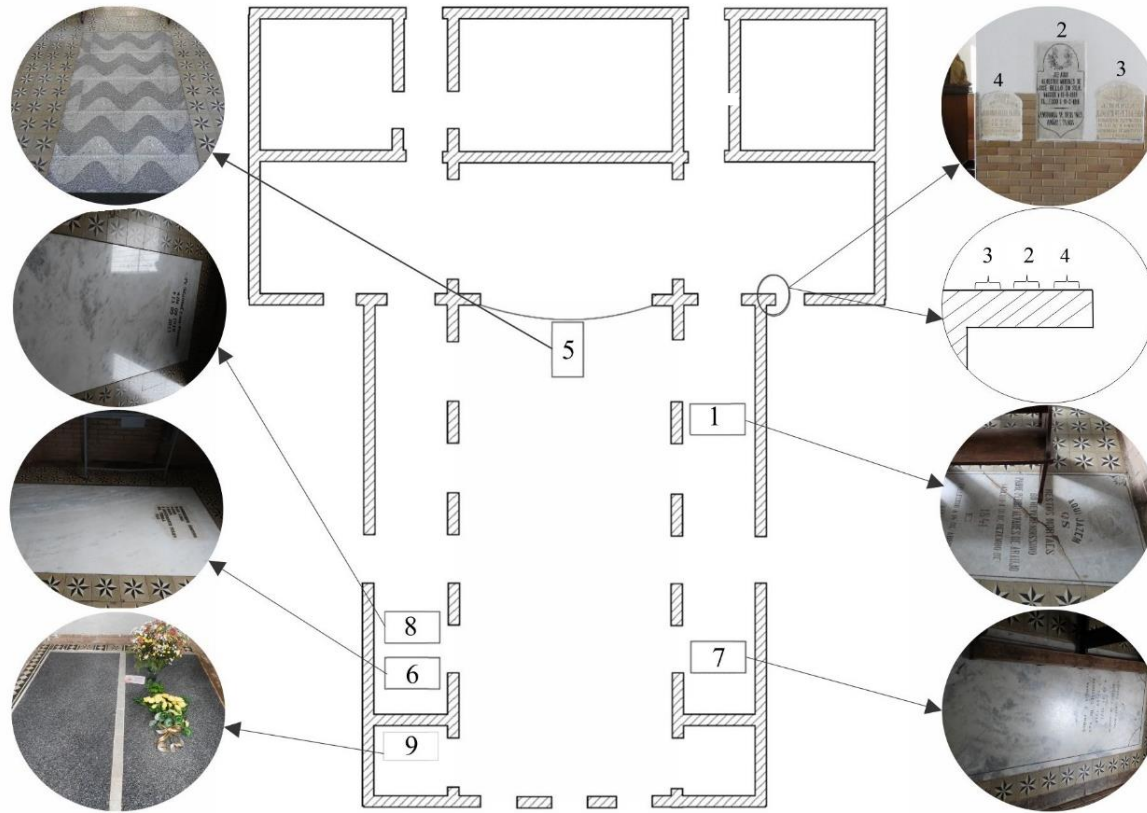
Tabela 2 - Relação de informações dos enterramentos realizados no interior da Igreja Matriz/ catedral de São Raimundo Nonato-PI.

Número Sepultamento	Nome completo	Data de Nascimento	Data da morte	Idade de falecimento	Local da sepultura(hierarquia igreja /santidade)	Local sepultura (tipo)	Dizeres da lápide	Observação
01	Padre Pedro Alvares de Araujo	31/12/1841	14/04/1909	68 anos	Nave lateral direita (lateral nave central)	Piso	“Aqui jazem is restos mortaes do reverendissimo Padre Pedro Alvares de Araujo Nascido a 31 de dezembro de 1841 e fallecido a 14 de abril de 1909”	Padre
02	José Bello da Silva	13/08/1889	10/03/1918	29 anos	Transepto direito (Prox. ao altar-mor)	Jazigo perpetuo (parede)	“Jaz aqui os restos mortaes de José Bello da Silva Nascido a 13-8-1889 Fallecido a 10-3-1918 Lembrança de seus paes irmãos e filhos.”	Fiel
03	Carlota Bello da Silva	01/12/1861	07/06/1934	73 anos	Transepto direito (Prox. ao altar-mor)	Jazigo perpetuo (parede)	“Jazigo perpetuo de Carlota Bello da Silva nascida em 1º de dezembro de 1861 Fallecida em 07 de junho de 1934, lembrança de seu esposo e filhos.”	Fiel
04	Jeronimo Bello da Silva	01/10/1858	18/09/1946	88 anos	Transepto direito (Prox. ao altar-mor)	Jazigo perpetuo (parede)	“Aqui descança Jeronimo Bello da Silva 1º-10-1858 18-9-1946. Saudades de seus filhos e netos.”	Fiel

05	Dom Inocencio Lopez Santamaria	28/12/1874	09/03/1958	83 anos	Nave central (frente ao altar-mor)	Piso		Bispo
06	Monsenhor Nestor Dias Lima	1916	1992	76 anos	Nave lateral esquerda (lateral nave central)	Piso	“Monsenhor Nestor Dias Lima 1916 1992 1 sacerdote filho da terra Pax”	Monsenhor
07	Conego Raimundo Tavares de Araujo	19/04/1922	31/08/1999	77 anos	Nave lateral direita (lateral nave central)	Piso	“Conego Raimundo Tavares de Araujo *9 04 1922 31 08 1999 Saudades de sua familia e amigos.”	Conego
08	Pe. Manuel Lira Parente	04/09/1919	13/09/2015	96 anos	Nave lateral esquerda (lateral nave central)	Piso	“Pe Manuel Lira Parente 04 09 1919 13 09 2015”	Padre
09	Dom Cândido Lorenzo Gonzalez	23/09/1925	17/12/2019	94 anos	Espaço lateral a esquerda da nave central.	Piso		1º Bispo diocesano (bispo emerito)

Fonte: Elaborado pela autora.

Imagem 40 - Esquema ilustrativo dos enterramentos em ordem cronológica e espacial.



1. Padre Pedro Alvares de Araújo
2. José Bello da Silva
3. Carlota Bello da Silva
4. Jerônimo Bello da Silva
5. Dom Inocêncio Lopéz Santamaria
6. Monsenhor Nestor Dias Lima
7. Conego Raimundo Tavares de Araújo
8. Pe. Manuel Lira Parente
9. Dom Cândido Lorenzo Gonzalez

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados sobre a disposição temporal e espacial dos sepultamentos, podemos perceber que a própria localização das inumações indica a agência do templo, e sua capacidade de influenciar a ação de outros seres (neste caso tanto os seres humanos vivos, responsáveis pelos enterramentos, quanto dos seres humanos mortos). Isto porque, segundo a bibliografia (CUNHA, 2017; OLIVEIRA, 2018), a disposição dos sepultamentos dentro dos templos cristãos tende a estar associada à “santidade” dos diferentes espaços que compõe as igrejas. Assim sendo, pessoas de famílias abastardas buscavam contribuir para a construção e manutenção dos templos para conquistar o direito de terem seus restos mortais sepultados nestes locais, que, majoritariamente, estão reservados a pessoas do alto escalão da igreja ou com grande associação com o templo. Acreditamos que isso pode ter sido algo considerado na realização desses enterramentos na Catedral de São Raimundo Nonato, e poderia explicar o motivo dos sepultamentos mais antigos estarem localizados próximos ao altar-mor (um dos locais de maior santidade na hierarquia do templo). Visto que, nessa área estão sepultados um dos primeiros padres dessa igreja, um bispo, e três membros de uma família com grande poder político-econômico. Além disso, é importante destacar que o sepultamento de Dom Inocêncio se localiza no local de maior visibilidade e tráfego de pessoas, em frente ao altar-mor, provavelmente na intenção de destacar e rememorar constantemente a figura desse religioso que foi muito significativo a história da igreja e região. Por sua vez, além dos fatores cronológicos, o sepultamento dos demais religiosos em locais mais distantes do altar-mor poderiam se relacionar exatamente ao intuito de santificar determinados espaços.

É de se destacar que nos registros apresentados, e como é de se esperar em um templo religioso, se encontram inúmeras imagens e objetos sacros alocados no interior da edificação. Esse levantamento não ocorreu de forma mais aprofundada em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus, onde tivemos que readaptar nossas práticas, posturas e inclusive a forma de concretizar essa pesquisa. Esperamos num momento futuro efetua-lo pois temos consciência de sua importância para esse híbrido, que é o templo de São Raimundo Nonato-PI. Foi exatamente no intuito de mapear as conexões de rede entre os seres que analisamos sua parte arquitetônica, a funcionalidade de seus espaços, demais elementos que a compõem como pisos, bancos entre outros e em sequência iremos discutir a forma em que esses espaços

estão organizados e como essa organização influi nas formas de deslocamento e interação entre os seres.

4.1.2 Estruturação espacial

Nesse tópico discutiremos a espacialidade do templo, não considerando somente a sua função, mas dando foco as questões que por vezes estão implícitas e que podem ser destacadas por meio de análises, como é o caso da análise gama e dos gráficos analíticos de visibilidade. Concordamos em muito com a afirmação de que o objetivo da construção não se trata de suas paredes físicas mais dos seus espaços, como foi destacado por Hillier e Hanson (1984). Apropriando-nos desse ponto de vista consideramos que esses mesmos espaços podem nos trazer informações valiosíssimas de como as relações das pessoas foram e são direcionadas, influenciadas pela forma em que esses espaços foram pensados e concretizados por seus construtores. Sendo que, poderemos também auferir informações relacionadas aos interesses construtivos, como anteriormente apresentado no tópico de “materiais e métodos” - análise gama”. A partir da planta baixa, que foi utilizada para elaboração do mapa gama e gráficos de visibilidade da edificação, poderemos compreender se o objetivo maior seria a liberdade ou restrição de movimento, a integração das categorias sociais, ou mesmo que um aumento da privacidade e segregação dessas mesmas categorias.

Para iniciar essa empreitada, que teve como objetivo inicial identificar a visibilidade da construção, nos dedicamos a elaboração do gráfico de visibilidade, que esquematiza os espaços (células) classificando-os em abertos ou fechados. Essa mesma forma de análise já dá suporte para a análise gama que foi elaborada posteriormente.

Para esquematizar o mapa gama da catedral de São Raimundo Nonato fizemos uso da planta baixa anteriormente elaborada. Recapitulando, na representação da organização espacial de uma determinada edificação, fazem-se uso dos círculos para representar os espaços, linhas representando as conexões e círculo com cruz no meio (espaço externo). Além disso, no mapa gama justificado considera se também os níveis de acesso a essa edificação, colocando os espaços de níveis iguais em paralelo. Os níveis, como apresentado, são os espaços a serem percorridos, cada novo espaço a ser utilizado para chegar a outro representa um novo nível.

É importante destacar também que os espaços ou células são os locais delimitados que possuem distinções entre si, dessa maneira, no geral, são considerados espaços (células) as salas cobertas, mas não somente elas, no sentido de que, podem ocorrer áreas de atividades distintas dentro de uma mesma sala e essas delimitações podem vir manifestas sobre a forma de materiais diferentes que foram empregados para delimitá-la, por exemplo. Podendo considerar como delimitações de espaços distintos os denominados limites físicos, como paredes que não vão até o teto, portas entre outros elementos que não somente envolvem custos extras para sua execução como também tem como finalidade constranger o movimento, o deslocamento, a liberdade e a interação social (BLATON, 1994). É nessa lógica de encarar os espaços, que ao elaborar os gráficos, os corredores de acesso ao templo e pátio¹⁵⁶ localizados na parte detrás da edificação foram considerados como espaços delimitados (células), por possuírem características próprias. No caso do corredor esquerdo, o mesmo possui material de piso diferenciado, o seu espaço é delimitado por uma parede com a abertura que serve de porta, já no corredor direito na parte interna possui porta e na externa, de acesso ao pátio, uma pequena porteira, nesse caso, vê-se um interesse explícito de indicar por meio do uso desses “obstáculos” que o deslocamento não deve ocorrer por aquele local (Imagem 41 e 42).

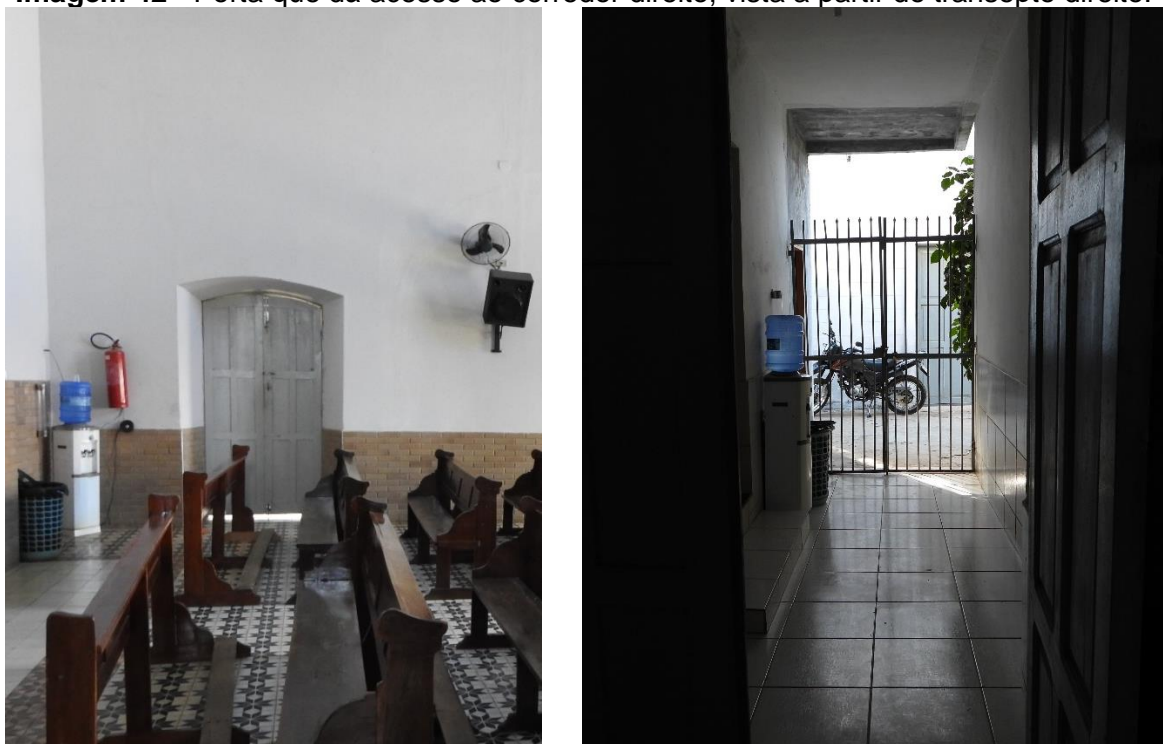
¹⁵⁶ O pátio se localiza na parte detrás da edificação e dá acesso aos cômodos finais do templo e também ao prédio lateral a igreja, onde funciona o colégio, se constitui como um pátio compartilhado entre a igreja e essa outra edificação.

Imagem 41 - Corredor esquerdo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Imagem 42 - Porta que dá acesso ao corredor direito, vista a partir do transepto direito.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019 (imagem esquerda) e agosto de 2021 (imagem direita).

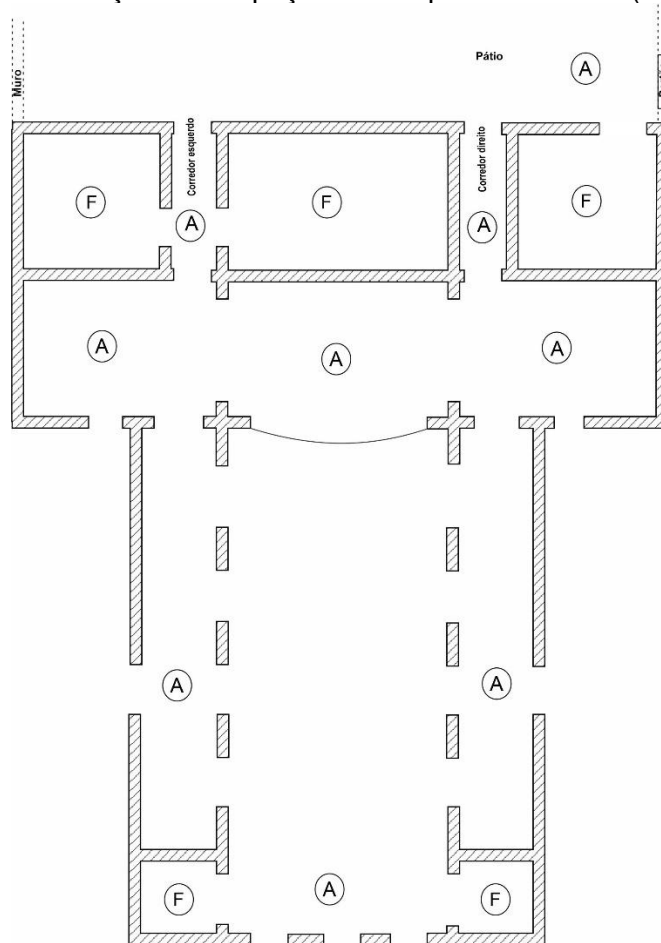
De posse dessas informações foi possível construir os gráficos analíticos de visibilidade e mapa gama justificado da matriz/ catedral de São Raimundo Nonato como será apresentado abaixo.

Para construir o gráfico com foco na visibilidade é necessário classificar os espaços quanto a serem abertos ou fechados. Nesse momento da análise, além da estrutura interna consideramos também o ambiente externo (transportador) e o entorno, ou seja, o pátio posterior do templo, muro, etc. que influi nas formas em que as pessoas irão adentrar a edificação se considerarem essas vias de acesso.

Antes de discutir as questões que essa representação nos traz de relevante, é importante considerar que o gráfico de visibilidade no seu sentido original e como foi elaborado como método pressupõe uma forma de estudo e representação bem mais complexa, que inclui medições da estrutura para o estabelecimento de isovistas, que representam a visibilidade dos espaços a partir de um determinado ponto, dando destaque as áreas das quais não se tem visão (NOGUEIRA, 2004; TUNER, 2001; HILLIER e HANSON, 1984). Portanto, adequando aos nossos objetivos da pesquisa, o mais indicado foi fazer uso das colocações adaptando a nossa realidade, no sentido de classificar os espaços (células) como abertos ou fechados (Imagem 43), e isso em si já dá suporte a uma série de discussões que serão importantes quando adentrarmos na análise gama.

Nesse sentido, a planta baixa apresenta a seguinte configuração:

Imagem 43 - Classificação dos espaços do templo em abertos (A) e fechados (F).



Fonte: Elaborado pela autora.

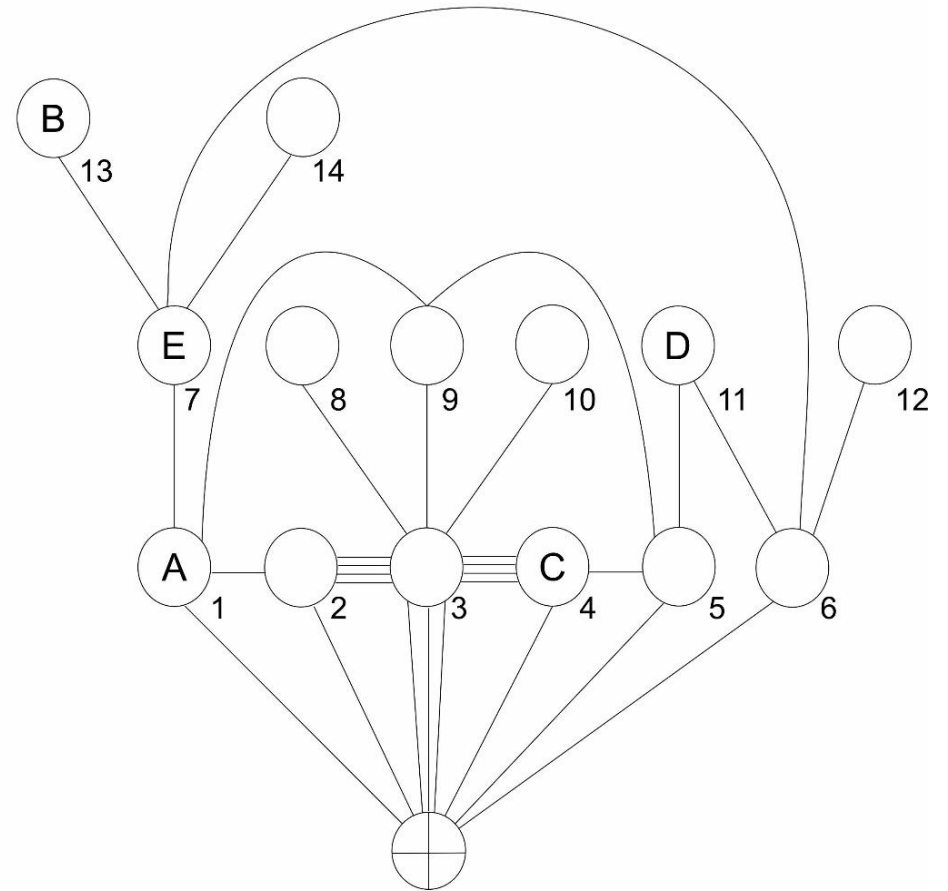
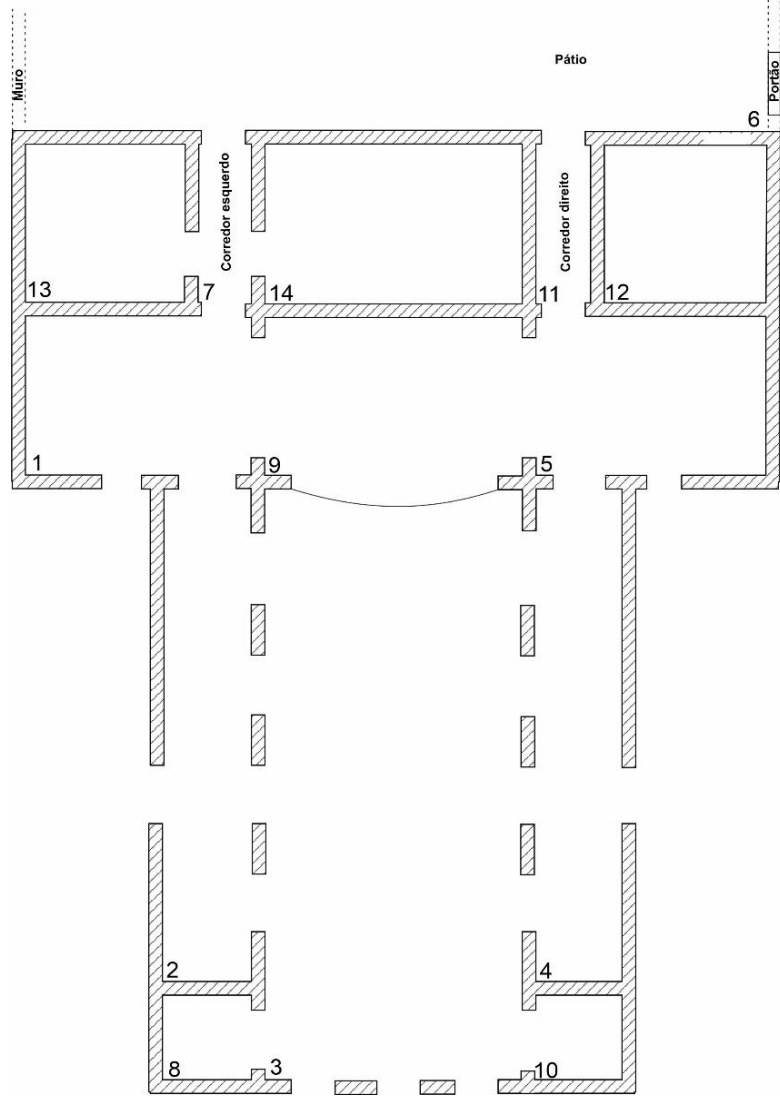
No esquema acima os espaços com uma única entrada ou acesso foram considerados como fechados e representados por um círculo com a letra (F), já os espaços com mais de um acesso recebem a denominação de abertos e são indicados por um círculo com a letra (A). A partir da análise desse esquema é verificado que dos 14 espaços identificados no templo em sua maioria são espaços abertos, ou seja, com mais de um acesso, somente 5 espaços são fechados. Os espaços abertos, que predominam no templo, são os que possuem mais de uma abertura, ou seja, mais de uma forma daquele espaço ser acessado, implicando assim numa maior facilidade de acesso. Em contrapartida um espaço fechado é mais restrito, pois só há uma abertura no mesmo, por onde as pessoas necessariamente devem passar, ou seja, o movimento nesse caso é mais direcionado, controlado e restrito. De antemão podemos observar que os espaços abertos são os de uso mais público e coletivo, são as naves, transeptos, pátio e corredores. Já os fechados são destinados a funções

específicas como anexos (sepultamento no esquerdo e imagens sacras no direito), sacrário, sacristia e secretaria.

A classificação dos espaços apresentada acima, facilitou a elaboração do mapa gama. De início a partir da indicação dos espaços abertos e fechados mapeamos as conexões e relações entre eles, que foram representados por linhas e resultaram no esquema abaixo (Imagem 44). A forma que esse gráfico está organizado recebe a denominação de mapa gama justificado, e pressupõe que todos os espaços com mesma profundidade¹⁵⁷, sejam alinhados paralelamente.

¹⁵⁷ cada espaço a ser acessado conta um nível (um passo), ou seja, os espaços com ligação direta com o transportador aparecem no primeiro nível

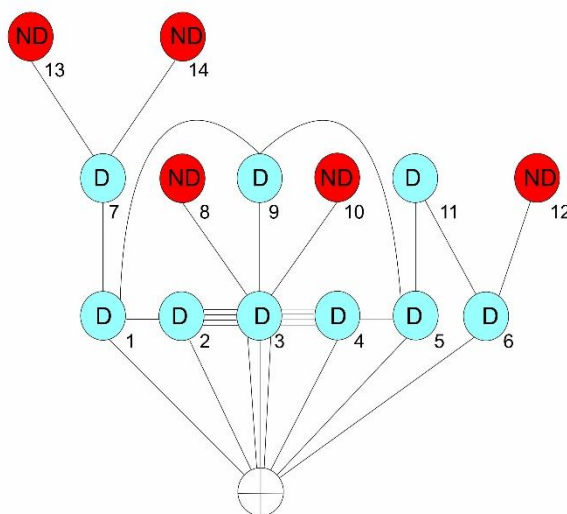
Imagem 44 - Numeração dos espaços da planta baixa e mapa gama justificado.



Fonte: Elaborado pela autora.

A própria classificação dos espaços (células) em abertos e fechados coincide com a classificação em relações distributivas, não distributivas respectivamente. E nesse sentido, se fizermos uso do mapa gama resultante destacando as relações distributivas (abertas) e não-distributivas (fechadas) o esquema se apresentara da seguinte forma (Imagem 45):

Imagem 45 - Mapa gama justificado com destaque nos espaços distributivos (azuis) e não-distributivos (vermelhos).



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do esquema elaborado e acima representado podemos observar que a igreja matriz-catedral é composta, em sua maioria, por espaços do tipo distributivos, ou seja, abertos. E isso é um padrão verificado em toda a edificação, porém de forma distinta, no sentido de que, alguns espaços possuem mais entradas, acessos e são mais integrados entre si do que outros. Com relação a isso, podemos identificar a recorrência de um padrão de números de entradas entre naves, transeptos, corredores. O que mais chama atenção é a nave central, o espaço mais integrado do templo, possuindo 14 aberturas, rotas de acesso, conexões com distintos espaços, isso se deve ao fato da nave central ser permeada de aberturas (8) com as naves laterais, estabelecendo relação direta com as mesmas, sendo que também estabelece relação direta com altar-mor, anexos laterais e transportador (exterior). Os espaços com relações distributivas indicam a ideia de uma maior integração, uma facilidade de acesso e movimento das pessoas no interior das edificações. Portanto, os espaços classificados como distributivos são mais acessíveis por possuírem mais de uma rota para que isso ocorra, e isso implica também em um controle mais difuso. Elaboramos

o esquema abaixo (Tabela 3) que demonstra os números de acessos dos demais espaços distributivos, no esquema não aparecem os espaços não-distributivos por estes serem possuidores de somente um acesso, e por isso recebem essa denominação.

Tabela 3 - Classificação de aberturas (acessos dos espaços distributivos-abertos).

Numeração	Função	Quantos acessos?
3	Nave central	14
2	Nave lateral esquerda	6
4	Nave lateral direita	6
1	Transepto esquerdo	4
5	Transepto direito	4
6	Pátio	4
7	Corredor esquerdo	4
9	Altar-mor	3
11	Corredor Direito	2

Fonte: Elaborado pela autora.

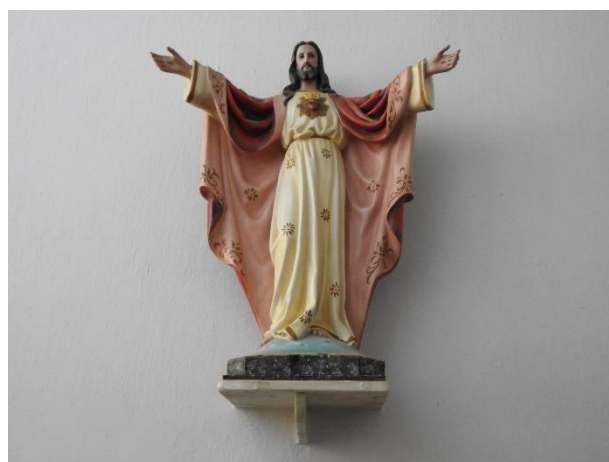
Se os espaços distributivos são os que possuem um menor controle de acesso, um intuito maior de integração, de facilidade de acesso, deslocamento e movimento, os espaços não distributivos constituem-se como os locais que possuem um maior controle de acesso, é um ambiente controlado, pois o deslocamento até ele só é possível por uma única rota (entrada). Essa tipologia de espaço ocorre em menor quantidade no templo, dos 14 espaços definidos somente 5 são não-distributivos. São os espaços destinados aos anexos laterais a nave central¹⁵⁸, sacrário, sacristia e secretaria. É claro e evidente o intuito demonstrado de controle de acesso e movimento expresso por essa configuração, desconsiderando os anexos, os demais espaços enumerados são todos localizados na parte final da edificação, e essa ideia de controle é reforçada, já que o acesso a esses espaços não é direto com relação ao exterior, é sempre necessário passar por um outro espaço para acessá-lo. As relações não distributivas demonstram a intenção de estabelecer um controle maior e mais ordenado, já que o acesso ao espaço é mais restrito e pode ocorrer somente de uma forma, por uma única rota.

O esquema organizado acima permite destacar informações relativas a simetria e assimetria da edificação, como propõe Hillier e Hanson (1984). Partindo do exterior

¹⁵⁸ Anexo esquerdo, destinado a sepultamento e anteriormente a pia batismal e objetos sacros. Anexo direito destinado a imagens de santos e demais elementos religiosos e sacros.

(transportador) como ponto de referência a edificação possui três níveis¹⁵⁹. No primeiro nível se encontram os espaços com acesso direto ao exterior, são os espaços com relações simétricas. São 6 espaços abertos (distribuídos), como vimos, com mais de uma via de acesso e com as respectivas funções: nave central, transepto direito e esquerdo, naves laterais direita e esquerda e pátio. Os referidos espaços são destinados aos frequentadores e visitantes do templo e, portanto, sua espacialidade é majoritariamente ocupada com objetos que se referem a essa função, como bancos, ventiladores, etc. Cabe destacar que além destes, diferentemente da nave central que possui somente ornatos sacros pequenos e os porta-velas, nas naves laterais se encontram alocadas imagens sacras de maiores dimensões e nos transeptos são verificados oratórios (Imagem 46 a 48).

Imagem 46 - Imagem sacra da nave lateral esquerda.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

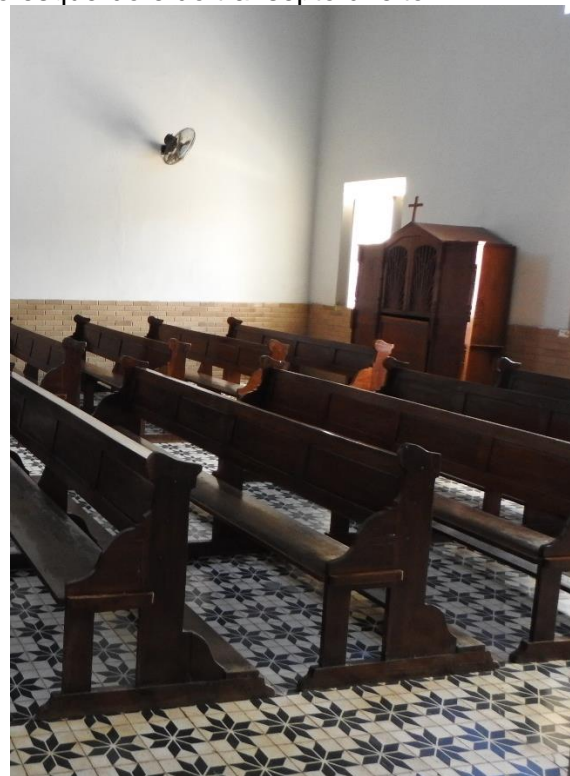
¹⁵⁹ Os níveis podem ser considerados como passos, cada espaço ser percorrido para acessar a edificação conta um passo e servira para determinar se a edificação é rasa ou profunda.

Imagem 47 - Imagem sacra da nave lateral direita.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Imagem 48 - Oratório do transepto esquerdo e do transepto direito.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Os espaços do segundo e terceiro nível são classificados como assimétricos, pois para acessá-los necessita-se passar por algum dos espaços intermediários. No

caso, para acessar os espaços do segundo nível é necessário passar pelos espaços do primeiro nível, já para chegar aos espaços do terceiro nível é necessário passar pelos espaços do primeiro e segundo nível respectivamente. No nível 2 se encontram 6 espaços, 3 distributivos e 3 não-distributivos, o altar-mor, os corredores direito e esquerdo, os anexos laterais a nave central e a secretaria respectivamente. São espaços de certa forma mais restritos destinados a funções mais específicas, e não são exclusivamente de uso público como os de primeiro nível. Excetuando se os corredores (que se constituem como espaços de passagem de pessoas) os demais espaços possuem conjuntos de objetos relacionados aos religiosos no caso sepultamento e imagens sacras nos anexos, o altar-mor com a maioria das imagens de santos e objetos sacros congregados em seu espaço, além dos objetos que o padre utiliza para celebrar a missa e a secretaria que é destinada as pessoas com funções administrativas. Os espaços de segundo nível, pode se dizer que são de uso híbrido pois como é o caso dos corredores podem ser de uso público ou dos religiosos, os anexos são espaços ocupados pelos seres humanos (sepultura) e não humanos (imagens de santos), já a secretaria é um espaço restrito as pessoas que ali trabalham, mas podendo ser acessado pelas demais pessoas quando necessário.

No terceiro nível se encontram somente dois espaços: o sacrário e a sacristia, que obrigatoriamente para acessa-los pressupõem a passagem por dois espaços distintos, para se chegar a sacristia é necessário passar pelo transepto esquerdo e corredor esquerdo ou uma outra rota seria pelo pátio e corredor esquerdo. As rotas para se chegar ao sacrário (capela do santíssimo) são as mesmas, pressupondo a passagem por esses mesmos espaços, sendo que os dois referidos espaços (sacristia e sacrário) compartilham o mesmo tipo de relação com corredor esquerdo que os subdivide, cada um localizado lateralmente a esse espaço.

Na sacristia o conjunto de objetos que são alocados em seu interior são de uso exclusivo dos padres, religiosos e outros fieis que atuam na celebração da missa ou das atividades da igreja, como por exemplo, coral, ministros da eucaristia, ministros da liturgia, coroinhas e catequistas, ou seja, esses espaços são mais restritos por terem funções específicas não destinadas ao uso público. Vale destacar, que na sacristia são armazenados os objetos litúrgicos (como por exemplo: túnicas, cálice, âmbula, luneta, bíblia, etc.).

O sacrário é o objeto (uma caixa, um cofre sagrado) onde fica somente a hóstia consagrada, ou seja, o corpo de Cristo. Normalmente o sacrário fica ou no Altar Mor

ou em um espaço reservado (na Capela do Santíssimo), com uma vela ou lâmpada acesa que simboliza a presença de Jesus Cristo; e com bancos voltados para ele, onde o fiel pode se ajoelhar ou sentar para fazer suas orações. No caso desta igreja específica, pela imagem 49, visualizamos que o sacrário fica na Capela do Santíssimo, contendo cadeiras e genuflexórios voltados para o sacrário e ao lado deste tem uma mesinha com a vela acesa.

Imagem 49 – Capela do Santíssimo: Detalhe do sacrário, cadeiras e genuflexórios.



Fonte: Acervo pessoal da autora, novembro de 2019.

Nessa segunda etapa de análise dos espaços foi possível identificar que a classificação que predomina na edificação é a assimétrica, ou seja, existem mais espaços com relações assimétricas tendo como base o transportador. Dos 14 espaços identificados 8 possuem relações assimétricas, indiretas com o exterior, necessitando da passagem por outros espaços para acessá-los. Com a relação a integração e profundidade a planta do templo é rasa, pois não possui muitos níveis, somente três, a maioria de seus espaços se distribuem horizontalmente e não de forma linear vertical ou em sucessão de acesso onde obrigatoriamente necessitaria de se passar por todos ou maioria dos espaços para se chegar ao final da edificação.

A assimetria ou estabelecimento de relações indiretas com o exterior, que predomina na estrutura pode ser considerada como indicativo de uma intenção de menor acessibilidade, pois são menos acessíveis, se considerarmos os espaços em nível 1 que são acessados diretamente do exterior, sem intermediários. Isso pode ser extrapolado para os do nível 3 que como mais profundos, são mais reservados e com certa dificuldade de chegar-se até eles. Resumindo as partes rasas são de mais fácil acesso, destinadas em sua maioria aos frequentadores e sendo a sacristia e sacrário bem mais reservadas em comparação aos anteriormente citados.

Apesar de na edificação serem verificadas todos os tipos de relações entre os espaços, distributivas, não-distributivas, simétricas e assimétricas, o que predomina e caracteriza o templo é a distributiva e assimétrica. Como um templo religioso que tem por intenção agregar e “chamar” para si o maior número de pessoas essa ideia é reforçada pelas relações distributivas, são exatamente os espaços destinados as celebrações (missas) que são de mais fácil acesso com relação ao exterior. O templo possui uma quantidade significativa de aberturas para o exterior que facilitam o acesso das pessoas em maior número de forma mais efetiva e rápida. Além das relações distributivas que possibilitam um fácil acesso do exterior ao interior do templo existem os outros níveis que delineiam o movimento e demonstram os espaços que na hierarquia seriam mais fáceis ou mais difíceis de serem acessados. Podemos exemplificar essa ideia citando os espaços destinados aos padres, religiosos e os outros fieis que atuam na celebração da missa ou das atividades da igreja, como sacristia ou o espaço destinado as funções administrativas, como secretaria. Trazendo a ideia da interação entre as categorias sociais, habitantes e visitantes, podemos constatar que os espaços públicos, mais rasos e simétricos são exatamente os dedicados a esse tipo de interação, são as naves, transeptos e pátio. Como edifício religioso o mesmo não possui habitantes, mas possui humanos em posição privilegiada de controle da edificação e acesso aos espaços não-distributivos, assimétricos e mais profundos, como é o caso de religiosos e padres. No geral, podemos concluir que como edifício religioso cumpre sua função facilitando o acesso das pessoas por meio das muitas aberturas diretamente conectadas ao exterior, e essa ideia é reforçada pelo controle difuso¹⁶⁰ dos espaços que possui. Se num primeiro nível predomina a facilidade de acesso e movimento, no interior da edificação e nos demais espaços não mais tem relação direta com o exterior e isso já indica um nível de segregação e cerceamento da integração social¹⁶¹, pois para determinada pessoa acessar esses espaços obrigatoriamente deve acessar os do primeiro nível. Portanto, esse é o padrão verificado no templo da Igreja Matriz/ catedral de São Raimundo Nonato-PI, é uma edificação na sua estrutura de fácil acesso (distributiva), bem integrada, rasa e assimétrica e esse será um parâmetro comparativo que iremos

¹⁶⁰ O controle é muito maior quando se tem somente uma abertura. Já quando se tem muitas aberturas, muitas rotas de acesso a um mesmo espaço esse controle é difuso.

¹⁶¹ Que predominam nos espaços simétricos.

considerar nas demais igrejas estudadas, com o intuito de verificar as recorrências e divergências na espacialidade das mesmas.

Cabe destacar que as noções de facilidade ou restrição de acesso, integração ou segregação é em muito fomentada pelo conjunto de objetos que possui e de certa forma reforçam as interpretações destacadas. Portanto nos espaços abertos, distributivos e simétricos são equipados majoritariamente por objetos não-sacros, de uso público e comum como bancos, ventiladores, porta-velas, alguns ornatos com imagens sacras de menor dimensão. Portanto tanto o espaço é de mais fácil acesso como o conjunto de objetos que detém são mais públicos, ou seja, atuam no acolhimento do público mais não agem diretamente nos rituais religiosos.

Já os espaços fechados, não distributivos e assimétricos são os que possuem funções mais específicas com conjuntos de objetos relacionado aos padres e religiosos, como imagens sacras de maiores dimensões e a sacristia. A Capela do Santíssimo e por consequência o sacrário, deve em sua essência estar e propiciar um espaço de tranquilidade, silêncio e acolhimento, onde os fiéis têm acesso livre para realizarem suas orações individuais, tendo assim, o momento e espaço para um contato particular e íntimo com o Santíssimo. É o próprio significado do espaço que o torna ao mesmo tempo um espaço de acesso restrito e livre. Ou seja, fisicamente, este espaço foi construído para ser restrito, ou melhor, reservado, mas na prática, seu acesso é livre. Cabe salientar também que o altar-mor é um espaço que representa bem como não é somente os parâmetros sintáticos arquitetônicos que delineiam como as relações entre pessoas e outros seres iram ocorrer.

O altar-mor é classificado como espaço aberto e distributivo, ou seja, não há barreiras físicas e limites que impossibilitariam o livre deslocamento por seu espaço, o que ocorre, portanto, é que esse espaço é de uso mais exclusivo dos padres e religiosos que executam as celebrações, e mesmo quando elas não estão ocorrendo as pessoas tem um certo cuidado de acessar esse espaço. A par disso podemos propor a existência de uma barreira simbólica que delimita o altar como espaço sagrado e mesmo não tendo barreiras físicas seu acesso é restringido pelas regras implícitas a que um templo católico está sujeito.

A partir de todas essas colocações que finalizamos nessa pesquisa a análise do templo de São Raimundo Nonato-PI e em sequência adentramos aos demais templos abarcados pela pesquisa.

4.2 IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA (SÃO JOÃO DO PIAUÍ)

Nesse tópico nos dedicaremos inicialmente a análise externa com foco na fachada principal do templo, em seguida contextualizamos os elementos que dão suporte a discussão do histórico de vida dessa edificação e posteriormente como se organiza e estrutura a sua espacialidade.

4.2.1 Análise externa (fachada)

Dando continuidade as análises das igrejas, nesse momento nos dedicaremos a análise do templo da Igreja Matriz São João Batista (Imagem 50), localizado na cidade de São João do Piauí¹⁶². É de se destacar que desde o primeiro contato com a referida igreja se nota prontamente a semelhança arquitetônica com o templo de São Raimundo Nonato-PI. Inclusive essa semelhança entre elas, inicialmente, foi o que nos motivou a desenvolver um estudo sobre o conjunto construtivo idealizado por Frei Henrique José Cavalcante. Temos consciência de que cada edificação estudada constitui um ser híbrido único e singular, porém é inegável a aparente similaridade entre os elementos arquitetônicos/construtivos escolhidos e empregados para execução dessa edificação.

Imagem 50 - Igreja Matriz de São João Batista, São João do Piauí.

¹⁶² De acordo com o Padre Leonisio Lira Leal a Igreja de São João do Piauí foi erigida sob devoção a São João Batista (Comunicação pessoal realizada no dia 11 de maio de 2021). São João Batista também é o padroeiro da cidade (PORTAL MEIO NORTE (Youtube), 2015).

São João Batista nasceu em Aim Karim, Israel, distante cerca de 6km de Jerusalém. Seu pai foi Zacarias e sua mãe Santa Isabel, prima de Maria Mãe de Jesus. Sua missão foi a de pregar a conversão e arrependimento dos pecados por meio do batismo. Seu nome faz referência a função que desenvolveu, “João, aquele que batiza”. São João Batista foi um dos personagens importantes no novo testamento, sendo o precursor de Jesus, anunciando sua vinda e salvação. São João Batista é o primeiro mártir da igreja, sendo o último dos profetas. Sua festa é celebrada em 24 de junho (CRUZ TERRA SANTA, s.d.).



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

A primeira fase de análise teve como objetivo identificar as características e elementos arquitetônicos e construtivos presentes na fachada principal do templo. Tendo como base o levantamento anteriormente realizado na Igreja Matriz/ Catedral de São Raimundo Nonato, podemos destacar os seguintes elementos identificados no templo de São João Batista (Tabela 4). Em sequência apresenta-se a localização na fachada (Imagem 51) desses elementos e posteriormente damos foco a contextualização e caracterização dos mesmos.

Tabela 4 - Elementos arquitetônicos e construtivos identificados na fachada da Igreja Matriz São João Batista.

Nº	Elemento	Nº	Elemento
1	Frontão	13	Pilastra
2	Empena (Frontão)	14	Base (Pilastra)
3	Tímpano (Frontão)	15	Fuste (Pilastra)
4	Grimpa	16	Capitel (Pilastra)
5	Brasão	17	Embasamento
6	Campanário	18	Arco abatido
7	Sino	19	Arco Pleno
8	Relógio	20	Imposta
9	Flecha	21	Cercadura
10	Coruchéus	22	Guarnição
11	Tramos	23	Cornija
12	Cunhal	24	Cimalha

Fonte: Elaborado pela autora.

Imagem 51 - Elementos arquitetônicos e construtivos identificados na fachada da Igreja Matriz São João Batista, São João do Piauí.

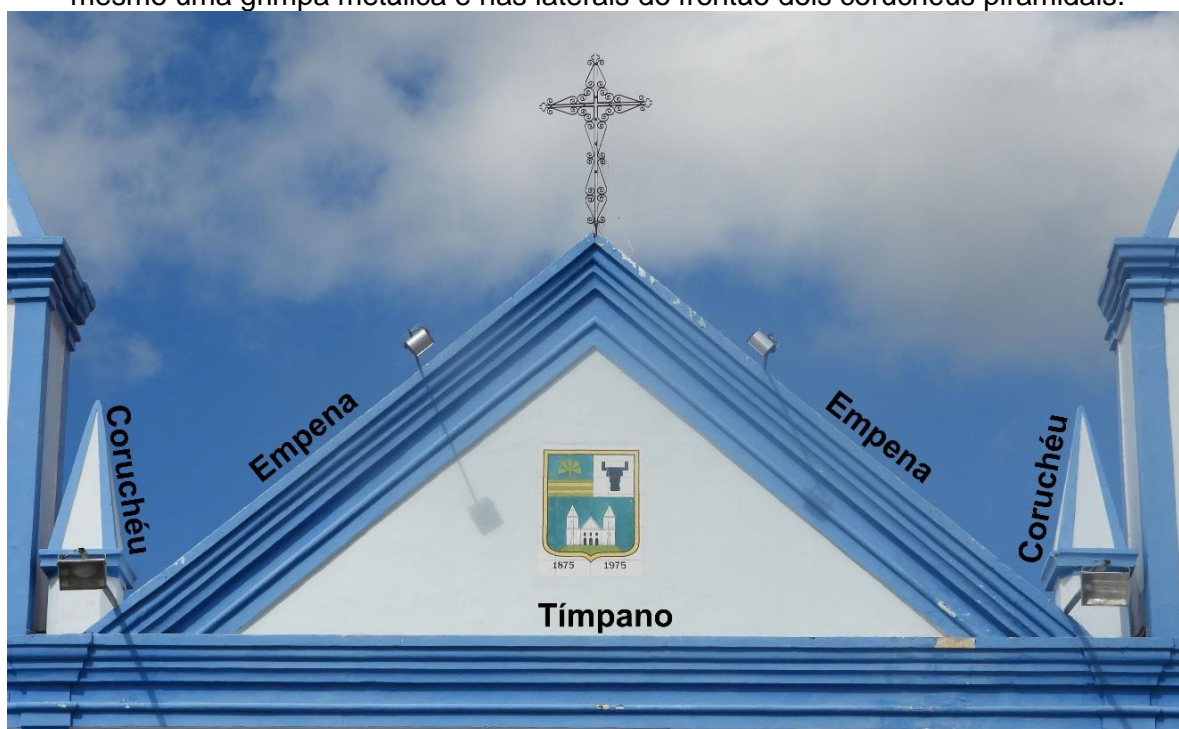


Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

A esquematização desses elementos em tabela e imagem demonstra-nos, realmente, a semelhança arquitetônica entre os templos, pois, quase todos os elementos identificados em um templo são verificados no outro, o que muda, como será apresentado em seguida, é a disposição dos mesmos na fachada.

Iniciando, pois, a caracterização dos elementos identificados, podemos citar o frontão (Imagem 52). Assim como no templo anterior, é em formato clássico triangular, também chamado piramidal ou retilíneo. Segundo a bibliografia este tipo de elemento arquitetônico funcionava como arremate aos telhados de duas águas ou com fins decorativos. Na classificação identificamos também as suas partes constituintes, a saber, as empenas que são os lados inclinados, o tímpano (porção central) e cimalha que delimita a base horizontal (ALBERNAZ e LIMA, 1998a).

Imagem 52 - Destaque ao frontão da igreja (e suas partes constituintes). Acima do mesmo uma grimpa metálica e nas laterais do frontão dois coruchéus piramidais.

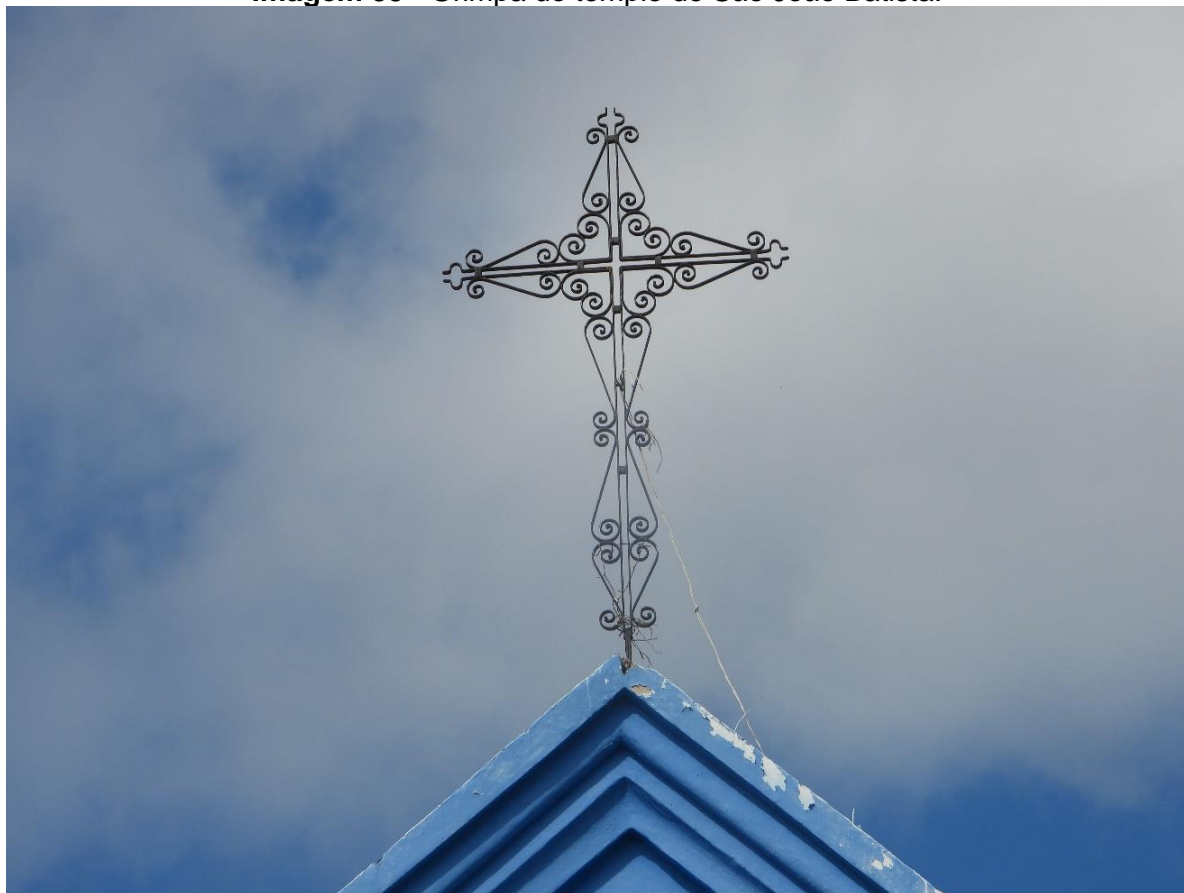


Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Com relação a grimpa (Imagem 53), diferentemente do templo anterior que possui três grimpas uma sob cada torre sineira e uma sobre o frontão, no templo de São João Batista é verificado somente uma única grimpa, localizada sobre o frontão. A grimpa, elemento ornamental metálico, nesse caso, representa a simbologia de uma

cruz latina estilizada, nas edificações antigas poderiam assumir distintas formas¹⁶³ e simbologias (ALBERNAZ e LIMA, 1998a).

Imagem 53 - Grimpa do templo de São João Batista.

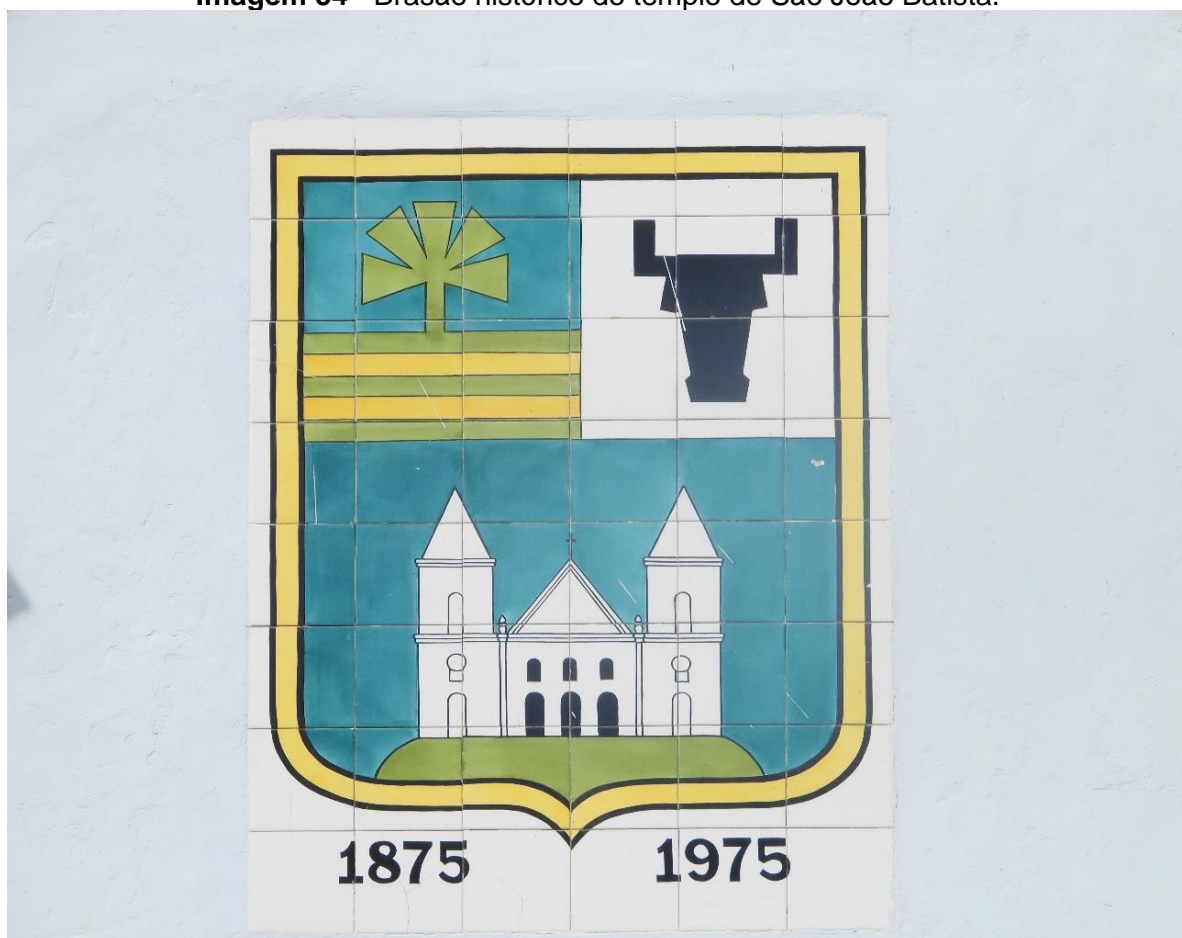


Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

No centro do frontão se encontra a figura emblemática do brasão histórico da cidade (Imagem 54). O Brasão foi instalado no centenário da igreja (1875-1975), a pedido do Pe. Solón, e seus símbolos rememoram as riquezas do município e a figura da igreja. Segundo o relato de Dona Espedita Alves das Mercês¹⁶⁴ o brasão traz representado a figura da carnaúba que na época era um produto muito valorizado, abaixo da mesma as listras verdes e amarelas fazem referência a bandeira piauiense, a cabeça de um bovino está relacionada a criação de gado que contribuía significativamente como fonte de renda do município e na parte inferior da figura a imagem do templo de São João Batista.

¹⁶³ Cruz, galo, lua, estrela, etc. (ALBERNAZ E LIMA, 1998a).

¹⁶⁴ Moradora da cidade, que durante conversas informais nos forneceu informações sobre o referido brasão em 11 de maio de 2021.

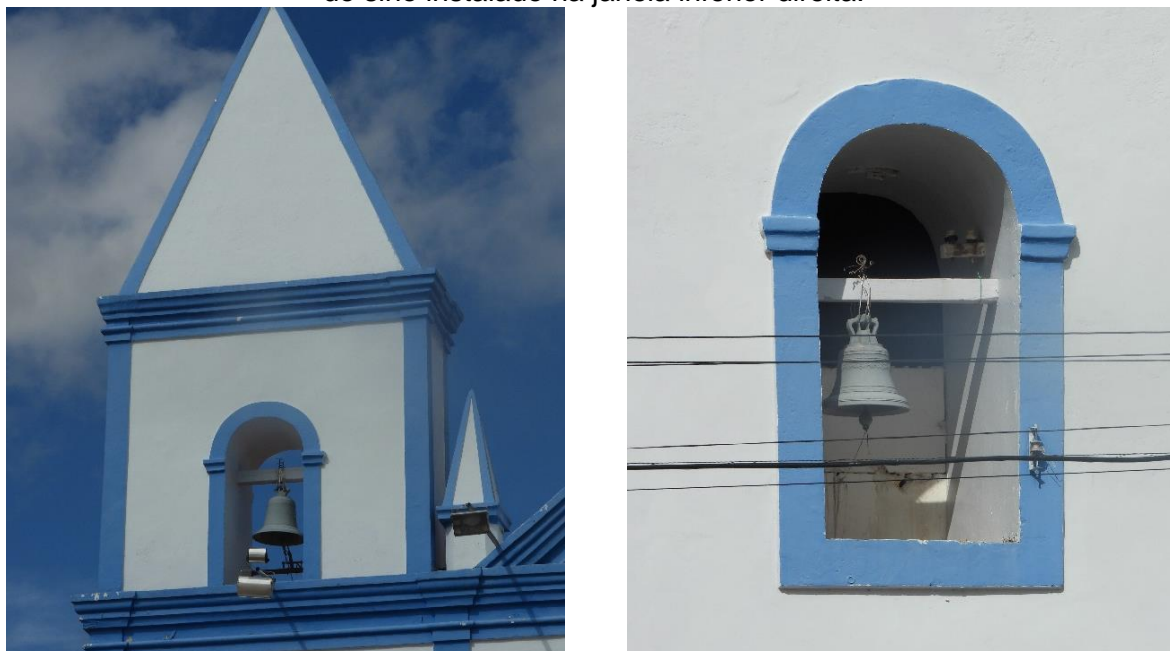
Imagem 54 - Brasão histórico do templo de São João Batista.

Fonte: Acervo da autora, maio de 2021.

A fachada do templo apresenta características típicas do estilo colonial, com duas torres sineiras (campanários) no mesmo plano da composição central (ALBERNAZ e LIMA, 1998a). As torres destinadas aos campanários estão dispostas uma em cada lateral da fachada. Todavia, chama a atenção que apenas uma delas (a da esquerda) apresenta o sino instalado no campanário. Sendo que o outro sino está localizado na parte baixa da fachada na porção superior da linha de janelas (primeira janela ao lado direito). Os sinos (Imagem 55) foram incorporados a fachada em um momento posterior, porém, por meio dos relatos orais não foi possível identificar a data do ocorrido. Outra particularidade do templo é um relógio localizado na última janela do lado esquerdo (Imagem 56). Esse ornato também foi incorporado a fachada do templo após sua construção, segundo Padre Leonisio Lira Leal¹⁶⁵, o referido relógio era do tipo movido “a corda”, no período em que não se tinha energia elétrica dava-se corda ao relógio e os sinos eram acionados e controlados por esse relógio.

¹⁶⁵ Pároco da Paróquia de São João Batista, São João do Piauí. Comunicação pessoal realizada no dia 11 de maio de 2021.

Imagem 55 - Sino instalado no campanário da torre (tipo piramidal) esquerda, e detalhe do sino instalado na janela inferior direita.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 56 - Relógio da fachada do templo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

As torres sineiras são arrematadas com um coroamento de tipologia piramidal (triangular) que também pode ser denominado flecha. No templo de São Raimundo Nonato ao lado da flecha são encontrados arremates ornamentais denominados

coruchéus ou pináculos¹⁶⁶. Diferentemente deste, no templo de São João Batista esses coruchéus são localizados lateralmente ao frontão (destacados na imagem 52). É importante destacar que o templo de São Raimundo Nonato, quando construído, possuía coruchéus semelhantes a esse e que depois foram removidos e em seu local foram instalados alto-falantes. Os coruchéus da Igreja de São Joao Batista são de maiores dimensões, relativamente mais simples, que os encontrados ao lado das flechas em São Raimundo Nonato, e também de tipologia piramidal.

O corpo retangular da fachada é dividido em três tramos (Imagem 57), seguindo o mesmo padrão do outro templo, os tramos são as faixas verticais compreendidas entre elementos arquitetônicos, no caso cunhais e pilastras. Os cunhais são as faixas sobressalentes localizadas nas extremidades da fachada, delimitando o ponto de encontro entre as duas paredes, da frente do templo e da lateral. É um elemento que funciona como proteção da quina da edificação e como elemento ornamental. Já as pilastras são elementos decorativos com forma de pilar, semi-embutido na parede. Esse elemento é tipicamente utilizado nas construções antigas coloniais. A pilastra se divide em base, fuste e capitel, esses elementos componentes da pilastra foram delimitados no esquema ilustrativo inicial (ALBERNAZ e LIMA, 1998b).

¹⁶⁶ Os coruchéus ou pináculos podem ser de várias tipologias e materiais, esse tipo de ornato foi muito utilizado nas edificações antigas (ALBERNAZ e LIMA, 1998a).

Imagem 57 - Detalhe dos tramos, cunhais e pilastras do templo de São João Batista.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021

No tramo central se verifica a presença da maior parte dos elementos, sendo ele composto por uma linha de três portas na parte inferior e três janelas na parte superior. Cada tramo lateral possui uma janela na parte superior (sendo que a do tramo esquerdo está com o relógio e a do tramo direito com o sino), e a guarnição similar a das portas do tramo central. De acordo com os relatos e amparados pelas evidências fotográficas e imagéticas pressupomos que as guarnições localizadas nos tramos laterais, foram elementos incorporados à fachada ainda no momento de construção do templo, sendo um elemento ornamental, e não de supressão de uma passagem (porta).

Na parte inferior da fachada existe outro elemento que a delimita, ele recebe o nome de embasamento, no caso desse templo o mesmo é feito com pedras. O embasamento tem por uma das funções a proteção da edificação e por esse motivo muitas vezes é feito de material resistente, como a pedra (ALBERNAZ e LIMA, 1998a).

Podemos também classificar os arcos das portas e janelas com relação a sua tipologia (Imagem 58). Dessa maneira, os arcos das portas, janelas do tramo central e molduras nos tramos laterais podem ser classificados como arcos abatidos. Os arcos abatidos constituem-se como um arco de curvatura menos acentuada¹⁶⁷, muito utilizado nos finais do século XIX (ALBERNAZ e LIMA, 1998a). Já os demais arcos

¹⁶⁷ “arco formado por círculos de raios diferentes entre si, sendo sua flecha menor que a metade da distância entre seus pontos de origem. Foi usado nos vãos de esquadrias em construções influenciadas pelo romantismo em finais do século XIX (...). É também chamado de arco em asa de cesto, arco de sarapanel, arco policêntrico, arco de volta abatido ou arco de geração (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 46).

são plenos e podem ter uma variação, que é a presença da imposta. Os arcos plenos¹⁶⁸ com imposta estão presentes nas aberturas das torres sineiras e na janela do tramo direito onde se localiza o sino. O único arco pleno sem imposta é o da janela do tramo esquerdo onde se encontra o relógio, provavelmente a imposta foi retirada ao anexar o relógio que como vimos ocorreu num momento posterior. O que caracteriza o arco pleno é sua curvatura acentuada, formando uma semicircunferência, assim como o arco abatido, o arco pleno foi muito utilizado no século XIX. As impostas, no entanto, são ornatos que servem de moldura e se situam, nas antigas construções, apoiadas sobre a verga de portas ou janelas, que são encimadas por um arco (ALBERNAZ e LIMA, 1998a).

Imagem 58 - Classificação dos arcos do templo de São João Batista.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Outros elementos arquitetônicos comuns aos templos estudados é a cercadura e guarnição. Elas funcionam como arremates, adorno e ornamento de determinados elementos arquitetônicos, e isso em si gera a diferença na denominação. A cercadura

¹⁶⁸ “arco em forma de uma semicircunferência, tendo, portanto, sua flecha igual ao raio que serviu para traçá-lo. Foi utilizado na arquitetura brasileira em vãos de portas e janelas a partir do século XIX (...). É também chamado de arco de plena volta, arco de meio-ponto, arco semicircular, arco de pleno cimbrio e arco de círculo redondo” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p.50).

delineia elementos arquitetônicos e quando ela vem arrematando portas e janelas recebe o nome de guarnição (ALBERNAZ e LIMA, 1998a). A moldura que se assemelha a de portas nos tramos laterais foi classificada como guarnição apesar de não delinear uma porta, por esse motivo no esquema ilustrativo sua numeração veio antecedida pelo símbolo do asterisco (*).

Delimitando o retângulo da fachada se encontra a cornija (formada por cimalha, lacrimal e sófrito), que se caracteriza como sendo um conjunto de molduras, um arremate que emoldura as paredes externas, mais precisamente as fachadas, gerando uma saliência (Imagem 59). Essas molduras que servem para arrematar também elementos arquitetônicos ou o próprio edifício, podem situar-se no alto ou meio da fachada tendo por objetivo auxiliar no desvio das águas pluviais (ALBERNAZ e LIMA, 1998a).

Imagem 59 - Cimalha e cornija do templo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Como podemos constatar, por meio das análises, existe uma aproximação arquitetônica entre os templos, sendo que muitos dos elementos arquitetônicos e construtivos são compartilhados pelas duas edificações. Os dois templos em conjunto resumem e refletem a intenção de escolher um formato construtivo e elementos

específicos. Em resumo, o que define e caracteriza a fachada desses templos, numa perspectiva arquitetônica, é exatamente essa simplicidade de formas e elementos como pôde ser demonstrado. A decoração é mínima e sutil, e a predominância de formas retilíneas é o padrão que impera. No templo anterior, de São Raimundo Nonato-PI, após vasta pesquisa e revisão bibliográfica, pudemos correlacioná-lo a arquitetura colonial e chã, ao estudar o templo de São João do Piauí e constatar de forma objetiva essa similaridade entre eles, não resta dúvida da filiação do templo de São João Batista também a esse estilo construtivo. Quer por motivos econômicos, de adaptabilidade ao ambiente no qual se localizam, ou por outras questões, estes templos demonstram a intenção da escolha de seus construtores por um tipo de construção mais simples e prática. Portanto, mesmo sendo templos mais recentes vê-se o interesse em empregar um tipo de arquitetura que era realizada nos primórdios da colonização.

É importante pois considerar que nessa primeira análise o foco é discutir a forma em que a edificação se encontra atualmente. Porém no decorrer de sua existência a mesma apresentou outras feições. As imagens históricas corroboram com a ideia de que esse ser não foi o mesmo no decorrer do tempo, apresentando-se de formas diversas, modificando-se ou incorporando elementos no decorrer de sua vida. E são essas questões que iremos aprofundar no próximo tópico.

4.2.2 Histórico de vida

Com relação a documentação histórica, imagética e fotográfica do referido templo, cabe ressaltar que esta é escassa. É importante pois considerar as dificuldades inerentes a época em que tais templos foram construídos, ou seja, o contexto em que se encontravam. Apesar disso, os poucos registros que dispomos são deveras importantes e a partir deles podemos destacar informações relevantes, principalmente as que dizem respeito a correlação dos templos entre si e o histórico de vida dos mesmos.

A primeira imagem (Imagem 60) apesar de não conseguirmos estabelecer a data na qual foi realizada, foi considerada a fotografia mais antiga da Igreja de São João Batista a qual tivemos acesso. Sendo possível estabelecer o ordenamento cronológico das imagens através da análise comparativa dos elementos arquitetônicos e da paisagem em torno do templo.

Imagem 60 - Imagem histórica do templo de São João Batista (19??).



Fonte: Pereira (2014).

Na imagem podemos ver que, no momento da fotografia, os sinos e o embasamento não haviam sido instalados e a cruz única que está instalada sobre o frontão, aparentemente apresenta um designer distinto daquela que está instalada no templo atualmente. Demais características arquitetônicas e construídas são as mesmas verificadas atualmente, como por exemplo, disposição e número de portas e janelas, as torres sineiras, coruchéus, cornija, cimalha e pilastras. Os únicos elementos que pela qualidade da foto não podemos constatar se já existiam são os cunhais, guarnições e cercaduras. Outro elemento que nos chama a atenção é o cruzeiro a frente do templo, bem semelhante, ao que existia em São Raimundo Nonato; ambos são uma representação da Cruz Radiosa e estavam instalados sobre uma base de forma bulbosa (Imagem 61). Além disso, observa-se que o entorno do templo é amplo e pouco ocupado, na parte detrás do templo não há a presença de edificações.

Imagem 61 - Cruzeiros dos templos de São João Batista e São Raimundo Nonato respectivamente.



Fonte: Imagem a esquerda (PEREIRA, 2016), a direita (MAIA e AMARAL, 2020a).

As duas imagens abaixo (Imagem 62 e 63) aparentemente são contemporâneas, e uma delas traz informações sobre data e o evento que estava ocorrendo naquela ocasião. Trata-se da comemoração do centenário do templo, realizada em 05/07/1975. Com relação as características arquitetônicas podemos observar que neste momento os sinos já haviam sido incorporados à fachada do edifício. Nessas imagens também conseguimos visualizar os cunhais (que devido a baixa qualidade da imagem 56 não foram identificados), as cercaduras, guarnições, cornija, cimalha, coruchéus se mantêm. O cruzeiro e sua base se conservam, porém é de se destacar a quantidade de “raios” na cruz, ficando evidente que foram substituídos. Também podemos observar a incorporação de novos seres. Merecendo destaque a presença de uma faixa (provavelmente associada à comemoração do centenário do templo) sobre a linha das janelas, e o brasão histórico da cidade que foi instalado no frontão neste período, justamente para marcar o centenário da construção. Essas fotografias também revelam as mudanças da paisagem e o processo de urbanização da área ao redor do templo, sendo possível perceber a presença de árvores frondosas a frente do templo e construções ao seu redor, o que indica a passagem de um significativo período de tempo entre um registro e o outro,

bem como a inserção de novos seres as redes de relações as quais o templo esta(va) associado.

Imagem 62 - Imagem histórica do centenário do templo de São João Batista (1975).



Fonte: Paulo (2021).

Imagem 63 - Imagem histórica do centenário do templo de São João Batista.



Fonte: Paulo (2021).

A imagem 64 nos permite identificar elementos que a qualidade ou ângulo das fotografias anteriores não nos permitiram visualizar. Como é o caso do relógio, da grimpá e do embasamento, que não estavam presentes nas imagens anteriores, mas que segundo os relatos, já faziam parte da fachada da igreja no momento da comemoração de seu centenário. Além disso, observamos que os alto-falantes foram incorporados à linha lateral das janelas, e que a faixa comemorativa do centenário da igreja foi retirada. A escultura metálica que aparece alocada na lateral direita do templo, na atualidade foi remanejada para a lateral esquerda, na praça que se encontra em frente, em uma porção mais distante do templo.

Imagem 64 - Registro fotográfico do memorial Pe. Sólón que apresenta a igreja após reforma realizada pelo referido Padre que dá nome ao memorial (1975).



Fonte: Memorial Pe. Solon, acesso em maio de 2021.

A imagem abaixo (Imagem 65) corresponde ao momento contemporâneo e traz informações relevantes, sobre a parte arquitetônica do templo e demais elementos incorporados e de seu entorno. De antemão podemos observar que os raios do cruzeiro e os alto-falantes laterais das janelas foram retirados. Sobre a linha da cornija um conjunto de 4 refletores foram instalados, sendo que acima do frontão são verificados mais dois refletores. Outro elemento incorporado diz respeito a uma faixa

em referência aos festejos do Padroeiro São João Batista no ano de 2020 com o tema “não há fé sem encontro pessoal com Cristo”, ou seja, mesmo durante o contexto da pandemia de Covid 19 a instituição readaptou suas posturas e atividades para permitir que os fiéis se mantivessem ativos e participantes das celebrações, mesmo que de forma adaptada à nova realidade¹⁶⁹.

Imagem 65 - Igreja Matriz de São João Batista (2021).



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Apesar de escassa, a documentação fotográfica disponível demonstra que poucas alterações foram realizadas na fachada do templo, e que a incorporação e/ou substituição de alguns seres não promoveu uma mudança significativa no estilo arquitetônico do edifício. Por outro lado, as mudanças arquitetônicas e urbanísticas no seu entorno indicam a dinamicidade de sua vida, revelando como nesses distintos momentos o templo estabeleceu relações com diferentes seres, humanos e não

¹⁶⁹ No ano de 2020 as festividades de São João Batista ocorreram remotamente, com transmissão das celebrações pela rádio e redes sociais, leilões online, a tradicional alvorada e procissão foram realizadas de carro para evitar aglomerações (PORTAL SANJOANENSE, 2020a; PORTAL SANJOANENSE, 2020b).

humanos, que se fixaram, agiram e viveram em seu entorno, integrando, portanto, sua rede de relações.

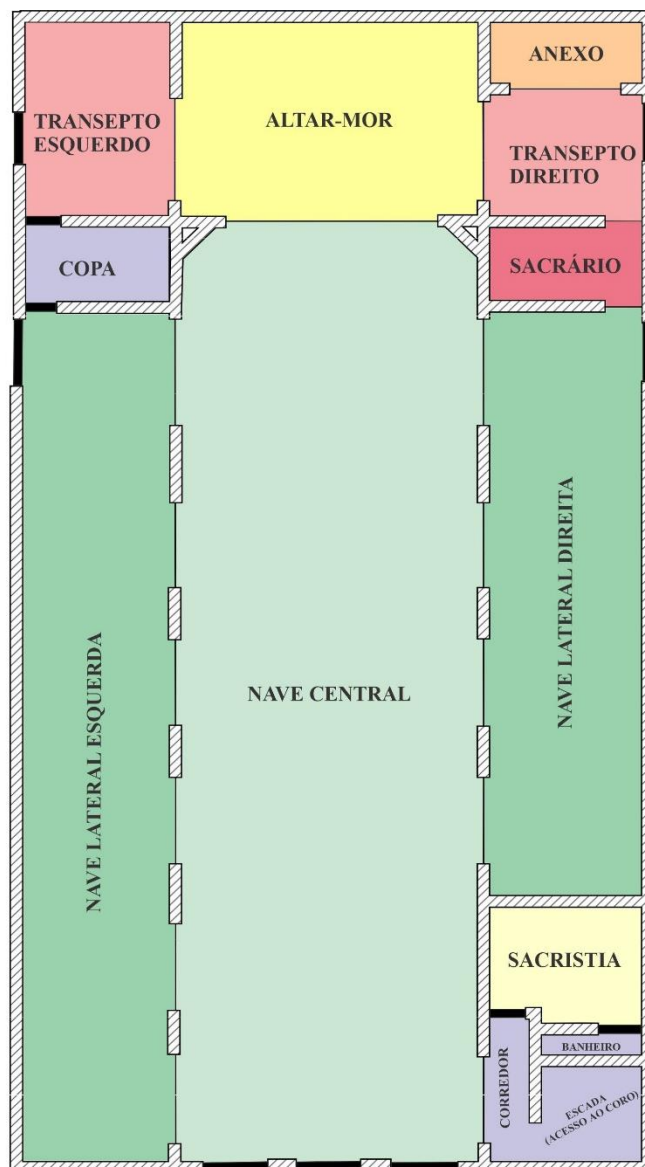
Assim como os registros fotográficos sobre a fachada e em torno do templo, os elementos e seres presentes no seu interior também documentam aspectos de seu histórico de vida, e trazem informações sobre as múltiplas redes de relações a ele associados. Em seguida buscamos, pois, identificar as referidas informações de seu histórico de vida materializadas na sua fisicalidade e espacialidade, como se organizam os espaços do templo, como os atores humanos e não-humanos se integraram e deixaram suas marcas registradas no templo de São João Batista, em São João do Piauí.

Para elucidar essas questões foi então realizada visita ao templo com objetivo de gerar uma documentação escrita e imagética sobre suas características. Com relação a organização dos seus espaços foi elaborada uma planta baixa para esquematizar as referidas informações sobre a funcionalidade dos mesmos (Imagem 66). De modo geral, os espaços do templo estão organizados da seguinte maneira: uma nave central, duas naves laterais, uma sacristia, um banheiro anexo a sacristia, um espaço reservado a escada de acesso ao coro, um espaço destinado a utensílios da copa, a capela do santíssimo onde está o sacrário¹⁷⁰, dois transeptos, sendo que há um anexo¹⁷¹ no transepto direito e o altar-mor.

¹⁷⁰ Cabe destacar que identificaremos/designaremos esse local apenas como sacrário.

¹⁷¹ Ocupado com objetos de decoração, imagens sacras, mesa, cadeiras, armário, etc.

Imagem 66 - Planta do templo, organização dos espaços e respectivas funções.



Fonte: Elaborado pela autora.

Estabelecendo uma análise comparativa entre os templos de São João Batista e São Raimundo Nonato, podemos constatar a similaridade entre as tipologias dos espaços e suas respectivas funções. Nesse sentido, os dois templos possuem uma nave central, duas naves laterais, dois transeptos, um altar-mor, um sacrário, uma sacristia e anexos¹⁷². A distinção se manifesta em espaços destinados a funções específicas, o templo de São João possui ainda uma copa, um banheiro da sacristia,

¹⁷² Em São Raimundo Nonato, os anexos são destinados a um sepultamento (esquerda) e imagens de santos (direita), já no templo de São João Batista existe um espaço onde se localiza o corredor de acesso a sacristia e a escada de acesso ao coro (lateral direita da nave) e um espaço lateral ao altar-mor onde se encontram alocados objetos de decoração, mesa, cadeiras e algumas imagens sacras.

não possuindo a secretaria paroquial como é o caso do templo de São Raimundo Nonato. O templo de São Raimundo possui também dois corredores de acesso ao espaço do pátio posterior, e a igreja de São João não possui nenhuma abertura na parte detrás da edificação, o único corredor que é verificado é aquele que dá acesso a sacristia e a escada de acesso ao coro. O que mais chama a atenção é a disposição desses espaços, no templo de São João a sacristia é localizada mais próxima a entrada da edificação e mais distante do altar-mor, em São Raimundo Nonato a sacristia se encontra alocada atrás do altar-mor no fundo da edificação. A disposição dos transeptos também se distingue entre os templos, no templo de São João os transeptos não estabelecem relação direta com as naves laterais, entre esses dois espaços se encontram espaços destinados a copa (esquerda) e sacrário (direita). O próprio sacrário (capela do santíssimo) é disposto em local diferenciado, pois no templo de São Raimundo Nonato o mesmo se encontra na parte do fundo da edificação ao lado da sacristia.

A organização distintiva desses espaços na espacialidade do templo é resultado das reformas internas que essa edificação sofreu. De acordo com os relatos pudemos estabelecer três momentos principais de modificações na igreja de São João. De início na primeira construção, idealizada por Frei Henrique José Cavalcante o templo era de “menor dimensão”, a edificação ia até onde atualmente é o fim das naves, ou seja, a parede de fundo da edificação se localizava limitada nessa porção do templo. Posteriormente, num segundo momento, com Padre Francisco Marcos (do qual não dispomos informações sobre a data em que executou essas intervenções) foi efetuada a ampliação da igreja com a construção das alas (transeptos) e o espaço onde atualmente se localiza o presbitério¹⁷³ e altar-mor, além da construção de uma delimitação (muro) onde somente cristãos do sexo masculino poderiam adentrar para auxiliar o padre a responder a missa que na época era em latim. A igreja permaneceu por um tempo com essa configuração, vindo a se modificar com a vinda de Padre Solón, que ocorreu em 1952, a reforma do templo foi empreendida para o centenário (1975) onde o referido padre efetuou a retirada do muro de delimitação, delimitou a parte lateral (transepto direito) que denominamos anexo, armazenando nesse espaço o sacrário (o transformando em capela do santíssimo) e reformando também a área do altar-mor e presbitério. Mais recentemente o sacrário foi realocado para a capela

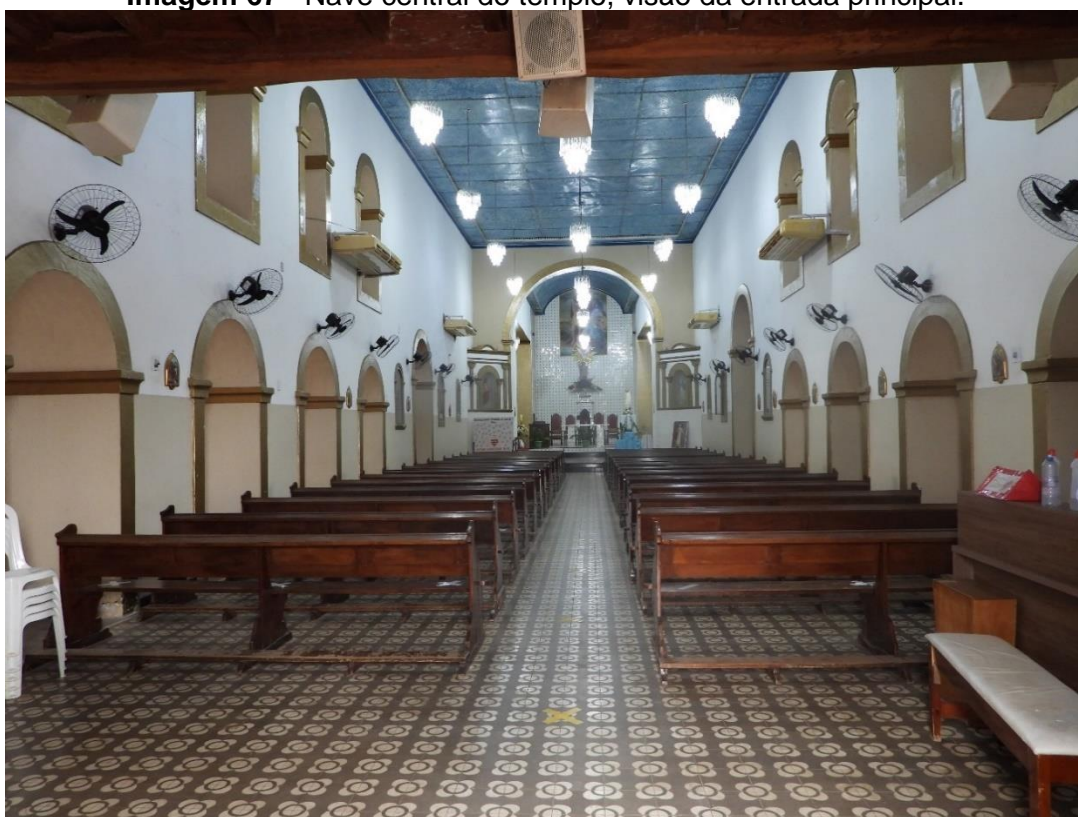
¹⁷³ “Nas igrejas, espaço elevado situado em frente ao altar-mor” (ALBERNAZ e LIMA, 1998b, 517).

lateral direita, onde permanece até hoje. Por fim, foi construído a nova sacristia e banheiro (na área próxima à entrada frontal da edificação) aproveitando o espaço que anteriormente servia de depósito para guarda de materiais de limpeza (LEAL, 2021¹⁷⁴). Até o presente momento os elementos verificados in loco não foram suficientes para confirmar esses dois momentos construtivos, de Frei Henrique e Padre Francisco Marcos, pois para evidenciar tais momentos seria necessária uma intervenção no templo, o que não é possível no contexto da presente pesquisa e também não é um dos objetivos da mesma.

De modo geral, observamos que a planta do templo é do tipo retangular e com relação as coisas que se encontram alocadas nos seus espaços podemos perceber que nas três naves (central, lateral esquerda e direita) e nos dois transeptos (esquerdo e direito) se encontram alocados os bancos destinados aos frequentadores do templo. Referente as especificidades de cada um desses espaços, a nave central (Imagem 67 e 68) além dos bancos também dispõe de cadeiras, uma pequena mesa na entrada do templo e um balcão a direita, possui em suas laterais ornatos, que assim como no templo de São Raimundo Nonato, rememoram a via sacra (Imagem 69). Se observa também a presença de nichos laterais onde se encontram imagens religiosas (Imagem 70) e elementos tecnológicos de uso coletivo como ventiladores, ar-condicionados e caixas de som.

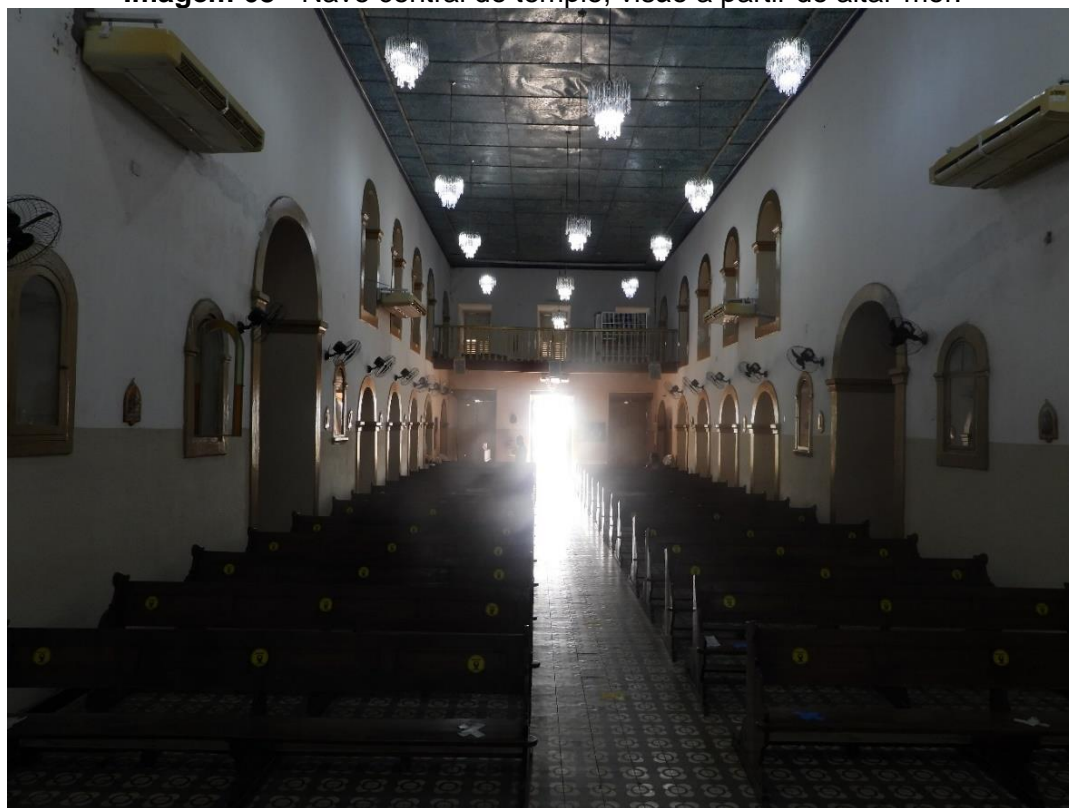
¹⁷⁴ Comunicação pessoal com o Pároco da igreja, Padre Leonisio Lira Leal, no dia 11 de maio de 2021.

Imagem 67 - Nave central do templo, visão da entrada principal.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 68 - Nave central do templo, visão a partir do altar-mor.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 69 - Ornato lateral representando a via sacra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 70 - Nichos laterais, o primeiro de maior tamanho ocupa a abertura (arco) em mesmo tamanho das aberturas (arcos) que interligam a nave central as laterais, já o segundo representa um dos nichos laterais entre as aberturas das naves e mais próximos do altar-mor, de tamanho mais reduzido.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Ao lado direito da nave central, na primeira abertura, se encontra um espaço, um corredor que dá acesso a sacristia e a escada que leva ao coro (Imagem 71). Esse espaço como mencionamos era anteriormente usado como depósito e recentemente passou por reforma e se transformou em sacristia.

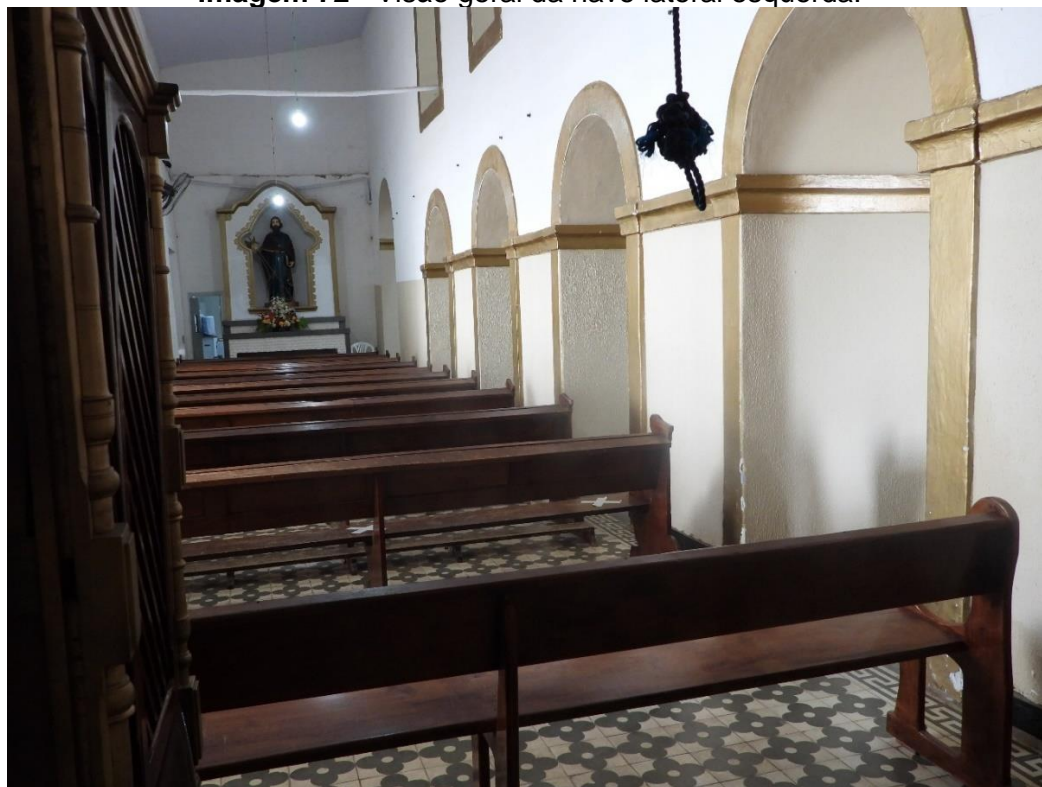
Imagem 71 - Acesso à direita da nave central ao espaço destinado a sacristia e a escada de acesso ao coro.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Na nave lateral esquerda além da presença de bancos observamos também cadeiras, ventiladores, um armário, a pia batismal e na frente dessa nave um altar se destaca (Imagem 72 e 73).

Imagem 72 - Visão geral da nave lateral esquerda.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 73 - Visão geral da nave lateral de um outro ângulo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

A nave lateral direita se encontra ocupada com alguns materiais de reforma em seu espaço, normalmente o espaço, assim como o da nave esquerda, é ocupado por

bancos destinados aos frequentadores, ainda se observa a presença de alguns bancos, ventiladores, imagens sacras ao fundo da nave (Imagem 74) e na porção frontal (mais próxima ao altar-mor) um altar (Imagem 75).

Imagem 74 - Imagens de santos na nave lateral direita.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 75 - Altar da nave lateral direita, no canto direito a presença de uma abertura (porta) dá acesso ao sacrário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

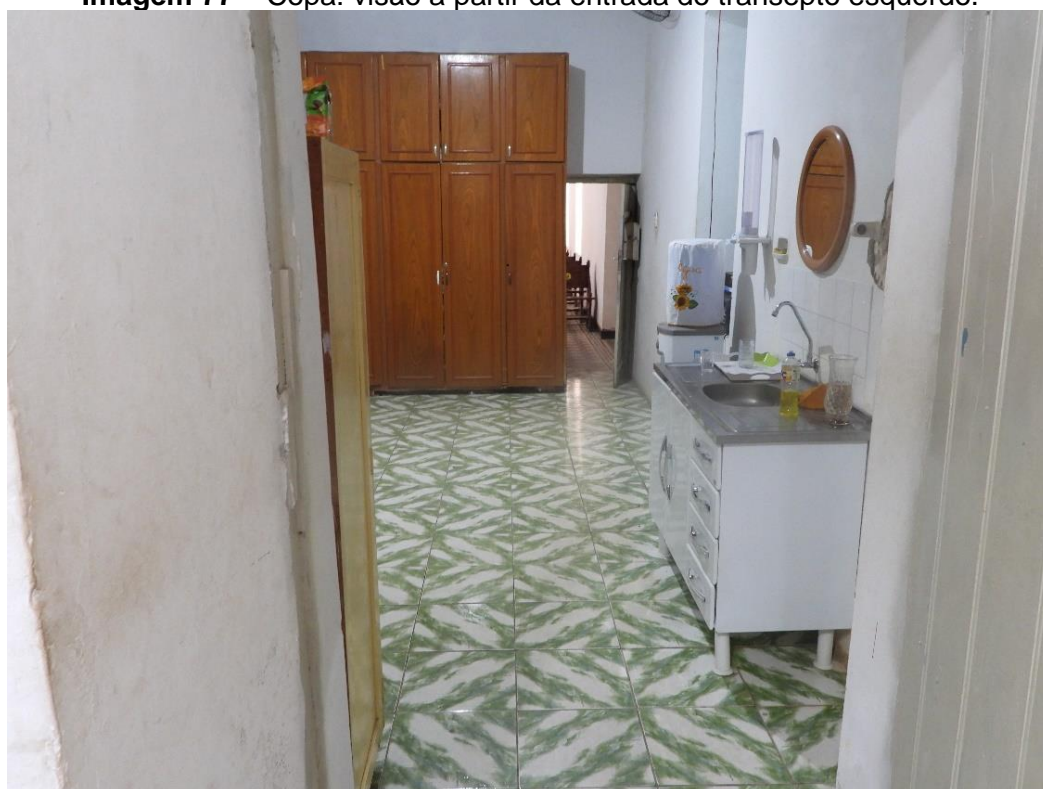
É importante pois considerar que diferentemente do templo de São Raimundo Nonato, como citado anteriormente, as naves laterais não estabelecem relação direta com os transeptos, entre eles se encontram espaços com funções variadas, a esquerda a copa (Imagem 76 e 77) e a direita o sacrário (Imagem 78). A abertura (porta) que dá acesso aos referidos espaços se localizam lateralmente ao altar de cada nave. No sacrário se verificam objetos religiosos e sacros e na copa objetos referentes a cozinha (pia, armário, mesa, galão de água, etc.) e alguns objetos religiosos (cruzes, velas, etc.).

Imagem 76 – Copa: visão a partir da entrada da nave lateral esquerda.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 77 – Copa: visão a partir da entrada do transepto esquerdo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 78 - Vista do sacrário a partir da entrada do transepto direito.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Em frente a nave central se encontra o altar-mor. Diferentemente do templo anterior, onde se verifica a presença da maioria das imagens sacras, nesse templo as imagens se distribuem pela espacialidade do templo. No altar-mor se concentram os elementos necessários para que o padre realize as celebrações, ou seja, o púlpito, cadeiras entre outros. A documentação histórica nos traz a informação de que o altar-mor passou por uma reforma no centenário (1975) assumindo a feição que se apresenta na contemporaneidade. Anteriormente o altar (Imagem 79) possuía a parede de fundo em tonalidade mais clara, no centro um nicho com quatro colunas que davam sustentação a um arco pleno na porção inferior, sobreposto por uma parte plana delimitada horizontalmente por molduras que se assemelham a cimalkas e na terceira porção superior fica aparente mais um arco. Sobre esse arco é alocada uma cruz aparentemente de tipologia trevolada¹⁷⁵. No centro do nicho se encontravam alocadas imagens e na base do altar haviam objetos sacros e alguns vasos com flores decorando. Atualmente (Imagem 80) o altar possui as paredes do fundo e laterais

¹⁷⁵ Cruz da Trindade ou Cruz trevolada possui nas pontas de seus brancos desenhos que se assemelham a um trevo, os arremates de três círculo interseccionados, lembrando a Santíssima Trindade (ECLESIA BRASIL, 2003-2021).

totalmente cobertas por azulejos do centenário e no centro se destaca um pequeno nicho (não ocupado) sobre ele uma imagem sacra com algumas flores em sua base, e na porção superior da parede uma pintura representando cenas bíblicas (batismo de Jesus por São João Batista).

Imagem 79 - Altar-mor antes da reforma (1975).



Fonte: Memorial Padre Sólon, acesso em 11 de maio de 2021.

Imagem 80 - Altar-mor do templo de São João Batista.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Ao lado do altar-mor são dispostos os transeptos, nesses espaços se encontram bancos, cadeiras, caixas de som, ar-condicionado, ventiladores, mesa e

demaís objetos eletrônicos. No transepto direito (Imagem 81) há a delimitação de um espaço (anexo, construído posteriormente) que é ocupado por algumas imagens religiosas, armário, mesa e cadeiras.

Imagem 81 - Transepto direito, ao fundo delimitado espaço que denominamos anexo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

No transepto esquerdo (Imagem 82) constatamos a presença dos referidos itens anteriormente apresentados, seu espaço é ocupado por bancos e cadeiras destinados aos frequentadores. Diferentemente do transepto direito que possui um anexo, no transepto esquerdo isso não ocorre, ele não foi subdividido, mantendo, portanto, sua metragem original.

Imagem 82 - Transepto esquerdo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

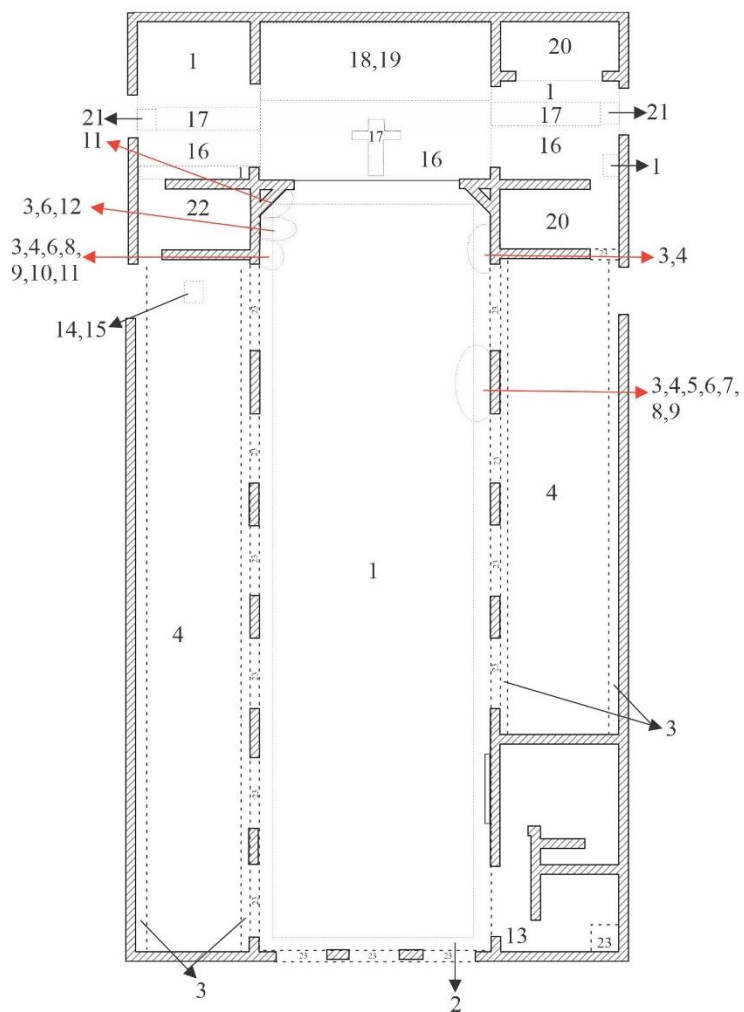
Todos esses elementos aqui enumerados demonstram como essa edificação, ao longo dos anos, passou por mudanças em sua estrutura física, incorporando novos seres e características ao longo de sua história de vida. E não somente estes, mas outros elementos também corroboram para entender a vida dessa edificação, como é o caso das modificações em seu piso.

Essas modificações que indicam o histórico de vida da edificação foram catalogadas e documentadas. Tínhamos o intuito aprofundar essas discussões e entender as circunstâncias motivacionais que produziram as mesmas, mas, porém, em decorrência do contexto de pandemia de Covid 19 em que vivemos, isso não pôde ser concretizado. Porém, é inegável a relevância de catalogarmos esses momentos da vida do templo. Sua construção remete ao ano de 1875, mas é importante termos consciência que esse templo é constantemente reconstruído inclusive na contemporaneidade.

A partir dessas premissas realizamos o levantamento imagético com posterior elaboração gráfica dos ladrilhos e pisos para melhor demonstrar suas características e motivos e assim exemplificar essa dinâmica de incorporação e/ou supressão de elementos ao longo da vida desse edifício. No decorrer da análise foi realizada a

classificação quanto aos motivos e características gerais dos ladrilhos hidráulicos e pisos cerâmicos, tendo sido identificados 23 tipos diferentes; e elaborado um esquema gráfico (Imagem 83 e 84). Posteriormente foi realizada uma análise espacial, ou seja, foi registrada a localização de cada tipo de piso. Relembrando os ladrilhos hidráulicos são indicativos de períodos mais antigos e os pisos cerâmicos são mais recentes, ou seja, os pisos cerâmicos indicam momentos de vida mais recentes da edificação. A própria catalogação dos pisos presentes no interior da edificação nos auxilia na construção de uma cronologia relativa dos momentos de história de vida do templo. Apesar de não fazermos uso de métodos interventivos na estrutura do edifício, os elementos construtivos como pisos auxiliam a compreender os eventos construtivos, no sentido de identificar a sucessão e provável sequência de ocorrência dos mesmos.

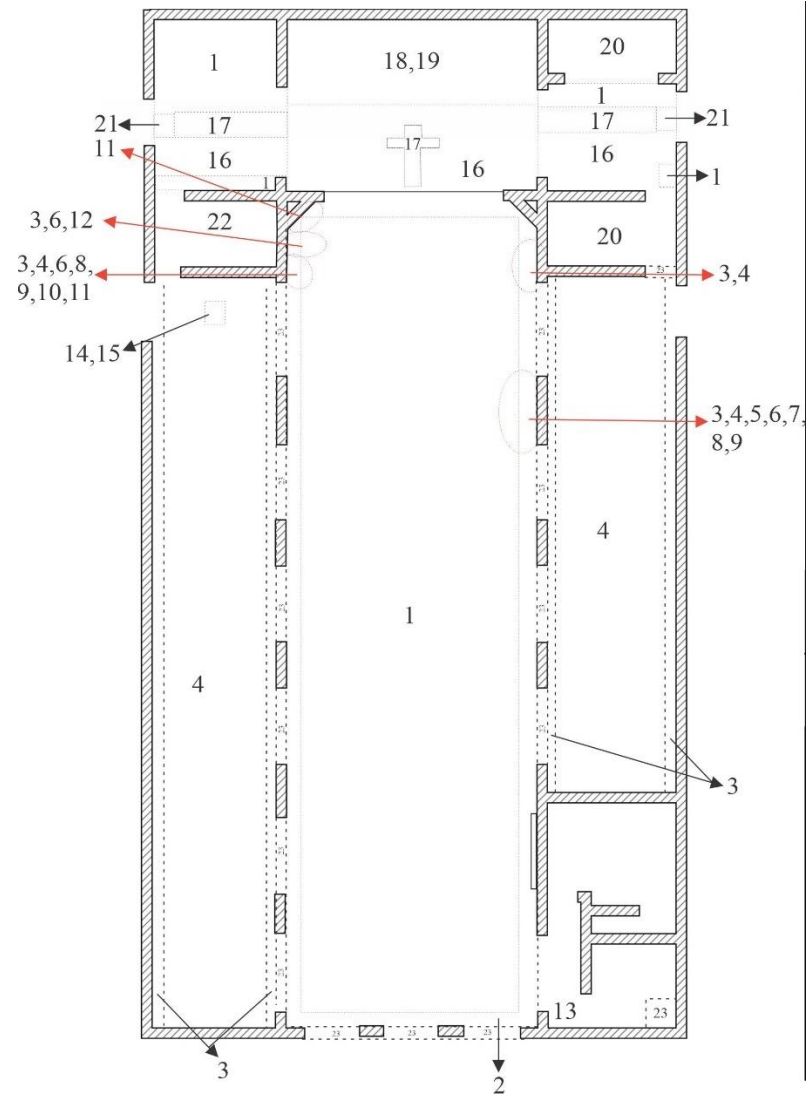
Imagem 83 - Azulejos e pisos cerâmicos da Igreja de São João Batista.



Azulejos e pisos cerâmicos Igreja de São João Batista, São João do Piauí- PI.		
Nº	Representação	Tipologia
1.		Ladrilho com fundo acinzentado e motivos arredondados em tons de cinza, esverdeado e branco.
2.		Ladrilhos com fundo acinzentado e motivos arredondados em tons de cinza, esverdeado e branco, com faixa lateral também em branco.
3.		Ladrilhos com motivos retilíneos em cinza-esverdeado e branco.
4.		Ladrilho com motivo floral acinzentado em fundo branco.
5.		Ladrilho com motivo floral bege e roxo em fundo branco com moldura cinza.
6.		Ladrilho com motivo floral acinzentado em fundo branco com moldura aparente.
7.		Ladrilho com fundo branco e motivo formado pela junção de elemento arredondado (círculo) transpassado por elemento triangular nas cores preto e cinza.
8.		Ladrilho com fundo bege e motivos retilíneos em cinza, branco e azul.
9.		Ladrilho com fundo bege e motivos retilíneos em azul e branco.
10.		Ladrilho com fundo em tonalidade mais clara e motivos arredondados em cinza e branco.
11.		Ladrilho com fundo verde e motivos retilíneos e triangulares em distintos tons de verde, vermelho, branco, preto e amarelo.
12.		Ladrilho com fundo em tonalidade mais clara e motivos arredondados em cinza e branco.

Fonte: Elaborado pela autora.

Imagem 84 - Azulejos e pisos cerâmicos da Igreja de São João Batista.



Azulejos e pisos cerâmicos Igreja de São João Batista, São João do Piauí- PI.		
Nº	Representação	Tipologia
13.		Piso cerâmico em tonalidade bege e em maiores dimensões.
14.		Ladrilho com mosaico formado por losangos em tons de vermelho, bege e bege claro.
15.		Piso simples em tonalidade avermelhada.
16.		Ladrilho com fundo avermelhado e motivos arredondados e retilíneos em branco, no centro motivo em cruz que remete a cruz trevolada ou florenciada.
17.		Ladrilho com fundo verde e motivos retilíneos e triangulares em distintos tons de verde, vermelho, branco, preto e amarelo.
18.		Piso cerâmico em tons de bege intercalado com linhas verticais em branco.
19.		Piso cerâmico com fundo branco e no centro representação do brasão histórico da cidade e circundando o mesmo informações referentes ao centenário do templo.
20.		Piso cerâmico simples em tonalidade branco e dimensões maiores.
21.		Ladrilho com fundo marrom delimitado horizontalmente por faixa branca com motivo retilíneos em azul e no centro quadrados em azul, branco e vermelho.
22.		Piso cerâmico em tonalidade mais clara e com motivos abstratos em tons de verde, dimensões maiores.
23.		Cimentado liso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na nave central se verifica a maior diversidade de pisos, estes dispersos em pontos específicos da nave, sendo que existe uma tipologia preponderante na maior parte da área. Assim, o piso que predomina na nave central é do tipo ladrilho hidráulico (tipo 1) com motivos arredondados em cinza, esverdeado e branco sob fundo acinzentado, a junção dos ladrilhos forma uma flor de quatro pétalas. Essa tipologia varia nas extremidades da nave, apresentando uma faixa branca na parte externa (tipo 2) (Imagem 85). Com base nas informações sobre as etapas construtivas do templo é de se pressupor que no momento inicial essa área da nave central era totalmente coberta pelos ladrilhos do tipo 1 e 2, os ladrilhos do tipo 2 são uma variação intencionalmente colocada como arremate/acabamento das extremidades da área da nave, ou seja, aos ladrilhos do centro.

Imagem 85 - Na esquerda ladrilho hidráulico do tipo 1 presente na nave central, a direita ladrilho do tipo 2 nas extremidades da nave (2).



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Ainda na área da nave central podem ser verificadas modificações do piso na lateral direita na porção mais próxima ao altar-mor. Na imagem abaixo é destacada (setas vermelhas) a localização dessas modificações, ou seja, nas laterais do primeiro arco (abertura) que interliga a nave central e nave lateral direita (Imagem 86).

Imagem 86 - Primeiro arco que dá acesso a nave lateral direita, setas indicam onde se verifica a presença de pisos distintos.



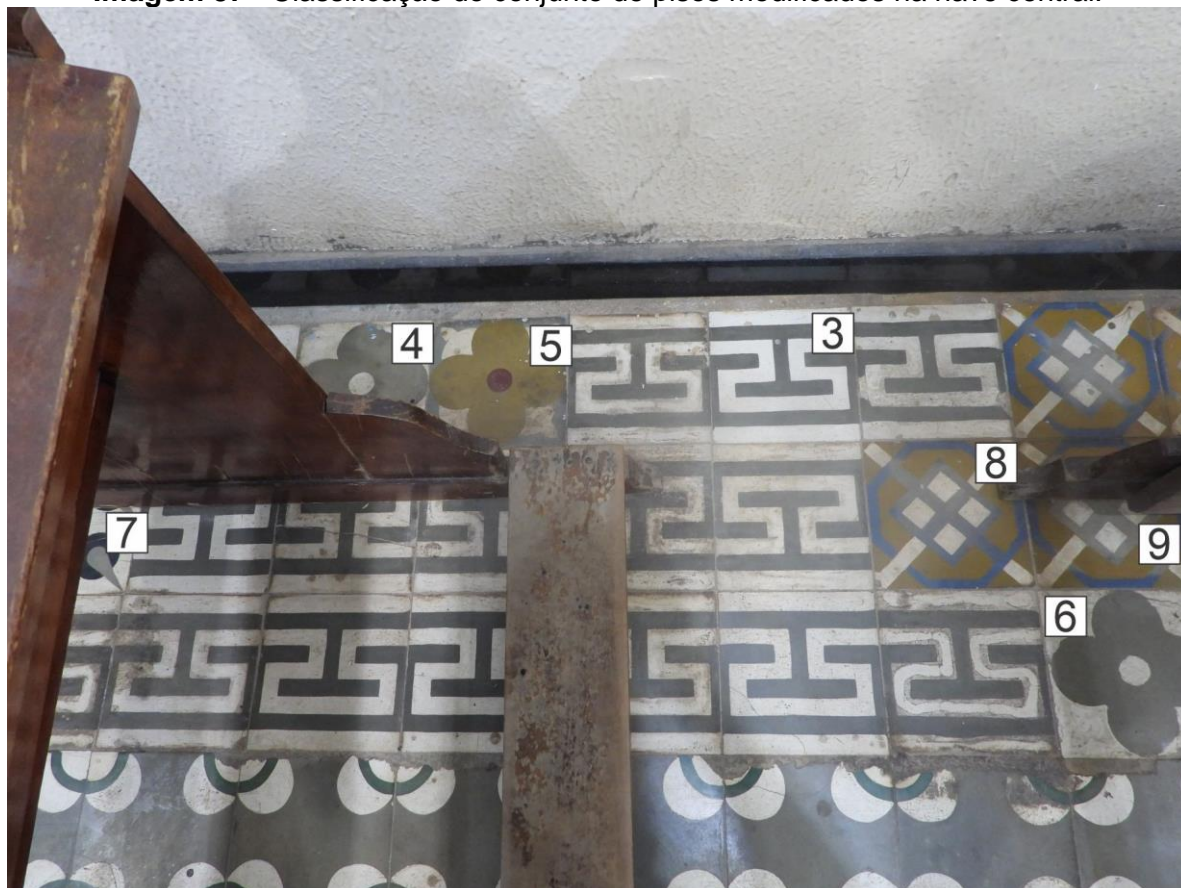
Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Na direita do arco (direita da imagem) se encontram tipos distintos de ladrilho classificados como 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (Imagem 87). Essa área assim como o restante da nave possuiria, num primeiro momento, ladrilhos do tipo 1 e 2 nas extremidades, posteriormente, em algum momento de vida do templo, algumas partes do piso original tiveram de ser removidos, sendo substituídos por ladrilhos de tipologias distintas. Essa falta de padronização e diversidade de ladrilhos empregados nessa pequena porção do templo indica-nos que provavelmente essa área passou por mais de um momento de modificação, ou mesmo uma indisponibilidade e/ou incapacidade de aquisição de pisos de mesmo padrão e tipologia.

Classificando, pois, os ladrilhos empregados nesse local podemos enumerar que o ladrilho 3 na maioria das vezes aparece como arremate nas extremidades (no caso das naves laterais) e é caracterizado por motivos retilíneos em cinza-esverdeado e branco. O ladrilho 4 (presente na maior parte do espaço central das naves laterais) de motivo floral cinza em fundo branco tem uma variação, alguns aparecem uma pequena moldura em volta (tipo 6). A mesma moldura é verificada no ladrilho 5 na tonalidade cinza, a flor do centro é bege com círculo ao meio em roxo, esse ladrilho só é verificado na nave central. O ladrilho 7 só é verificado nesse local, e somente uma unidade, sua representação também é única, não há nada semelhante no templo. O motivo desse ladrilho é um conjunto de 4 elementos, cada um possui um círculo

preto transpassado por elemento triangular cinza. O tipo 8 e o tipo 9, que é sua variação (ou um desgaste que ocorreu), são caracterizados por um fundo bege e motivos retilíneos (quadrados) em cinza (tipo 8) ou azul (tipo 9), ao centro linhas em branco e cinza que o delimita e subdivide. A volta deste um octógono em azul.

Imagem 87 - Classificação do conjunto de pisos modificados na nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

No lado esquerdo do arco (esquerda da imagem 87) é verificado uma modificação em menor dimensão, nela são catalogados pisos do tipo 3 e 4 (Imagem 88). Nesse espaço, assim como na análise anterior, era ocupado por pisos do tipo 1 e do tipo 2 nas extremidades, e em decorrência de alguma necessidade foram retirados e substituídos. Os pisos originais (tipo 1 e 2) foram substituídos por ladrilhos dos tipos 3 e 4.

Imagem 88 - Classificação do conjunto de pisos modificados na nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

As modificações na lateral esquerda da nave central se concentram na direita do primeiro arco que dá acesso a nave lateral esquerda, ou seja, na porção interligada a abertura que dá acesso ao altar-mor. Nele são verificados os pisos 3, 4, 6, 8, 9, 10 e 11. Os tipos 3, 4, 6, 8 e 9 já caracterizados anteriormente, os demais 10 e 11 seguem os seguintes padrões: o 10 só ocorre nesse espaço, uma única unidade, os motivos que possui são triangulares em preto e branco. O piso 11 possui fundo branco e motivos retilíneos, um quadrado dividido em quatro partes por uma faixa branca e uma cruz no centro, a partes alternam entre as cores bege e cinza (Imagem 89). Essa porção do templo anteriormente ocupada com pisos do tipo 1 e 2 foram substituídos em um momento distinto por pisos de mesma tipologia dos verificados em outras partes do templo (tipos 3, 4, 6, 8, 9), como também por exemplares que só se verificam especificamente nesse espaço (tipos 10 e 11).

Imagem 89 - Pisos modificados na lateral esquerda da nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

A segunda modificação, da lateral esquerda da nave central, se encontra entre a primeira e segunda fileira de bancos em frente ao altar-mor. Nela verificamos os pisos 3, 6 e 12. O ladrilho 12 é representado por uma única unidade verificada somente nessa parte do templo, sendo composto por motivos arredondados brancos e cinzas em fundo claro (Imagem 90). Nessa situação, mais uma vez, vemos que os ladrilhos originais (tipos 1 e 2) foram modificados e substituídos por ladrilhos de mesma tipologia aos das naves laterais (tipo 3), como por outros já verificados em outras partes da edificação (tipo 6) e também por ladrilhos exclusivos dessa porção do templo (tipo 12).

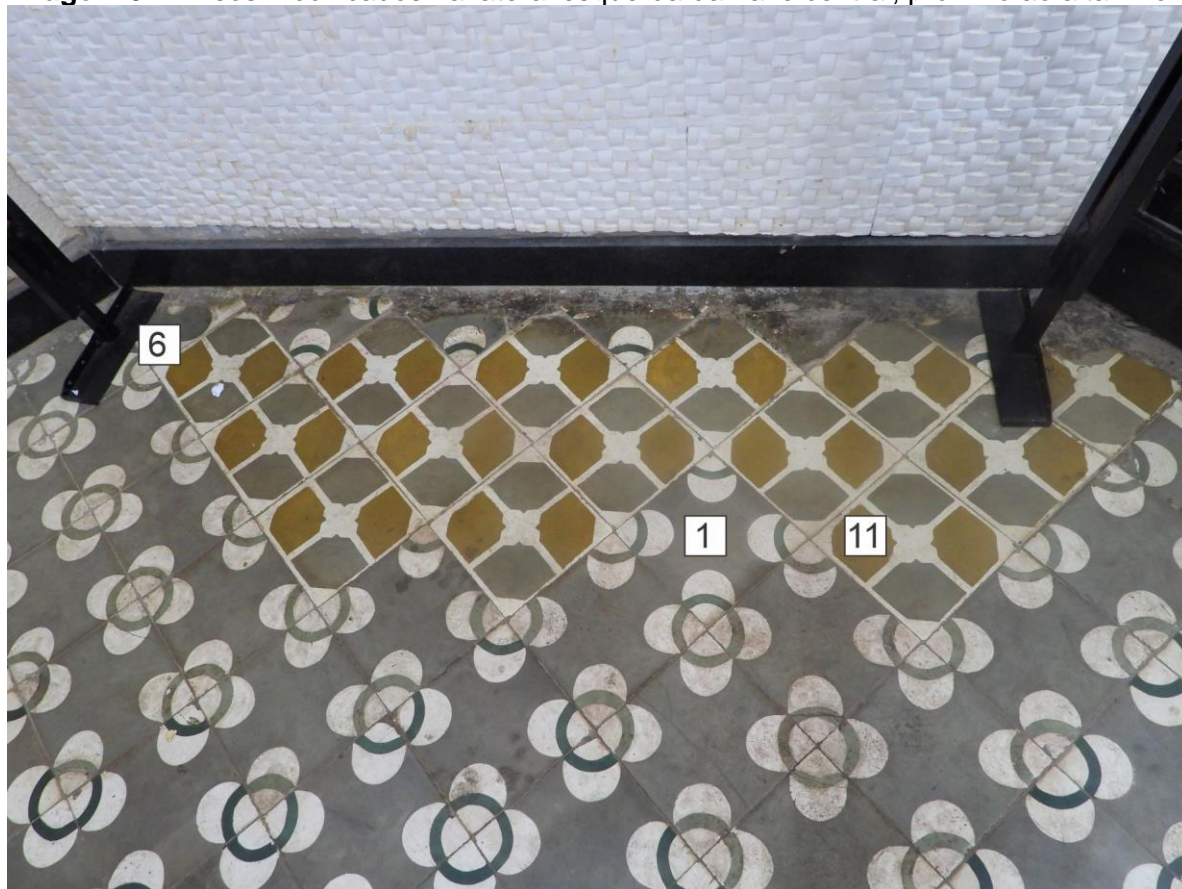
Imagem 90 - Piso modificado na lateral esquerda da nave central.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Já bem próximo ao altar-mor se destaca os pisos do tipo 1, 6 e 11, já apresentados anteriormente, nessa porção da nave a tipologia 11 é verificada em um conjunto de mais unidades (Imagem 91). Originalmente esse espaço era coberto por pisos do tipo 1 e posteriormente foram retirados e em seu local implantados ladrilhos do tipo 11, sendo que próximo a parede se verifica a presença de um único ladrilho do tipo 6, provavelmente utilizado pela falta de ladrilhos do tipo 1 para substituir após essa modificação.

Imagem 91 - Pisos modificados na lateral esquerda da nave central, próximo ao altar-mor.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Dando sequência aos demais espaços do templo, o espaço situado na lateral direita, início da nave central, onde se encontram a escada e sacristia, possui um piso cerâmico em tonalidade bege de maiores dimensões (tipo 13), esse tipo de piso só é verificado nessa porção do templo (Imagem 92). Com base nos relatos esse espaço já existia como depósito e passou por uma reforma recentemente, provavelmente era coberto por piso de ladrilho hidráulico ou piso comum (somente cimento) originalmente e com a reforma foram substituídos por pisos cerâmicos. A reforma que transformou esse espaço em sacristia é a mais recente realizada no templo.

Imagem 92 - Espaço lateral a direita da nave central, com piso cerâmico diferenciado.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

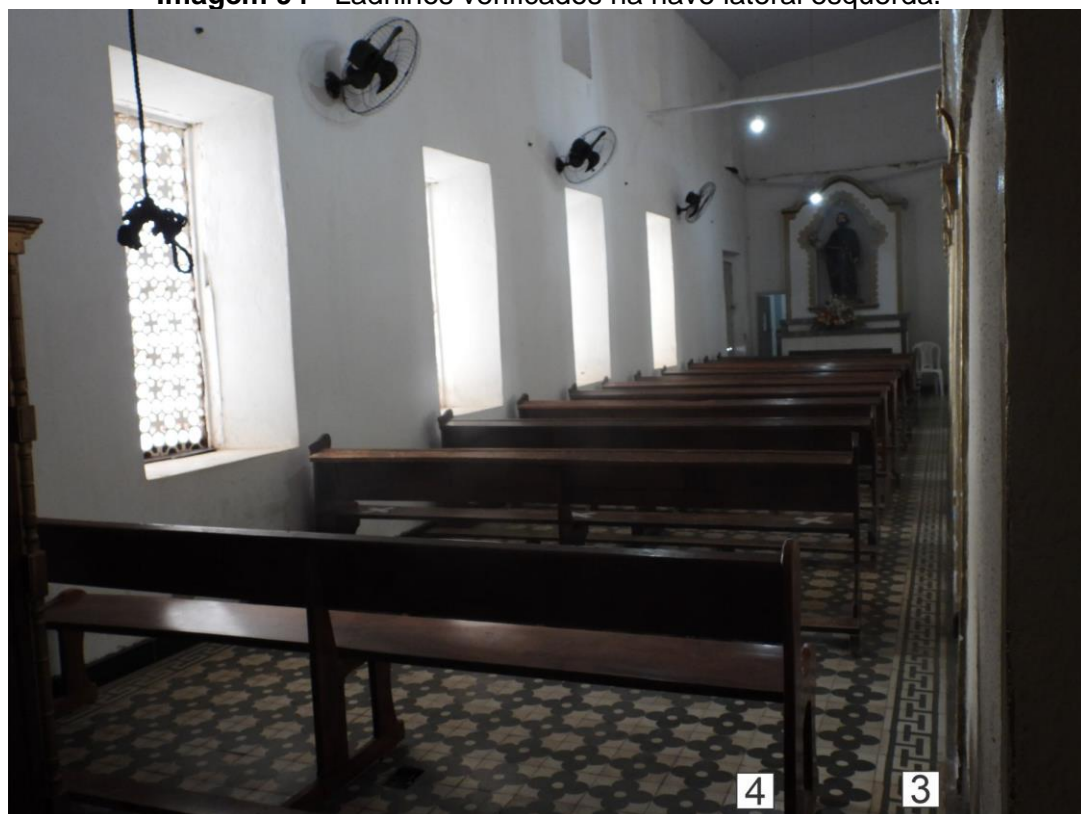
As naves laterais (tanto a direita como a esquerda) são compostas por uma combinação dos ladrilhos do tipo 3 e 4. O ladrilho 4 ocupa a maior parte da área desses espaços (porção central), enquanto o ladrilho 3 está assentado nas extremidades da área, próximo as paredes, formando uma espécie de moldura. A junção dessas tipologias de ladrilhos combinados forma uma composição arquitetônica e decorativa. Aparentemente, ambos os pisos, são contemporâneos, evidenciando um mesmo momento construtivo, e formando um padrão decorativo coeso e repetido nas duas naves laterais (Imagem 93 e 94).

Imagem 93 - Ladrilhos verificados na nave lateral direita.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

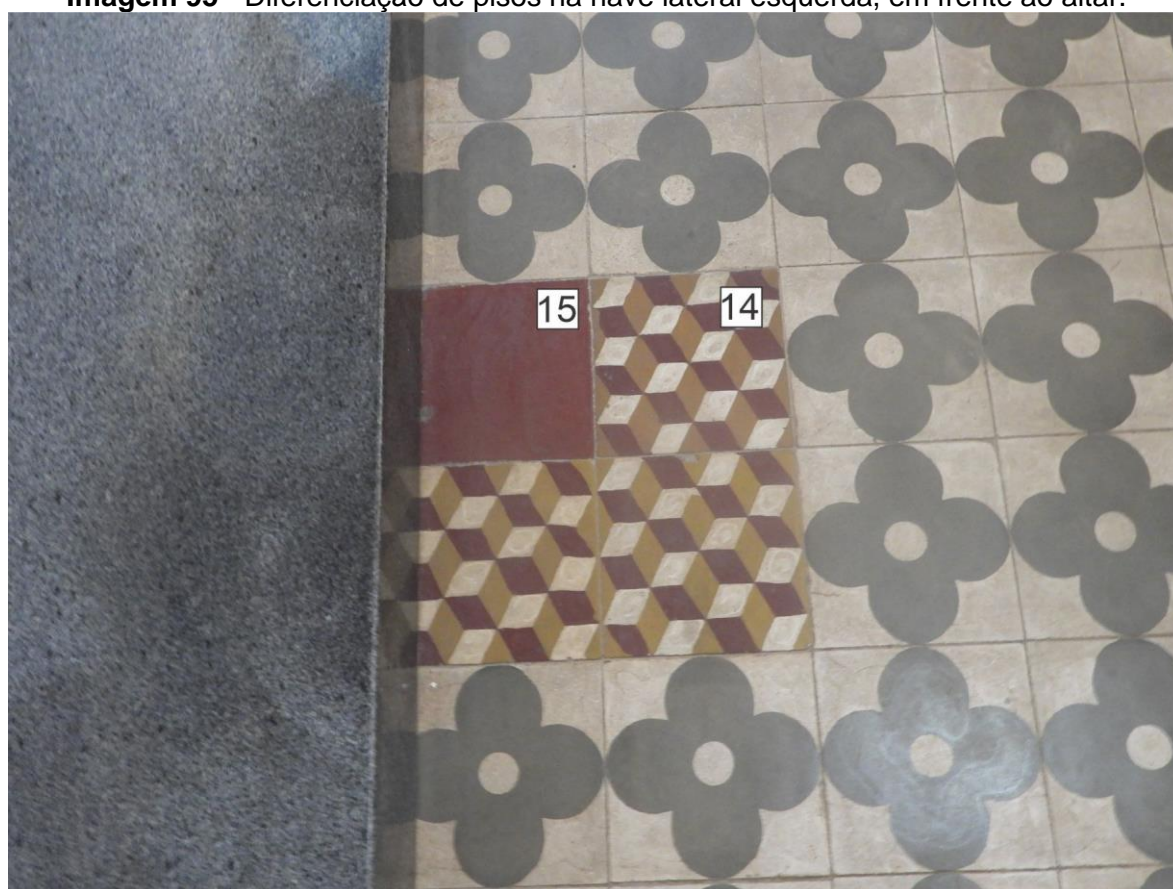
Imagem 94 - Ladrilhos verificados na nave lateral esquerda.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Em frente ao altar da nave lateral esquerda se encontram um conjunto composto pelos ladrilhos dos tipos 14 e 15. O ladrilho 14 se caracteriza por um mosaico formado a partir da junção de losangos nas cores vermelho, bege escuro e bege claro, esse tipo de ladrilho só ocorre nesse espaço. Já o segundo piso (tipo 15) é do tipo simples em tonalidade avermelhada que também só ocorre nesse local, uma única unidade no templo (Imagem 95). Esses pisos indicam uma modificação posterior, onde na ocasião os pisos originais de tipo 4 foram substituídos pelos respectivos tipos 14 e 15.

Imagem 95 - Diferenciação de pisos na nave lateral esquerda, em frente ao altar.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

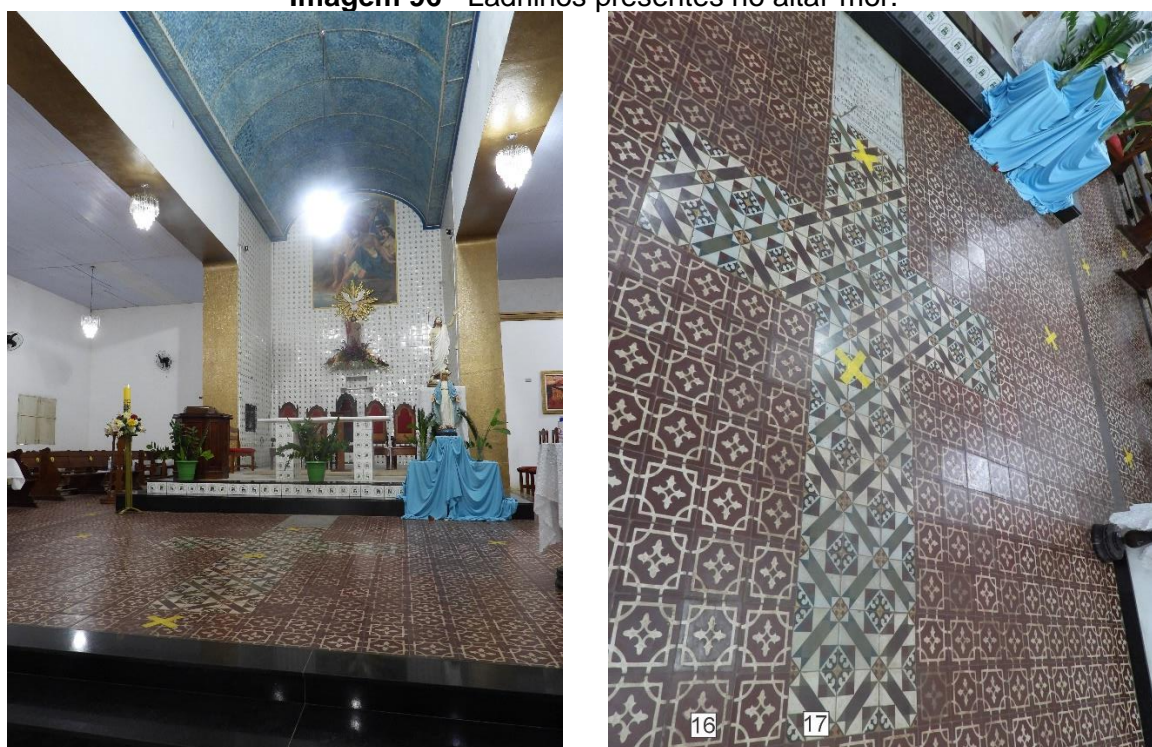
O altar-mor pode ser dividido horizontalmente em duas partes, a parte frontal interligada a nave central (Imagem 96) possui em sua maior parte o piso de ladrilho hidráulico do tipo 16, as bordas do ladrilho junto aos demais formam um desenho (pois em cada borda há uma parte arredondada que com a junção de outros três ladrilhos formam um círculo). O ladrilho tem fundo avermelhado combinando nas extremidades partes arredondadas e um quadrado em volta, que delimita o ladrilho, esses elementos são de tonalidade branca. No centro se encontra representada uma cruz estilizada

que remete a uma cruz trevolada ou florenciada. A frente da porção desse espaço possui um mosaico em formato de cruz, preenchida com os ladrilhos do tipo 17.

O ladrilho 17 possui partes de motivos distintos em suas extremidades que se completam a partir da junção com os demais. O fundo do ladrilho é em tom esverdeado, triângulos em distintos tons de verde, vermelho, branco, preto e amarelo se combinam para fazer os motivos.

Como apresentado anteriormente, essa parte do templo (transeptos, presbitério e altar) foram construídos num momento posterior, com base nos dados que dispomos é de se supor que basicamente num primeiro momento toda essa área era coberta por ladrilhos 1, que posteriormente foram substituídos pelos de tipologia 16 e 17 formando um mosaico em cruz.

Imagem 96 - Ladrilhos presentes no altar-mor.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Na parte posterior (mais ao fundo), o piso cerâmico 18 possui fundo bege intercalado por linhas brancas verticais. Esse espaço possui um nível distinto, ou seja, um degrau e nesse ocorre o piso cerâmico de tipo 19, que possui fundo branco e no centro o brasão histórico do centenário, e informações sobre esse evento (Imagem 97 e 98). Essa porção do altar corresponde a um segundo momento de modificação, mais recente, onde não ocorre mais a presença de ladrilhos, mas de pisos cerâmicos e azulejos comemorativos do centenário do templo, essa modificação foi coordenada

pelo Padre Sólton no ano de 1975. Na ocasião o altar foi reformado e provavelmente os ladrilhos originais foram substituídos pelo piso cerâmico e pelos azulejos do centenário, que como demonstrado, foi utilizado para cobrir toda a parede de fundo do altar-mor.

Imagem 97 - Pisos presentes na parte posterior do altar-mor.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 98 - Detalhe do azulejo do centenário.



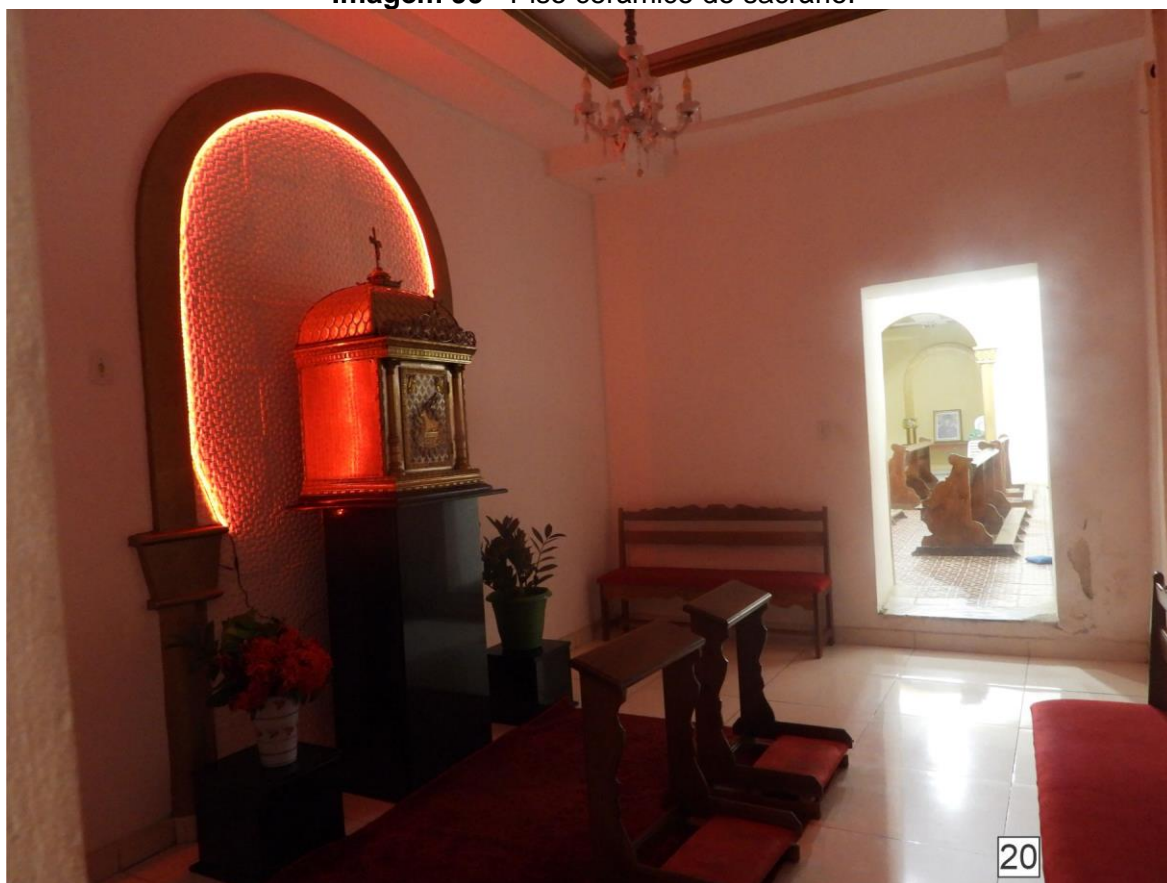
Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

A divisão que estabelecemos como área do altar-mor, na análise anterior, foi baseada na subdivisão desse espaço em duas faixas horizontais, a primeira ocupada pelos ladrilhos de mesma tipologia dos transeptos e outros elementos como por exemplo a diferença de níveis no “mesmo espaço”¹⁷⁶, essas questões podem nos sugerir alguns pontos importantes. Esse espaço (primeira porção do altar-mor) em si possui um nível distinto da nave central, mais ao fundo na edificação a área do presbitério é demarcada em mais um nível levando nos a perceber que na verdade a primeira porção horizontal não é estritamente parte do altar-mor. Se num primeiro momento ela aparenta ser associada ao altar numa análise mais aprofundada revela ser também um local de interligação entre nave central e transeptos, já que as naves laterais não possuem relação direta com os transeptos em decorrência dos espaços entre eles, destinados a copa e ao sacrário. Portanto, esse espaço de piso e nível distinto da área posterior do altar-mor é na verdade um local de trânsito de pessoas que o utilizam para chegar aos transeptos.

O sacrário, que como vimos anteriormente, está localizado entre a nave lateral direita e transepto direito possui o piso cerâmico 20 que possui tonalidade clara e em maiores dimensões (Imagem 99). A tipologia de piso cerâmico verificada nesse espaço é a mesma do anexo, provavelmente ambos espaços estejam relacionados a reforma realizada por Padre Sólon no ano de 1975. Esse espaço (onde atualmente se encontra o sacrário) poderia assim como a maioria dos demais ser possuidor de piso coberto de ladrilhos ou com acabamento cimentado liso, mas como a documentação é inexistente não podemos estabelecer os momentos construtivos do mesmo de maneira mais contundente. Porém, os indicativos materiais, pisos cerâmicos e inclusive as aberturas quadradas (diferenciadas das mais antigas, todas em arco) dão suporte a hipótese de esse espaço ser resultado de intervenções bem mais recentes.

¹⁷⁶ Mesmo espaço é a primeira impressão dos mesmos, pois não possuíam limites físicos os delimitando.

Imagem 99 - Piso cerâmico do sacrário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

O transepto direito é dividido em faixas horizontais com distintos tipos de pisos, na primeira parte, saindo do sacrário o piso que predomina é o ladrilho 16, o mesmo presente no altar-mor (frente), em um pequeno espaço se insere ladrilhos do tipo 1. Na segunda faixa se encontram alocados ladrilhos do tipo 17, e em uma pequena porção em frente a porta lateral ladrilhos do tipo 21 que apresentam um fundo marrom delimitado horizontalmente por uma faixa branca e azul e em seu centro quadrados sobrepostos nas cores azul, branco e vermelho. Na terceira faixa se destaca o ladrilho do tipo 1 (Imagem 100).

Imagem 100 - Detalhe dos ladrilhos presentes no transepto direito e piso cerâmico no anexo ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Esse padrão de pisos distintos num mesmo espaço de antemão pode sugerir momentos de modificação distintos, porém o mesmo padrão (dos pisos 16,17 e 21) verificado no transepto direito é constatado no transepto esquerdo elucidando que provavelmente sejam contemporâneos, intencionalmente alocados nesse espaço e parte de um mesmo momento construtivo. É de supor que anteriormente todo esse espaço era ocupado por ladrilhos 1 que foram substituídos pelo conjunto de pisos 16, 17 e 21, os próprios ladrilhos de tipologia 1 que se localizam na lateral dos referidos pisos fornecem um provável indicativo de mudança, pois estão cortados pela metade.

Em contrapartida, o espaço que demonstra uma modificação posterior é o do anexo (no transepto direito). Como já citado os relatos apontam que esse espaço anteriormente tinha função de capela do santíssimo e servia de proteção ao sacrário. As evidências materiais corroboram com essa proposta, já que no anexo se verifica a presença de um arco semelhante ao que atualmente se verifica na atual capela do santíssimo onde está alocado o sacrário (Imagem 101).

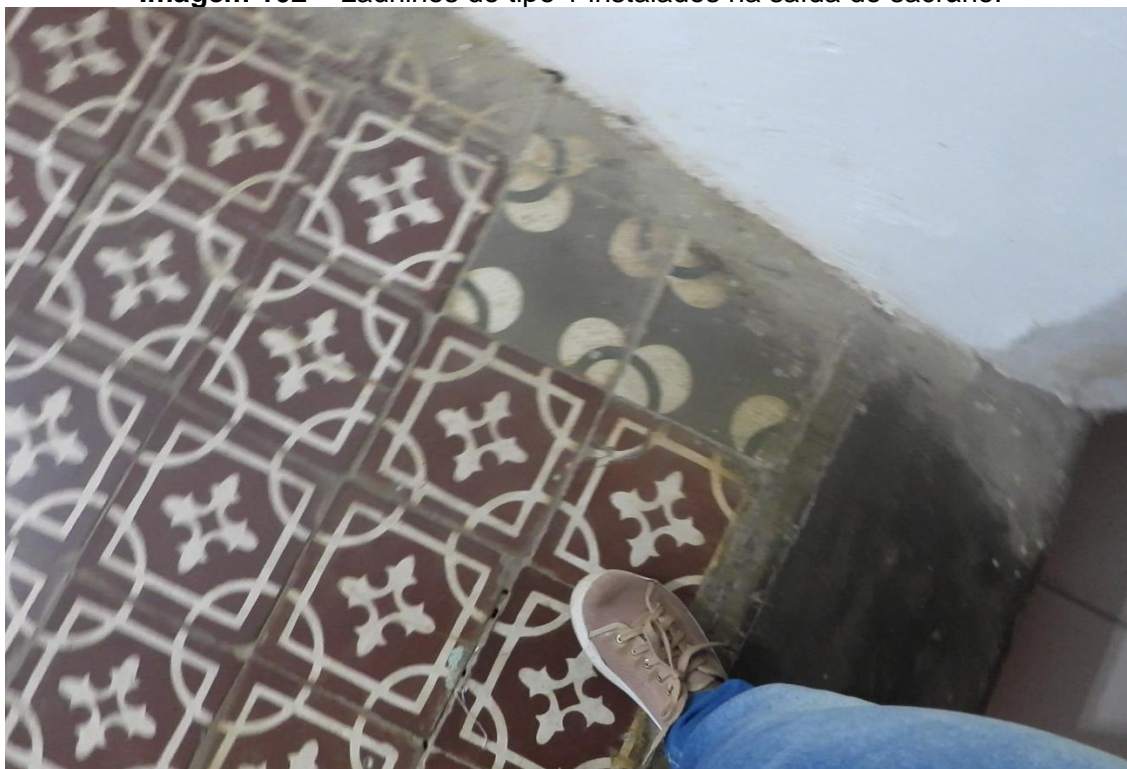
Imagem 101 – A esquerda arco do anexo, a direita arco do atual sacrário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Posteriormente o sacrário foi realocado na capela lateral direita e o espaço do anexo foi ocupado por objetos diversos como cadeiras, mesa, armário, objetos de decoração, imagens sacras entre outros. No referido espaço é verificado o piso cerâmico do tipo 20, o mesmo da capela lateral direita (atual sacrário) como já citado, podendo ambos terem sido instalados durante a reforma empreendida por padre Sólon no ano de 1975. Outra pequena alteração ocorreu na saída do sacrário, nessa primeira porção do transepto direito é verificado majoritariamente o piso 16, e nesse local se constata alguns ladrilhos do tipo 1, provavelmente resquícios dos originais (tipo 1 assim como no transepto esquerdo) ou mesmo a instalação do ladrilho 1 por falta de ladrilhos do tipo 16 (Imagem 102).

Imagem 102 – Ladrilhos do tipo 1 instalados na saída do sacrário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Entre a nave esquerda e transepto esquerdo se encontra a copa, com piso cerâmico diferenciado (tipo 22) de tonalidade branca com motivos abstratos em tons de verde (Imagem 103). Esse espaço possuidor de pisos cerâmicos demonstra ter sido alvo de uma modificação mais recente no histórico de vida do templo, além desses elementos as aberturas em formato quadrado, ao invés de arcos, corroboram com a referida possibilidade. Em decorrência da falta de documentação ou informações não podemos precisar uma data específica para esse evento, porém na cronologia relativa estabelecida pelos pisos e demais elementos podemos compreender que se trata de um momento mais recente, após o ano de 1975.

Imagem 103 - Piso cerâmico da copa.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

O transepto esquerdo, assim como o direito se caracteriza pela divisão de seu espaço em faixas horizontais com distintos pisos em cada. Saindo da copa o primeiro tipo de piso é o ladrilho 1 numa faixa de menor dimensão (característica distintiva do transepto direito), posteriormente os ladrilhos do tipo 16, em sequência alinhado a porta lateral ladrilhos do tipo 21 e 17 e na parte final do transepto ladrilhos do tipo 1 (Imagem 104 e 105), estes últimos seguindo o mesmo padrão do transepto direito. Essa “alteração padronizada” dos transeptos (composta pela faixa de ladrilhos 16, 21 e 17) indica, como citado, um provável momento construtivo único, onde houve uma intenção de manter o mesmo padrão nas duas áreas, o que até então não tinha sido verificado em nenhum outro espaço do templo. A percepção é de que os demais casos constituem-se em alterações pontuais, feitas empregando materiais disponíveis no momento, sem a preocupação de compor um padrão (no caso dos ladrilhos).

Nossa análise indica que em um primeiro momento esse espaço era coberto pelos ladrilhos do tipo 1, que posteriormente foram substituídos pelo conjunto de piso 16,17 e 21 que fariam parte de um momento único de modificação, antes do ano de 1975 que foi quando o altar-mor foi reformado e instalado pisos cerâmicos em seu espaço.

Outra característica distintiva desse transepto é a questão de seu espaço não possuir demais delimitações como é o caso que ocorre no transepto direito, possuidor de um anexo ao fundo.

Imagem 104 - Ladrilhos presentes no transepto direito.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 105 - Ladrilhos presentes no transepto esquerdo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Em alguns pontos do templo é verificado a presença de um piso distinto, de acabamento em cimentado liso¹⁷⁷ (23) (Imagem 106). Esse tipo de piso se localiza nos espaços de transição entre a nave central e laterais e também próximo a escada de acesso ao coro. Dentre os pisos identificados no templo este é o mais complicado de estabelecer uma cronologia construtiva. A partir dos dados que dispomos, e somente a partir de uma análise parietal visual não interventiva não é possível estabelecer se já existiria um piso antes da instalação dos ladrilhos ou se este seria resultado do mesmo momento de instalação dos ladrilhos, já que está nivelado com estes. O nivelamento que há entre o cimentado liso e os ladrilhos aparenta uma contemporaneidade, e a ausência de acabamento em ladrilhos hidráulicos nesses espaços pôde ter tido o objetivo de demarcação (como é o caso da nave central e laterais) e distinguir o espaço de transição entre elas. Esse piso não aparenta ser uma alteração, provavelmente antes da instalação dos ladrilhos existisse um contrapiso, que pode ter sido retirado ou utilizado para a implantação do novo piso (em ladrilhos). O cimentado liso que constatamos atualmente, poderia estar num nível mais baixo (o original) no momento de instalação dos ladrilhos e depois foi dado esse acabamento em cimentado liso nivelando-o, sendo que o mesmo pode não ser necessariamente o original (de 1875) pois estes espaços provavelmente passaram por reformas no decorrer da história de vida do templo.

¹⁷⁷ “Cimentado cujo acabamento resulta em superfície bem lisa. Consiste no alisamento do piso com colher de pedreiro ou desempenadeira em movimentos circulares, simultaneamente ao seu polvilhamento com cimento puro ou cimento misturado ao pó xadrez. O alisamento e polvilhamento são feitos enquanto o piso ainda está úmido. Frequentemente é utilizado internamento. Pode ser encerado, é também chamado cimentado queimado e cimento em lençol. A tarefa de executar o cimentado liso é chamada de queimar o piso” (ALBERNAZ E LIMA, 1998a, p. 151).

Imagem 106 - Cimentado liso (esquerda) verificado entre a porta principal e nave central e entre a nave central e nave lateral (direita).



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

A partir dos levantamentos até aqui apresentados podemos constatar o histórico de vida dessa edificação em seus vários momentos. É importante pois considerar que mais do que focarmos somente nesses aspectos formais arquitetônicos, dos seres não-humanos/ coisas, partimos da premissa de que a edificação é formada a partir da junção desses elementos, mas também incorpora os seres humanos, que estabeleceram e estabelecem relações com a fisicalidade do templo no decorrer do seu histórico de vida e inclusive na contemporaneidade. De fato, muitos desses seres humanos, que podemos chamar de atores silenciosos, que deixaram suas marcas nessa edificação já não se encontram mais presentes, essas “marcas” são exatamente esses aspectos e etapas apresentadas anteriormente. Além dessas marcas, na espacialidade do templo os próprios seres humanos foram incorporados, ou seja, por meio de sepultamentos. Esses sepultamentos são deveras importantes para compreendermos como as relações entre as coisas e seres humanos se mostram fluidas, se mesclam para formar o híbrido que é o templo.

A partir do levantamento desses sepultamentos buscamos expandir o nosso campo de análise, fazendo uso das premissas da arqueologia simétrica conjugada a arqueologia da arquitetura e encarando esse templo não somente como a junção de sua espacialidade e fisicalidade, mas principalmente do ponto de vista da hibridização

englobando coisas, humanos, não-humanos e principalmente as relações que ocorrem entre esses seres. Esses aspectos, se mostram a nós por meio dessas modificações, histórico de vida, inter-relações, constituição mutua conservadas e materializadas na estrutura do templo.

Como já vimos no decorrer do texto, a prática de enterramentos no interior das igrejas foi bastante comum, porém no decorrer do tempo, por acreditar que esses enterramentos ofereciam risco a saúde das pessoas, a prática foi proibida. As igrejas abarcadas pela pesquisa foram edificadas em momento posterior a essas proibições, que ocorreram por volta de 1850, mas apesar disso mantiveram a tradição de inumações nos templos, mesmo que de forma mais restrita. O templo de São João Batista, nos seus mais de 145 anos, só recebeu 3 enterramentos em seu interior que serão apresentados a seguir.

O primeiro sepultamento realizado no interior do templo data de 1911 e é pertencente ao Padre de nome Custodio Arraes, na sua lápide se destacam informações sobre o mesmo (nome), data de nascimento e falecimento (24/09/18??¹⁷⁸ - 07/05/1911), o estado onde nasceu (Ceará), uma dedicatória e uma frase em latim "*Requies in pace*" que significa "descanse em paz". Esse sepultamento se encontra no piso do templo e localizado na parte frontal direita da nave central (Imagem 107). Esse primeiro sepultamento nos fornece indícios de que no ano de 1911 os ladrilhos de tipologia 1 (que se mantêm na maior parte da nave central atualmente) já estavam instalados, na ocasião da realização da sepultura os ladrilhos presentes nesse local foram retirados para a inumação do corpo e no seu local foi feita a instalação da lápide de mármore.

¹⁷⁸ O estado de conservação de algumas letras e números da lápide impedem sua identificação precisa.

Imagem 107 - Primeiro sepultamento realizado no templo.



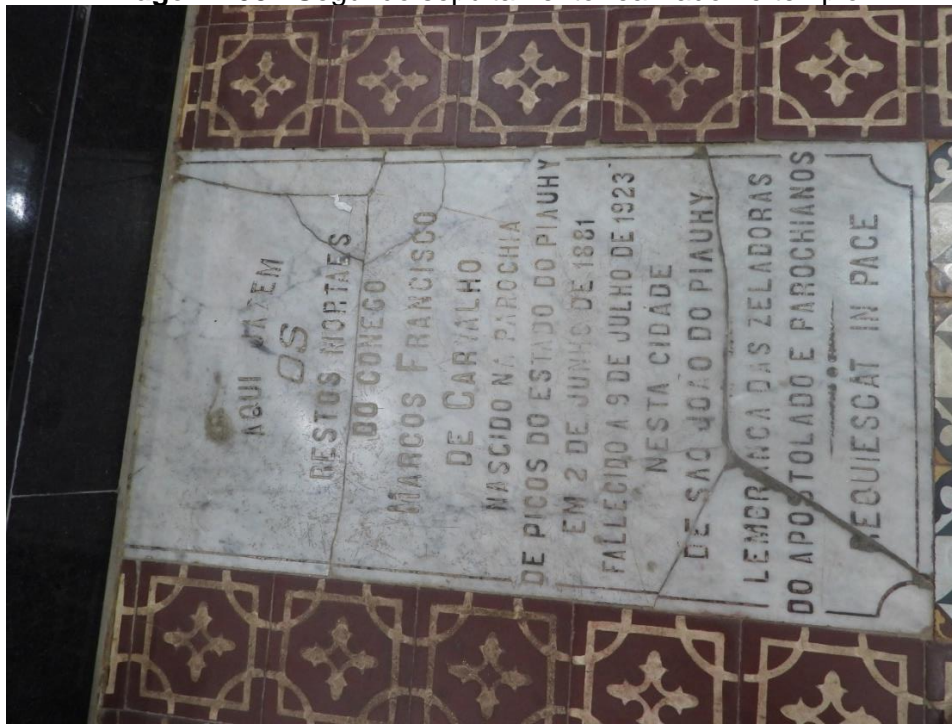
Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Já o segundo sepultamento foi realizado no ano de 1923, e pertence ao Cônego Marcos Francisco de Carvalho. Na sua lápide são destacadas informações sobre sua naturalidade, o cônego é de Picos-PI, nascimento e falecimento (02/06/1881 – 09/07/1923), dedicatória, e uma frase, assim como no sepultamento anterior, em latim que traz “*requiescat in pace*”. Essa expressão apesar de um pouco diferenciada da anterior significa “descanse em paz” (Imagem 108 e 109).

Esse segundo sepultamento foi realizado no piso em frente ao altar-mor, anexo a este se encontra o conjunto de pisos em forma de cruz já apresentado anteriormente. Esse sepultamento é mais recente que o anteriormente apresentado e apesar disso sua lápide se encontra bem danificada, com várias rachaduras. Provavelmente essas rachaduras ocorreram no momento durante a substituição do piso do tipo 1 para colocação mosaico de pisos (tipos 16 e 17), que compõem a porção frontal do espaço do altar-mor. Portanto, nesse contexto temos dois momentos bem demarcados, o primeiro relativo à substituição do ladrilho original (tipo 1) para

instalação da lápide e posteriormente a retirada do piso 1 para instalação do piso 16 e 17 (mosaico) e desse processo resultando o dano na lápide.

Imagem 108 - Segundo sepultamento realizado no templo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Imagem 109 – Visão ampla da localização do sepultamento 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

O terceiro e último sepultamento identificado foi realizado no ano de 2001 e é pertencente a Monsenhor Solón Correia de Aragão (Imagem 110). A lápide é

diferenciada das demais por ser formada por uma composição de granitos vermelhos (borda) e preto (centro da lápide), ela contém informações como nome, data de nascimento e falecimento (09/06/1921 – 19/01/2001), naturalidade (Balsas-MA) além de informações em referências aos seus feitos em vida, pois o referido religioso foi vigário da paróquia por 49 anos. A relevância desse religioso para a igreja e região é constatada pelo memorial em nome do mesmo que possui inúmeras informações sobre o histórico do templo, figuras importantes e fatos e eventos marcantes.

Imagem 110 - Terceiro sepultamento realizado no templo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, maio de 2021.

Esse sepultamento se localiza no piso da parte final direita do transepto esquerdo; neste local se conservaram os ladrilhos que acreditamos serem os originais (mais antigos, tipo 1), e que no momento da inumação do corpo foram retirados para a instalação da lápide.

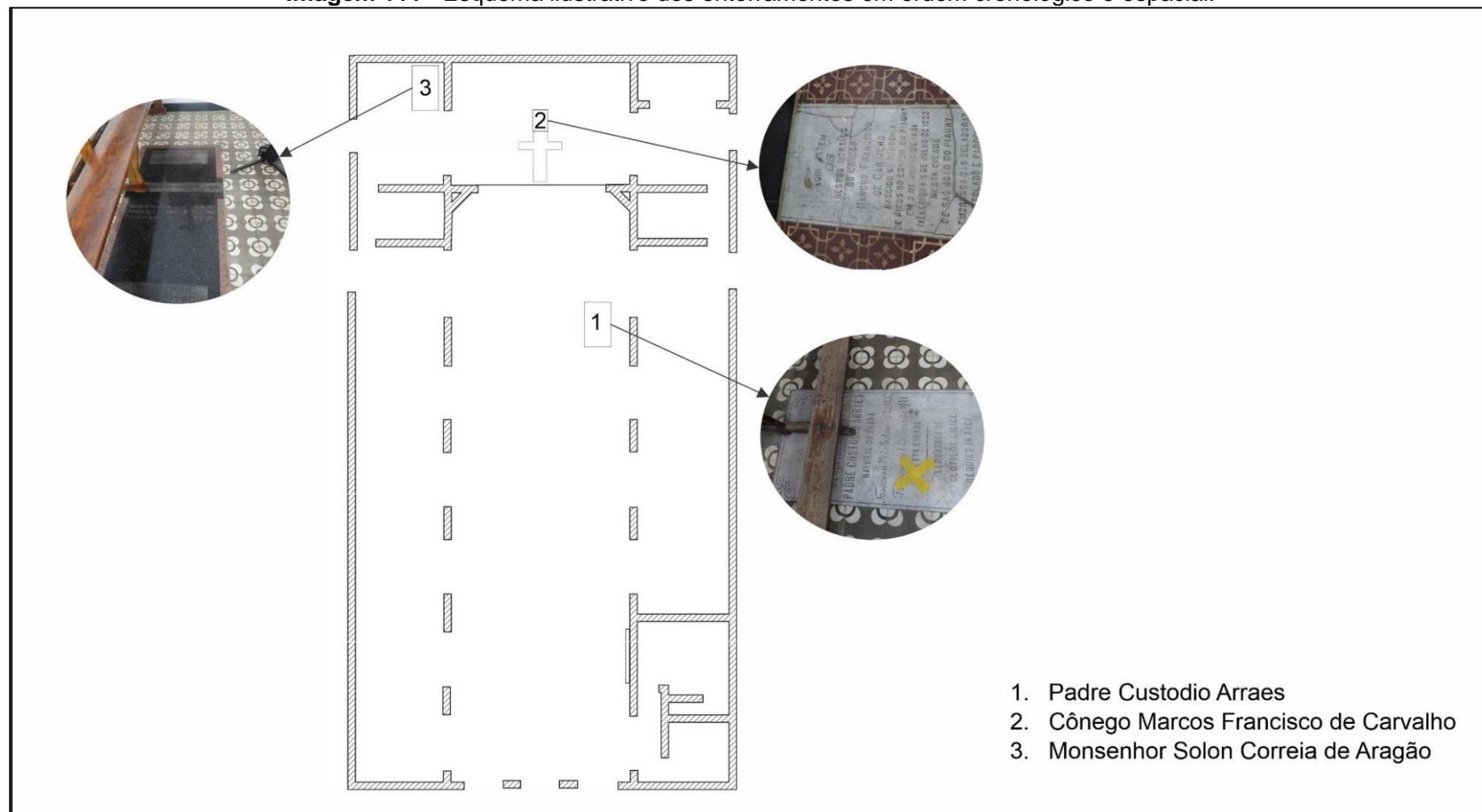
De posse dessas informações elaboramos esquema em tabela com as demais informações e representação gráfica correlacionando os referidos sepultamentos em ordem cronológica na espacialidade do templo (Tabela 5 e imagem 111).

Tabela 05 - Relação de informações dos enterramentos realizados no interior da Igreja Matriz de São João Batista, São João do Piauí-PI.

Número Sepultamento	Nome completo	Data de Nascimento	Data da morte	Idade de falecimento	Local da sepultura(hierarquia igreja /santidade)	Local sepultura (tipo)	Dizeres da lápide	Observação
01	Custodio Arraes	24/09/18??	07/05/1911	-	Lateral direita da nave central	piso	“Aqui jazem os restos mortaes do Padre Custodio. Natural do Ceará. Nasceu em 24 de setembro de 18--. Faleceu em 07 de Maio de 1911, nesta cidade. Lembrança de Clotilde Lilice. Requies in pace.”	Padre
02	Marcos Francisco de Carvalho	02/06/1881	09/07/1923	42 anos	Altar-mor (frente)	piso	“Aqui jazem os restos mortaes do conego Marcos Francisco de Carvalho. Nascido na Parochia de Picos do estado do Piauhy em 02 de junho de 1881. Falecido a 9 de julho de 1923 nesta cidade de São João do Piauhy. Lembrança das zeladoras do apostolado e parochianos. Requiescat in pace.”	Cônego
03	Solon Correia de Aragão	09/06/1921	19/01/2001	80 anos	Transepto esquerdo	piso	“Escolhido entre os homens e constituído a favor dos homens como mediador nas coisas de Deus... (Hb 5-7). Monsenhor Solon Correia de Aragão. Nascido em Balsas-MA 09-06-1921. Ordenado em S. Rdo Nonato-PI 01-01-1944. Falecido em Teresina-PI 19-01-2001. Durante 49 anos vigário desta paróquia.”	Monsenhor, vigário

Fonte: Elaborado pela autora.

Imagem 111 - Esquema ilustrativo dos enterramentos em ordem cronológica e espacial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Diferentemente do templo de São Raimundo Nonato, onde foram identificados sepultamentos de fiéis, no templo de São João Batista estes sepultamentos são em sua totalidade relacionados a religiosos do sexo masculino. Pela quantidade mínima de sepultamentos no interior do templo nesses mais de 100 anos podemos constatar que esta prática foi regida por normas que buscaram restringir tais acontecimentos e promover uma seleção rigorosa e restritiva das pessoas que seriam inumadas no interior do templo. Todos os sepultamentos foram realizados no piso e em distintas localizações no templo, mas concentrando-se na porção mais próxima ao altar-mor (nave central, altar-mor e transepto).

É importante também destacar elementos presentes no templo e seus objetos referentes ao contexto atual e contemporâneo, e que puderam por vezes ter passado despercebidos. Nas diversas imagens apresentadas anteriormente existem demarcações (Imagem 112 e 113) no piso da igreja e adesivos colados nos bancos exatamente para alertar os fiéis e frequentadores a manter as medidas de distanciamento social, importantes para combate do Coronavírus. Esses elementos nos auxiliam a compreender a dinâmica desses híbridos na contemporaneidade e como os muitos seres são dinâmicos se correlacionando e adaptando ao cenário atual em que vivemos. Portanto, todos esses seres (a própria edificação, seus espaços e objetos, seres humanos e não humanos) incluindo as novas marcações ou o vírus podem influenciar a maneira que a edificação e os seres não humanos nela presente (objetos) agem sobre a forma como fiéis e frequentadores passaram a ocupar e utilizar esses espaços, bem como a interação com os demais seres. Nesse viés podemos citar a relação entre bancos e fiéis, que devido ao contexto, foram totalmente alteradas, ou a introdução de novos seres como os frascos de álcool gel (Imagem 71).

Imagem 112 – Marcações nos bancos relacionado ao distanciamento social mínimo para evitar o contágio do Novo coronavírus.



Fonte: Elaborado pela autora.

Imagem 113 – Marcações nos bancos e piso relacionado ao distanciamento social mínimo para evitar o contágio do Novo coronavírus.



Fonte: Elaborado pela autora.

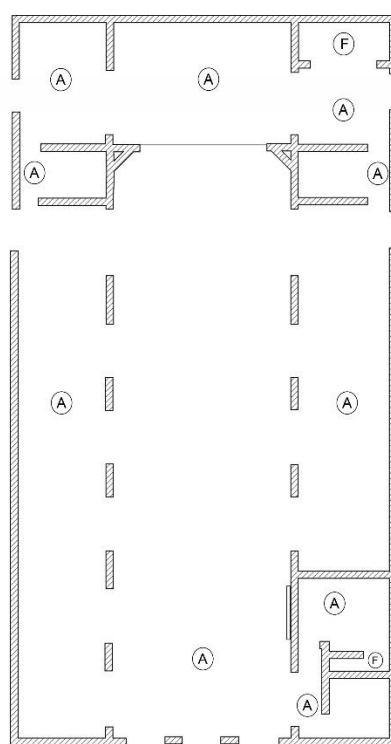
Após abordamos essas questões relacionadas a análise arquitetônica e funcional, seres humanos, não humanos, coisas e objetos, híbridos incorporados ao templo além de seu histórico de vida no próximo tópico nos dedicaremos a análise

relacionada a sintaxe. Buscando identificar como os espaços estão distribuídos e organizados e quais informações essa disposição nos apresenta.

4.2.3 Estruturação espacial

De um ponto de vista espacial podemos destacar informações importantes sobre como as relações foram condicionadas pela organização e forma dos espaços. Assim a partir da elaboração da planta baixa nos empenhamos em classificar os espaços quanto a serem abertos e fechados. Retomando, os espaços fechados são os que possuem uma única conexão¹⁷⁹ com somente um espaço distinto e os abertos quando possuem mais relações com outros espaços (Imagem 114).

Imagem 114 - Classificação dos espaços do templo em abertos e fechados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 12 espaços identificados somente 2 são fechados, ou seja, essa edificação é majoritariamente aberta, seus espaços são organizados de forma a permitir mais de uma ligação com distintos espaços. Os espaços abertos possuem as seguintes funções: nave central e laterais, transeptos, altar-mor, sacrário, copa, corredor de acesso a sacristia onde se localiza a escada de acesso ao coro e a própria sacristia. Já os espaços fechados, que são minoria, são o anexo da nave lateral direita, que

¹⁷⁹ Uma porta ou abertura para outro espaço.

estabelece relação somente e exclusivamente com esta e o banheiro pertencente a sacristia. A partir dos dados dessa análise elaboramos uma tabela (Tabela 6) para demonstrar como determinados espaços se mostram mais conectados e possuem mais relações (aberturas) com outros.

Tabela 6 - Classificação de aberturas (acessos dos espaços abertos).

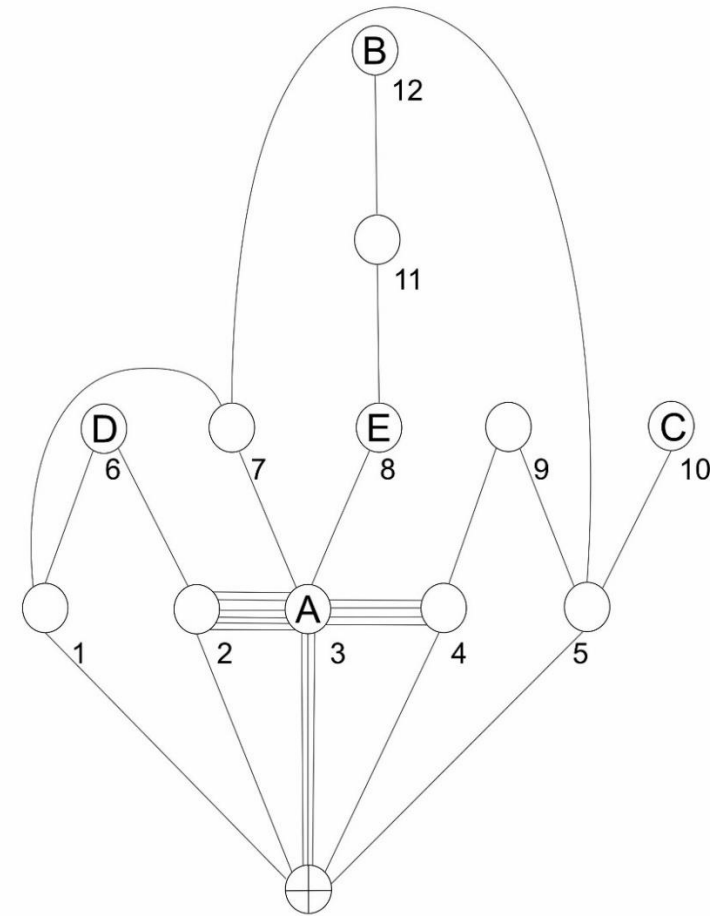
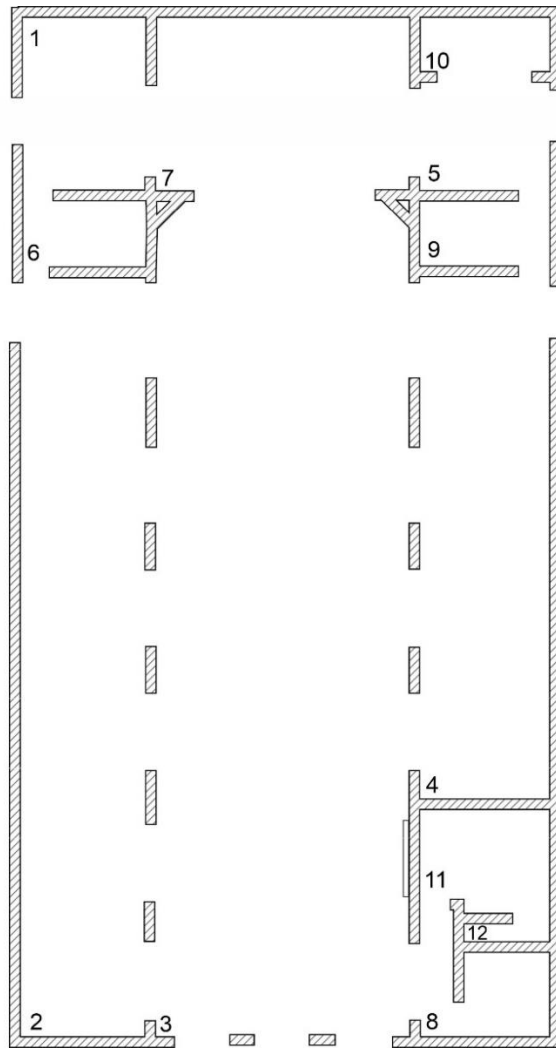
Numeração	Função	Quantas conexões?
3	Nave central	15
2	Nave lateral esquerda	8
4	Nave lateral direita	6
5	Transepto direito	4
1	Transepto esquerdo	3
7	Altar-mor	3
6	Copa	2
9	Sacrário	2
8	Corredor/ escada acesso superior	2
11	Sacristia	2

Fonte: Elaborado pela autora.

Acima podemos constatar que assim como no templo de São Raimundo Nonato o espaço que detém o maior número de aberturas é o da nave central, pelo mesmo motivo, da quantidade de arcos que estabelecem interconexão entre os referidos espaços, somado a isso as três portas de acesso ao exterior são também consideradas. A nave esquerda possui mais aberturas que a direita em função de que esta última possui seu espaço reduzido pela presença do corredor, escada e sacristia. O transepto direito possui mais aberturas por estabelecer relação com o anexo que possui. O altar-mor estabelece relação com nave central e os transeptos direito e esquerdo. Os demais espaços possuem duas conexões por possuírem a entrada que dá acesso aos mesmos e uma outra conexão com outro espaço

Posteriormente elaboramos o mapa gama (Imagem 115) e por meio dele podemos esquematizar os espaços abertos e fechados em níveis, por que como vimos cada nível (espaço a ser percorrido para chegar a outro) já equivale a um controle maior se comparado aos espaços do primeiro nível.

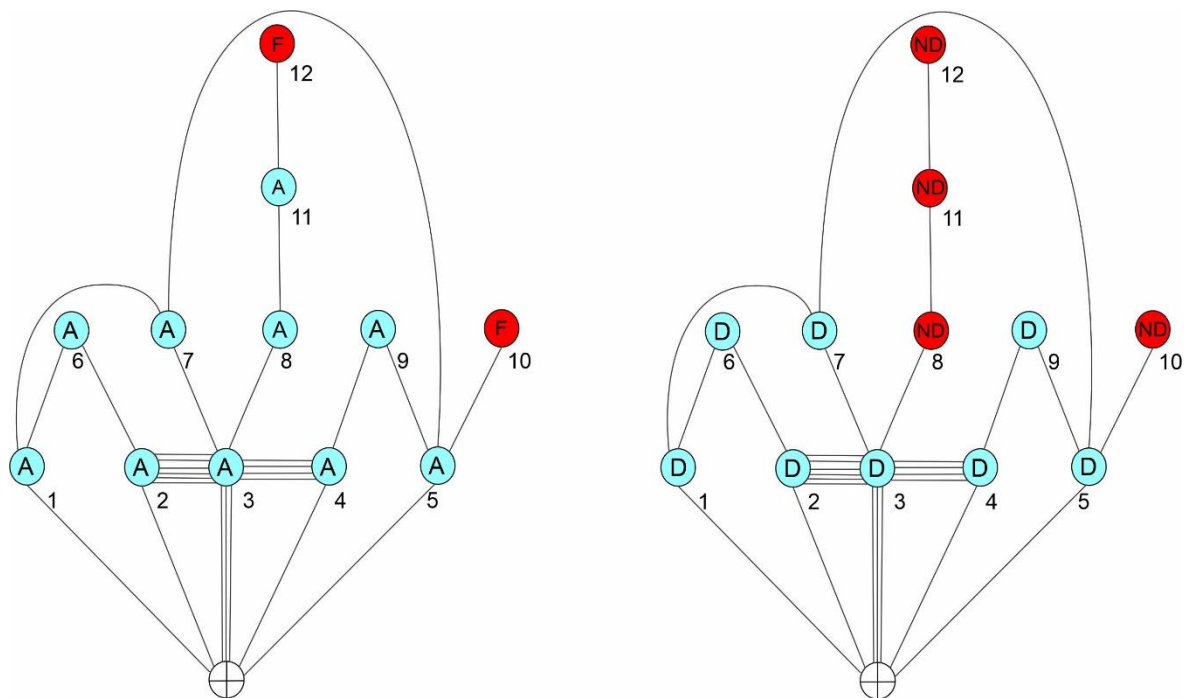
Imagem 115 - Numeração dos espaços da planta baixa e mapa gama justificado.



Fonte: Elaborado pela autora.

No mesmo viés comparativo, classificamos os espaços no mapa gama em distributivo e não-distributivo.¹⁸⁰ Essa análise em separado dos dois tipos classificatórios (Imagem 116) nos demonstrou um ponto importante, pois, diferentemente do templo anterior analisado, onde todos os espaços abertos eram distributivos e os fechados não distributivos, no templo de São João Batista constatamos que não necessariamente os parâmetros de uma classificação coincide com a outra. Isso nos demonstrou que nem todos os espaços abertos eram distributivos nessa edificação, no sentido de que alguns espaços possuíam relação com mais de um espaço, porém, só possuíam uma única forma (rota) de acessá-los.

Imagem 116 - Comparativo entre mapa gama justificado com informações sobre espaços abertos e fechados e distributivos e não-distributivos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse templo tem a maior parte dos seus espaços classificados como distributivos, ou seja, com mais de uma rota de acesso. Os espaços não distributivos são somente quatro, a saber: o corredor, a sacristia, o banheiro da sacristia e o anexo do transepto direito. Esses espaços não distributivos indicam um maior controle de acesso aos mesmos. Já nos distributivos têm-se implícito a ideia de um menor controle e uma maior facilidade de acesso, não por acaso esse acesso pode ser feito de várias

¹⁸⁰ Recapitulando, os espaços distributivos possuem mais de uma rota para se chegar a ele (rotas em anéis) e não distributivo quando possui somente uma rota.

formas, diminuindo assim o controle sobre as pessoas que adentram aos mesmos, facilitando o trânsito no interior da edificação. Esse controle difuso ou ordenado dos espaços pode ser corroborado pelos objetos e elementos alocados nesses espaços, no sentido que os espaços com menor controle e maior facilidade de acesso são exatamente os que possuem objetos de uso público como bancos, ventiladores, cadeiras entre outros. Já os não-distributivos são os espaços mais restritos a funções específicas e a pessoas que possuem um maior controle sobre a edificação, como é o caso dos religiosos que tem acesso a sacristia.

Do ponto de vista da simetria, tendo como referencial o transportador (ambiente externo), os espaços são em sua maioria assimétricos, pois não tem relação direta com o exterior, somente os do primeiro nível que são simétricos. Os espaços simétricos demonstram uma maior facilidade de acesso e o intuito de que ocorra interações entre as categorias sociais, ou seja, as pessoas que frequentam (visitantes) e os que detêm um domínio maior sobre a edificação (religiosos).

Os níveis têm como ponto de referência o exterior, ou transportador, é a partir deste que contabilizamos os níveis dos espaços da edificação. Como a edificação é composta por quatro níveis podemos observar por meio dessa hierarquia que alguns espaços são em um primeiro momento mais fáceis de serem acessados e os demais dependendo do nível já são mais reservados, pois pressupõe a passagem por um ou mais espaços para se chegar a eles.

No primeiro nível são os espaços de mais fácil acesso que estabelecem relação direta com o exterior. É o caso do transepto esquerdo, nave lateral esquerda, nave central, nave lateral direita e transepto direito. É importante considerar que dentre esses espaços enumerados o que detém o maior número de relações com o exterior é a nave central, olhando por esse viés é o mais propício a ser acessado exatamente pela quantidade de aberturas que o interligam com o referido espaço externo.

Os espaços do primeiro nível, distributivos e simétricos, como vimos, tem foco de integrar as categorias sociais, essa integração pode ser corroborada pelo conjunto de objetos e coisas que esses espaços detêm, são exatamente os elementos de uso comum e público como bancos, cadeiras, ventiladores entre outros.

Já no segundo nível podemos observar os espaços destinados a funções mais específicas, não se tem mais o interesse ou intuito de integrar as categorias, mas sim o contrário. Como é o caso da copa, do altar-mor, do corredor que dá acesso a sacristia, o sacrário e o anexo do transepto direito. Os referidos espaços são mais

restritos, possuem conjuntos de elementos mais reservados a funções específicas, não sendo locais para a circulação ou trânsito do público, as pessoas só se dirigem a estes espaços tendo finalidades ou para executar ações específicas. Os objetos reforçam a ideia da função específica e do não uso público, são elementos manipulados por quem detém um controle maior da edificação. Nesse viés podemos citar o caso da copa, onde se encontram também imagens e elementos sacros, o anexo do transepto direito possui objetos alocados por essas mesmas pessoas e não pelo público em geral (imagens sacras de decoração, etc.). O altar-mor não é acessado pelos frequentadores, é um espaço destinado aos padres e religiosos. O corredor que dá acesso a sacristia é utilizado exclusivamente ou preferencialmente pelos padres e religiosos.

Nos demais níveis 3 e 4 se encontram respectivamente os espaços da sacristia e banheiro. O espaço é de uso restrito do padre do templo e nele se encontram elementos e objetos de uso pessoal, como indumentária para realização das celebrações, imagens sacras entre outros de uso mais restrito e pessoal.

A edificação pode ser categorizada em resumo como distributiva, assimétrica e rasa, apesar de possuir quatro níveis a maioria de seus espaços se encontram dispostos horizontalmente e não de forma linear. De um ponto de vista mais geral podemos constatar que os espaços mais rasos são mais acessíveis ao público em geral e quanto mais profundo é o espaço, mais direcionado a funções específicas, ele será sendo acessado apenas por pessoas que detém um maior controle da edificação.

Portanto, podemos constatar que num primeiro momento as descrições predominantemente distributivas nos demonstram a ideia de facilitar a entrada de pessoas ao interior do templo, oferecendo poucos focos de controle para que isso ocorra. Isso é demonstrado pela quantidade de rotas passíveis de serem feitas para adentrar ao templo, facilitando assim o trânsito e fluxo de pessoas. Num segundo momento as descrições assimétricas demonstram que dentro da edificação o que predomina e fica explícito é o intuito de segregação das categorias sociais, direcionando estas a determinados espaços e demonstrando a diferenciação entre os demais que já não são de uso público, mas destinados a funções específicas. As funções de cada espaço as regras regentes dos mesmos são configuradas pela própria “dificuldade” de acesso, pois é necessário passar por outro espaço, como pela forma em que estes se organizam, tudo isso conjugado juntamente com a

consideração das coisas que são alocadas nos mesmos corroboram com as interpretações destacadas a partir dessas análises.

4.3 CAPELA DA IMACULADA CONCEIÇÃO (PONTA DA SERRA-DOM INOCÊNCIO)

Nesse tópico vamos nos ater as análises empreendidas na capela de Ponta da Serra, município de Dom Inocêncio. Essa igrejinha foi construída sob devoção a Imaculada Conceição e juntamente com as demais, apresentadas anteriormente, compõem o conjunto construtivo idealizado por Frei Henrique José Cavalcante. Entre as igrejas estudadas essa é a mais antiga, sua data de construção remonta ao ano de 1870¹⁸¹. De início nossas análises se focaram na identificação e classificação dos elementos presentes em sua fachada, com vistas a identificar as características arquitetônicas e construtivas que o templo possui. Posteriormente foi analisado como os espaços do templo se encontram organizados e distribuídos, a sua funcionalidade, os indicativos de seu histórico de vida e as redes de relações que estabeleceu com os distintos seres que foram incorporados a sua espacialidade ou deixaram suas marcas materializadas na mesma. Por fim discutimos como a espacialidade do tempo está organizada com foco no estudo da sintaxe espacial, classificação dos espaços e das relações que estabelecem entre si e com os seres alocados em seus espaços e que fazem uso da edificação.

4.3.1 Análise externa (fachada)

A análise dos elementos externos foi focada na identificação das características arquitetônicas e construtivas presentes na fachada principal. Para tanto foi realizada a identificação de suas características e elaborado um esquema gráfico ilustrativo e tabela para esquematizar as informações levantadas. Devemos levar em consideração que esse templo é bem mais “simples” que os demais, com uma quantidade menor de elementos arquitetônicos e construtivos, porém, isso de maneira alguma diminui a sua relevância para estudo.

De posse das informações anteriormente expostas se iniciou a análise do templo, resultando na identificação de 8 elementos arquitetônicos, todos são

¹⁸¹ A construção desse templo é associada a figura de Frei Henrique José Cavalcante, sendo que a construção teria ocorrido por volta do ano de 1870. Pe. Sólton supunha que tivesse sido construída em 1875 (época em que Frei Henrique José Cavalcante esteve em São João do Piauí). Porém na região os relatos apontam que um outro Frei Henrique (português e da Ordem dos Jesuítas) teria edificado uma capelinha de pedra em Ponta da Serra no ano de 1685. Quando Frei Henrique José Cavalcante chega à região recebe o convite de conduzir a construção de um novo templo “maior e com melhor acabamento”, aceitando conduzir a empreitada e marcando para dezembro de 1870 a inauguração. (Para mais informações sobre as hipóteses da edificação da Capela de Ponta da Serra ver Damasceno (2013, p. 67-86); Damasceno (2012, p. 63-69).

compartilhados com as duas igrejas analisadas anteriormente (Imagem 117, tabela 8).

Imagem 117 - Numeração dos elementos arquitetônicos identificados na capela de Ponta da Serra.



Fonte: Esquema numérico elaborado pela autora, registro fotográfico: Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2018).

Tabela 8 - Elementos arquitetônicos e construtivos identificados na fachada da Capela da Imaculada Conceição (Ponta da Serra).

Nº	Elemento
1	Cruz latina
2	Campanário (torre sineira)
3	Flecha
4	Embasamento
5	Arco abatido
6	Arco pleno
7	Guarnição
8	Cimalha

Fonte: Elaborado pela autora.

Iniciando a caracterização dos elementos identificados podemos citar que o templo de Ponta da Serra não possui frontão, mas possui uma fachada em ângulos

retos e finalização superior triangular, com um telhado de duas águas. Possui uma única cruz localizada sobre a torre sineira, de tipologia latina aparentemente de madeira (Imagem 118).

Imagem 118 - Detalhe da cruz localizada sobre a torre sineira.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2018).

A fachada, diferentemente dos templos anteriores, é de um tipo mais simples, ou menos ornamentada, característica típica da Arquitetura Chã; possuindo somente uma torre sineira localizada na lateral esquerda no mesmo plano de composição da fachada. Esse tipo de fachada também remete aos templos coloniais, como pode ser observado na Igreja de São Cosme e Damião (Igarassu-Pernambuco) que representa de forma clara os elementos arquitetônicos e sua disposição nas igrejas coloniais e do estilo chã/ chão¹⁸² (Imagem 119).

Imagem 119 - Igreja de São Cosme e Damião (Igarassu), representante do estilo colonial e chã/chão. A direita detalhe do acabamento bulboso sobre a torre sineira.

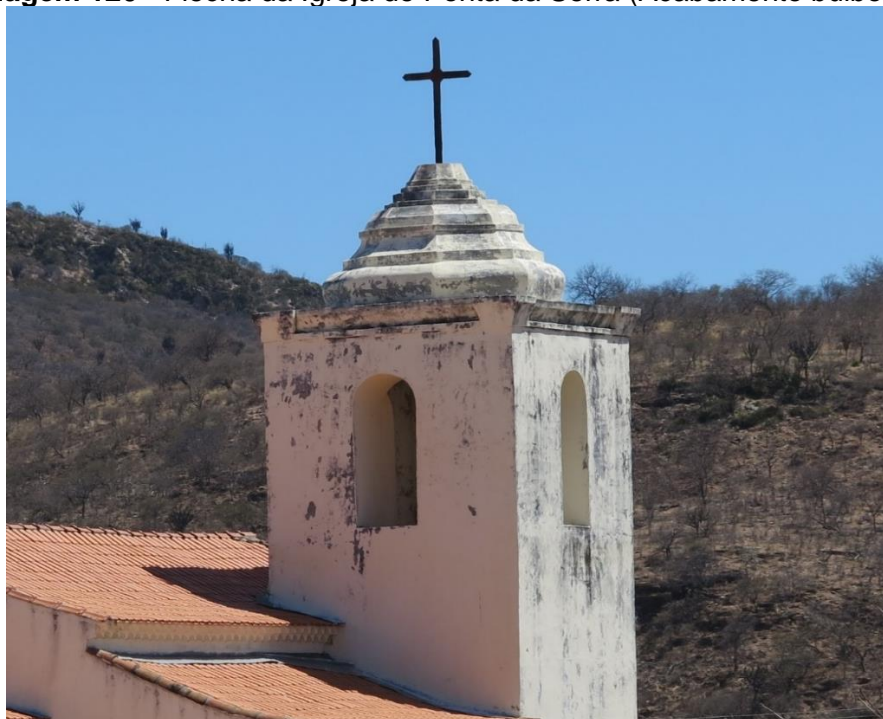
¹⁸² Cavalcanti Filho (2013) cita que a referida Igreja de São Cosme e Damião representa a “(...) real linguagem que as edificações religiosas deviam apresentar à época(...)”, o autor se referia ao século XVI. Esse mesmo templo é apresentado pelo autor como classificado como chã.



Fonte: HPIP (s.d.); Extra (2018).

O referido templo, apresentado acima, também compartilha um outro elemento com a Igreja de Ponta da Serra. Sobre o campanário (torre sineira), a flecha possui acabamento em bulbo (Imagem 120). Esse tipo de acabamento bulboso se assemelha a base que dava sustentação aos cruzeiros históricos dos templos de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, anteriormente apresentados.

Imagem 120 - Flecha da Igreja de Ponta da Serra (Acabamento bulboso).



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2018).

O templo não possui coruchéus, nem divisões em tramos, a fachada também não tem divisões. A maior parte dos elementos se encontram dispostos na parte direita

do templo, ou seja, possui somente uma porta, sobre essa porta se encontram dispostas duas janelas paralelas, e na torre sineira uma abertura para um único sino.

Na parte inferior da fachada se encontra o embasamento (Imagem 121), com acabamento em pedra. A pedra utilizada é o arenito (PÉCLAT e HIROOKA, 2020), esse mesmo material é utilizado como acabamento do piso da parte externa (pátio elevado em frente ao templo), nos degraus de acesso a esse pátio, no jazigo lateral a capela-mor e na lateral do templo. Aparentemente o embasamento foi colocado em momento posterior a construção do templo, sendo que para confirmação dessa hipótese seriam necessárias intervenções na fachada o que não é possível no momento. Porém alguns indicativos dão suporte a essa proposição, nas imagens 121 e 122 é verificado a presença do acabamento sobre a moldura da porta, demonstrando que foi implantado em um momento posterior.

Imagem 121 - Detalhe do embasamento em pedra do templo.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

Os arcos da porta, janelas e abertura do sino, foram classificados da seguinte forma. Os arcos da porta e das duas janelas são arcos de tipologia abatido (Imagem 122- esquerda). Ao redor das portas, a moldura recebe o nome de guarnição. Já a abertura da torre sineira é do tipo arco pleno (Imagem 122-direita).

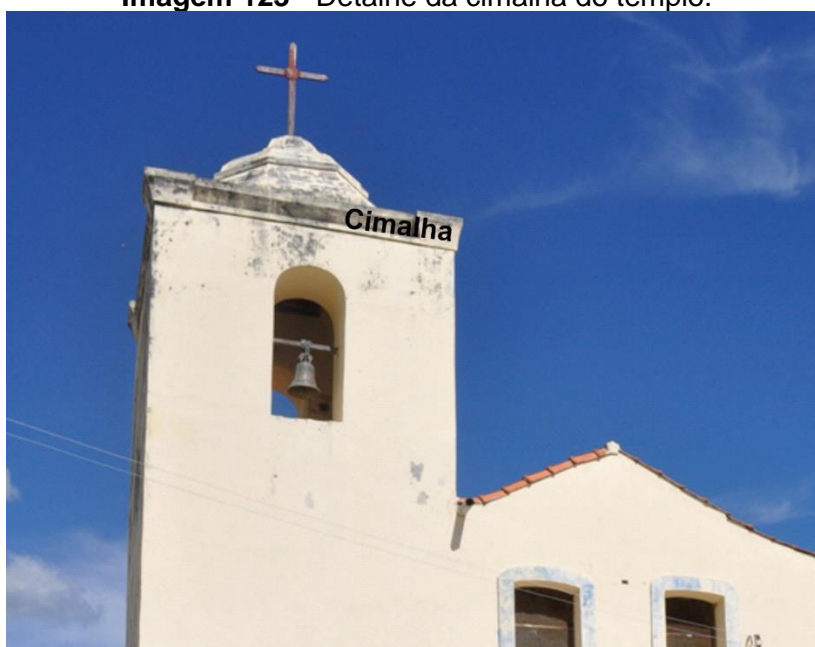
Imagem 122 - Detalhe dos arcos abatidos da porta e janelas, a guarnição em volta da porta e janelas, e o arco pleno da torre sineira.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

Por fim sob a torre sineira a moldura sobressalente é a cimalha (Imagem 123). Esse elemento tem formado quadrangular delimitando toda a extremidade da torre e a diferença de nível nas porções externas (entre as molduras) gera uma composição de certa forma ornamental e decorativa.

Imagem 123 - Detalhe da cimalha do templo.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2019), modificado pela autora.

A partir da análise da fachada do templo de Ponta da Serra (Capela da Imaculada Conceição), pudemos classificar os seus elementos arquitetônicos e construtivos. De forma geral esse templo é pouco ornamentado, se comparado aos

anteriormente analisados, no sentido da quantidade de elementos identificados. Porém, apesar disso, esses mesmos elementos são compartilhados com os demais templos, e o conjunto de todos os templos traduz essa linguagem “simples” do ponto de vista construtivo. Como podemos constatar, o templo de Ponta da Serra possui uma similitude com a Igreja de São Cosme e Damião, que se constitui como referência da arquitetura colonial e chã. No mais, a ausência de elementos decorativos e o uso de elementos retilíneos é o mesmo padrão verificado na Igreja de Ponta da Serra. Se num primeiro momento esse templo aparenta ser distinto dos de São João do Piauí e São Raimundo Nonato, ao analisa-lo constatamos que na verdade todos os seus elementos arquitetônicos são os mesmos já verificados nos demais templos.

Muito da simplicidade desse templo em comparação com os demais decorre da posição que ocupa na hierarquia católica dos templos. As demais igrejas, de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, ocupam posição de catedral/ matriz e matriz respectivamente. Nesse contexto a Igreja de Ponta da Serra tem função de capela, e ocupar essa posição na hierarquia dos templos já se pressupõe uma série de questões administrativas, religiosas e até mesmo arquitetônicas. As igrejas catedrais e matrizes podem ser consideradas como pontos principais de irradiação do poder do bispo (catedral), ou ponto de congregação de um conjunto de comunidades de uma determinada região (Matriz). As capelas, são igrejas de menores dimensões que não possuem um padre residente e fixado em período integral no local, como é o caso da matriz que possui pároco ou da catedral que possui bispo e sacerdotes. Os templos com função de capelas são destinados a dar suporte a comunidades ou grupos, porém os padres só se deslocam a esses locais em determinadas ocasiões e períodos. No caso de nosso estudo a Diocese de São Raimundo Nonato, possui a Catedral/Matriz de São Raimundo Nonato, de onde o bispo governa a diocese. A diocese é formada por várias paróquias e igrejas matrizes que se distribuem pelo território, estando inclusas nestas a de São João do Piauí. E em determinados locais, nas comunidades rurais existem as capelas, que não possuem a presença constante de um religioso, mas possuem materializada a presença da Igreja Católica na forma de edificação religiosa (templo).

Essa discussão serve para demonstrar que os templos estudados possuem funções distintas¹⁸³, e isso em si pode ser um possível parâmetro de explicação para

¹⁸³ As igrejas, como por exemplo as catedrais são templos de onde o padre (bispo) faz o controle da paróquia. A igreja catedral é a principal igreja de uma diocese (que engloba várias paróquias). As

as “diferenças” entre eles e principalmente o menor número de elementos arquitetônicos na fachada e o menor tamanho da edificação de Ponta da Serra em comparação com as demais. Assim, mesmo que todos os templos abarcados por nosso estudo possuam algumas características arquitetônicas, que os fazem figurar como edificações de um mesmo estilo arquitetônico, a posição hierárquica que eles ocupam resultam na “diferenciação” na quantidade de elementos arquitetônicos presentes nas mesmas.

O compartilhamento dos elementos arquitetônicos, como já demonstrado, dá suporte a discussão de que essa foi uma escolha intencional, por um estilo de construção e seleção de determinados elementos arquitetônicos. Dando continuidade a abordagem desse templo e para compreender como foi o desenrolar de sua história de vida, como se apresentou ao longo dos anos recorreremos as fontes bibliográficas e imagéticas, como será apresentado no tópico a seguir.

4.3.2 Histórico de vida

Com relação as imagens históricas e fontes bibliográficas sobre a Igreja de Ponta da Serra, esses registros são escassos¹⁸⁴, bem mais que os demais templos já analisados. Devemos levar em consideração que a referida igreja se localiza na zona rural, distante mais de 100 km da sede municipal, Dom Inocêncio. Na época de sua construção e no decorrer de seu histórico de vida esse tipo de documentação não foi efetuado ou ocorreu de forma esporádica. O que temos de mais palpável com relação ao templo é de fato a sua materialidade, alguns registros fotográficos e relatos de pessoas documentados nas fontes bibliográficas, pessoas estas que guardavam /guardam na memória informações sobre o referido templo. Esses elementos em conjunto foram considerados para entender mais a fundo como a igreja foi inserida nas mais variadas redes de relações com os muitos seres com os quais interagiu.

Para iniciar essa análise apresentamos a imagem aparentemente mais antiga que dispomos, indicativos como por exemplo a ausência de reboco e também a

matrizes são os espaços onde um sacerdote realiza celebrações importantes e ministra os sacramentos, como por exemplo a missa dominical e a realização de batizados e casamentos. As capelas são templos secundários que servem para dar suporte religioso a determinados grupos de pessoas ou mesmo comunidades, não tendo missas ou serviços eclesiais regulares (VIVA TATUAPÉ, 2019).

¹⁸⁴ Fizemos o levantamento bibliográfico sobre a referida igreja e encontramos alguns textos significativos para entender mesmo que em partes a história desse bem, dentre eles podemos citar: Damasceno (2013), Damasceno (2014), Pereira Junior e Kesting (2013), Cavalcante (2008), Hirooka e Péclat (2019), Péclat e Hirooka (2020) Bandeira (2021).

ausência de edificações anexadas ao templo, corroboram com essa hipótese (Imagem 124). Juntamente com essa imagem, abaixo, é apresentada um registro mais recente exatamente para percebermos as modificações que indicam o decorrer da vida dessa edificação (Imagem 125).

Imagem 124 – Registro histórico da Igreja de Ponta da Serra (19--).



Fonte: Péclat e Hirooka (2020, p. 16).

Imagem 125 – Igreja de Ponta da Serra (2019).



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

De antemão comparando os dois registros, como já citado, o que se destaca é a ausência de reboco, da cruz a torre sineira e das construções anexas ao templo, porém demais elementos distintos podem ser observados. No quesito arquitetônico podemos verificar a presença de uma janela sobre a porta lateral que não é verificada

na atualidade, provavelmente foi fechada em um momento posterior no decorrer da vida da edificação. Atualmente além do reboco, podemos constatar a presença do beiral (moldura, aparentando ser de tipologia beiral de cimalha¹⁸⁵) embaixo da linha do telhado e alguns “ganchos” metálicos instalados na lateral do templo¹⁸⁶. No local da atual edificação anexada ao templo, na imagem antiga, é verificada uma estrutura em madeira e coberta com palha. Também se destaca a presença de galhos de uma árvore a direita da foto e a ausência de cruz sobre a torre sineira.

Outro elemento que pode nos trazer informações é o telhado (Imagem 126), como podemos observar o telhado atual se encontra em sua maior parte em bom estado de conservação. Analisando o mesmo de uma maneira mais aprofundada podemos constatar no mínimo a presença de dois modelos distintos de telha, um mais quadrado que se encaixa com as demais no centro (aparentemente telha romana¹⁸⁷) e nas porções externas de limite do telhado, a telha de acabamento mais arredondado (colonial¹⁸⁸). As telhas do centro (mais quadradas) são mais recentes pelo bom nível de conservação, já as dos limites apresentam um grau bem maior de desgaste.

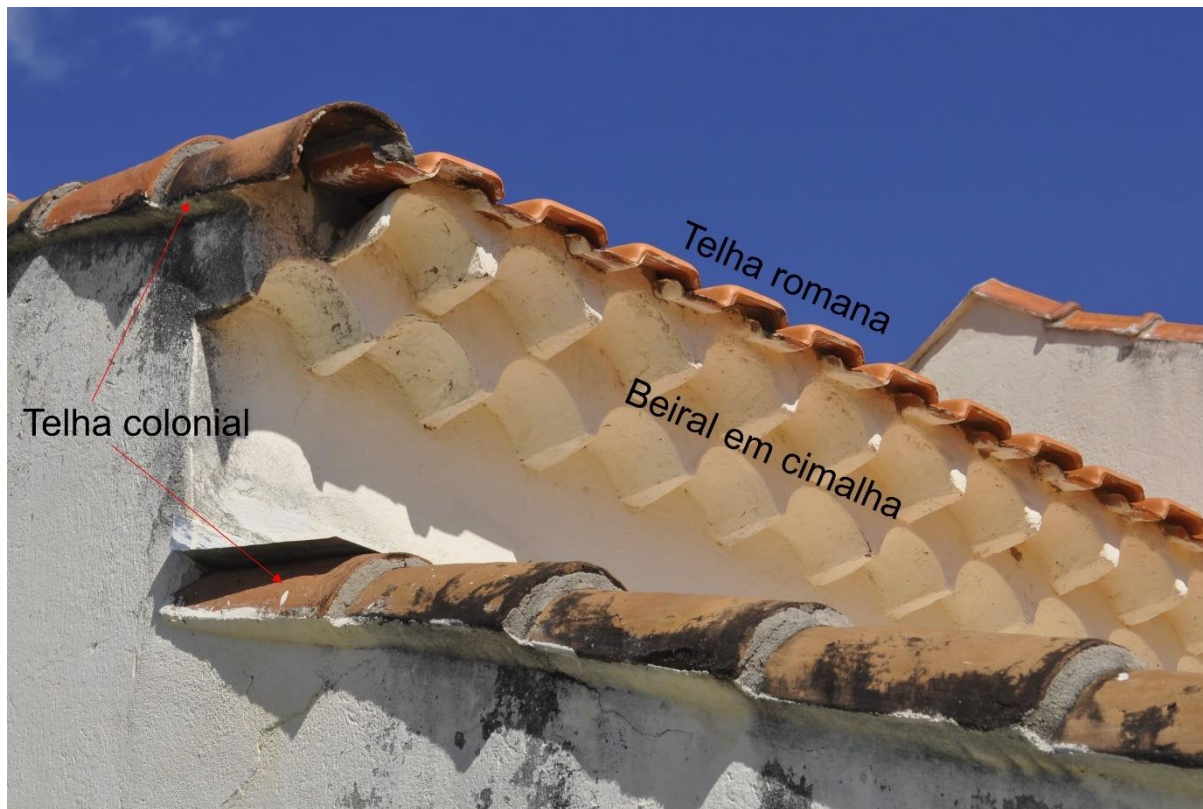
Imagem 126 – Detalhe das telhas e beiral da edificação.

¹⁸⁵ “As extremidades dos telhados, chamadas de beirais, apresentam inúmeras soluções que dependem da técnica construtiva do edifício e do tipo de telhado adotado. Para conseguir maior eficiência no escoamento das águas pluviais, afastando-as ao máximo das paredes e, ao mesmo tempo evitar seu refluxo para o interior do edifício, foram desenvolvidos ao longo do tempo, certos detalhes construtivos, com os mais variados materiais e formas que podem ser assim classificados (...)”. Os beirais de cimalha podem ser construídos dos mais variados materiais e se caracterizam pela modinatura e perfil que possuem (IPHAN: MANUAL DE CONSERVAÇÃO DE TELHADOS, 1999, p. 17-18).

¹⁸⁶ Suporte de calha destinada ao escoamento de águas pluviais.

¹⁸⁷ A telha romana tem um formato mais achatado (NATREB, s.d).

¹⁸⁸ Telha canal é uma “telha cerâmica curva que apresenta forma de meia-cana usada nas coberturas com a concavidade alternadamente voltada para baixo. (...) Pode ser feita manualmente ou mecanicamente. (...) Até o final do século XIX constitui-se no único tipo de telha cerâmica usada nas construções brasileiras. É também chamada telha de canal, telha colonial ou telha de meia-cana” (ALBERNAZ e LIMA, 1998b, p. 599).



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (2019), modificado pela autora.

As próprias construções anexadas ao templo, que são mais recentes, possuem telhados bem desgastados, provavelmente as telhas originais do templo ao serem substituídas foram reaproveitadas para essas construções.

Dando sequência as fotografias posteriores, mais recentes, nos mostram a igreja muito próxima a sua feição atual. Como podemos constatar abaixo (Imagem 127), os elementos arquitetônicos verificados são os mesmos, como uma única torre sineira, o coroamento bulboso, o embasamento, a disposição e número de janelas, porta, guarnição e cimalha. O que modifica de uma foto para outra é o acabamento dado a fachada, no caso, a pintura. Outro elemento que constitui uma alteração na fachada, um distinto momento de vida da edificação, é o padrão de energia elétrica, instalado em momento posterior a construção do templo.

Imagem 127 - Igreja de Ponta da Serra em dois momentos distintos.



Fonte: Imagem a esquerda Pereira Junior e Kesting (2013) e a direita Archaeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

Com relação a demais modificações, mesmo não documentadas por meios fotográficos, os relatos registrados nas fontes bibliográficas discorrem sobre as intervenções que o templo passou no decorrer de sua existência. Podemos citar, com base nessas fontes, que no ano de 1984 a igreja recebeu intervenções no teto e na parte externa, como a construção da calçada a frente do templo, o cruzeiro e instalação do sino. As fontes destacam que se conservaram o alicerce original, as suas paredes e a torre (DAMASCENO, 2012; PEREIRA JÚNIOR e KESTERING, 2013). A intervenção no telhado (teto) citada nas fontes provavelmente tem a ver com as modificações anteriormente apresentadas, onde as telhas foram substituídas.

Nas imagens abaixo (Imagem 128), que são de períodos distintos, podemos observar de imediato modificações estruturais e no conjunto de coisas compõem essa edificação. Ocorre uma variação no conjunto de objetos incorporados ao templo, como no caso os bancos, ventiladores, cadeiras. Na parte da estrutura o acabamento interno, onde foi realizado a pintura se destaca, assim como a presença de forro em pvc e luminária na fotografia mais recente.



Fonte: Imagem a esquerda Pereira Junior e Kesting (2013) e a direita Archaeo Pesquisas arqueológicas (2019).

Com relação aos sepultamentos, as fontes bibliográficas também nos trazem informações. Diferentemente dos templos anteriores, onde as sepulturas possuem delimitações claras, como lápides, na capela de Ponta da Serra esses indicativos não existem. Os relatos dão conta que o fazendeiro Carlão do Outeiro, que financiou a construção da igreja, juntamente com sua esposa, teriam sido sepultados ao lado da igreja (PEREIRA JÚNIOR e KESTERING, 2013). Os relatos propõem também que pessoas foram enterrados no interior do templo¹⁸⁹, porém, de posse das informações que dispomos até o presente momento, tal hipótese não pôde ser comprovada. Em um trabalho publicado mais recentemente (PÉCLAT e HIROOKA, 2020), traz-se destacada a informação da presença de um jazigo ao lado da capela-mor (Imagem 129 e imagem 130), em comparação aos demais templos analisados que possuem enterramentos no interior da igreja, esse se diferencia, pois está localizado na parte externa da edificação. Correlacionando com os relatos existentes, poderia este estar associado a figura de Carlão do Outeiro, o que no momento pela falta de informações mais aprofundadas não é possível comprovar.

Imagem 129 - Jazigo ao lado do altar-mor na capela de Ponta da Serra.

¹⁸⁹ “Há informações de que, existem pessoas sepultadas dentro da capela. Uma gordura que se verifica no piso da capela poderia ser a comprovação desses sepultamentos. Ela poderia ser derivada da decomposição dos corpos que ali foram sepultados” (PEREIRA JUNIOR e KESTERING, 2013, p. 162).



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

Imagem 130 - Visão ampla da lateral do templo, a direita, próximo as plantas, está situado o jazigo.



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

Atualmente podemos constatar e acompanhar o desenrolar de mais um capítulo do histórico de vida dessa edificação. No ano de 2021 a capela passou por

uma nova reforma e restauração (Imagem 131 a 134), associada a projetos de licenciamento ambiental. Na própria publicação de Péclat e Hirooka (2020) as autoras destacam que a escolha do templo para ações de “melhorias” se deu pelo motivo da “falta de manutenção do edifício na atualidade”. Esse ponto destacado pelas autoras, ou seja, a forma como a edificação se encontrava, para nós, tomando como base a Arqueologia Simétrica, é uma evidência não só da agência da mesma, mas também uma demonstração do estabelecimento de relações com distintos seres, o que resulta na forma que ela se apresenta na atualidade. Portanto, mais que uma falta de agência humana para mantê-la conservada a forma que ela se encontra é resultado da sua própria agência, que instiga ou promove o desejo de um certo grupo de pessoas (humano) interagirem com ela. Nesse contexto deve-se considerar ainda a relação que ela estabelece com os demais seres e coisas não humanas (como objetos, vento, chuva, animais, árvores, etc.) que também deixam marcas dessas relações em sua estrutura.

Destacando ainda essas relações que a edificação estabeleceu com os seres humanos e não humanos, o templo assumiu ao longo do tempo distintas funções¹⁹⁰, se inserindo em muitas redes de relações. Todos esses elementos e seres que fizeram uso dela ou com ela se relacionaram atuaram em sua estrutura fazendo com que na atualidade seja identificada essa necessidade de intervenções. A própria identificação de que esse templo “(...) merece restauração!” (PÉCLAT e HIROOKA, 2020) é a agência desse ser atuando, impondo as necessidades inscritas nele (GONZALEZ-RUIBAL, 2012). A partir disso, propomos que a agência dessa igreja é manifesta neste cenário, atuando sobre os seres humano, no sentido de destacar nos mesmos sentimentos relacionado a fazer nela uma restauração. Sendo que esse novo momento de restauração se constitui como mais uma etapa de história de vida que se tece na atualidade. Portanto, pode-se comprovar e constatar os indicativos de que uma edificação não é construída uma única vez para a eternidade, mas sim que a mesma é constantemente construída. As edificações, como a muito apresentado, não são algo estático no tempo. São seres dinâmicos passíveis de ação e de influência, sem necessariamente para isso dispor da presença de um humano. Devemos considerar que a mesma como híbrido é resultado da interação e estabelecimento de

¹⁹⁰ “Concebida como Igreja Imaculada Conceição, para além do ofício religioso, o local onde ela se encontra abrigou reuniões, comícios, passagem de tropeiros e feira como espaço de celebrações” (PÉCLAT e HIROOKA, 2020, apresentação).

relações com muitos seres no decorrer de seus muitos anos de existência. E que essas conexões não se findaram em um determinado momento mais continuam em constante atuação no período contemporâneo.

Imagem 131 - Igreja de Ponta da Serra em processo de restauração (2021).



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (site).

Imagem 132 - Igreja de Ponta da Serra em processo de restauração (2021).



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (site).

Imagem 133 – Altar-mor sendo restaurado.



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (site).

Imagem 134 – Altar-mor sendo restaurado.



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (site).

Nas imagens acima, que demonstram os trabalhos de restauração ainda em desenvolvimento, podemos destacar algumas modificações. Podemos verificar que na parte externa a igreja recebeu nova pintura (branca), cobrindo se inclusive as

pedras do embasamento. A moldura (guarnição) das portas e janelas também foram cobertas pela pintura. A porta principal que anteriormente era da tonalidade azul foi pintada de verde. Na parte interna, o forro em pvc foi retirado. O altar mor que possuía pintura em tonalidade azul escuro foi substituído pela tonalidade verde (a mesma utilizada na pintura da porta) pela maior parte de sua extensão (anteriormente o nicho central era de tonalidade verde escuro). Manteve-se a parte branca entre o arco maior e o menor do altar. Por fim, os arcos do altar, suas delimitações (colunas laterais) e seus níveis (degraus) receberam pintura em tonalidade de dourado.

Nas imagens anteriormente apresentadas fica clara a presença de uma edificação na lateral esquerda do templo. Achamos relevante apresentar algumas informações sobre ela, já que essa estrutura se encontra interligada/ mesclada ao templo de Ponta da Serra (Imagem 135). Esses anexos construídos em momentos posteriores a da edificação do templo, já tiveram variadas funções no decorrer do tempo como apontam as fontes bibliográficas. As construções anexas funcionaram como “sala de bordados” auxiliando as famílias da comunidade nos períodos de seca e fome que assolaram a região, sendo que na edificação funcionou também por um período a escola municipal¹⁹¹. Atualmente se encontram desativadas sendo reaberta somente em períodos festivos (PÉCLAT e HIROOKA, 2020). As intervenções de restauração de que a igreja está sendo alvo se expandiram a essas demais construções anexas, tendo como objetivo instalar nestas um centro de educação patrimonial (BANDEIRA, 2021).

Imagem 135 – Igreja de Ponta da Serra e construções anexadas a sua lateral esquerda.

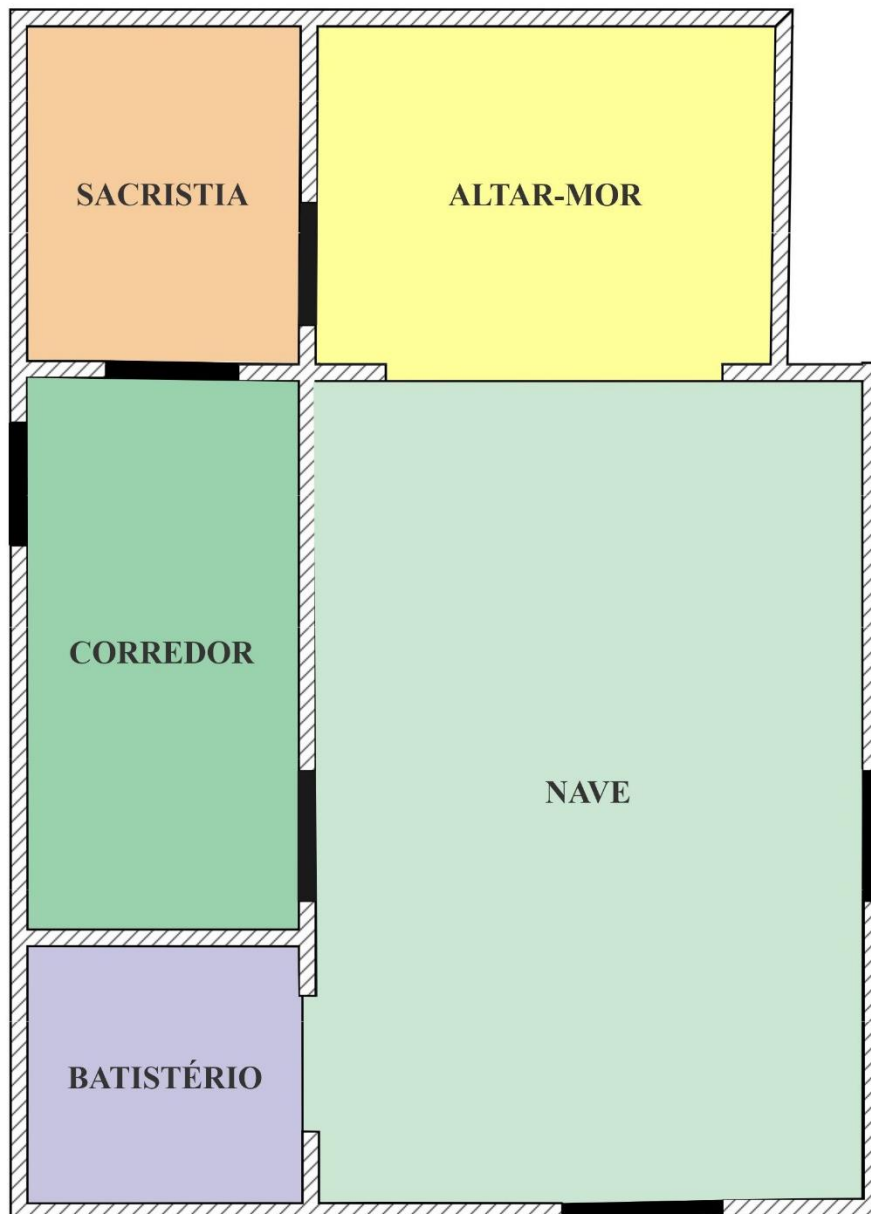
¹⁹¹ “Atualmente a escola de Ponta de Serra encontra-se desativada. Mas, conforme a narrativa de Conceição Leal, ela funcionou muito bem e por longo período, atendendo ao curso de bordado destinado as mulheres e crianças da região. (...) Hoje a casa de bordado da Igreja de Ponta da Serra é aberta somente em momentos de festejos, cujo espaço é utilizado para abrigar barracas” (PÉCLAT e HIROOKA, 2020, p. 39).



Fonte: Archeo Pesquisas Arqueológicas (2019).

Após essa apresentação do histórico de vida, nosso objetivo passa, a partir de agora a ser a análise do a parte interna da edificação, identificação dos seus espaços, buscando compreender como eles foram organizados e dispostos, assim como a suas respectivas funcionalidades. Para tanto utilizamos o conjunto de registros anteriores a essas modificações atuais, e que ainda se encontram em andamento, já que quando tomamos conhecimento dessas referidas intervenções as análises já haviam sido efetuadas.

Inicialmente elaboramos a planta baixa com a especificação dos respectivos espaços (Imagem 136). O templo possui os seguintes espaços: uma nave, um espaço na lateral esquerda da nave destinado ao batistério, um corredor, uma sacristia e um altar-mor (capela-mor). Para estabelecer as delimitações dos espaços, assim como nos templos anteriores, consideramos os limites físicos como paredes, portas (aberturas), assim como também as mudanças de materiais (como por exemplo pisos) e o conjunto de objetos que os referidos espaços possuem.



Fonte: elaborado pela autora.

A igreja possui somente uma nave, nela encontram-se alocados bancos destinados aos frequentadores, ventiladores, tomada e luminárias (Imagem 137 e 138). O acesso ao exterior pode ser feito a partir da única porta da fachada principal ou pela porta da lateral direita.

Imagem 137 - Vista da nave a partir do acesso principal.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

Imagem 138 - Vista da nave a partir do altar-mor.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

Nas imagens acima vemos os indicativos que comprovam o seu histórico de vida e estabelecimento de relações entre os seres, ou seja, coisas e elementos que foram anexados a espacialidade posteriormente a construção do templo, como por

exemplo elementos eletrônicos e tecnológicos (energia elétrica, ventiladores). Além destes é de se observar também o forro em pvc e acima da porta a mudança de material e marcas que indicam que lá provavelmente haveria uma abertura que aparentemente foi preenchida. É importante destacar também que nesse espaço a única abertura em arco é a que dá acesso ao batistério (lateral), a abertura de acesso ao corredor é quadrada.

Na lateral esquerda da nave, se encontra um pequeno espaço que é destinado ao batistério, nele se encontram alocados dois bancos (Imagem 139).

Imagem 139 - Detalhe do espaço destinado ao batistério.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

Ainda na lateral esquerda da nave se encontra um corredor, nele se verifica a presença de um banco e uma escada (degraus) que dá acesso ao sino e ao coro, podemos observar também duas cordas e alguns “ganchos” nas paredes (Imagem 140 e 141).

Imagem 140 - Corredor, visão a partir da entrada da sacristia.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

Imagem 141 - Corredor, visão a partir da entrada que o interliga a nave.

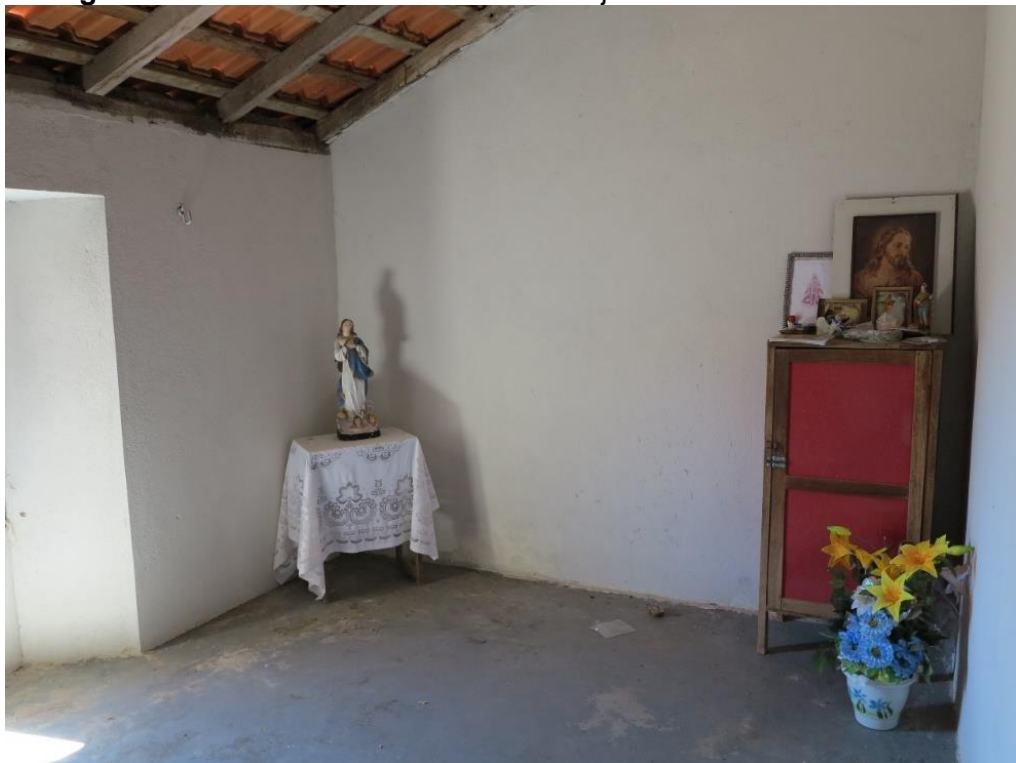


Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

Já na porção frontal (mais próximo ao altar-mor) se encontra o espaço, destinado a sacristia, este espaço estabelece relação com o referido corredor e também com o altar-mor, possuindo porta de acesso própria. Na sacristia se encontram alocados imagens sacras e religiosas, uma mesinha, um armário, alguns

quadros de pinturas de santos católicos, um vaso de flores e alguns “ganchos” na parede (Imagem 142). Numa foto de um outro momento mais recente constatamos o trânsito dessas coisas na espacialidade e como novos elementos foram incorporados (Imagem 143). Podemos enumerar a presença de instalação de sistema de iluminação com fiação aparente e lâmpada de filamento, o vaso que estava na lateral do armário foi deslocado para próximo a mesinha que possui a imagem sacra, está também recebeu flores em sua volta, e no armário um novo vaso de flores foi colocado na parte superior. Esses pequenos detalhes nos indicam que, assim como a edificação, essas coisas não são estáticas, as formas que as analisamos é resultado da maneira como elas se apresentam a nós num determinado momento. É relevante que compreendamos que esses elementos passam constantemente por modificações, sendo que muitas destas são resultado do estabelecimento de relações com demais seres humanos e não humanos.

Imagem 142 - Detalhe da sacristia e dos objetos alocados em seu interior.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2018.

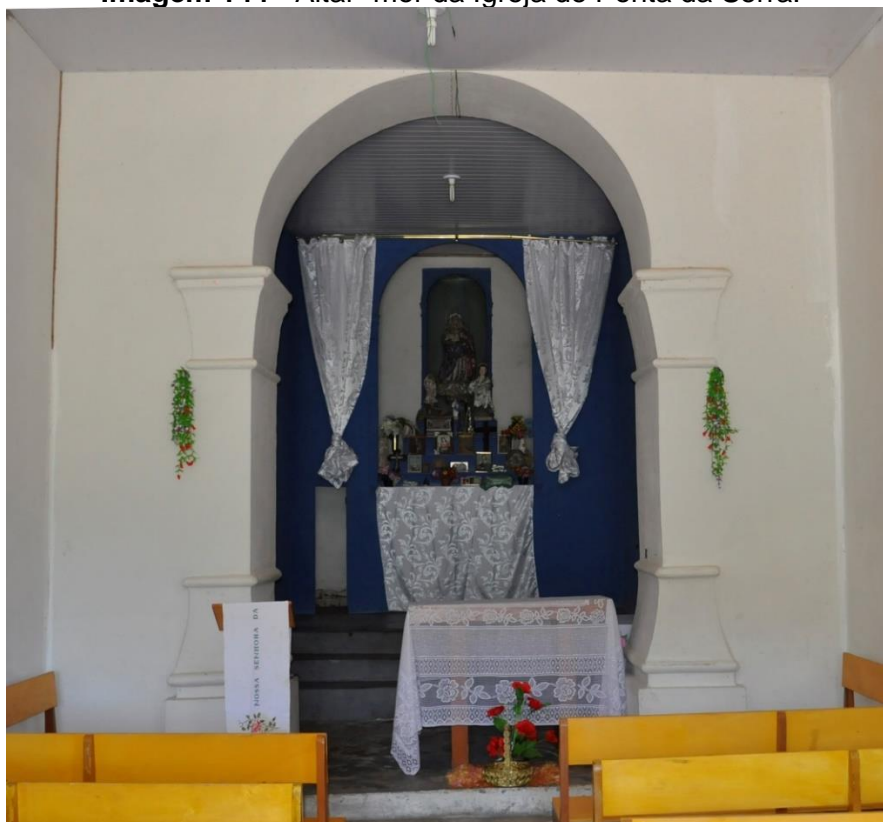
Imagem 143 - Detalhe da sacristia e dos objetos alocados em seu interior, em um momento distinto.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

O altar mor, se localiza em frente a nave, e ao lado da sacristia, nele se encontra exposto o maior número de imagens sacras e religiosas (Imagem 144 e 145). Na lateral esquerda se encontra a porta de acesso a sacristia. No altar são alocadas imagens sacras, quadros de pinturas que retratam imagens de santos e passagens bíblicas e alguns vasos de flores. Além das imagens sacras no altar ainda se encontram o púlpito, uma mesa, ou seja, elementos que o padre utiliza para realização das celebrações. Além disso, são verificados elementos decorativos como flores, toalhas de mesa e cortinas. Com relação aos elementos arquitetônicos desse espaço, podemos verifica que a capela-mor onde se encontra o altar-mor possui uma parede com um arco pleno central separando este espaço do espaço da nave central. Nas laterais desse arco se encontram duas colunas. Em sequência adentrando ao espaço se contata a presença de degraus antes do altar-mor, a parede de fundo (do altar) é de madeira possuindo um arco pleno em dimensões menores delimitando o centro, nas laterais do mesmo pequenas colunas assemelhadas com as do arco maior apresentado anteriormente. Mais ao centro um pequeno nicho representa esse mesmo padrão, um arco pleno com colunas laterais e degraus onde as imagens e objetos sacros são dispostos

Imagem 144 - Altar -mor da Igreja de Ponta da Serra.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

Imagem 145 - Detalhe do altar-mor.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2018.

Como podemos constatar, em relação aos templos analisados anteriormente, a Igreja de Ponta da Serra é de menor dimensão, com menos espaços e um pouco

mais singela do ponto de vista dos objetos localizados no seu interior e também nos seus espaços. Mais uma vez recorreremos ao contexto no qual a mesma se encontra e a posição que ocupa na hierarquia dos templos. A Igreja de Ponta da Serra se localiza na zona rural e na hierarquia dos templos ocupa posição de capela¹⁹². Essas questões decerto influíram nas suas características arquitetônicas, na sua simplicidade e na sua distribuição espacial. Sua relevância histórica, porém, é inegável, como um dos templos mais antigos da região conserva em suas estruturas e objetos inúmeras informações relevantes para estudo.

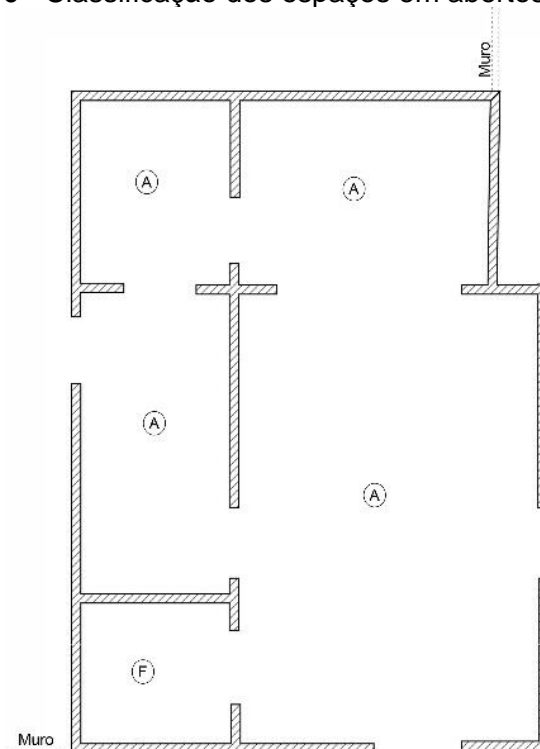
A partir dessas colocações e análises nos empenhamos posteriormente a apresentação das informações levantadas a partir das análises de sintaxe espacial.

4.3.3 Estruturação espacial

Nessa análise o objetivo foi entender como os espaços estavam organizados, as relações que estabelecem entre si e como o deslocamento das pessoas são influenciados por essa mesma organização.

De início elaboramos a planta baixa e classificamos os espaços em abertos e fechados (conexão com um único espaço e conexão com vários espaços respectivamente) resultando no esquema abaixo (Imagem 146).

¹⁹² “Igreja em geral de pequenas dimensões que comumente possui um único altar. Sua diferença básica da igreja é administrativa, pois não é sede de paróquia e, portanto, não possui padre que lhe de assistência permanente” (ALBERNAZ e LIMA, 1998a, p. 122).

Imagem 146 - Classificação dos espaços em abertos e fechados.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dessa classificação pudemos constatar que dos 5 espaços componentes do templo, somente um é fechado. Assim como nos templos anteriores nos empenhamos em quantificar as conexões que os referidos espaços estabelecem entre si, no intuito de entender quais são mais interligados entre si, em suma mais acessíveis. A tabela abaixo apresenta como a espacialidade se apresenta (Tabela 9).

Tabela 9- Classificação de aberturas (acessos dos espaços abertos).

Numeração	Função	Quantos acessos?
1	Nave	5
3	Corredor	3
4	Altar-mor	2
5	Sacristia	2

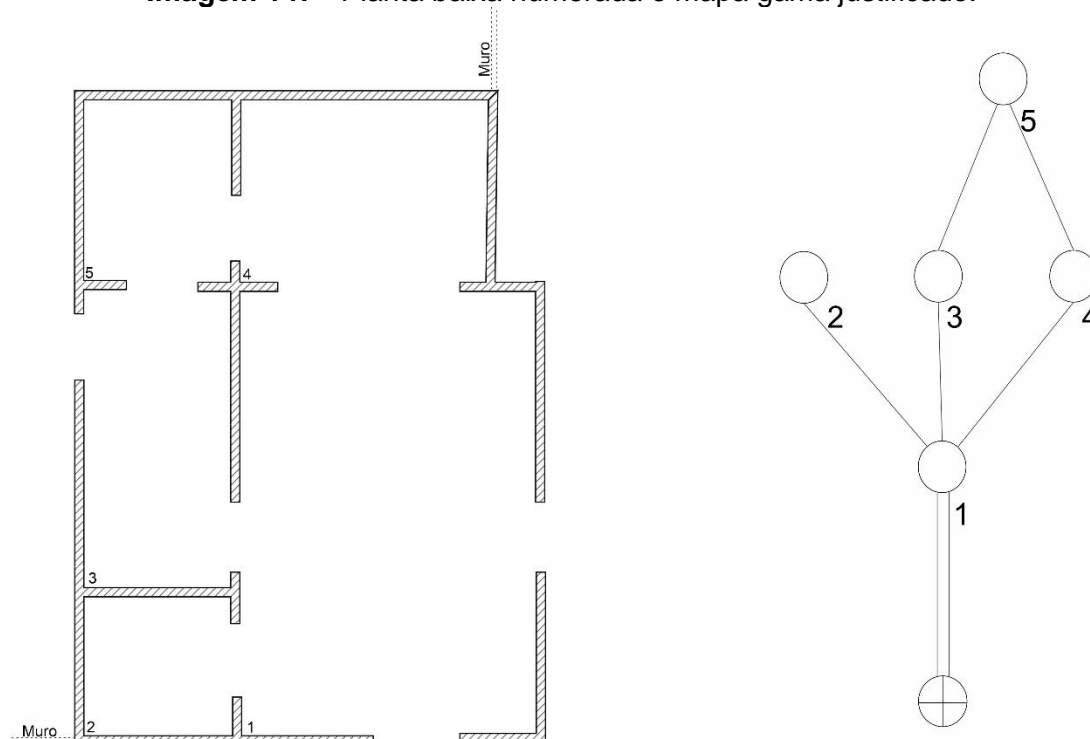
Fonte: Elaborado pela autora.

O padrão verificado, assim como nos demais templos, é o da nave como o espaço mais interligado com outros espaços no templo. Isso se deve ao fato das duas entradas que fazem conexão com o exterior, bem como as relações que estabelece com os demais espaços como o batistério, corredor e altar mor. Os demais espaços se dispõem da seguinte forma, o corredor estabelece relação com a nave, sacristia e exterior (muro), a sacristia estabelece relação com o corredor e altar-mor, e o altar-

mor possui relação com sacristia e nave. Somente o batistério que estabelece relação única e exclusiva com a nave, como apresentado, constituindo-se o único espaço fechado do templo.

Após essa primeira classificação foi feita a numeração dos espaços, elaboração de mapa gama justificado para posterior classificação em níveis tanto dos parâmetros abertos e fechados como distributivos e não distributivos (mais de uma rota para acessá-lo e somente uma rota de acesso respectivamente) com o intuito de comparação (Imagem 147).

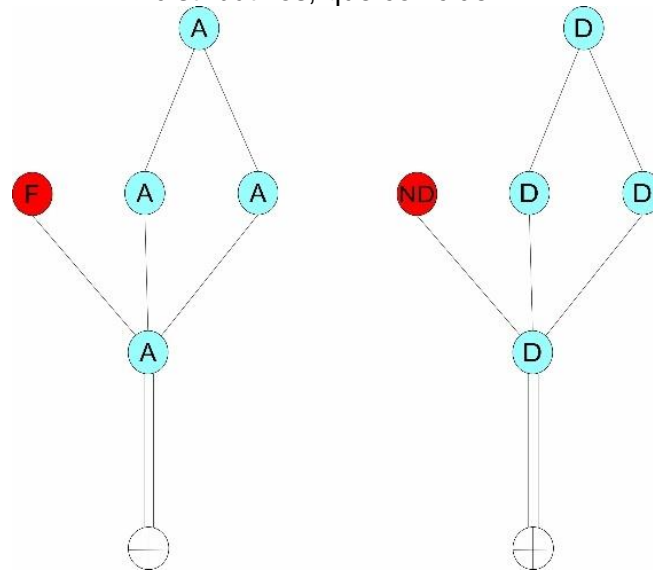
Imagem 147 - Planta baixa numerada e mapa gama justificado.



Fonte: Elaborado pela autora.

De posse do mapa gama justificado classificamos, em níveis, os espaços com relação a abertos e fechados e distributivos e não-distributivos, resultando no seguinte esquema (Imagem 148).

Imagem 148- Comparativo entre espaços abertos, fechados e distributivos, não distributivos, que coincidem.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar a classificação de uma análise coincide com a da outra, ou seja, todos os espaços abertos são distributivos e o fechado é não distributivo.

A quantidade de descrições distributivas nos indicam que o intuito na edificação é permitir uma maior acessibilidade, fomentando um controle mais difuso, ou seja, possibilitando que os espaços sejam acessados de várias formas. Já as descrições não distributivas indicam o extremo oposto, ou seja, que o intuito era de um maior controle, isso se demonstra pela única rota para acessar determinado espaço. De posse desse resultado podemos classificar esse templo como predominante distributivo e aberto. Somente um espaço é não distributivo, ou seja, possui um maior controle para ser acessado, correspondendo ao espaço destinado ao batistério.

A questão de maior ou menor controle pode ser problematizada também a partir dos elementos, objetos, coisas e seres alocados nesses espaços. Nesse sentido, iniciando pelos espaços distributivos, estes correspondem exatamente aos representados pela nave, corredor, altar e sacristia. A facilidade de acesso desses espaços pode ser reforçada pelos objetos. Nos espaços distributivos, como é o caso da nave, são alocados objetos de uso coletivo e comum, exemplificando são objetos como bancos e ventiladores, somado a isso a quantidade de aberturas para o exterior. Já o único espaço não distributivo, que também é fechado, é mais restrito e de "difícil" acesso, é o destinado ao batistério, localizado na lateral a nave central, onde se

encontram atualmente alocados somente dois bancos, mas que como o próprio nome indica, anteriormente, deveria possuir uma pia batismal¹⁹³ ou algo equivalente.

Com relação a simetria tendo como referência o espaço externo (transportador) a maioria dos espaços são assimétricos, ou seja, não tem relação direta com o exterior. Como é sabido os espaços simétricos tem o intuito de promover uma maior integração das categorias sociais (visitantes e habitantes¹⁹⁴), já os assimétricos, tem uma finalidade oposta, ou seja, agenciar uma maior segregação dessas mesmas categorias. Para compreender mais a fundo como essa interação entre as categorias é fomentada pela organização dos espaços consideramos os níveis da edificação. O templo de Ponta da Serra possui três níveis, podendo ser considerada uma edificação rasa, o primeiro nível é o mais fácil de ser acessado, e em sequência os espaços de segundo e terceiro nível são mais reservados e restritos, pressupondo a passagem por um distinto espaço para serem acessados.

No primeiro nível, só é verificado um único espaço, que é destinado a nave central, que estabelece relações diretas com o exterior, podendo ser acessado por duas vias (porta frontal e lateral). Esse referido espaço, distributivo e simétrico, tem como objetivo a facilidade de acesso e integração das categorias sociais, é um espaço, como vimos, ocupado por coisas de uso comum e coletivo, bancos destinados aos frequentadores, ventiladores entre outros.

Os de segundo nível, assimétrico/não distributivo como é o caso do batistério e assimétricos/ distributivos que são os espaços destinados ao corredor e altar-mor possuem funções específicas e restritas. São espaços destinados a pessoas que detêm um maior controle sobre a edificação e podem acessar suas partes mais “profundas” e inacessíveis ao público em geral. Esses espaços não são destinados ao trânsito de pessoas ou abrigam objetos de uso coletivo e comum. No caso o corredor, lateral a nave, tem clara mensagem de restrição do movimento já que em sua abertura é verificada a presença de uma porta (Imagem 149). O altar-mor apesar de ser um espaço em suma aberto e distributivo não é acessado pelos frequentadores e visitantes, os objetos que compõem o acervo do mesmo são específicos e de uso do padre para as celebrações religiosas.

¹⁹³ Cabe salientar que as análises visuais não possibilitam a identificação de indícios de que naquele local havia uma estrutura fixa (pia batismal) que foi removida.

¹⁹⁴ No caso de um templo religioso os habitantes e moradores não são pessoas que realmente moram na edificação, mas tem um controle maior sobre a mesma e podem acessar os espaços assimétricos e mais profundos, como é o caso de padres e religiosos.

Imagem 149 - Porta entre nave e espaço destinado ao corredor.



Fonte: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2019.

No terceiro nível se encontra o espaço destinado a sacristia, onde se verifica os objetos de uso específico religioso como imagens de santos e o armário onde são guardados os objetos usados durante a celebração das missas (cálices, vinho, etc). É o espaço mais profundo na hierarquia de níveis e menos acessível pois pressupõe a passagem pelos espaços de primeiro e segundo nível respectivamente.

A partir dessas análises podemos classificar esse templo como predominantemente aberto, distributivo e assimétrico, pois a maioria de seus espaços são dos tipos enumerados. É uma edificação rasa, de somente três níveis, onde os espaços mais rasos são destinados ao uso comum e coletivo, sendo mais fáceis de serem acessados, aprofundando nos níveis seguintes já se verifica espaços de funções específicas e mais restritos.

Assim como nos demais templos, se num primeiro momento o acesso é facilitado as pessoas que se encontram no exterior da edificação, ao adentrar vemos claramente a hierarquia dos espaços e como esses se mostram menos acessíveis e com funções específicas claras aos visitantes e frequentadores. Sendo que essas mensagens de controle ou facilidade de acesso, integração ou segregação das categorias sociais podem ser corroboradas a partir da consideração dos seres, coisas e objetos que ocupam os referidos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as três igrejas que compõe o acervo construtivo de Frei Henrique José Cavalcante no estado do Piauí foi muito significativo e esclarecedor. No sentido de compreender de fato as escolhas, as intenções, o histórico de vida das edificações e de como esses seres híbridos se inseriram nas mais variadas redes e estabeleceram relações com seres humanos e não humanos no decorrer de seus muitos anos de existência. As análises externas foram significativas para compreender como esses templos, mesmo sendo edificações únicas e singulares, compartilham características arquitetônicas e construtivas entre si. Essa aproximação é refletida nos elementos que formam suas fachadas e que se assemelham aos típicos da arquitetura colonial e chã, implementada durante a ocupação e colonização do território brasileiro, inclusive pelos jesuítas.

Contextualizar a importância e presença dos jesuítas em território brasileiro e piauiense nos auxiliou a compreender como esses personagens podem ter contribuído e influenciado na construção desses templos, já que as características arquitetônicas indicam uma aproximação com a arquitetura praticada pelos adeptos dessa ordem religiosa.

A influência dos jesuítas, ou de seus modos de construir, nos templos estudados, é constatada por meio das análises que demonstram a presença de elementos arquitetônicos e construtivos das edificações típicas do período colonial (estilo chã). Somado a isso a figura dos jesuítas sempre aparece de forma explícita nas fontes históricas e relatos orais, cabe lembrar que o templo de São João Batista e a cidade de São João do Piauí (emancipada anos após a construção da igreja) tem sua origem atrelada a uma fazenda jesuítica (Malhada do Jatobá). Os relatos, como o do Padre Leonisio Lira Leal (2021) e Terezinha Jovita de Carvalho¹⁹⁵ (2021), apontam que a própria devoção a São João Batista foi oriunda de influência jesuíta, sendo também eles, os responsáveis por trazerem a primeira imagem do referido santo a região.

Na Igreja de Ponta da Serra podemos identificar nos relatos que as histórias se mesclam e demonstram que provavelmente a primeira capelinha de pedra, que haveria existido antes do templo atual, foi construída por um padre jesuíta. As fontes também apresentam que sua arquitetura “original” seria lusitana (DAMASCENO, 2012) ou

¹⁹⁵ Comunicação pessoal realizada no dia 11 de maio de 2021.

como “sua arquitetura remete a técnicas jesuíticas de construção” (PEREIRA JÚNIOR e KESTERING, 2013, p. 163). Portanto, o que podemos observar é que essa influência a todo momento pode ser constatada, quer por meio da própria arquitetura, fontes bibliográficas e relatos sobre como esses personagens influenciaram nos templos abarcados pela presente pesquisa. Por fim, mesmo que essas “histórias” tenham lacunas a materialidade em si corrobora em sentido positivo com uma possível influência do estilo jesuítico de construir nos templos, já que as referidas igrejas conservam elementos característicos da chamada arquitetura colonial e chã.

Um dos objetivos da pesquisa, como desde o início apresentado, foi utilizar em conjunto os preceitos da Arqueologia da Arquitetura e Arqueologia Simétrica. A conjugação dessas duas vertentes, que tem muitos pontos de diálogo em comum, nos auxiliou a expandir nosso campo de análise a demais elementos presentes nesses templos. A partir dessa premissa nos conscientizamos a encarar essas igrejas como seres híbridos e inseridos em redes de relações amplas que buscamos elucidar. A problematização das dualidades propiciou que tomássemos as edificações não como recipientes de intenções humanas, mas como atores, dotados de capacidade de ação (agência), vida e não estáticos no tempo. As nomenclaturas que utilizamos, humanos e não humanos, assume não a ideia de estabelecer uma distinção ou ruptura entre eles, mas sim no sentido de facilitar a compreensão quando estamos tratando de determinados seres. Concordamos plenamente de que não há rupturas entre o que seria pertencente ao domínio dos seres humanos ou dos não humanos, sendo que a partir disso, buscamos demonstrar durante o texto e em nossas análises a noção de que não existem delimitações claras entre eles. Ou seja, no estabelecimento de relações e o próprio desenvolvimento cotidiano não é baseado numa distinção ou ruptura, portanto, todos os seres abarcados pela pesquisa podem ser considerados híbridos. Esse pressuposto nos forneceu bases para incorporar nas análises uma variedade de seres que não seriam compreendidos ou mesmo que considerados se estivéssemos focados somente no aspecto arquitetônico dessas edificações.

Portanto, não consideramos somente a edificação e suas partes físicas e materiais, como paredes e a própria espacialidade. Pois, concordamos que são inúmeras as redes de relações que se estabelecem entre os seres e que resultam no híbrido que é cada igreja analisada. Temos ciência de que todo esse levantamento empreendido não abarca em sua totalidade os seres, coisas, atores e redes nos quais essas igrejas se inserem, a muito ainda a ser pesquisado.

Apesar dos percalços e do contexto que foge ao nosso domínio (pandemia) o foco foi desenvolver as análises englobando o máximo de elementos que compõe esses templos. Esse contexto de pandemia não somente influenciou na forma de desenvolver a presente pesquisa e em nossa vida, como nas próprias edificações estudadas. No sentido de que, nas edificações estudadas se vê claramente indicativos como demarcações nos bancos, no piso, na própria restrição de acesso dos fiéis a essas edificações, novas regras (distanciamento social) impondo diferentes formas de utilizarem e se deslocarem nos espaços. Nessa “nova” realidade ocorreu toda uma reorganização das relações estabelecidas nesses espaços e com os seres neles alocados. Tendo que considerar que em decorrência disso, por um determinado tempo esses templos ficaram fechados e inacessíveis ao público, não recebendo pessoas, ou celebrações. Portanto, não somente o cotidiano dos frequentadores (humanos) como das próprias edificações (não-humanos, híbridos) foram modificados.

Todas as análises empreendidas, de cunho arquitetônico (análise externa), análise dos registros fotográficos (com foco no histórico de vida), análise das funções dos espaços, incorporações de elementos, mudanças na estrutura da edificação e o próprio levantamento dos objetos, coisas e seres alocados nesses espaços foram importantes para compreendermos esses seres híbridos e únicos, exemplificados por cada um dos templos analisados. Sendo que a partir destas análises pudemos compreender como essas edificações são seres vivos com um amplo histórico de vida e resultado da interação de múltiplos seres, humanos e não-humanos. Seres dinâmicos, não estáticos no templo e em constante e contínua construção. Dotadas de agência influenciando os seres e sendo por eles influenciadas nas muitas redes de ação que participam.

Com relação as tipologias das plantas apesar de serem distintas possuem similaridade nos tipos de espaços destinados as funções específicas¹⁹⁶, esse parâmetro tendo relação direta com a própria categoria da edificação, de templo religioso.

No quesito histórico de vida pudemos elucidar elementos que corroboram com essa premissa demonstrando como esses seres se inseriram nas mais variadas redes de relações com uma variedade ampla de seres. Sepultamentos foram realizados em

¹⁹⁶ Exemplo todos os templos possuem nave, capela-mor (altar-mor).

todos os templos com suas especificidades, em maior quantidade em São Raimundo Nonato (9) e nos demais de forma mais restrita, São João do Piauí (3) e Ponta da Serra (1¹⁹⁷). A identificação dos pisos nos templos de São Raimundo Nonato e São João do Piauí foi deveras importante para estabelecer uma sequência construtiva relativa dos momentos de vida desses templos, e na falta de documentação que se registra essas intervenções essa análise se mostrou muito esclarecedora.

Com relação a análise externa, com objetivo de identificar as características arquitetônicas e construtivas, podemos constatar 22 elementos em São Raimundo Nonato (MAIA, 2018), 24 em São João do Piauí e 8 em Ponta da Serra. Características estas correlacionadas ao estilo colonial e arquitetura chã/chão. Todos os templos além de possuírem elementos construtivos e arquitetônicos comuns seguem padrão construtivo similar, ou seja, caracterizado pela simplicidade da construção, sem uso de elementos decorativos e formas predominante de elementos retilíneos.

As análises internas com foco na sintaxe espacial nos mostram também uma similaridade entre as descrições com foco nos espaços abertos, fechados, distributivos, não distributivos, simétricos, assimétricos e edificação rasa ou profunda. Em suma apesar dos templos terem plantas distintas de tamanhos variados, distribuição e organização interna singular eles partilham do mesmo padrão classificatório. Todos os templos são predominantemente abertos, distributivos, assimétricos e rasos. Esse padrão nos diz muito sobre como uma edificação religiosa, de certa forma, tem uma organização comum e preponderante. Mesmo que num primeiro momento, as igrejas em si aparentam ser distintas uma das outras, as análises demonstraram que na verdade sua idealização segue normas comuns e gerais na forma de construir e organizar as relações das pessoas no interior dessas edificações.

Por fim, para além das análises arquitetônicas outro ponto relevante foi considerado. É de suma importância ter o olhar atento ao contexto específico de desenvolvimento das relações que são estabelecidas dentro de uma edificação desse tipo, ou seja, um templo religioso. Mais que os limites físicos e arquitetônicos que condicionam o comportamento e deslocamento das pessoas no interior da edificação, deve se ter em mente as regras implícitas e simbólicas que as pessoas seguem, como é o caso do altar-mor. O altar-mor mesmo sendo um espaço que não possui barreiras

¹⁹⁷ Jazigo lateral a capela-mor, na parte externa da edificação.

ou limites físicos, pode-se considerar a existência de uma barreira simbólica, pois, durante as celebrações o público não o acessa deliberadamente e mesmo quando estas não estão ocorrendo as pessoas sempre demonstram respeito e certo cuidado para adentrar nesse espaço, sendo comum ajoelharem ou fazerem o sinal da cruz sempre que passam por esse local.

Desenvolver essa pesquisa foi um passo muito importante de continuidade do trabalho anterior que tinha como foco a análise externa da Igreja Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato-PI (MAIA, 2018). Expandir as análises aos demais templos que compõem o acervo construtivo de Frei Henrique José Cavalcante no estado do Piauí foi um passo muito relevante de crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Acrescido a isso, utilizar não somente a Arqueologia da Arquitetura, mas utilizar a Arqueologia Simétrica, com sua variedade de premissas e pressupostos, expandiu nossas análises a demais elementos que foram primordiais para entender cada edificação com suas especificidades. No mais, estudar juntamente com esses seres e se inserir nessa infinita rede de relações nos quais os mesmos se encontram foi excepcional para desenvolvimento dessa pesquisa. Acreditamos que nossos objetivos foram concluídos, e esperamos dar continuidade as análises desses templos, e demais, em um momento oportuno futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecilia Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume I- A a I.** São Paulo. Proeditores. 1998.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume II- J a Z.** São Paulo. Proeditores. 1998.

ALMEIDA, C., FREITAS, A., GRAÇA, A., Estudo Histórico Geográfico da Evolução Administrativa do Município de Petrópolis e sua Toponímia. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passando, presente nos velhos mapas: conhecimento e poder.* Paraty, 2011.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português.** 2000. 336 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000.

ALMEIDA NETA, M. de F. P. de.; KESTERING, C. 2013. Os rituais do morro do cruzeiro: atributos da identidade Sanraimundense. In: Anais Escavando a história de São Raimundo Nonato-PI. UNIVASF.

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil.** Editora Brasiliense. São Paulo. 268 p. 1979.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36. p. 55-76, jul./dez. 2003.

AQUINO, Felipe. O que é um cardeal, bispo, arcebispo, cônego, monsenhor? In: **Canção Nova.** 2012. Disponível em: <https://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2012/05/06/o-que-e-cardeal-bispo-arcebispo-conego-monsenhor/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

ARCE SAINZ, Fernando. História del Arte, Arqueología de la Arquitectura y el telescopio de Galileo. **Arqueologia de la Arquitectura**, v. 6, p. 21-29, Madri, 2009.

ARQUIDIOCESE DE TERESINA. **Histórico da Diocese do Piauí.** 2015. Disponível em: <http://arquidiocesedeteresina.org.br/historico-da-diocese-do-piaui/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re) construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. V.24, n. 1. p. 57-298. Jan-Abr. 2016.

ARRAES, Esdras. Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitanias do norte. **Pós.** V. 21. N. 36. São Paulo. Dezembro 2014.84-100. 2014.

ARTESOL. **Grupo cerâmica artesanal Serra da Capivara.** S. d. Disponível em: <https://www.artesol.org.br/ceramicaserradacapivara>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

BANDEIRA, J. Capela de 1870 está sendo recuperada no sertão do Piauí. 2021. IN: Blog das cidades (TV Cidade Verde). Disponível em: <https://cidadeverde.com/blogdascidades/113895/capela-de-1870-esta-sendo-recuperada-no-sertao-do-piaui>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

BARBOSA, Carlos L. B.; SAMPAIO, Ana Lígia P.; FERREIRA, Ângela Lúcia. A produção do urbano pela Igreja Católica e a secularização da cidade de

Pau dos Ferros -RN. *In*: XVII ENANPUR. São Paulo. Sessões temática 7: cidade e história. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional. 17p. 2017.

BLATON, R. **Houses and households**. Nova Iorque: Plenum Press, 1994.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A religiosidade no Piauí colônia: catolicismo adaptado ao modo de vida. **Clio série história do nordeste**. N. 22. p. 249-260. 2004.

BRAZON, Mariela. Aproximação a historiografia da arquitetura colonial brasileira as ideias de John Bury. **DA Pesquisa**. UDESC. Universidade do estado de Santa Catarina. V.7 n.9, 15p. 2012

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Brasília: IPHAN / MONUMENTA. 2006.

CARVALHO, M. A. de.; LOPES, N. F. de S.; SILVA, D. G.; BITENCOURT, A. J. S. 140 anos de um patrimônio edificado: Igreja Catedral de São Raimundo Nonato – Piauí (1874-1876). 2016. *In*: Anais PET: “Escavando história de São Raimundo Nonato- PI”. UNIVASF.

CASTRO, José Luiz de. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás**. 1998. 237 f. Dissertação (mestrado em História das sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 1998.

CAVALCANTE, F. J. P. Pe. Henrique José Cavalcante: O mestre da caridade. 2008. Gráfica Bandeirante. Petrolina-PE.

CAVALCANTI FILHO, Ivan. Documentando a arquitetura religiosa no Brasil colonial: a linguagem expressa na iconografia azulejar dos conventos franciscanos no Nordeste. *In*: **3º Seminário ibero-americano: Arquitetura e documentação**. 14 p. 2013.

CNBB REGIONAL NORDESTE 4. **Diocese de São Raimundo Nonato**. 2013. Disponível em: <<https://cnbbne4.org.br/diocese-de-sao-raimundo-nonato/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

CÔRREA, Marcus Vinicius de Miranda. **Da Capela Carmelita a Catedral Metropolitana de Manaus (AM): Uma Arqueologia da Arquitetura**. 2005. 171 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2005.

CORTES, M. D. F. Valorização e identificação de padronagens de ladrilhos hidráulicos de 1920 a 1940, período Art Déco brasileiro, presentes em prédios e casas do centro histórico de Santa Maria/RS. 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. **Revista ARS**, v.8. n.16., p.127-195. 2010.

COSTA, Lúcio. **Arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde (Cadernos de Cultura). 1952.

CRUZ TERRA SANTA. **História de São João Batista – Santos e ícones católicos.** S.d. Disponível em: <<https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sao-joao-batista/145/102/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

CUNHA, Mario. 2017. O espaço eclesial como local de sepultura. As visitas quinientistas às igrejas da ordem de Santiago. Actas Congresso Genius Loci: Lugares e significados. 20 a 22 de abril.

DAMASCENO, Marcos Oliveira. **Padre Lira: monumental homem de Deus.** Dom Inocêncio, PI: Produtora Sertão, 2014. 227 p.

DAMASCENO, M. Guerra do Pau de Colher: Massacre a sombra da Ditadura Vargas. 2013.

DAMASCENO, Marcos Oliveira. **Dom Inocêncio Lopez Santamaria: Bispo missionário no sertão do Piauí.** Edição do autor. 376 p. 2012.

DIAS, W. P. São Raimundo Nonato: de distrito-freguesia a vila. 2001. 160p. Teresina.

DIOCESE BOM JESUS DO GURGUÉIA. **História.** 2016. Disponível em: <<https://diocesedebomjesus.org.br/conteudo/historia/1>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

DOM INOCÊNCIO LÓPEZ SANTAMARIA. **Galeria.** S.d.a. Disponível em: <<http://dominocenciosantamaria.com.br/galeria/nggallery/dom-inocencio>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

DOM INOCÊNCIO LOPEZ SANTAMARIA. **História.** S.d.b. Disponível em: <<http://dominocenciosantamaria.com.br/historia/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

DOM INOCENCIO LOPEZ SANTAMARIA: Um santo do Piauí. S.d. c. Disponível em: <<http://dominocenciosantamaria.com.br/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

ECLESIA BRASIL. **Cruz: suas formas e significados.** 2003-2021. Disponível em: <http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cruz_suas_formas_e_seus_significados.html>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

ENCICLOPEDIA CATÓLICA POPULAR. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FERREIRA, J. P. Enciclopédias dos municípios brasileiros. 1959. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. XV volume. Rio de Janeiro.

FREIRE, Letícia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma Antropologia Simétrica. *In: comum*, v. 11. Nº 26, Rio de Janeiro, p-46-65. 2006.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. **Parque.** S. d. Disponível em: <<http://fumdam.org.br/parque/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

GESTER, C. de S. L. M. Ladrilhos Hidráulicos em Belém: subsídios para a sua conservação e restauração. 2013.144f. Dissertação (Mestrado em conservação e restauro. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA.

GOMES, Jessika negreiros. As festividades do padroeiro em São Raimundo Nonato-Piauí (2000-2014). 2015. 89f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) - Universidade Estadual do Piauí, Campus prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato, Piauí, 2015.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Arqueologia Simétrica: um giro teórico sin revolução paradigmática. **Complutum**, Vol. 18. p. 283-285, 2007.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Archeology and the study of material culture: synergies with cultural psychology. *In: The Oxford Handbook of culture and psychology*. 132-162. 2012.

HERNÁNDEZ, Antonio Arellano. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, Jorge Ocampo MARTÍNEZ, Elia Patlán; HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (orgs). **Um debate abierto. Escuelas y corrientes sobre la tecnología**. Chapingo, México: Universidad Autónoma Chapingo/Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y Tecnológicas de la Agroindustria y la Agricultura Mundial (PIHAAA-CIESTAAM), 2003.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social Logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HIROOKA, S.; PÉCLAT, G. {Entre} linhas e tramas de saberes, praticas memorias culturais. 2019. 1º edição. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato. Editorial, Archeo, Enel. 32p.

HOLTORF, C. Notes on the Life History of a Pot Sherd. **Journal of Material Culture**, pp. 49 – 71. 2002.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-colônia**. Editora Brasiliense. 2ª edição. 92 p. 1984.

IBGE. **São João do Piauí**. S. d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-joao-do-piaui/historico>>. Acesso em 23 de julho de 2021.

Imagem 8 – Foto histórica da Igreja Matriz de São João do Piauí (19??). Fonte: PEREIRA, Maria Ismênia Reis. São João do Piauí – Origem. In: **Lembranças de uma vida**. 2014. Disponível em: <<http://historiascopereira.blogspot.com/2014/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Imagem 9 – Cruzeiro da Igreja Matriz de São João do Piauí (19??). Fonte: PEREIRA, Maria Ismênia Reis. São João do Piauí – Filhos ilustres. In: **Lembranças de uma vida**. 2016. Disponível em: <<http://historiascopereira.blogspot.com/2016/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Imagem 13A: Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI em 1912, Expedição Fiocruz. Em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/wxhae>> (acesso em março de 2018).

Imagem 13B: Escavando a história de São Raimundo Nonato-PI, UNIVASF, 2013.

Imagem 13C: Acervo de Israel Barreto de Negreiros Júnior, Data da foto: 19??. (Acesso em março de 2018).

Imagem 13D: OLIVEIRA, J. de S.; OLIVEIRA, G. F. de. 2013. São Raimundo Nonato, um projeto de emancipação política. In: *Escavando a história de São Raimundo Nonato-PI*, UNIVASF, 18-85.

Imagem 13E: OLIVEIRA, J. de S.; OLIVEIRA, G. F. de. 2013. São Raimundo Nonato, um projeto de emancipação política. In: *Escavando a história de São Raimundo Nonato-PI*, UNIVASF, 18-85.

Imagem 13F: Acervo de Israel Barreto de Negreiros Júnior, <Acesso em 2018>.

Imagem 60 - Imagem histórica do templo de São João Batista (19??). Fonte: PEREIRA, Maria Ismênia Reis. São João do Piauí – Origem. In: **Lembranças de uma vida**. 2014. Disponível em: <<http://historiascopereira.blogspot.com/2014/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Imagem 61 – Cruzeiro da Igreja Matriz de São João do Piauí (19??). Fonte: PEREIRA, Maria Ismênia Reis. São João do Piauí – Filhos ilustres. In: **Lembranças de uma vida**. 2016. Disponível em: <<http://historiascopereira.blogspot.com/2016/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Imagem 62 e 63 - Imagem histórica do centenário do templo de São João Batista (1975). Fonte: PAULO, Marize Pereira. Registro digital disponibilizado em 11 de maio de 2021.

Imagem 119 (esquerda) - Igreja de São Cosme e Damião (Igarassu), representante do estilo colonial e chã/chão. A direita detalhe do acabamento bulboso sobre a torre sineira. Fonte: EXTRA, **Igreja de São Cosme e Damião, em PE, é a mais antiga do Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/viagem-e-turismo/igreja-de-sao-cosme-damiao-em-pe-a-mais-antiga-do-brasil-23101921.html>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

Imagem 119 (direita) - Igreja de São Cosme e Damião (Igarassu), representante do estilo colonial e chã/chão (esquerda). Fonte: **HPIP** (Patrimônio de influência portuguesa). Disponível em: <<https://hPIP.org/pt/heritage/details/709>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta a vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

IPHAN: MANUAL DE CONSERVAÇÃO DE TELHADOS, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_1edicao_m.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

LATOUR, Bruno. **Biografia de uma investigação – a propósito de um livro sobre modos de existência**. Editora 34, Editora 34, Rua Hungria, 592, Jardim Europa. São Paulo-SP Brasil. 28 p. 2012.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). Tradução: José Glebson Vieira, Leandro Mahalem de Lima e Uirá Fellipe Garcia. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social - An Introduction to Actor-Network-Theory**. New York: Oxford University Press Inc., 2005.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia / Bruno Latour: tradução Carlos Aurélio Mota de Souza- Bauru, SP: EDUSC, 412 p. 2004.**

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade de afora**. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de Jesus de Paula Assis- São Paulo: Editora UNESP, 438 p. 2000.

LATOUR, Bruno. WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos / Bruno Latour, Steve Woolgar: [tradução Angela Ramalho Viana]. – Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.**

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos modernos: ensaio de Arqueologia Simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro. 152 p. 1994.

LAW, John. Notes on the Theory of Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. *In: Systems Practice*, vol.5, n. 4. 1992. (Tradução de Fernando Manso). Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br>. Acesso em: Jun. 2020.

LOEWEN, Andrea Buchidid. Estilo desornamentado, arquitetura-chã: alguns aspectos do renascimento na Península Ibérica. **PÓS: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, v.18 n.30, p. 56-69. 2011

MACÊDO, Jackeline. **Os nós da Arqueologia: leituras da paisagem e memória na Igreja de Nossa Senhora da Saúde - Rio de Janeiro-RJ**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2011.

MAIA, Ana Raquel Neves. **Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI: uma análise a partir da Arqueologia da Arquitetura**. 2018. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato-PI, 2018.

Maia, A. R. N., & Amaral, A. de M. (2020). Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI: Uma análise a partir da Arqueologia da Arquitetura. 2020a. **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia**, 34(34), 72-86.

MAIA, A. R. N., & AMARAL, A. de M. Contribuições da Arqueologia Simétrica e da Arqueologia da Arquitetura para análise de espaços religiosos: o estudo de caso da

Igreja de São Raimundo Nonato – Pl. 2020b. **Revista FUMDHAMentos**, vol. XVII, n. 2. Pp. 73-103.

MARTINS, M. de C.; SOUSA, A. L. S. Resgate do patrimônio e documentação de ladrilhos hidráulicos em São João Del-Rei, Minas Gerais, Brasil. 2017. 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil. Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017.

MAYER, Vilmar Francisco. Aspectos gerais da arquitetura religiosa colonial baiana. **Arqtexto**, v.3.n.4, p.144-153. 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_3-4/15_Vilmar%20Francisco%20Mayer.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

MERENCIO, Fabiana Terhaag. A Imaterialidade do material, a agencia dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social. 2013. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. V.X, nº 20. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. 183-204.

MILLER, D & TILLEY, C. **Editorial. Journal of material Culture**, Vol. 1, No. 1. p. 5-14. 1996.

MIRANDA, Nailton Barcelos. **Jesuítas na américa português, no século XVIII: a expulsão dos jesuítas do Maranhão**. 2014. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade Salgado de Oliveira, São Gonçalo-RJ, 2014.

MITRA DIOCESANA DE CARAGATATUBA. **Diocese? Paroquia? Matriz? Catedral**. 2012. Disponível em: <<http://diocesecaragatatuba.com.br/diocese-paroquia-matriz-catedral/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

MORAES, Márcia Oliveira. **O conceito de rede na filosofia mestiça. Revista Informare**, vol. 6, nº 1, p.12-20, 2000.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi**. Ciênc. Hum., Belém, v.6, n. 1, p.71-91, jan-abr.2011.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria C. Coelho. **Manual de Arqueologia Histórica em projetos de restauração**. IPHAN, 57 p. 2002.

NARA JÚNIOR, João Carlos. **Arqueologia da Persuasão: estudo arqueológico da primeira igreja rococó da América**. 2015. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

NATREB, s.d. Disponível em: < <https://natreb.com/conheca-os-tipos-de-telhas-ceramicas/>>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

NEUMANN, Mariana Araujo. Por uma Arqueologia Simétrica. **Caderno no LEPAARQ- textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. 82-95. 2008a.

NEUMANN, Mariana. **Ñande Rekó: Diferentes jeitos de ser guarani**. 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008b.

NOGUEIRA, A. D. Análise sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855-2003). 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo). 365f. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** 2007. 201 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2007.

OLIVEIRA, A.S. de N.; ASSIS, N. P. D. de. **Padres e fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII.** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Jaime de Santana. **1912: São Raimundo Nonato, um projeto de emancipação política.** 2011. 103 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade estadual do Piauí, São Raimundo Nonato-PI, 2011.

OLSEN, B. Material Culture after Text: Re-Membering Things. **Norwegian Archaeological Review**, Vol. 36, N. ° 2, 2003, p. 87-104. Disponível em: <http://proteus.brown.edu/cogutmaterialworlds/admin/download.html?attachid=558555>
8. Acesso em: nov. 2020.

OESTIGAARD, Terje. The world as artefact-material culture studies and archaeology. Fahlander, Fredrik & Oestigaard, Terje. *In: Material culture and other things – post-disciplinary studies in the 21st century.* Gotarc, series C. No 61. P. 21-55. 2004.

OLIVEIRA, Leonardo. 2018. Da Igreja ao campo santo: O nascimento dos cemitérios e o monopólio da morte no Brasil do Século XIX. Anais do encontro internacional e XVIII e história da Anpuh-Rio: História e Parcerias. 16p.

OLSEN, Bjornar. Genealogias de la assimetria: por que nos hemos olvidado de las cosas. **Complutum**, Vol. 18. p. 287-291, 2007.

PÉCLAT, G.; HIROOKA, S. Ventos que sopram história: Igreja Ponta da Serra & Fundação Ruralista. 2020. Volume II. 1ª edição. Cuiabá – MT: Archeo. Carlini & Caniato Editorial, 2020. 80p.

PEREIRA, Luciana de Lima. Bispado de Dom Severino de Melo- consolidação processo de romanização da diocese piauiense. **XXVII Simpósio Nacional de História.** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.

PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. **Estudos ibero-americanos.** PUCRS, V. XXXI, n.2. 12 p. 2005.

PEREIRA JUNIOR, C. D. ; K. C.; Potencial arqueológico na região de Ponta da Serra, no município de Dom Inocêncio – PI. 2013. Tarairiú – Revista eletrônica do laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande – PB, Ano IV – Vol. 1 – Número 06 – Junho de 2013.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Repercussão das ideias de Ricardo Severo e Raulino no debate arquitetônico dos anos de 1920 no Brasil. In: FERNANDES, José Manuel e PINHEIRO, Maria Lucia Bressan (Cords). **Portugal, Brasil, África:**

Urbanismo e Arquitetura- do ecletismo ao modernismo. Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas S/A. 2013.

POUGET, Frederic M. C. **Práticas Arqueológicas e Alteridades Indígenas.** 2010. 131 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2010.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução:** Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. 2001. 453 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

POMPA, Maria Cristina. 2002. **O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena.** Novos estudos nº. 64. 83-95.

PORTAL MEIO NORTE (Youtube). **São João: cidade de São João festeja seu padroeiro.** 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9pm6LizUBkM>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

PORTAL SANJOANENSE. **Os festejos de São João Batista em São João do Piauí encerram com uma grande carreatá.** 2020b. Disponível em: <<https://www.portalsanjoanense.com.br/noticia/974/os-festejos-de-sao-joao-batista-em-sao-joao-do-piaui-encerra-com-uma-grande-carreata>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

PORTAL SANJOANENSE. **Veja aqui a programação dos festejos de São João Batista em São João do Piauí, online, 2020.** 2020a. Disponível em: <<https://www.portalsanjoanense.com.br/noticia/841/veja-aqui-toda-a-programacao-dos-festejos-de-sao-joao-batista-em-sao-joao-do-piaui-on-line-2020>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

QUIROS CASTILLO, J. A. A Arqueologia de la Arquitectura em España, *In: Arqueologia de la Arquitectura*, 1, 27-38, 2002.

ROEPSTORFF, Andreas. Things to think with: words and objects as material symbols. *In: Philosophical Transactions of The Royal Society*, B. 2008 363, p. 2049-2054. 2008. Disponível em: <http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/363/1499/2049.full.pdf+html>. Acesso em: mar. 2020.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil: 1551-1930. *In: Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia y ciências sociales.* Universidad de Barcelona. Vol. X, num. 218, 1 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>. Acesso em: nov. 2020.

RTV CAATINGA UNIVASF (Youtube). **Memória Sertão Colégio Dom Inocêncio de São Raimundo Nonato.** 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EcucemZPSF0>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

SANTOS, Milton. 2006. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora Hucitec, 2ª Ed., 2006.

SANTOS, Nadja Ferreira. **Interface entre Arquitetura e Arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano**. 2009. 158f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Pelotas-RS, 2009.

SENOS, Nuno. A arquitetura portuguesa chã antes e depois de George Kubler. 2012. **Revista Tritão**, n. 1, p. 1-21, dezembro de 2012.

SHANKS, MICHEL. Arqueologia Simétrica. **Complutum**, Vol. 18. p. 292-295. 2007.

SILVA, Deborah Gonsalves. **Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em História social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2013.

SILVA, Jose Manuel Azevedo e. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia**. 38p. 2002. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino#:~:text=Tal%20modelo%20assentou%20globalmente%20nos,repovoamento%20com%20colonos%2C%20%C3%ADndios%20e>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Luana; ROCHA, Miréia; MELO, Neuza B. A. L. A arquitetura dos templos católicos erguidos no sítio histórico de Teresina entre meados e final do século XIX. **VII Mestre e Conselheiros. Agentes multiplicadores do Patrimônio- “Patrimônio e cidades”**. De 10 a 12 de junho de 2015.

SILVA, Marcus Vinicius Pereira Santos da. **Ruina e materialidade: uma Arqueologia visual acerca da transformação de antigos espaços do Museu de Arqueologia de Xingó**. In: Cadernos do Lepaarq. V. XVI, n. 32., p.190-200. Jul-Dez. 2019.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. In: Caruaíba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí. V. 3. Belo Horizonte. Ed. Do Autor. 2007.

SMITH, Robert Chester. **Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo**. Brasília: Iphan. 2012.

SOCIALISMO CRIATIVO. **Arte rupestre: Cerâmica da Serra da Capivara, melhor projeto de sustentabilidade do Brasil**. Disponível em: <https://www.socialismocriativo.com.br/arte-rupestre-ceramica-da-serra-da-capivara-melhor-projeto-de-sustentabilidade-do-brasil/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

SOUSA NETO, Marcelo de. Notas sobre a história episcopal no século XIX: a criação da Diocese do Piauí. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n.21, p. 83-106, jan./jun. 2010.

TELES, Augusto C. da Silva. **Brasil - Arquitetura Religiosa Barroca**. Brasília: IPHAN. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/?C=N;O=Ahttp://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/130> Acesso em: 30 jul. 2018.

THOMAS, J. A materialidade e o social. **Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3: 15-20, 1999.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Esplendor do barroco luso-brasileiro**. São Paulo: Ateliê Editoria. 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar. A perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TURNER, Alasdair et al. From isovists to visibility graphs: a methodology for the analysis of architectural space. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 28, p. 103 -121, 2001.

TV CIDADE VERDE (Youtube). **Veja a trajetória de Padre Lira no livro de Marcos Damasceno**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l_zjlr8a4iA>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

VALE, Ana. A Arqueologia e as coisas: a disciplina e as correntes pós-humanistas. **Almadam Online**. II série (20). Tomo I. Julho 2015.

Vila, X. M. A.; ROTEÁ, R. B.; BORRAZÁS, P. M. Arqueotectura 1: Bases teórico metodológicas para uma Arqueologia de la Arquitectura. **TAPA 25**, Santiago de Compostela, Laboratório de patrimônio, paleoambiente e paisaxe. 2002.

VIVA TAUPAPÉ. Qual a diferença entre Igreja, Paroquia e Capela?. 2019. Disponível em: < <http://vivatatuape.com.br/portal/2019/09/17/qual-a-diferenca-entre-igreja-paroquia-e-capela/>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

WEBMOOR, TIMOTHY. Um giro mas traz el “giro social” el principio de la simetria em Arqueologia. **Complutum**, Vol. 18. p. 296-304. 2007.

WIKIMAPIA. **Antigo Colégio Dom Inocência (São Raimundo Nonato)**. S.d. Disponível em: <<http://wikimapia.org/20026241/pt/Antigo-Col%C3%A9gio-Dom-Inoc%C3%Aancia>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.